

Christian Pierre Kasper

HABITAR A RUA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/06/2006

BANCA

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos (orientador)

Prof. Dra. Maria Filomena Gregori (membro)

Prof. Dr. Fernando Lourenço (membro)

Prof. Dra. Stella Senra (membro)

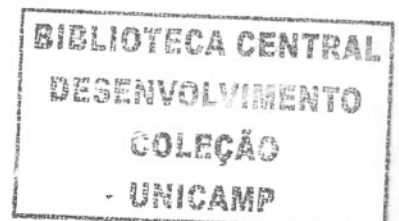
Prof. Dra. Vera Silva Telles (membro)

Prof. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (suplente)

Prof. Dra. Leila da Costa Ferreira (suplente)

Prof. Dr. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi (suplente)

Campinas, junho de 2006



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

K153h **Kasper, Christian Pierre**
 Habitar a rua / Christian Pierre Kasper. - - Campinas, SP :
 [s. n.], 2006.

Orientador: Laymert Garcia dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Pessoas desabrigadas – Aspectos sociais – São Paulo (SP).
2. Cultura material. 3. Tecnologia – Aspectos sociais.
4. Antropologia urbana. 5. Geografia humana. I. Santos, Laymert
G. dos (Laymert Garcia dos), 1948-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Homeless persons – Social aspects–São Paulo (SP)
Material culture.
Technology - Social aspects.
Urban anthropology.
Human geography.

Área de concentração : Ciências Sociais.

Titulação : Doutor em Ciências Sociais.

Banca examinadora : Laymert Garcia dos Santos, Vera Silva Telles, Maria
Filomena Gregori, Fernando Lourenço, Stella Senra.

Data da defesa : 20/06/2006.

Resumo

Esta tese apresenta um estudo da cultura material de moradores de rua na cidade de São Paulo sob uma dupla perspectiva: do *habitar*, enquanto modo de ocupação do espaço, criação de territórios e de uma *tecnologia* como forma ativa de relação com o meio urbano, caracterizada como bricolagem. O ponto de vista adotado encara os modos de existência dos moradores de rua como formas de vida possíveis, e não em termos de carência, remetida a uma suposta normalidade. Tomando o estado de constante exposição de si como traço distintivo da condição de quem mora nas ruas, seu enfoque está nas táticas mobilizadas para tornar a rua habitável, táticas que envolvem o questionamento prático das funcionalidades estabelecidas, tanto dos locais públicos ocupados quanto dos materiais descartados encontrados nas ruas da cidade.

Abstract

This thesis presents a study of the material culture of homeless people in the city of São Paulo, following a double perspective: of *dwelling*, as a mode of space occupation and creation of territories, and of a *technology*, as an active form of relation to the urban milieu, characterized as *bricolage*. The point of view adopted contemplates the modes of existence of the street dwellers as possible forms of life, and not in terms of lack, referred to a supposed normality. Taking the state of constant self-exposure as the distinctive trait of the homeless condition, it focus on the tactics mobilized to make the street inhabitable, tactics which involve the practical questioning of the functionality of both the occupied public places and the discarded materials found in the city's streets.

Para meu filho Yuri

SUMÁRIO

Introdução	1
1. A rua como meio	7
Gênero de vida	8
Cultura material	11
Tática	13
<i>Intermezzo: Luciano</i>	19
2. Habitar, verbo transitivo	23
O processo de habitar	24
A ordem doméstica	29
Hábito	31
Território	39
A casa íntima	41
Habitar e individuação	43
Um habitar sem casa?	47
<i>Intermezzo: Lazar</i>	51
3. O espaço do morador de rua	61
Os usos do espaço	62
Tipologia dos espaços ocupados	72
A contração do espaço	77
Localização	83
4. A ilha dos caixotes	89

Situação	89
Arranjos efêmeros.....	92
Os caixotes	93
Lixo	97
Modos de presença	97
Pinga	99
Territórios	100
Microgeografia	101
Crônica.....	103
Uma comunidade?	123
5. Tecnologia	125
A técnica selvagem	126
Da função ao seu desvio	135
TECNOLOGIA DESCRITIVA	149
Técnicas de fabricação	149
Técnicas de aquisição	163
Transportes	168
Técnicas de consumo	171
<i>Intermezzo: Raimundo Miranda</i>	187
6. Extermínio	193
Corpos a mais	194
O abismo da rua	197
<i>Homo Sacer Brasilensis</i>	199
Corpos abjetos	201
O morador de rua como categoria	202
A cidade privatizada	203

A cidade segregada	206
Políticas públicas	208
Considerações finais	213
Bibliografia	217

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado.

Ao meu orientador, Laymert Garcia dos Santos, pela confiança, pela generosidade, pela interlocução sempre estimulante, e, sobretudo, pela orientação, no melhor sentido da palavra.

À Suely Kofes e Vera Telles, por sua inestimável contribuição, na ocasião do exame de qualificação.

À Kátia, companheira sempre presente, pelo convívio estimulante e por sua leitura impiedosa de meus textos preliminares.

Ao meu amigo Giuliano Brogini, *géographe de terrain*, pelas inúmeras caminhadas que fizemos juntos, nas margens urbanas e ferroviárias da Europa, nas quais aprendi a ver os mundos que ali brotavam.

À Simone Frangella, pelo farto material bibliográfico generosamente emprestado.

À Antônia Schwinden pela revisão do texto.

A todos aqueles que contribuíram com este trabalho: meus colegas do grupo de pesquisa CteMe; Denise Kasper; Luiz B. L. Orlandi; Céline Rosselin; Guilherme G. de Andrade; Mauro B. de Almeida; Ana Luiza Fayet Sallas; Vilson Antônio Cabral; Cíntia Vieira da Silva.

Aos moradores de rua de São Paulo.

Soyons-en certain, le fond des choses n'est pas si pauvre, si terne, si décoloré qu'on le suppose. Les types ne sont que des freins, les lois ne sont que des digues vainement opposées au débordement de différences révolutionnaires, intestines, où s'élaborent en secret les lois et les types de demain, et qui, malgré la superposition de leurs jous multiples, malgré la discipline chimique et vitale, malgré la raison, malgré la mécanique céleste, finissent un jour, comme les hommes d'une nation, par emporter toutes les barrières et par se faire de leurs débris même un instrument de diversité supérieure.

Gabriel Tarde, *Monadologie et sociologie*, p. 80.

Estejamos certos, o fundo das coisas não é tão pobre, tão monótono, tão descolorido quanto supomos. Os tipos são apenas freios, as leis são apenas diques, opostos em vão ao transbordamento de diferenças revolucionárias, internas, nas quais se elaboram secretamente as leis e os tipos de amanhã, e que, apesar da disciplina química e vital, apesar da razão e da mecânica celeste, acabam um dia, como os homens de uma nação, derrubando todas as barreiras e fazendo dos próprios cacos um instrumento de diversidade superior.

[G. Tarde, *Monadologia e sociologia*, p. 78]

INTRODUÇÃO

A questão principal que moveu este trabalho vem de longe. Originou-se de uma monografia que escrevi para obtenção do *diplôme* da École Supérieure d'Art Visuel de Genebra. Terminada em 1994, essa monografia, intitulada *La force des choses*,¹ tratava da impossibilidade de separar a técnica da cultura e apontava para o aspecto político de escolhas apresentadas como “apenas técnicas”. Indagava sobre uma possível apropriação dos artefatos por meio do desvio de função, pensando, sobretudo no uso artístico das tecnologias. Nos anos que seguiram essa redação, a problemática do uso da tecnologia continuou a ocupar meu pensamento e a orientar minhas leituras. Com meu interesse deslocando seu foco da arte para o design e a arquitetura, o *habitar* tornou-se o novo contexto para pensar a relação com as ‘coisas’, em particular o papel do ambiente doméstico nos processos de subjetivação

Por outro lado, morando desde 1997 no Brasil, tive logo minha curiosidade despertada pelas construções armadas pelos moradores de rua de São Paulo, freqüentemente vistas da janela de um ônibus *Cometa*. Queria ver isso de perto, mas não encontrava a maneira para fazê-lo. A elaboração de um projeto de doutorado foi o meio de juntar tudo isso, em torno da idéia de que a bricolagem é um componente do habitar, este visto como processo de espacialização dos hábitos. Uma das hipóteses elaboradas então era a de que os moradores de rua, não tendo acesso aos meios comuns para criar e manter uma casa, inventavam, através da bricolagem, outros modos de habitar.

Foi assim para desenvolver uma questão *teórica* que nasceu a pesquisa apresentada aqui. Certa vez encontrei num livro de Pierre Bourdieu a expressão *fieldwork philosophy*. Apesar de não pretender seguir à risca tal programa, seduziu-me naquela expressão a possibilidade de um trabalho de campo concebido como experimentação em torno de uma problemática, digamos, conceitual. Nesse sentido, por exemplo, se a noção de função perpassa toda a tese, é sendo questionada teoricamente como construção social da relação com os objetos e contestada praticamente no dia-a-dia dos moradores de rua.

Pela natureza das questões propostas, minha abordagem da população de rua diferencia-se das pesquisas habituais ao colocar o enfoque na cultura material, segundo uma perspectiva *tecnológica*. Pode surpreender o leitor a opção de entender a vida nas ruas

¹ Uma versão pdf deste texto está disponível no site do grupo de pesquisa *Conhecimento, Tecnologia, Mercado*, no endereço: www.ifch.unicamp.br/cteme/Pierre2.pdf

em termos de tecnologia; segundo a ótica evolucionista que prevalece quando se trata de tecnologia, os moradores de rua representam apenas alguma volta no tempo: “no meu tempo, era burro que puxava carroça”, disse-me certa vez Ronaldo, morador da *Ilha dos caixotes*. Em compensação, se definimos a tecnologia como *o conjunto dos meios, materiais e cognitivos, que tornam possível a persistência de uma determinada forma de vida*, dispomos de um critério imanente para estudar a cultura material dos moradores de rua, sem remetê-la ao que ela não é. Conseqüentemente – como será explicitado no capítulo 1 – o ‘objeto’ da pesquisa não é um determinado “segmento social”, mas, antes, *uma determinada forma de inserção no espaço urbano*.

Os procedimentos adotados para a pesquisa de campo decorreram do meu enfoque na cultura material e nas práticas espaciais. Sai tarde para as ruas, no início do terceiro ano de doutorado, isto é, depois de muitas leituras. O campo problemático desenvolvido na fase mais ‘teórica’ da pesquisa ajudou-me a ajustar minha percepção à perspectiva que pretendia adotar. Optei pelo contato direto com os moradores de rua, sem o intermediário de instituições assistenciais ou outras. A escolha das pessoas a serem entrevistadas e das instalações e serem estudadas dependia do interesse das produções materiais visíveis, conforme eram encontradas ao curso de minhas caminhadas nas ruas. Andei cerca de 1000 quilômetros nas ruas de São Paulo, passando pela maioria dos bairros que compõem o ‘centro expandido’ da cidade. Com o tempo, estabeleci um mapeamento da área central de São Paulo, destacando alguns focos onde havia concentrações de moradias ou um indivíduo que merecia uma observação mais seguida. A partir disso, além de incursões em regiões desconhecidas, meus percursos passavam regularmente por locais potencialmente ricos em observações, como a região da Luz, do Mercado Municipal, o Parque Dom Pedro, a baixada do Glicério, o Minhocão. Rapidamente interessei-me por um local específico, um fragmento do Parque Dom Pedro II recortado por uma alça de acesso ao viaduto 25 de março. Essa “ilha”, ocupada por cerca de quinze moradores de rua vivendo, em sua maioria, da recuperação de caixotes de feira, oferecia-me – por conta, entre outros fatores, de sua centralidade - a possibilidade de observar de maneira seguida a ocupação coletiva de um local público. Combinando o acompanhamento deste lugar com as explorações extensivas, eu costumava passar na ilha ou no início do dia, para depois seguir para outros lugares, ou em torno da hora do almoço – entre 11 e 14 horas – ou no final do dia, antes de pegar o ônibus de volta para Campinas.

Morando em Campinas e pesquisando em São Paulo, a forma que escolhi para conduzir esta pesquisa foi a de passar um dia por semana nas ruas da capital (em geral, às terças-feiras), o que fiz, com algumas interrupções, entre fevereiro de 2004 e agosto de 2005. Essa forma de pesquisa, num ritmo semanal, acarreta, é claro, alguns 'efeitos de amostragem' na observação. Desconheço, por exemplo, a maior parte da vida noturna das pessoas que pesquisei. Em compensação, o intervalo de uma semana entre um dia e outro me permitiu amadurecer meus métodos de pesquisa e proporcionou um tempo longo (20 meses) de observação, necessário à apreensão de certos fenômenos, tais como as mudanças na concentração de moradores de rua em determinadas áreas.

O trabalho do cientista social, especialmente quando envolvido com populações à margem da ordem social dominante, pode aproximar-se, involuntariamente, da delação. O mapeamento dos locais ocupados, por exemplo, diferencia-se de uma operação de polícia apenas por seu propósito. Meu consolo, todavia, é que os funcionários do *rapa*² pareciam conhecer as localizações dos acampamentos melhor do que eu... Tomei, no entanto, certas precauções para que as pessoas mais fixadas em um lugar não possam ser identificadas, e que os locais ainda desconhecidos o permanecem.

Existem muitas publicações sobre moradores de rua, quer no Brasil, quer no resto do mundo. A utilidade da literatura de outros países – estou pensando, em particular, na França e nos Estados Unidos, onde foram produzidos muitos estudos – é bastante limitada, visto a particularidade da situação em cada país. Na França, por exemplo, a tutela do Estado sobre as populações carentes em geral e os moradores de rua em particular contrasta com o abandono no qual encontram-se no Brasil. Abandono que contribui para a riqueza de práticas alternativas. Alguns aspectos particulares, no entanto, são comuns às diversas situações nacionais, como, por exemplo, as formas de repressão ou a estigmatização dos moradores de rua.

Haveria, no campo das ciências sociais³, três temáticas estabelecidas nos estudos sobre moradores de rua: 1) a exclusão, 2) as políticas sociais e 3) as formas de sociabilidade entre os moradores de rua. A primeira vertente, da exclusão social, parece estar representada, no Brasil, por pesquisadores ligados à Universidade de Brasília. Entre os livros publicados, podemos citar *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*

² O *rapa* é uma operação de "limpeza das vias públicas", conduzida pelas subprefeituras da cidade e que envolve a destruição das moradias de rua. Ver p. 209.

³ Esses três eixos foram-me apontados por Vera Telles em sua intervenção no exame de qualificação da presente tese, Unicamp, 27 de maio de 2004.

(1997), de Bursztyń e Araújo, *Vidas ao Léu* (1999), de Sarah Escorel, baseado numa pesquisa da autora feita no Rio de Janeiro, e a coletânea organizada por M. Bursztyń, *No meio da rua* (2000). A abordagem em termos de exclusão, de modo geral, tem por referência a sociedade integrada, e considera os moradores de rua, em primeiro lugar, como seres privados de seus benefícios. Essa problematização, em termos de *falta*, é, certamente a mais distante da presente tese, na qual procurou-se, ao contrário, investigar a situação de rua por ela mesma, como uma forma de vida possível.

As questões ligadas às políticas sociais, embora tendo incidências diretas sobre a condição de quem mora nas ruas, estão fora do foco desta pesquisa. Apenas alguns trabalhos foram consultados para o capítulo 'contextual' da tese, *Extermínio* (cap. 6). Uma exceção, todavia, entre essas produções, é o livro organizado por M.A da Costa Vieira, E.M Ramos Bezerra e C.M Maffei Rosa, *População de rua* (1992), sobretudo pelas informações que contém sobre os moradores de rua de São Paulo. Resultando de uma pesquisa promovida pela Prefeitura de São Paulo (na gestão de Luiza Erundina), na ocasião da qual foi realizado o primeiro censo da população de rua (em maio de 1991), este livro fornece alguns elementos etnográficos e, sobretudo, informações sobre a localização dos "pontos de pernoite" (o tipo de locais considerado para a contagem da população). Apesar dos mais de dez anos corridos desde a sua publicação, *População de rua* continua sendo, a meu ver, a melhor introdução à questão dos moradores de rua na cidade de São Paulo.

A terceira vertente, enfim, que trata da sociabilidade própria à população de rua, parece-me pouco representada no Brasil. A dissertação de Felipe Brognoli sobre os *trecheiros* seria um exemplo de tal abordagem. Por seu enfoque na etnografia, esse tipo de pesquisa diferencia-se dos dois outros e apresenta mais afinidades com meu próprio trabalho.

O enfoque etnográfico caracteriza alguns estudos mais específicos, como a tese de Simone Frangella, *Corpos urbanos errantes*, e a dissertação de mestrado de Claudia Magni, *Nomadismo urbano*. Centrado "nas manifestações e representações corporais que emergiram a partir do uso da rua"⁴, o trabalho de Frangella, mais especialmente sua etnografia, realizada em São Paulo numa época próxima (entre 2001 e 2003), trouxe observações que auxiliaram minha pesquisa. A dissertação de Magni, apresentando uma pesquisa feita em Porto Alegre no início dos anos noventa, enfoca "a relação [dos

⁴ S. Frangella, *Corpos urbanos errantes*, p. 14

moradores de rua] com o espaço, com o corpo e com as coisas”⁵. Pelo interesse nas práticas espaciais e na cultura material dos moradores de rua, pela originalidade de sua abordagem, o trabalho de Magni contribuiu para o desenvolvimento desta tese.

Entre as publicações que tratam mais especificamente da cultura material dessa população, assinalo também os artigos de Maria Cecilia Loschiavo dos Santos, que destacam a importância das embalagens descartadas para a vida dos moradores de rua. Outras contribuições serão mencionadas ao longo do texto, conforme sua relevância para o assunto tratado.

A tese é dividida em seis capítulos. O primeiro, *A rua como meio*, examina a maneira pela qual a rua configura-se como um meio para um determinado gênero de vida, e define o objeto da pesquisa como uma forma de inserção no espaço urbano, baseada no uso tático dos espaços e dos materiais. O segundo, *Habitar, verbo transitivo*, procura traçar um campo conceitual que permita pensar a prática habitante sem reduzi-la à forma-casa, e assim apreender a constituição de territórios domésticos no contexto da rua. O terceiro, *O espaço do morador de rua*, constitui um mapeamento das formas de ocupação do espaço praticadas pelos moradores de rua pesquisados. Procura, também, restituir um pouco da dinâmica que afeta os locais onde a população de rua se instala. O quarto, *A ilha dos caixotes*, apresenta a etnografia de uma ‘ilha urbana’ situada no centro de São Paulo, cuja vida acompanhei durante vinte meses. O quinto capítulo – o maior – *Tecnologia*, é dividido em duas partes, a primeira, mais teórica, trata da bricolagem e de sua relação com a função dos artefatos; a segunda apresenta uma descrição da cultura material estudada. O sexto capítulo, enfim, *Extermínio*, cumpre o papel de desenhar o campo de forças no qual encontram-se os moradores de rua. Em vez de oferecer mais um histórico da questão dos moradores de rua, escolhi investigar um pouco do contexto *político* no qual encontra-se essa população, contexto que aponta, de fato, para seu extermínio.

Entre os capítulos, inseri três *intermezzi*, formando como que contrapontos ao texto principal. Cada um apresenta uma figura singular, uma forma original de inserção no espaço urbano. São indivíduos que escaparam, cada um à sua maneira, tanto da identidade de “trabalhador” quanto do buraco negro da “subjetividade de mendigo” e edificaram – por um tempo – aquilo que Félix Guattari chamou de *território existencial*, corolário de uma subjetivação singular.

⁵ Magni, *Nomadismo urbano*, p. 8.

1. A RUA COMO MEIO

Viver na rua constitui uma *condição*, isto é, um conjunto de constrangimentos e de recursos a partir dos quais devem ser construídas as bases materiais e simbólicas da existência. Devemos salientar o fato de que a condição não define como lidar com as circunstâncias; não há, portanto, e ao contrário do que se pensa às vezes das situações de extrema pobreza, uma relação automática, baseada apenas em ‘necessidades’, entre os recursos disponíveis e as práticas, ainda que ambos se articulam.

Por outro lado, a observação revela a comunidade de certas práticas entre os moradores de rua, apontando para algo da ordem de uma cultura – ou subcultura – própria a essa população. A idéia do que o mundo social dos moradores de rua constitui uma subcultura foi proposta por Snow e Anderson, com o propósito de definir “o contexto em que os moradores de rua se encontram”.¹ Essa formulação ambígua, que parece atribuir todo o conteúdo da dita subcultura às condições nas quais os moradores de rua vivem, leva os autores a falarem em “subcultura limitada”.² Em outro lugar da obra, afirmam que a subcultura da rua “não é uma subcultura no sentido convencional, (...) visto que não se ancora em, nem corporifica, um conjunto distinto de valores compartilhados”.³ Voltaremos nessa posição, que parece bastante comum nas ciências sociais, segunda a qual só existe “cultura” na base de valores e representações. Por enquanto, notemos apenas que a definição de Snow e Anderson encontra sua conclusão lógica na seguinte frase: “os comportamentos dos moradores de rua deveriam ser visto sobretudo *como adaptação às necessidades ambientais*.”⁴ Vemos que o apelo à noção de subcultura serviu apenas para reencontrar o velho determinismo. Albert Cohen, contudo, já havia afirmado, em 1955, ao falar da subcultura dos jovens delinquentes: “uma maneira de agir nunca é completamente explicada ao descrever, da forma mais convincente que seja, o problema de ajuste ao qual responde, enquanto existem respostas alternativas concebíveis.”⁵

De fato, as explicações em termos de adaptação constituem praticamente a regra, ao tratar das práticas dos moradores de rua, enquanto ninguém, hoje em dia, ousaria explicar,

¹ D. Snow, L. Anderson, *Desafortunados*, p. 75

² *Ibid*, p. 77

³ *Ibid*, p. 130.

⁴ *Ibid*, p. 75, grifo meu.

⁵ A.K Cohen, A general theory of subcultures, in K. Gelder, S. Thornton (eds) *The subcultures reader*, Routledge, 1997. Texto retomado de *The delinquent boys*, 1955. As citações de obras em francês e em inglês foram traduzidas por mim e são suscetíveis de revisão.

por exemplo, a proibição da carne de porco pelo islã em termos de adaptação ao clima, como o fazia o positivismo de século XIX... Lemos, por exemplo, num livro recente: “a rotina de sobrevivência nas ruas envolve a resolução das necessidades básicas (...) No caso da população de rua, o que está sendo assim denominado é o mínimo necessário para manter-se com vida.”⁶ Não há, talvez, melhor argumento contra esse determinismo do ambiente que o relato de Primo Levi sobre os anos que passou em Auschwitz. Depois de ter descrito, página após página, a rotina inflexível que rege a vida do campo, onde cada gesto e cada momento é submetido a prescrições drásticas, onde a menor falha em cumprir as ordens é punida pela morte, Levi conta a história de quatro “eleitos”, sobreviventes decentes, que, sem compactuar com os carrascos, inventaram formas de sobreviver no campo. Ora, o que mais chama a atenção, nessas histórias, é a diversidade das maneiras pelas quais cada um conseguiu construir seu “nicho” a partir dos poucos recursos de um dos ambientes mais inhóspitos criados pelo homem.⁷

GÊNERO DE VIDA

A questão que se coloca a partir dessas considerações é da noção mais adequada para dar conta da unidade das práticas observadas entre os moradores de rua, uma noção que não seja abrangente a ponto de diluir sua especificidade, nem restrita a cada caso singular. Este problema de extensão aparece rapidamente com os dois candidatos que se apresentam de imediato: *modo de vida* e *estilo de vida*. Eles parecem justamente representar os dois extremos do geral e do particular:

Se o modo de vida designa a identidade da prática (ou do conjunto de práticas) numa pluralidade de indivíduos, o estilo de vida corresponde à identidade do indivíduo (ou de um número restrito de indivíduos) pela pluralidade e pela originalidade combinada de suas práticas.⁸

Modo de vida, no seu uso sociológico, aplica-se a uma classe, unidade ampla demais para caracterizar a população de rua. Que eles sejam designados como “subproletários”⁹ ou “excluídos”¹⁰, os moradores de rua compartilham essas qualificações

⁶ S. Escorel, *Vidas ao léu*, p. 221. E por aí vai: as páginas (221-229) consagradas à vida nas ruas só falam em “necessidades”.

⁷ P. Levi, *Si c'est un homme*, chap. 9

⁸ S. Juan, *Sociologie des genres de vie*, p. 23.

⁹ C. Lanzarini, *Survivre dans le monde sous-prolétaire*

¹⁰ Por exemplo, S. Escorel, op. cit.

com outros grupos sociais; remeter suas práticas a uma identidade de classe tem por efeito apagar sua especificidade. Com a noção de *estilo de vida*, não temos apenas o problema inverso, isto é, uma referência por demais singular, mas também o corolário de uma ênfase na dimensão da opção pessoal. Como notado por Giddens, o termo estilo de vida “implica escolha dentro de uma pluralidade de opções possíveis”¹¹, o que implica, além do mais, a existência de opções predefinidas, referência implícita ao universo do consumo.

Além desse problema de extensão, devemos questionar as prioridades costumeiras, que partem de um grupo constituído – que seja uma classe ou uma tribo – para, depois, investigar suas práticas. Queremos, ao contrário, caracterizar certas formas de vida a partir de suas práticas. Por isso, definimos como nosso ‘objeto’ não um segmento social, mas certos modos de ocupação do espaço urbano, sem pretender, todavia, que eles sejam atributos da totalidade dos indivíduos usualmente definidos como “moradores de rua”.

A noção de *gênero de vida* nos parece a mais apta ao tipo de definição que procuramos. Lembrando-nos do que “a palavra gênero induz etimologicamente a idéia de gênese”¹², S. Juan define os gêneros de vida como “conjuntos de práticas pelas quais situações sociais particularizam-se e inovações culturais generalizam-se”¹³. Diferentemente das formas mais instituídas, os gêneros de vida evidenciam o momento de invenção de novas práticas e de novas relações sociais.

Um outro motivo para recorrer à noção de gênero de vida nos é dado pela geografia. Introduzido nesta disciplina por Vidal de la Blache, o gênero de vida visava relacionar as práticas dos diversos grupos humanos com as condições naturais. Definido por M. Derruau como “um conjunto de hábitos pelos quais o grupo que o pratica assegura sua existência”¹⁴, o gênero de vida é caracterizado pelo sedentarismo ou pelo nomadismo, a prática da caça, da pesca, da colheita ou da agricultura etc. Na geografia tradicional, a relação com o meio era pensada, sobretudo, em termos de *adaptação*. Isso, porém, não implicava uma ótica determinista, segundo a qual o gênero de vida seria apenas um reflexo das condições ambientais; não se perdia de vista a multiplicidade das formas possíveis dessa adaptação: “o meio *não dita* o gênero de vida: duas civilizações sucessivas estabeleceram, num mesmo meio, gêneros de vida diferentes (freqüentemente, a colonização substituiu um gênero de

¹¹ A. Giddens, *Modernity and self-identity*, p. 81

¹² S. Juan, *Sociologie des genres de vie*, p. 15.

¹³ *Ibid*, p.154.

¹⁴ M. Derruau, *Géographie humaine*, p. 11

vida por um outro)”¹⁵. Para nos, a referência à adaptação serve apenas para lembrar que o gênero de vida inscreve-se em determinadas condições, condições que fornecem tanto possibilidades de ação quanto limites ao que pode ser feito.

Outro aspecto da definição geográfica do gênero de vida é a consideração das *técnicas* na relação dos homens com o meio. Para Max. Sorre, por exemplo, o gênero de vida é um conjunto de técnicas praticadas por um dado grupo, forma ativa de sua relação com o meio.¹⁶ Essa perspectiva recoloca as técnicas – no sentido de práticas mais ou menos formalizadas – dentro do contexto das formas de vida que sustentam, uma questão essencial que retomaremos adiante.

Enfim, o terceiro ponto que nos aproxima dos geógrafos diz respeito ao habitar. Segundo Max. Sorre, “as formas de habitat representam as expressões concretas mais características dos gêneros de vida”¹⁷. De fato, o habitar não é apenas uma “expressão” do gênero de vida, pois, como notou A. Rapoport, a casa e a aldeia são meios de “facilitar e perpetuar o gênero de vida”¹⁸. Em suma, a noção geográfica de gênero de vida permite juntar, numa unidade coerente e dotada de um mínimo de estabilidade, os três elementos em torno dos quais nossa pesquisa se desenvolveu: uma determinada forma de relação com a cidade, uma tecnologia específica e, enfim, um modo próprio de habitar. A partir disso, podemos caracterizar o gênero de vida dos moradores de rua como uma determinada *forma de inserção no espaço urbano*.

Um meio, conforme nos ensinou von Uexküll, não se confunde com os elementos “objetivos” que comporiam um espaço comum a todos os seres vivos. O meio existe somente em relação com um sujeito – isto é, um ser dotado da capacidade de agir – e é composto por *caracteres perceptivos* e *caracteres ativos*. Os dois são, aliás, intimamente ligados: “são as ações dos animais projetadas no seu meio que conferem seu sentido às imagens perceptivas”¹⁹. Se os caracteres ativos do meio exprimem as ações possíveis para um determinado sujeito, essas ações, para um ser humano, envolvem, quase sempre, uma *tecnologia*. É preciso, nesse ponto, retomar a definição do gênero de vida em termos de técnicas, tal como foi proposta por M. Sorre, e examinar mais precisamente a natureza das relações que os une.

¹⁵ Ibid., p. 11

¹⁶ M. Sorre, *Geografia*, p. 103

¹⁷ Ibid, p. 122.

¹⁸ A. Rapoport, *Anthropologie de la maison*, p. 68.

¹⁹ J. von Uexküll, *Mondes animaux et monde humain*, p. 60. Retomaremos a questão das relações percepção-ação ao tratar das *affordances*, Cap. 5, p. 138.

Segundo nossa tese, a *tecnologia* (como conjunto específico de técnicas) *articula a relação entre o gênero de vida e o meio*. É por meio de determinados instrumentos, de determinadas cadeias operatórias, que certos elementos do meio tornam-se recursos contribuindo para o sustento do gênero de vida. O termo *cultura material* serve, usualmente, para designar a especificidade – geralmente étnica – de um conjunto de objetos, incluindo, nos desenvolvimentos mais recentes, as condutas motoras envolvidas com os artefatos.²⁰ Ora, a própria fórmula coloca questões sobre o modo de existência daquilo que ela designa.

CULTURA MATERIAL

O que recobre, exatamente, a noção de “cultura material”? Com esse termo, pretendemos abarcar o conjunto dos objetos usados-fabricados pelos moradores de rua, assim como as habilidades (*skills*) que participam de sua tecnologia própria. Como bem indica o nome, trata-se de algo “cultural”; o que isso quer dizer?

Podemos abordar a questão partindo de um artefato comum nas ruas de São Paulo, o *fogão de lata*²¹. Trata-se de um aparelho destinado a regular a combustão da madeira, de modo a usar o calor produzido para cozinhar alimentos ou aquecer água. Feito a partir de uma lata de ferro de 18 litros, embalagem descartado de diversos produtos, tais como tinta, óleo comestível, frutas secas etc., seu modo de construção é razoavelmente constante, levando em conta a existência de 2 ou 3 variantes usuais.

Observei fogões de lata, muito semelhantes entre si, em diversos pontos da cidade, o que já exclui que ele seja apenas uma solução individual, isolada, ao problema do cozimento. Além das realizações empíricas, existe, portanto, um *tipo*. Por outro lado, a existência, nas ruas, de um número significativo de outros dispositivos usados para cozinhar atesta seu caráter não necessário: o que o fogão de lata faz pode ser feito (e é feito) de forma diferente. Esses dois pontos nos parecem situar o fogão de lata como um fato social.

Tendo descartado a explicação determinista, segunda a qual o fogão de lata seria apenas uma resposta adaptativa às condições ambientais, o que a antropologia diria de nosso fogão? Marshall Sahlins, crítico das explicações “adaptacionistas”, escreve:

A unidade da ordem cultural é constituída por um terceiro e comum termo: o significado.

E é esse sistema significativo que define toda funcionalidade; isto é, de acordo com a

²⁰ Ver J.P. Warnier, *Construire la culture matérielle*

²¹ Ver ilustração p. 184.

estrutura específica e as finalidades da ordem cultural. Daí, decorre que nenhuma explicação funcional por si só é suficiente, já que o valor funcional é sempre relativo a um esquema cultural.²²

Concordamos plenamente com a insuficiência da explicação “funcional”. Mas sentimos uma certa perplexidade diante da necessidade de um “esquema cultural” como condição de possibilidade dos objetos. O que seria o esquema cultural por traz de nosso fogão? Ou, dito de outra forma, pode existir um fato cultural cujo esquema seja, justamente, um objeto? Um artefato ou uma singularidade de uso não pode constituir, por si só, um traço cultural, sem recurso a crenças ou valores que os justificam? Não estaríamos aqui em presença dessa “incapacidade de pensar (...) a prática de outra forma senão como execução” denunciada por Bourdieu?²³

O problema pode, todavia, ser construído de outra forma. Lembremos que é preciso explicar o fogão de lata como *tipo*. O processo de difusão evidenciado por Gabriel Tarde, pelo qual as invenções – isoladas – são reproduzidas por imitação, parece-nos suficiente para explicar a multiplicação do fogão de lata, se admitimos, com Tarde, que “todas as semelhanças de origem social, que se notam no mundo social, são fruto direto ou indireto da imitação sob todas as suas formas”²⁴. Isso não significa, porém, que qualquer coisa seja imitada por qualquer um; como mostrou Tarde, a imitação obedece a *leis*. No campo específico da cultura material, podemos recorrer aos estudos de Leroi-Gourhan sobre a difusão das tecnologias para entender melhor os mecanismos que regem a invenção e a imitação.

Para dar conta da unidade e do caráter sistêmico apresentado pelo conjunto dos artefatos – a cultura material – de uma dada etnia, Leroi-Gourhan propõe a noção de *meio técnico*. O meio técnico é, segundo sua definição, parte de um conjunto maior, o *meio interior* do grupo humano, que podemos assimilar, sem muita distorção, àquilo que chamamos de gênero de vida. Ao meio interior opõe-se o *meio exterior*, conjunto das condições ambientais nas quais o grupo vive imerso e “composto por pedras, por vento, por árvores e animais, mas também portador dos objetos e das idéias de grupos humanos diferentes”²⁵. O meio técnico, por sua vez, situa-se na interface desses dois meios, e por ele efetua-se a assimilação do meio exterior para o meio interior, cujo habitante “consome sua

²² M. Sahlins, *Cultura e razão prática*, p. 227

²³ P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, p. 169.

²⁴ G. Tarde, *Les lois de l'imitation*, p. 15.

²⁵ A. Leroi-Gourhan, *Milieu et technique*, p. 334.

madeira pela enxó, sua carne pela flecha, a faca, a panela e a colher.”²⁶ O autor ainda sublinha o fato de que

a dependência na qual o meio técnico encontra-se com relação ao conjunto do meio interior é evidenciada pelo fato de que cada grupo possui objetos técnicos absolutamente distintos dos outros grupos: para uma mesma tendência técnica materializada, no globo todo, pela colher, encontra-se colheres tuaregues, bretãs, melanésias, chinesas ou esquimós, tão profundamente personalizadas que é impossível confundí-las.²⁷

Analisando as propriedades do meio técnico, Leroi-Gourhan mostra a aderência do objeto ao grupo que o usa, aderência tal que, no limite, apaga-se a distinção – tão cara aos historiadores da técnica - entre *invenção* e *empréstimo*. Com efeito, as condições do meio técnico que são favoráveis à aparição de uma invenção são as mesmas que aquelas que favorecem o empréstimo, este sendo possível “apenas para um grupo cujo meio técnico já possui os meios (*les moyens*) de recebê-lo.” A respeito da invenção, “a mesma condição impõe-se: o grupo só inventa se possui os elementos preexistentes suficientes para fundar a inovação”.²⁸

A cultura material dos moradores de rua apareceu-nos como o campo onde ocorre a singularização de seu gênero de vida. Temos a impressão de que uma tentativa de definir alguma forma cultural específica a essa população na base de “valores” ou de “representações” reencontraria, numa ampla medida, o fundo comum aos pobres urbanos brasileiros. Perder-se-ia a diferença. Há, no entanto, uma dimensão da vida nas ruas, que, sem ser exclusiva desse gênero de vida, reflete o estado de exposição do morador de rua: a natureza *tática* de sua relação com o mundo. Antes de examinar os aspectos práticos dessa orientação, é preciso identificar as implicações respectivas dos modos estratégico e tático de atuar.

TÁTICA

Michel de Certeau propôs, em *A invenção do cotidiano*, o par estratégia / tática como categoria de leitura das práticas de consumo. Este par de noções permitiria, na sua perspectiva, articular a produção, organizada globalmente e difundida em massa, com o

²⁶ Ibid, p. 332.

²⁷ Ibid, p. 342.

²⁸ Ibid, p. 394.

consumo, privado, sem reduzir suas relações a um esquema determinante / determinado.

A visão, senão militar, pelo menos agonística, do mundo social que emana dessa leitura, com, de um lado, estratégias de aparelhos, e do outro, táticas de usuários, pôde ser criticada por sua ótica um tanto reativa. Assim S. Juan, afirmando que a “perversão do sistema” operada pelas táticas é “uma ação sem projeto, uma pura contra-dependência”²⁹. A crítica é, talvez, legítima, tratando-se das práticas de consumo. Em compensação, são precisamente essas características que fazem com que as análises de Michel de Certeau sejam particularmente apropriadas para pensar a existência cotidiana daqueles que vivem na rua, seres desprovidos de um ‘próprio’, cuja vida se desenrola por inteiro “dentro do campo de visão do inimigo”. Pois é realmente de uma guerra que se trata, com, de um lado, estratégias de extermínio e, do outro, táticas de sobrevivência. Além disso, pareceu-nos que o modo de ação descrito por de Certeau como “tático” define perfeitamente aquilo que, para nós, tipifica o agir dos moradores de rua: a prática do *desvio de função*, pela qual o uso previsto para os lugares, os objetos, e até as instituições, é subvertido.

Examinemos primeiro algumas propriedades desse par de noções, tal como desenvolvido por M. de Certeau, para, depois, articulá-lo mais especificamente às práticas dos moradores de rua.

Tendo definido a estratégia como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”³⁰, de Certeau postula a existência de um “próprio” como condição expressa de seu exercício: “(...) toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.”³¹ Uma vez estabelecido, esse lugar fornece uma “base de onde se pode gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos da pesquisa, etc.)”³²

A instauração do próprio “é *uma vitória do lugar sobre o tempo*. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e assim obter para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias.”³³ É igualmente a instauração de um certo regime de visibilidade, o próprio constituindo “um lugar de onde a vista

²⁹ S. Juan, op. cit., nota da página 217.

³⁰ M. de Certeau, *A invenção do cotidiano*, 1, p. 99.

³¹ Ibid

³² Ibid

³³ Ibid

transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e 'incluir' na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço."³⁴ Deve-se acrescentar que se trata de um "ver sem ser visto", que encontra sua materialização ideal no dispositivo do *panóptico*, magistralmente analisado por Foucault. A estratégia deve, com efeito, avançar mascarada, deve dissimular seus desígnios, a fim de escapar de eventuais estratégias adversas.

A estratégia só existe, como tal, a partir de uma antecipação da situação futura, e, portanto, do comportamento do adversário: o estrategista é aquele que sempre tem um lance antecipado. É baseado em tal previsão que se pode organizar-se a tempo, o que tem por efeito submeter a ação presente a uma decisão passada, decisão ela mesma tomada na base de um estado futuro *provável*. A ação estratégica é, portanto, dotada de inevitável inércia, o que faz com que os meios que ela desdobra sobrevivam freqüentemente à intenção que os motiva. A força própria da estratégia reside na sua capacidade em coordenar ações espacialmente e temporalmente distintas, de acordo com um plano de conjunto visando a um determinado resultado. Aquilo que chamamos de *uma* política é assim da ordem da estratégia, uma política urbana sendo uma gestão estratégica de elementos do meio de vida das populações.

Sendo a implementação (sempre custosa) de um dispositivo em vista de ganhos futuros, a ação estratégica tem também por característica ser um *investimento*. Aquele que investe numa estratégia sempre tem algo a perder, um capital que arrisca e um ganho que espera assim obter. Há previsão, na verdade, apenas do regular, daquilo que se repete, e é sobre a base de tais regularidades que as estratégias são estabelecidas. Mas ali está, também, a brecha oferecida às táticas, que sabem frustrar as expectativas, surpreender.

É, *a contrario*, pela ausência de um 'próprio' que de Certeau define a tática em oposição à estratégia: "nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha."³⁵ Não tendo a possibilidade de elaborar planos nem de juntar forças, o agir tático desdobra-se num estado de exposição total: "a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo', como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável."³⁶

³⁴ Ibid, p. 100.

³⁵ Ibid

³⁶ Ibid

Essa ausência de um lugar próprio leva, por um lado, à impossibilidade de armazenar os ganhos: “o que ela ganha não se conserva”³⁷, e, portanto, à submissão ao acaso das circunstâncias; por outro lado, todavia, ela ganha com isso uma mobilidade sem igual, que faz com que nunca esteja onde é esperada. Em suma, a tática, “arte do fraco”, é *astúcia*.

Estratégia e tática opõem-se, assim, em vários pontos, o que podemos resumir ao dizer que a estratégia baseia-se na *previsão*, enquanto a tática recorre à *ocasião*. A diferença, em suma, está na relação com o tempo: “as estratégias apostam na resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao desgaste do tempo; as táticas apostam numa hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta”³⁸. Os sofistas gregos – Gorgias, em particular – insistiram na importância do momento favorável à ação, o *kairos*. Um exemplo de lance tático que observei evidencia esse papel do *kairos*: trata-se da ocupação de uma área cercada vizinha por moradores do parque Dom Pedro II,³⁹ no momento em que uma série de assassinatos de moradores de rua ocupava as manchetes dos jornais. Podemos supor que tal invasão não teria sido tolerada em qualquer outro momento.

Se a tática, como modo geral de ação, caracteriza o fazer dos moradores de rua, quais são as formas concretas nas quais ela se manifesta?

Ao ler, na seqüência, uma série de artigos de jornal [*Folha de S. Paulo*] sobre moradores de rua, chamou-me a atenção a insistente recorrência da expressão “usado como... por moradores de rua”. Ora, essa expressão manifesta redondamente aquilo que chamo de *desvio de função*: “casos em que um artefato é submetido a um uso outro que não aquele considerado adequado.”⁴⁰ Contrariando ou ignorando os usos previstos para os equipamentos urbanos, morando em calçada, fazendo de um banco uma barraca... os moradores de rua praticam constantemente o desvio de função, já que, simplesmente, não têm acesso aos equipamentos considerados adequados.

De Certeau bem mostrou a dimensão tática do *uso*, pela qual este não se reduz à execução de um programa preestabelecido. O desvio de função – quando o uso torna-se abuso – não é nada mais, deste ponto de vista, que uma forma extrema de uso, um acirramento de seu componente tático. Não vamos desenvolver aqui a problemática da função, pois é objeto de uma seção específica do capítulo sobre tecnologia. Por enquanto,

³⁷ Ibid

³⁸ Ibid, p. 102. Tradução modificada.

³⁹ Descrita no capítulo 4

⁴⁰ C.P. Kasper, “Desviando funções”, *Nada*, No 5, 2005, p. 72.

queremos apontar duas figuras táticas freqüentemente praticadas por moradores de rua: a *reversão* e o *rearranjo*.

A reversão tática consiste, basicamente, em transformar um fator adverso em vantagem. Um bom exemplo disso nos é dado pelas cercas colocadas pelo poder público para impedir que um local seja ocupado por moradores de rua. Pratica-se uma abertura nela, e pronto: o que era obstáculo tornou-se proteção. Uma vantagem ulterior pode ser obtida, se, como observei em duas ocasiões, o metal da cerca é vendido a um *ferro velho*. Outro exemplo, mais formal, é a transformação de um espaço negativo (convexo), tal como o canto de um pilar de concreto, em espaço positivo – na prática, um abrigo – por meio de painéis apoiados nele.

Outra operação tática importante, o rearranjo, consiste em criar novas configurações a partir de elementos dados. Implica desagregar alguma estrutura encontrada para recombinar os elementos que a compõem. Boa parte dos casos de rearranjo observei na praça da Sé: bancos arrancados de seu lugar e agrupados (geralmente em dois) de diversas maneiras para formar barracas; lajotas de concreto formando caminho retiradas para construir fogueiras, permitindo a colocação de recipientes sobre o fogo; paralelepípedos extraídos do chão para formar muretas ou servindo de pesos para fixar as lonas. O rearranjo pode ser visto como uma forma extrema de bricolagem, já que o bricoleiro constrói a partir daquilo que está à mão.

Luciano



Foi caminhando ao longo de uma dessas avenidas gigantescas que atravessam São Paulo – a Radial Leste – que me encontrei com Luciano. Era final de março, final de verão, uma manhã quente, em 2004. Percebi primeiro, ao longe, uma silhueta que me chamou a atenção por seu modo estranho de se movimentar. Uma figura na beira da pista, que parecia bastante atarefada, porém com gestos lentos e inabituais.

Foi quando cheguei mais perto que sua roupa apareceu por si mesma: com uma fita na cabeça segurando um osso na vertical de sua testa, o corpo revestido por saquinhos de plástico, remetendo quase que a uma espécie de traje espacial.

Perguntei a respeito de seu estranho equipamento. Disse-me que era feito para viajar: proteção antibombas, pois esperava a nave que iria levá-lo para os Estados Unidos. Para San Francisco, precisou, onde ia se casar com “a cantora”. Quando me apresentei, Luciano percebeu que eu era estrangeiro; eu disse que era suíço, e ele exclamou: “como a cantora!” Mas, logo tomado por uma dúvida, perguntou: “Suíça e Suécia, é a mesma coisa?” Respondi que não, e ele disse então: “*Roxette* é da Suécia”.



Além de seu aspecto, o traje de Luciano constitui uma espécie de aparelhagem corporal. Para ele, que o apresenta como um equipamento de sobrevivência, num mundo onde as explosões ameaçam, e para quem o observa, produtor de uma postura e de movimentos singulares. A posição de sua cabeça, em particular, se deve a um colar, feito de papelão e de plástico, que a mantém erguida, um pouco à maneira de um colar anatômico, produzindo um olhar voltado para o horizonte. Os diversos pesos pendurados ao seu corpo dão a seus movimentos a lentidão dos gestos de um astronauta. Os saquinhos pendurados em seus braços e suas pernas estão recheados com cartelas da *Mega Sena*.

Atrás dele, amarrada a um poste, uma vara na qual está pendurada uma bandeira – uma biruta? –, extremamente leve, feita com um objeto redondo (prato de papelão?) embrulhado em uma sacola de plástico, flutuando ao vento. No chão, uma mala, da qual se vê apenas um canto, pois está envolta em um tecido de malha grossa e vários saquinhos cheios de folhas de *Mega Sena*, iguais aos que estão pendurados em sua roupa.

Luciano diariamente amarrava sua bandeira num poste, na beira da avenida – inventando um território existencial, uma pista de pouso – e esperava.

2. Habitar, verbo transitivo

Tentaremos, nesta parte, elaborar um conceito de habitar capaz de abarcar as formas de ocupação do espaço praticadas pelos moradores de rua. Tratando-se de uma população comumente definida em termos de *carência*, a apreensão de tais práticas, em sua coerência e singularidade, requer certos cuidados metodológicos. Com efeito, não são raros, por exemplo, os estudos sobre moradores de rua falando em “tentativa de reconstituição do espaço da casa”. Não negamos a dimensão reprodutora de certos arranjos; existe, e será examinada mais adiante. Porém, uma abordagem baseada nessa perspectiva acaba facilmente reduzindo as práticas habitantes dos moradores de rua a caricaturas das normas vigentes em nossa sociedade em termos do que seja habitar.

É possível que o habitar constitua uma dimensão antropológica fundamental. No entanto, ao admitir isso, temos que evitar dois erros: primeiro, como vimos, o de identificar o habitar com uma de suas manifestações históricas, especificamente, a *casa*; segundo, de defini-lo em termos de *funções*, supostamente derivadas de necessidades ancoradas na fisiologia humana. Começemos por examinar esses dois pressupostos comuns a respeito do habitar.

Na esteira do movimento moderno, acostumou-se a pensar a moradia em termos de *funções*. Segundo essa concepção, que se tornou agora senso comum, o ser humano seria, antes de tudo, portador de *necessidades* corporais, tais como o sono, a alimentação, a preservação de sua temperatura corporal etc. Seria o papel da moradia suprir essas necessidades, reunindo em um só espaço os equipamentos adequados a sua satisfação. As necessidades, asseveradas como atributos objetivos do corpo humano, seriam as mesmas para todos, o que conduz naturalmente à idéia de soluções universais, universalidade que encontra sua realização concreta na produção industrial de moradias e equipamentos domésticos, e sua expressão no chamado ‘estilo internacional’. Para resumir essa perspectiva, pode-se dizer que ao sistema das necessidades humanas corresponde um conjunto de funções, cuja realização econômica e eficaz depende do estado da produção industrial. É sobre a base indiscutível desta ‘infra-estrutura’ que se dão as variações, quer sociais (as distinções de classe exprimindo-se por meio dos materiais e acabamentos, do tamanho e da especialização dos cômodos), quer individuais (a ‘personalização’ da casa, tema das revistas de decoração). Na organização do espaço doméstico, esse recorte das

práticas cotidianas em funções combina-se, idealmente, com a isolamento de cada uma num espaço exclusivo; há, assim, um cômodo para dormir, um para a higiene corporal etc.

O problema com o funcionalismo é que carrega uma visão normativa do habitar, e isso, duplamente: primeiro, se acreditamos na objetividade das funções que determina, temos que aderir aos critérios de otimização que regulam sua execução. É a história toda do ‘taylorismo doméstico’, tentando importar a eficiência das fábricas dentro do lar¹, ou, mais recentemente, os estudos ergonômicos aplicados aos equipamentos da casa. Em segundo lugar, o funcionalismo ignora o elo entre a fisiologia e as práticas: digamos, em primeira aproximação e seguindo Marcel Mauss, as técnicas do corpo. De fato, as pretensas funções não passam de práticas costumeiras de um certo grupo social (que se convencionou chamar de burguesia), naturalizadas em atributos humanos universais. Nessas bases, é claro que as formas de habitar que escapariam desta racionalidade particular serão vistas como deficientes. Nunca passarão de “tentativas de...”

O segundo pressuposto, que chamo de *preconceito ecocêntrico*, define o habitar como sendo apenas o uso da casa. Casa, aqui, pode ser também apartamento; trata-se das formas instituídas de moradia em geral. Não é necessário enfatizar o aspecto normativo de tal abordagem; acrescentaremos apenas que a norma promovida pelo funcionalismo pretende ser científica, enquanto a norma implícita do ecocentrismo é a tradição.

Devo confessar que iniciei meu trabalho de campo ainda impregnado dessa identificação do habitar a casa. Via, nos abrigos construídos pelos moradores de rua, um tipo de casa – é claro, de uma espécie um pouco particular – e me referia a eles assim. No entanto, me dei conta rapidamente a que ponto a imagem era imprópria, o dia em que, designando a barraca de caixotes que dividia com sua companheira, perguntei para um jovem morador do *parque Dom Pedro II* se aquilo era sua “casa”. A resposta foi veemente: “você chama isso de *casa*? eu não moro aqui, me escondo lá em baixo”. Foi só depois de ter me livrado dessa identificação sumária que comecei a perceber que os abrigos dos moradores de rua, a maior parte do tempo, só serviam para dormir.

O PROCESSO DE HABITAR

Antes de tudo precisamos de um conceito de habitar que não dependa da forma-casa, sem no entanto reduzi-lo a um conjunto de ‘funções’, elas mesmas abstraídas do modo

¹ Ver S. Giedion, *La mécanisation au pouvoir*, pp. 424-451

dominante de habitar. O caminho escolhido para isso começa considerando o habitar como um *processo*. E um processo envolve *verbos*.

Apropriar (se)

Apropriar se diz em dois sentidos, ambos pertinentes para nosso propósito, porém distintos: o primeiro, usando o verbo em sua forma reflexiva, é de “tomar para si, tomar como propriedade”². Apropriar-se de um espaço significa assim assegurar-se de sua fruição exclusiva, fazer dele sua propriedade (não necessariamente no sentido legal). O segundo sentido é o de “tornar próprio ou conveniente, adequar, adaptar”³. No caso do espaço, significa torná-lo compatível com certas atividades, aspecto enfatizado nessa definição de G.N Fischer: “a apropriação é a projeção da conduta humana sobre o espaço”.⁴

A esses dois sentidos do termo correspondem as duas principais maneiras de apropriação: a delimitação, que define um lugar como território, e a instalação, que consiste na disposição de objetos que vão “mobilier” o espaço.

Foi Henri Lefebvre quem formulou primeiro a relação entre habitar e apropriação: “habitar, para o indivíduo, o grupo, significa apropriar-se de alguma coisa. Não dele ter a propriedade, mas fazer dele sua obra, colocar nele sua marca, modelá-lo”⁵. Colocar sua marca sobre um determinado espaço poderia ser tomado como definição mínima do gesto de apropriação, incluindo até a marcação de território pelos animais. Segundo Rosselin, a apropriação de um local de moradia começa com sua confrontação com as medidas do corpo; projetam-se usos possíveis por meio dos movimentos que o espaço autoriza.⁶ O segundo momento, que precede imediatamente a instalação propriamente dita, é a limpeza. Essa operação independe do estado objetivo de ‘sujeira’ do local (senão pela intensidade do esforço necessário), pois trata-se, antes, de um *rito de purificação*⁷, parte do processo de tornar seu o espaço. Vale assinalar aqui um *insight* da língua francesa: a palavra *propre* significa tanto *próprio* quanto *limpo*, uma conexão que mereceria ser investigada. Feita essa faxina, começa a disposição dos pertences, móveis e outros, no espaço disponível, isto é, os primeiros passos da instalação.

² *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*

³ *Ibid*

⁴ *Espace industriel et liberté*, p. 172.

⁵ *Du rural à l'urbain*, p. 222. Citado por Rosselin, *Habiter une pièce*, p. 298.

⁶ C. Rosselin, *Habiter une pièce*, p. 183.

⁷ J.P. Filiod, “Purifications et ressourcement dans l'univers domestique”, *Ethnologie française*, XXVI, 1996,2, p.265

Instalar (se)

Como parte do habitar, a instalação⁸ consiste em adequar, por minimamente que seja, o espaço que se pretende ocupar às práticas cotidianas. Tais práticas envolvem, quase sempre, objetos; o essencial da instalação vai assim consistir na disposição de objetos num espaço limitado. Entram em jogo aqui os gestos familiares, as possibilidades oferecidas pelo local, as combinações possíveis com os elementos de que se dispõe. A coerência do conjunto resultante requer, às vezes, que se adquiram objetos complementares, ou que se alterem os que estão presentes, inclusive os *attached objects*⁹ que pertencem ao local.

A especificidade do habitar com relação a outras práticas de uso, além do seu caráter cotidiano, é a espacialidade: objetos e comportamentos são *situados*, há entre eles distâncias e proximidades, umas escolhidas, outras impostas pela configuração do local. Com efeito, o espaço apropriado pelo habitante sempre tem uma estrutura: no caso de um apartamento, é dividido em cômodos, tem portas e janelas etc. Até um cantinho na rua tem lados protegidos e outros que não o são, tem certas dimensões, em suma, uma forma. É dentro dessa forma imposta que o habitante cria sua ordem.

No tocante à disposição dos objetos, a instalação tem um caráter *inicial* na história de um dado hábitat. Pensemos, no contexto da casa, nos mal-nomeados *móveis*: uma vez colocados, é raro que mudem de lugar. Do mesmo modo, as alterações duráveis praticadas no ambiente pelo habitante acontecem, em sua maioria, no início da ocupação.

Incorporar

Uma vez realizada a instalação, e admitindo que o agenciamento que dela resulta perdura o tempo suficiente, a apropriação do espaço habitado toma um caráter mais íntimo, e menos consciente: habitua-se ao ambiente, à disposição das coisas. Uma maneira de pensar este processo apela para a noção de *esquema corporal*, seguindo Maurice Merleau-Ponty que, na *Fenomenologia da percepção*, destacou seu papel na formação dos hábitos motores e perceptivos. Considerando a experiência motora do corpo como nosso modo de acesso ao mundo, mediante uma compreensão não-representativa¹⁰, Merleau-Ponty debruçou-se sobre os hábitos motores, pelos quais “o comportamento destaca-se da ordem do em-si e se

⁸ O termo “instalação” será usado por falta de um equivalente do francês *aménagement* que designa tanto um agenciamento determinado como a própria ação de dispor elementos num espaço, com a idéia de torná-lo adequado a um uso determinado. Além disso, tem uma conotação doméstica que falta à palavra “instalação”.

⁹ expressão proposta por J. Gibson, que os distingue dos objetos móveis.

¹⁰ *Fenomenologia da percepção*, p. 198.

torna a projeção fora do organismo de uma possibilidade que lhe é interior.”¹¹ Para Merleau-Ponty, a aquisição de um hábito é “a apreensão motora de uma significação motora”¹². Ele dá, entre outros exemplos, o do automóvel, do qual se ‘sente’ a largura no momento de entrar num caminho estreito, sabendo se sua largura é suficiente ou não, sem por isso precisar efetuar qualquer medida ou comparação. O hábito exprime nosso poder de “dilatar nosso ser no mundo”¹³ pela incorporação de instrumentos que se tornam assim apêndices do corpo, extensões da síntese corporal – expressão equivalente a ‘esquema corporal’. Na perspectiva da incorporação, a aprendizagem da datilografia, por exemplo, não resulta em um conjunto de associações reflexas, estabelecidas entre símbolos e movimentos musculares, muito menos de uma representação da localização das teclas, mas da integração do espaço do teclado ao espaço corporal do sujeito que aprende.¹⁴ Os hábitos, nos diz Merleau-Ponty, são indissociavelmente motores e perceptivos; a extensão da esfera de ação do corpo é acompanhada, portanto, pela extensão do campo perceptivo, a exemplo da exploração do espaço com a ajuda de uma bengala, praticada pelo cego:

Quando a bengala se torna um instrumento familiar, o mundo dos objetos táteis recua, não mais começa com a epiderme da mão, mas na extremidade da bengala. É-se tentado a dizer que, através das sensações produzidas pela pressão da bengala na mão, o cego constrói a bengala e suas diferentes posições, depois que estas, por sua vez, medeiam um objeto à segunda potência, o objeto externo. (...) Mas o hábito não *consiste* em interpretar as pressões da bengala na mão como signos de certas posições da bengala, e estas como signos de um objeto exterior, já que ele nos *dispensa* de fazê-lo. As pressões na mão e a bengala não são mais dados, a bengala não é mais um objeto que o cego perceberia, mas um instrumento *com* o qual ele percebe.¹⁵

Mais recentemente, o grupo de pesquisa *Matière à penser* retomou a noção de incorporação no intuito de fundar uma teoria da cultura material nas práticas corporais. O grupo elaborou um manifesto, no qual consta a seguinte definição do esquema corporal:

A síntese corporal (ou esquema corporal) é a percepção sintética e dinâmica que um sujeito tem de si mesmo, de suas condutas motoras e de sua posição no espaço-tempo. Ela mobiliza o conjunto dos sentidos em sua relação com o corpo próprio e a cultura material. Essa síntese é resultado de aprendizagens que continuam e se mantêm no

¹¹ M. Merleau-Ponty, *La structure du comportement*, p. 136.

¹² M. Merleau-Ponty, *Fenomenologia da percepção*, p. 198.

¹³ *Ibid.* p. 199.

¹⁴ *Ibid.* p. 201.

¹⁵ *Ibid.* pp. 210-211; grifos do autor.

curso da existência inteira. Ela demonstra uma grande variabilidade individual, cultural e social, ao mesmo tempo em que garante a continuidade do sujeito em sua relação com o meio ambiente. Ela se dilata e se retrata alternativamente, para integrar objetos múltiplos (automóvel, utensílios domésticos, roupas, equipamentos esportivos etc.) nas condutas motoras do sujeito.¹⁶

As propriedades do esquema corporal que essa definição destaca sugerem uma abordagem do habitar centrada no corpo, visto, não como portador de necessidades, mas como suscetível de adquirir hábitos. Mauss já mostrou que nossos atos os mais ‘naturais’, como comer e dormir devem sua forma a modelos culturais incorporados. São *técnicas do corpo*, isto é “montagens físiopsico-sociológicas de séries de atos” que são “mais ou menos habituais e mais ou menos antigos na vida do indivíduo e na história da sociedade”.¹⁷ Warnier mostrou como a noção de esquema corporal permite pensar o *uso*, notadamente dos objetos cotidianos, como parte das técnicas do corpo, ampliando a definição de Mauss.¹⁸

Um membro do grupo *Matière à Penser*, Céline Rosselin, antropóloga, autora de uma pesquisa sobre as habitações de um só cômodo, propõe uma teoria do habitar na qual o conceito de incorporação tem um papel central. Segundo ela, a incorporação do ambiente está realizada quando o habitante *não esbarra mais nas coisas*. A relação com os objetos torna-se, a partir desse momento, evidente; essa evidência, no entanto, deve ser conquistada, pois ela é “uma construção que se realiza na confrontação com a matéria, freqüentemente com hesitações e falta de jeito, sempre por experimentação”.¹⁹ Reciprocamente, a aquisição dos hábitos domésticos passa pelos lugares atribuídos às coisas. Nessa perspectiva, a arrumação, isto é, a restauração periódica da ordem, corresponde, segundo Rosselin, a uma “reatualização da incorporação”, pois “os objetos devem reencontrar um lugar ‘normal’, quando existe, para que novas ações possam se realizar, para que o corpo não seja constrangido na realização dos gestos.”²⁰

Os três processos que acabamos de apresentar como parte da dinâmica do habitar não independem uns dos outros. Podemos ver, por exemplo, a incorporação realizada do ambiente como término de sua apropriação. Contudo, são processos que concorrem para a

¹⁶ Reproduzido em Warnier, *Construire la culture matérielle*, p. 27.

¹⁷ M. Mauss, *As técnicas do corpo*. In: *Sociologia et antropologia*, p. 420.

¹⁸ Warnier, *Op. cit.* pp. 21-28.

¹⁹ “Si tu y vas un peu brusquement, tu te cognes à l’armoire” in M.P Julien, J.P Warnier (eds), *Approches de la culture matérielle*, p. 111.

²⁰ *Ibid*, p. 115.

criação e a manutenção daquilo que chamaremos de *território doméstico*, para designar o lugar habitado, independentemente de sua forma. Embora o desenvolvimento histórico da maioria de seus atributos tenha ocorrido dentro da forma-casa, pode haver, como veremos, territórios domésticos na ausência de casa. É certo que, nesses casos, certos atributos do habitar ‘convencional’ permanecem e outros não.

A seguir, examinaremos alguns aspectos deste território, a saber a ordem produzida e reproduzida nele – constitutiva, precisamente, do *doméstico* -, sua relação com o cultivo dos hábitos e, enfim, sua qualidade mesma de território.

A ORDEM DOMÉSTICA

Habitar um determinado lugar implica a criação de uma *ordem*. Segundo André Leroi-Gourhan, as evidências arqueológicas atestam a aparição simultânea da casa – no sentido de espaço doméstico mantido – e de marcas rítmicas que prefiguram a linguagem. O abrigo, por sua vez, teria antecedido amplamente a casa assim entendida. Disso resulta que, ao contrário de uma idéia geralmente aceita²¹, o habitar não começa com a construção de abrigos, mas sim com uma domesticação do espaço e do tempo, que vai, aos poucos, substituir os ritmos sociais aos ritmos cósmicos na vida dos homens.

O ponto de vista que desejamos desenvolver aqui é da ordenação cotidiana das atividades domésticas, envolvendo atribuições de lugar às coisas e às pessoas. A ordem doméstica é objeto de um trabalho constante de produção / reprodução, e envolve tanto os ritmos quanto as disposições espaciais, essas duas dimensões estando constantemente entrelaçadas nos gestos cotidianos. A análise do *home*²² proposta por Mary Douglas²³, ao considera-lo como uma ‘comunidade embrionária’, evidencia esse aspecto. Perguntando-se “o que é que torna a solidariedade [entre os membros da unidade doméstica] possível?”, responde descrevendo estratégias que asseguram, de modo quase automático, a preservação do bem comum. Baseiam-se na *coordenação*, obtida, basicamente, pelas três maneiras seguintes: a coordenação do trabalho deriva da natureza da tarefa, principalmente de sua periodicidade e do local onde é realizada (cozinha etc.); o acesso aos recursos fixos, baseia-se na rotação, como por exemplo o banheiro, cuja monopolização por um membro da

²¹ Analizada por J. Rykwert, *On Adam's house in paradise*.

²² A palavra *home* exprime um conjunto de noções que não corresponde a uma palavra única em português. De sua definição pelo dicionário Webster, notemos os seguintes sentidos: 1) o local de residência de alguém, domicílio, casa. 2) a unidade social formada por uma família vivendo junto; sinónimo, neste caso de *household*, usualmente traduzido por ‘unidade doméstica’. 2) um local familiar ou usual. Por conta dessa polissemia, conservamos o termo inglês.

²³ M. Douglas “The idea of a home: a kind of space”, *Social Research*, vol. 58, No 1 (Spring 1991), pp. 287-307.

família provoca rapidamente o protesto dos outros; a distribuição (por exemplo, de comida), enfim, é sincrônica, o que garante a visibilidade: uma eventual desigualdade entre as partes fica óbvia para todos. Vemos que a coordenação, que assegura a vida do grupo doméstico como tal, estrutura o espaço-tempo cotidiano de seus membros.

O que faz a qualidade de um *home*, nos diz Douglas, é “um padrão de ações regulares”. Pensar essa dimensão em termos de arranjo espacial requer um termo menos definitivo do que *instalação*, que remete à parte (relativamente) fixa do território doméstico. Propomos o termo *preparação* para denotar ações como arrumar uma cama, pôr a mesa etc., isto é, a constituição de arranjos temporários, ligados a uma determinada atividade. A noção de ‘pontos de articulação’, proposta por Céline Rosselin, visa precisamente dar conta dessa preparação dos espaços, introduzindo uma dimensão dinâmica no seio do arranjo doméstico. Tendo elaborando tal noção a partir de suas observação sobre as habitações de um só cômodo – onde as ‘funções’ habitualmente discriminadas em cômodos separados coexistem no mesmo espaço –, Rosselin nos lembra que “os gestos, a relação física com os objetos, os próprios objetos, não simbolizam os modos de habitar, mas os criam, constroem diversos espaços, diversas temporalidades, diversas relações com o outro no espaço de vida cotidiano”²⁴. Para entender essa dinâmica, acrescenta, é preciso ultrapassar as oposições, tipo dia / noite, limpo / sujo, feminino / masculino, que fixam as coisas em esquemas que não explicam nada, e ver onde e como acontece a “reversão” dos espaços, isto é, sua adequação a um outro uso. Essa reversão apóia-se em certos objetos-chave, chamados de *pontos de articulação*, uma noção inspirada pela porta, que, fechada, isola os espaços, e, aberta, os une. Um exemplo de ponto de articulação apresentado pela autora é a cama: sua arrumação marca a passagem de “dentro da cama” para “sobre a cama”, sendo que neste último estado, a cama pode servir de banco, de sofá, de mesa... (sobretudo no contexto do cômodo único). A partir dessas considerações, Rosselin observa que “os habitantes dos ‘cômodos únicos’ inventam assim um modo de ocupação de seu espaço muito diversificado, que a representação por meio de planta não conseguiria aproximar”.²⁵

Insistimos um pouco no arranjo transitório por evidenciar melhor o entrelaçamento pessoas – coisas. Entretanto, ao considerar a distribuição das coisas no espaço, entram em jogo diversas escalas temporais, às quais correspondem diversas ações ‘arranjadoras’, que podemos esquematizar assim: *Instalar* diz respeito ao tempo longo; as disposições resultantes duram – em sua maioria – até a próxima mudança. *Preparar*, que acabamos de

²⁴ C. Rosselin, *Habiter une pièce*, p. 168.

²⁵ *Ibid*, p. 296.

apresentar, organiza-se em torno de um acontecimento, isto é, um momento singular do dia (mas que pode se repetir a cada dia, ou mesmo várias vezes ao dia). *Arrumar-guardar*, enfim, é, de alguma forma, o elo entre as duas outras ações: reestabelece um estado 'neutro' do ambiente, pronto para novas atividades.

HÁBITO

O hábito foi freqüentemente qualificado, desde Aristóteles, de *segunda natureza*. Podemos, a partir desta fórmula, entender como efeito do hábito boa parte do que se considera o 'natural' de um indivíduo. Foi essa 'desnaturalização' dos modos de ser que empreendeu, em seu tempo, Pierre Bourdieu, com uma atenção especial para as condições sociais de sua formação. O hábito parece ser um ponto de contato privilegiado entre o indivíduo e o social. Manifesta-se, com efeito, num corpo individualizado, e, ao mesmo tempo, sua formação supõe um contexto que sempre já é *social*, como Mauss tinha mostrado a respeito das técnicas do corpo.

A própria etimologia aproxima hábito e habitar, não somente a partir da mesma origem latina (*habitus, habitudo*), segundo a qual temos os pares *habitude / habiter* em francês e *habit / to inhabit* em inglês, mas também em alemão, a partir de outra raiz, com o par *gewohnheit / wohnen*. Quando J. Dewey escreve: "através dos hábitos formados na relação (*intercourse*) com o mundo, habitamos também o mundo"²⁶, ele explicita o habitar como exteriorização de hábitos. Entre os estudos consagrados ao habitar, o hábito vem substituindo a dupla necessidades-funções como paradigma analítico, possibilitando uma leitura cultural, isto é, não normativa, das práticas habitantes. Todavia, os autores que apelam para a noção de hábito nem sempre levam em conta a complexidade que ela envolve.

Se quisermos esboçar um conceito antropológico do hábito – que é também uma noção de senso comum – convém, primeiro, distinguir e explicitar os diversos sentidos da palavra, visto que, entre os autores que escreveram sobre o hábito, a terminologia varia, com as mesmas palavras designando coisas diferentes. Assim, Merleau-Ponty distingue o *hábito*, no sentido de disposição, do *costume*, pelo qual designa o automatismo da conduta. Bourdieu, por sua vez, retoma o antigo termo escolástico de *habitus* para distinguir a disposição do *hábito*, entendido desta vez como automatismo. A fim de clarificar nossa problemática, distinguiremos três sentidos do termo, sem prejudicar se eles recobram ou não

²⁶ J. Dewey, *Art as experience*, p. 104

fenômenos realmente distintos. A distinção que propomos é antes de natureza heurística. Assim, hábito se diz:

- 1) como rotina, para significar um comportamento que se repete, uma regularidade da conduta, como quando se diz que se faz tal coisa ‘por hábito’: isto implica uma certa inconsciência. Preparar o café, depois de ter levantado, é um hábito assim entendido: eu o faço todos os dias, sempre seguindo a mesma seqüência de gestos, manipulando os mesmos utensílios, estes sempre colocados nos mesmos lugares, sem necessidade de pensar no que estou fazendo. Chamemos esse tipo de hábito de *hábito-automatismo*;
- 2) no sentido de *habituar-se* a algo, um ruído, um cheiro característico de um certo ambiente, as manias de uma certa pessoa que se freqüenta, coisas geralmente conotadas negativamente. Trata-se de habituação, fenômeno pelo qual estímulos regularmente repetidos acabam por se tornar imperceptíveis. É o *hábito passivo* de Maine de Biran; podemos também falar em *hábito-adaptação*;
- 3) enfim, o *hábito-disposição*, às vezes chamado de *habitus*, designa o que é adquirido no modo de ser de um indivíduo. Das habilidades aos vícios, uma ampla gama de disposições duráveis dão forma a maneiras de sentir, de pensar e de agir habituais, compondo, no seu conjunto, o que designaremos pelo termo *ethos*.

Se o hábito passivo não requer muita explicação, vale examinar um pouco as duas outras formas do hábito, a disposição e o automatismo.

O hábito como automatismo

A marca do automatismo parece ser a repetição. Infere-se o hábito de outrem da repetição de certos gestos, certos trajetos, certas expressões. Parece indiscutível que o hábito implica a repetição; podemos, porém, afirmar o inverso? Toda repetição da conduta denota um hábito? Chevalier dá, a este propósito, o seguinte exemplo: “pode-se levantar cedo *habitualmente*, sem ter formado o hábito disto, ou sem verdadeiramente ter se *habitado* a isso”.²⁷ Designando pelo termo *costume* a simples repetição de comportamento, ele distingue dele “o hábito verdadeiro”, que é “uma disposição interna, permanente, do próprio sujeito, a qual, nascida do costume, torna-se, por sua vez, a causa e o princípio do acontecimento costumeiro (...)”.²⁸ Em nota, Chevalier coloca uma observação interessante: “no primeiro caso [do simples costume], precisar-se-á de um despertador para levantar-se;

²⁷ J. Chevalier, *L’habitude*, p. 15

²⁸ *Ibid.*

no outro, não.” Concordamos que a repetição de um comportamento devida a um constrangimento externo não denota a existência de um hábito. Mas pode produzi-lo? Segundo Guillaume, “há contradição entre a idéia de *repetição*, no sentido rigoroso de reprodução do mesmo ato, e a idéia de *aquisição* de um modo de agir novo. Repetindo-se sempre o *mesmo* ato, não haveria mudança; não se aprenderia nada nunca”.²⁹ Concede, entretanto, um papel à repetição, enquanto ela seria “uma condição extrínseca que cria *chances* favoráveis à ação das causas verdadeiras (da mesma forma que a posse de um grande número de bilhetes cria probabilidades de ganho na loteria)”³⁰ A repetição formadora do hábito seria, segundo ele, repetição da mesma *intenção*, e não do ato decorrente (de maneira semelhante, Bergson fala em repetição do mesmo *esforço*). É só quando o hábito está adquirido que se passaria da repetição da intenção para a do ato.³¹ Numerosos autores vêem no automatismo uma degradação do hábito ‘flexível’. Paul Ricoeur desenvolve essa concepção na sua *Filosofia da vontade*. O hábito, afirma ele, é fundamentalmente ambivalente; se ele é o que dota a vontade de eficácia, ele contém também a ameaça da inércia, a “paixão de se tornar coisa”³², pois “nossos poderes os mais familiares são até um certo ponto outros que nós, como um ‘haver’ que não coincide exatamente com nosso ‘ser’”³³. Estabelecendo que “os fatos de automatismo não tem uma inteligibilidade própria e só podem ser entendidos como degradação”³⁴, ele distingue duas direções na automatização do hábito: de sua estrutura ou de sua ativação. No primeiro caso, Ricoeur vê um efeito do fenômeno geral de *fixação* que afeta nossas necessidades, nossos gostos e nossas tendências: “o hábito dá forma, e dando forma, cristaliza o possível numa figura exclusiva.”³⁵ Essa fixação afeta em particular os ritmos dos ciclos ligados às necessidades, que adquirem pelo uso períodos regulares.

Uma outra causa de automatização da estrutura do hábito está do lado do objeto. A estereotipia de certas tarefas, em particular aquelas que implicam o uso de uma máquina (Ricoeur dá o exemplo da datilografia), reduzem o gesto a seqüências invariáveis; nestes casos, a menor variação nas condições de execução (por exemplo um teclado diferente) produz o erro. Trata-se, nesses casos, de um automatismo inerente ao hábito. Mas a estereotipia pode também resultar da degenerescência do hábito, de seu envelhecimento:

²⁹ P. Guillaume, *La formation des habitudes*, p. 29.

³⁰ Ibid. p. 166.

³¹ Ibid. p. 30

³² P. Ricoeur, *Philosophie de la volonté*, p. 280.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid. p. 268.

³⁵ Ibid. p. 282

(...) certas vidas sem incidentes, certos ofícios sem imprevistos, permitem a formação de gestos que são como a solução de equilíbrio entre uma tarefa, uma situação e um instrumento. É o perigo do 'cotidiano' – cuja significação espiritual é considerável – de nos fazer parecer com o morto, e até com o mineral. Longe de ser o modelo do hábito, esses fatos de estereotipia são, ao contrário, fenômenos de envelhecimento; um hábito jovem é apenas regulado por uma estrutura simples de sinais aos quais responde por um esquema flexível.³⁶

A outra possibilidade de automatização do hábito remete à sua *ativação*. Ricoeur, evocando a destreza do artesão e do esportista, nota, primeiro, que se a automatização de uma ação diminui o esforço de vontade e de atenção necessários para sua realização, ela não implica sua ativação involuntária. O maquinal, ao contrário, diz respeito, em primeiro lugar, aos gestos que nos escapam, às falhas da consciência e apresenta-se como um 'erro' na execução da tarefa, como, por exemplo, quando se procura à direita o interruptor de luz num quarto onde está situado à esquerda. Não há, porém, nesses casos, nada de incoercível: "a vontade atenta à tarefa é mais forte do que qualquer associação" diz Ach – citado por Ricoeur – comentando suas experiências a esse respeito. Além desses casos, afinal banais, de ativação automática de hábitos, há todos aqueles que remetem à patologia: distúrbios da atenção, esgotamento mental etc. Ricoeur menciona particularmente as dissociações da consciência produzidas por recalque, tudo o que Freud associa ao automatismo de repetição.

Ao apresentar a ativação involuntária do hábito como um fato marginal, remetendo, quando muito, ao erro e à patologia, Ricoeur parece compartilhar uma concepção limitada do hábito, cujo modelo seria a *aptidão*, à disposição da vontade, da qual Dewey denunciou a insuficiência:

Quando pensamos nos hábitos em termos de andar, tocar um instrumento musical, digitar, tendemos a pensar nos hábitos como habilidades técnicas, existindo independentemente de nossas inclinações e desprovidas de impulso urgente. Pensamos nelas com ferramentas passivas, à espera de ser chamadas, de fora, para a ação. Um mau hábito sugere uma tendência inerente para a ação, e também uma influência, um comando sobre nós. Ele nos leva a fazer coisas das quais temos vergonha (...). Ele sobrepuja nossas resoluções formais, nossas decisões conscientes. Quando estamos honestos conosco, reconhecemos que o hábito tem esse poder porque é tão intimamente parte de nós mesmos. Ele tem um domínio sobre nós porque somos o hábito.³⁷

³⁶ Ibid. p. 283.

³⁷ J. Dewey, *Human nature and conduct*, p. 24.

O hábito como disposição adquirida

O conceito de *habitus* aparece na filosofia no contexto de uma problematização ética, a questão das virtudes. Tomás de Aquino, que traduz por esse termo a *hexis* de Aristóteles, lhe dedica uma extensa discussão no seu *Tratado das virtudes*³⁸. Segundo Tomás, o homem é portador de *potências*, tendências inatas para agir, que são, por si só, indeterminadas, ao contrário das potências naturais, por inteiro determinadas a seus atos segundo leis imutáveis. Cabe ao *habitus* dar forma a essas potências, sendo “uma certa disposição em relação com a natureza de uma coisa e com a operação ou o fim desta coisa, disposição que faz com que se esteja bem ou mal adaptado a isso”.³⁹ O *habitus* bom, aquele que leva ao bem e visa à perfeição da potência é a *virtude*. Podemos dizer, em resumo, que para Tomás, o problema das virtudes é o da formação de bons hábitos, que são disposições para o bem.

A questão do *habitus* foi retomada por Pierre Bourdieu, no contexto de suas pesquisas na Argélia, e desenvolvida ao longo de toda sua obra. Na sua preocupação em desnaturalizar o mundo social, Bourdieu interrogou-se sobre as condições de formação do *ethos* próprio aos membros das diferentes classes sociais. Reconhecendo, por outro lado, a distribuição desigual dos recursos materiais, ele estabelece uma relação entre a freqüentação de um certo universo de objetos e a formação de determinados modos de se relacionar com o mundo. Neste ponto consiste sua vizinhança com nossa problemática, e um certo número de questões comuns.

O conceito de *habitus* permite a Bourdieu dar conta do que ele chama de *interiorização da exterioridade*, isto é, o mecanismo pelo qual as condições objetivas de existência moldam as maneiras de sentir, pensar e agir daqueles que as sofrem, isto sem passar por ‘representações’ conscientes, pois direcionado diretamente para o *corpo*.

É porque o corpo está (em graus desiguais) exposto, posto em jogo, em perigo, no mundo, enfrentando o risco da emoção, do ferimento, do sofrimento, às vezes da morte, portanto obrigado a levar a sério o mundo (e nada é mais sério que a emoção, que toca no mais fundo dos dispositivos orgânicos), que ele está em posição de adquirir disposições que são aberturas para o mundo, isto é, para as próprias estruturas do mundo social do qual elas são a forma incorporada.⁴⁰

É mediante essa ‘exposição ao mundo’ que se forma o *habitus*, “sistema de *disposições* duráveis, que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada

³⁸ In *Suma teologica*. Usamos a tradução de R. Bernard.

³⁹ Ibid. Questão 49, artigo 4.

⁴⁰ P. Bourdieu, *Méditations pascaliennes* (MP), p. 168.

momento como uma *matriz de percepção, de apreciação e de ação*, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas”⁴¹ Princípio gerador das práticas, o habitus é concebido como um mecanismo integrador, capaz de fabricar “coerência e necessidade a partir do acidente e da contingência”⁴². É porque ele é um conjunto de *disposições adquiridas* que o habitus tende a se consolidar por si mesmo, ao favorecer as experiências que o reforçam⁴³. Com efeito, as disposições são também predisposições, inclinações⁴⁴, no que elas orientam o agente para um tipo determinado de condições, as mais aptas à realização de suas potencialidades, que precisamente foram adquiridas em condições semelhantes, porque “as condições de (...) formação [do habitus] são também as condições de sua realização”.

O habitus é um princípio de produção, e até de *invenção*, mesmo que dentro do quadro estrito imposto pelas estruturas nas quais se formou.

Porque o habitus é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – *que sempre tem por limite as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção*, a liberdade condicionada e condicional que assegura é tão afastada de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma mera reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais.⁴⁵

Com o habitus sendo assim colocado como uma “*subjetividade socializada*”⁴⁶, duas questões pedem um exame mais detalhado:

- 1) quais são as condições de sua formação;
- 2) como se apresenta a coerência (sistematicidade) do habitus individual, constantemente afirmada por Bourdieu.

Para Bourdieu, a ação formadora exercida pelas estruturas sociais sobre o indivíduo está longe de reduzir-se à atividade pedagógica propriamente dita. É o meio ambiente no seu conjunto que participa da inculcação das disposições, num modo implícito:

o essencial do *modus operandi* que define o domínio prático transmite-se na prática, no estado prático, sem alcançar o nível do discurso. Não se imita ‘modelos’, mas sim as ações dos outros. A hexis corporal fala imediatamente com a motricidade, enquanto esquema postural que é ao mesmo tempo singular e sistemático, porque é solidário de todo um sistema de objetos e encarregado de uma multidão de significações e de

⁴¹ P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique* (ETP), p. 175.

⁴² P. Bourdieu, *Le sens pratique* (SP), p. 134

⁴³ *Ibid.* p. 101.

⁴⁴ ETP, nota 28, p. 247.

⁴⁵ SP, p. 92, grifo meu.

⁴⁶ P. Bourdieu, L. Wacquant, *Réponses*, p. 101.

valores sociais.⁴⁷

É, portanto, de modo bem concreto que as condições materiais de existência participam da formação do habitus; os hábitos motores são adquiridos pela manipulação dos objetos cotidianos – em geral imitando as pessoas em volta –; são também disposições para abordar o mundo de uma determinada maneira, a qual está assim duplamente condicionada socialmente: primeiro porque a cada posição no campo social corresponde uma certa gama de objetos (aqueles que se pode possuir), segundo, pelas maneiras que se imita, que são sempre aquelas de um grupo social determinado.

Se se pode ler todo o estilo de vida de um grupo no estilo de seus móveis e de sua roupa, não é apenas porque essas propriedades são a objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinaram sua seleção, é também porque as *relações sociais objetivadas nos objetos familiares*, no seu luxo ou sua pobreza, na sua ‘distinção’ ou sua ‘vulgaridade’, na sua ‘beleza’ ou sua ‘feiúra’, impõem-se por intermédio de experiências corporais tão profundamente inconscientes, tal como o toque suave, tranqüilizante e discreto dos carpetes beges, ou o contato frio e magro dos linóleos rasgados e garridos, o cheiro acre, cru e forte da água sanitária, ou os perfumes imperceptíveis como um cheiro negativo.⁴⁸

É desde a infância que as hierarquias do mundo social marcam os corpos, inculcando um conjunto de valores práticos – isto é, praticados antes de refletidos – participando assim da formação de um verdadeiro inconsciente social. A casa, que é ao mesmo tempo, o lugar onde os gostos traduzem-se em objetos e aquele do primeiro contato da criança com o mundo, é assim o espaço privilegiado da aquisição das disposições constitutivas do habitus:

O mundo dos objetos, essa espécie de livro onde cada coisa fala metaforicamente de todas as outras, e no qual as crianças aprendem a ler o mundo, lê-se com o corpo todo, em e pelos movimentos e os deslocamentos que fazem o espaço dos objetos tanto quanto são feitos por ele.⁴⁹

O conceito de habitus que nos apresenta Bourdieu é um conjunto *sistemático* de disposições. Essa coerência do habitus individual, aliás mais postulada do que demonstrada na obra do sociólogo, nos parece necessária à afirmação de um habitus de classe específico. É a mesma lógica que está operando segundo a qual “cada técnica do corpo está predisposta a funcionar segundo o paralogismo *pars pro toto*, portanto a evocar (...)

⁴⁷ SP, p. 124.

⁴⁸ P. Bourdieu, *La distinction* (D), pp. 83-84.

⁴⁹ SP, pp. 129-130.

todo o sistema do qual ela faz parte”⁵⁰ ou que cada indivíduo ‘representa’ a classe da qual ele faz parte. A descrição particularmente sensível que Bourdieu nos dá do habitus burguês ilustra a homologia corpo / sociedade que deveria explicar tanto a coerência do habitus individual quanto a homogeneidade dos habitus no seio da classe:

a maneira a mais tipicamente burguesa de posicionar o corpo reconhece-se a uma certa *amplidão* dos gestos, do andar, que manifestam, pelo lugar ocupado no espaço, o lugar que se ocupa no espaço social, e, sobretudo a um *tempo* retido, medido, assegurado, que é ao todo oposto à pressa popular ou à diligência pequeno burguesa, caracteriza o uso burguês da língua, e em que se afirma a segurança de estar autorizado em tomar seu tempo e o dos outros.⁵¹

Parece-nos que a coerência do habitus individual só pode ser explicada pela faculdade que teria o habitus de transferir certas propriedades de um campo de práticas para um outro, manifestando nos atos os mais diversos a unidade de um *estilo*⁵², que se confunde, por outro lado, com o *estilo de vida* próprio a uma classe. Em nossa perspectiva, a transponibilidade do habitus permitiria estender além do ambiente doméstico as condutas que aí se cultivam, elucidando a participação deste na formação do *ethos*.

O habitus, escreve Bourdieu, opera “transposições sistemáticas”, que funcionam como “metáforas práticas”⁵³. Como o significa o termo metáfora, essas transposições são concebidas como “transferências analógicas de esquemas”⁵⁴, o que implica o estabelecimento de relações homólogas entre campos distintos. Notar-se-á o recurso à noção de *esquema*, que acrescenta à idéia de aquisição estável, contida na palavra *disposição*, a transponibilidade, pela qual os esquemas são suscetíveis de aplicar-se a situações diversas, segundo o mecanismo de *assimilação* descrito por Piaget.

Segundo B. Lahire, o grau de coerência do agente (isto é, a sistematicidade de suas disposições) resulta ele mesmo das condições de sua socialização⁵⁵. Se este efetuou-se num meio estável e organizado, como é o caso, por exemplo, de uma cultura ‘tradicional’, pode-se esperar a formação de um conjunto coerente de disposições. Ao contrário, no caso de uma circulação entre diversos contextos sociais, “trata-se de um indivíduo com um patrimônio de disposições, de hábitos ou de capacidades não homogêneo, não unificado,

⁵⁰ ETP, p. 197.

⁵¹ D, p. 241.

⁵² Ibid. p. 192.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ ETP, p. 175, grifo meu.

⁵⁵ B. Lahire, *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*, p. 140.

variando segundo o contexto social no qual ele será levado a evoluir”.⁵⁶

TERRITÓRIO

Entre os diversos sentidos da palavra, em disciplinas como a antropologia ou a geografia, tratamos aqui do território tal como definido pela etologia: *área que um animal ou grupo de animais ocupa, e que é defendida contra a invasão de outros indivíduos da mesma espécie*.⁵⁷ A noção de território designa assim uma “possessão espacial exclusiva”⁵⁸. Possessão, não necessariamente no sentido legal, de ser proprietário de um pedaço de chão; importa, em primeiro lugar, a idéia de *controle* sobre aquele espaço. Como diz Habraken: “o território é definido por atos de ocupação. (...) Tudo o que é preciso [para se ter um território] é de um agente exercendo controle espacial.”⁵⁹

Decorre de sua definição que o território regula a distância entre membros da mesma espécie. A psicologia ambiental distingue duas noções relacionadas à distância entre as pessoas: o *espaço pessoal* e o *território*. O primeiro é como uma bolha invisível, centrada na pessoa e marcando a distância mínima na qual os outros são admitidos: “[o espaço pessoal] regula quanto perto interagimos com os outros, desloca-se conosco e expande-se ou contrai-se conforme a situação na qual encontramos-nos.”⁶⁰ Ao contrário do espaço pessoal, sempre centrado na pessoa, o território é fixo no espaço, com essas duas consequências: 1) pode ser deixado para trás; 2) não é necessariamente individual; existem territórios de grupo.

Quando tratam da questão do território, um dos exemplos favoritos dos autores que escrevem sobre etologia humana⁶¹ é a praia. Na praia, com efeito, demonstra-se um comportamento territorial espontâneo, resultando num espaçamento regular entre os grupos. O território de cada grupo é marcado por seus apetrechos, esteiras, guarda-sol, cadeiras, que o sinalizam mesmo na ausência de seus donos. Ao redor de cada um desses acampamentos estende-se uma zona neutra, que permite não somente a circulação, mas também a distinção dos territórios. Salvo casos raros, essa distância é tacitamente respeitada, mesmo quando reduzida por conta da superpopulação. Incidentes praiheiros comuns, tais como uma bola perdida, evidenciam o fato de os territórios assim marcados

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*, artigo *território*

⁵⁸ J. Cousin, *L'espace vivant*, p. 30.

⁵⁹ N.J. Habraken, *The structure of the ordinary*, p. 128.

⁶⁰ P. A. Bell et al., *Environmental psychology*, p. 253.

⁶¹ por exemplo D. Morris, *Manwatching*, p. 130.

serem considerados ‘propriedade’ de quem os ocupa: pede-se licença para entrar neles.

A particularidade da situação praiana é que o comportamento territorial manifesta-se sobre uma área homogênea, uma *tabula rasa*, de alguma forma. Não é o caso do ambiente construído no qual vivemos cotidianamente; aí, muros, barreiras, fachadas delimitam territórios legalmente identificados, cuja distribuição no espaço muda muito lentamente. Essa ‘cristalização’ não esgota, entretanto, a relação entre território e espaço construído, que comporte, segundo Habraken, um duplo aspecto: “por um lado, os humanos expressam o território de forma explícita – construindo muros, fazendo portões e colocando marcos. Por outro lado, traçamos limites territoriais implicitamente compreendidos, ditados pelo costume e a habitação, dentro da paisagem artificial do ambiente construído.”⁶² Assim, por exemplo, dentro da forma-casa, segmentada em cômodos, estabelecem-se territórios pessoais sob a forma de *cantos*. N. Haumont, num estudo sobre o hábitat suburbano na França, mostrou a importância do canto, que qualifica de “em casa dentro do em casa” (*un chez-soi dans le chez-soi*), permitindo um certo isolamento dentro da família⁶³.

O exemplo da praia evidencia a importância da sinalização do território, isto é, das marcas que o assinalam como tal. Não somente não há território sem alguma forma de índice espacializado, mas a marca é *constitutiva* do território:

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território.

As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização.⁶⁴

Por isso, como notado por Habraken, *a habitação é territorial antes de ser funcional*; as funções exercidas no seio do território – a organização espacial das atividades cotidianas, no caso do território doméstico – são secundárias com relação ao estabelecimento do território. De fato, os meios pelos quais são realizadas as atividades cotidianas (dormir, cozinhar, comer, lavar-se...) caracterizam-se como funções ao se territorializar.

Existem diversas maneiras de marcar um território. A maioria dos mamíferos usa suas dejeções para sinalizar seu território ao olfato de seus congêneres. O homem, por sua vez, recorre preferencialmente a sinais visuais, que podem marcar a extensão do território, ou apenas seus limites. A colocação de limites, tais como barreiras, muros, cercas, define um território na medida em que a área delimitada está topologicamente fechada,

⁶² Op. cit. p. 132.

⁶³ N. Haumont, *Les pavillonnaires*, trecho reproduzido em F. Levy; M. Segaud, *Anthropologie de l'espace*, pp. 193-195.

⁶⁴ G. Deleuze; F. Guattari, *Mil Platôs*, vol. 4, p. 122

distinguindo um dentro e um fora. Diferentemente de outras formas de marcar território, o enclausuramento impede (ou dificulta) fisicamente a entrada de estranhos. Pode haver, entretanto, sinalização dos limites de um território sem impedimento sério a sua transposição; nestes casos, o limite apenas torna visível a invasão.

A etologia costuma ver na *agressão* o comportamento territorial típico; marcar o território seria, antes de tudo, defendê-lo contra os invasores. Entretanto, se consideramos o *controle exercido sobre um determinado espaço* o traço definidor da territorialidade, podemos apreender uma outra forma, talvez especificamente humana, de conduta territorial: o acolhimento. O gesto mais básico de acolhimento, oferecer um assento ao visitante, manifesta, em sua ambivalência, este aspecto de controle: se, por um lado, proporciona ao visitante um conforto, por outro lado tem por efeito fixá-lo no lugar atribuído, reduzindo sua mobilidade.

A CASA ÍNTIMA

Indicamos, ao tratar da incorporação, o vínculo que une o esquema corporal ao território doméstico, do qual assimila as implicações posturais e gestuais. A partir disso, podemos indagar sobre a *persistência* dessa memória corporal, e, considerando que é amplamente inconsciente, sobre a tendência em reproduzir as condições de sua formação. Pode ser colocada também a questão de uma eventual preeminência da 'primeira casa' na construção do esquema corporal, seguindo Bachelard, que escreveu:

para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. Após vinte anos, apesar de todas as escadas anônimas, redescobriríamos os reflexos da "primeira escada", não tropeçaríamos num degrau um pouco alto. Todo o ser da casa se desdobraria, fiel ao nosso ser.⁶⁵

A existência dessa 'casa íntima', inscrita na espessura do corpo, torna-se manifesta quando o habitante é deslocado de seu ambiente familiar, tendo que se adaptar a condições de moradia totalmente novas. O processo de adaptação é mais facilmente observável quando se trata de indivíduos que pertencem a uma cultura estável, fortemente estruturada em suas diversas dimensões e comum a toda a população considerada. Tal situação foi encontrada em dois estudos sobre populações 'transplantadas', do meio rural da África do norte para cidades, mediante a emigração no Marrocos, e pela deportação na Argélia.

⁶⁵ G. Bachelard, *A poética do espaço*, Martins Fontes, 1989, p. 33.

O artigo de Colette Petonnet sobre a favela de Douar Doum⁶⁶ em Rabat (Marrocos) mostra como, num espaço reduzido e com materiais de recuperação, os habitantes reconstituíram o ‘espaço vivido’ que lhes era familiar, muito diferente dos alojamentos para as classes médias, construídos segundo os padrões ocidentais. A organização espacial de cada *mahal* (um termo que significa ‘sítio’ e que designa, segundo a autora, “o espaço do qual se faz seu local de moradia, o território antes da casa”) reflete o conceito de privacidade, a divisão das atividades entre o limpo e o sujo, a complementaridade dos espaços abertos e fechados, próprios à cultura original dos imigrantes que ali moram. Contrastando a adaptação progressiva à vida urbana que se realiza na favela com o realojamento em HLM⁶⁷, Petonnet aponta a sujeira e o vandalismo que afligem esses últimos. E, sobretudo, o sentimento de seus moradores, de estar, não numa casa, mas numa prisão, sinal, segundo a autora, de uma “perda de identidade”.

É a essa mesma imagem da prisão que recorrem os ‘desenraizados’⁶⁸ argelinos estudados por Sayad e Bourdieu no início dos anos 1960, sofrendo uma transformação do seu hábitat imposta pelo governo colonial, “obstinado na recusa de reconhecer os modelos e os valores que dominam a vida camponesa e que se exprimem através do habitat tradicional”.⁶⁹ Mais do que “modelos” e “valores”, é o modo de estruturar e de usar o espaço próprio a essas populações que lhes foi negado, como os autores, aliás, reconhecem:

Porque o mundo familiar é, para ele, o mundo natal, porque todo seu *habitus* corporal é conformado ao espaço de seus deslocamentos costumeiros, o camponês desenraizado é atingido no mais profundo de seu ser, tão profundamente que não pode formular sua aflição e menos ainda definir a razão desta.⁷⁰

Esses dois exemplos mostram a necessidade de distinguir o deslocamento para uma favela, onde domina a autoconstrução, do realojamento em casas prontas, construídas segundo padrões alheio à tradição cultural dos moradores, onde estes se deparam com uma segmentação do espaço que contraria os modos de estar junto de suas famílias, equipamentos inadaptados a suas ‘técnicas do corpo’ e regulamentos que proíbem práticas às quais estão acostumados.

Uma experiência mais comum de deslocamento, já vivida pela maioria de nós, é a *mudança*. Não há, aqui, em geral, diferenças de pressupostos culturais relativos ao espaço

⁶⁶ “Espace, distance et dimension dans une société musulmane”, *L’homme*, t. XII, avril-juin 1972, No 2, pp. 47-84.

⁶⁷ *Habitations à Loyer Modéré*, prédios de habitação construídos pelo governo, tipo conjunto habitacional.

⁶⁸ P. Bourdieu e A. Sayad, *Le déracinement*.

⁶⁹ Op. cit. p. 153.

⁷⁰ *Ibid*, p. 152. Os autores citam aqui, inclusive, o trecho de Bachelard que abre esta seção.

entre a casa que se deixa e aquela na qual se entra. No entanto, o conflito existe, entre a incorporação da primeira e a dura realidade da segunda, na qual o novo morador, literalmente, *esbarra*. Putnam e Swales, que propõem uma abordagem em termos de motricidade desse desajuste, notam que “a simples variação de dimensões interfere nos movimentos rotineiros no espaço, colocando o corpo em tensão e fazendo emergir à consciência o desconforto e o mal-estar”.⁷¹

Ao considerar as mudanças do ponto de vista da incorporação, podemos supor que, segundo a “lei do esforço mínimo”, o morador terá tendência em reproduzir – na medida do possível - os agenciamentos que correspondem aos seus gestos familiares. A conservação dos gestos motivaria a re-produção do ambiente doméstico através de suas diversas materializações.

De modo mais geral, a casa é vinculada, sob ângulos diversos, à temática da reprodução. A unidade doméstica, à qual se identifica comumente a casa, é ela mesma identificada à família, definida por uma função de reprodução, tanto biológica quanto social. Em nossa cultura euro-americana, a família nuclear, apesar de seriamente esfarelada, continua representando a “célula social elementar”, considerada pela *Carta de Atenas* o fundamento do urbanismo; é para ela que é construída, ainda hoje, a maioria das moradias.

Outro aspecto da reprodução, a de ‘espécies sociais’, passa também pela casa, por mecanismos diretamente ligados à incorporação: o leitor terá reconhecido aqui o *habitus* de Bourdieu. Se seguimos de Certeau, que afirma que “é justamente a casa, memória silenciosa e determinante, que se estabelece na teoria sob a metáfora do *habitus* e que, além disso, traz à suposição de um referencial, uma aparência de realidade”⁷², a coerência do *habitus* repousaria, em última instância, sobre a permanência e a estabilidade da casa.

HABITAR E INDIVIDUAÇÃO

A principal questão a ser enfrentada por uma teoria do habitar concerne as relações entre o ambiente material e a subjetividade de quem o habita. Na maioria das vezes, considera-se apenas o arranjo doméstico como *expressão* do indivíduo, este, por sua vez, dotado de uma “personalidade”, atributo essencial de um ser constituído. Foi ao tentar entender a relação recíproca – das coisas ao sujeito - que apelei para a noção de incorporação. De modo mais geral, o conceito de hábito me pareceu a chave para entender o habitar, principalmente por

⁷¹T. Putnam; V. Swales, *Défaire et faire les habitudes dans le déménagement*. In: *Approche de la culture matérielle*, pp. 122-123.

⁷² M. de Certeau, *A invenção do cotidiano*, t.1, p. 127.

fornecer um elo entre o corpo e o ambiente material. “O arranjo doméstico é o correlato material do hábito” foi uma fórmula criada no início do trabalho e que orientou boa parte das elaborações teóricas subsequentes. Porém, havia um problema: tudo isso parecia de pouca utilidade no confronto com a realidade do campo e poderia conduzir a análise para uma direção que não correspondia à minha proposta. Critiquei o conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu, pois sua lógica levaria a definir algo como um “*ethos* do morador de rua”. Ora, se uma tal coisa existe, é na forma da “identidade de mendigo” endossada por certos moradores de rua, aqueles justamente que não mantêm um território no sentido aqui definido. Não havia como conciliar uma teoria concebida para dar conta da continuidade, da reprodução e da adaptação com a observação de práticas cujo interesse residia precisamente na singularização que produziam. Apareceu-me que o conceito de *identidade* continuava, implícito, nas minhas formulações, apesar de meus esforços para singularizar o *habitus*.

Paradoxalmente, o uso do conceito de hábito tinha, precisamente, o propósito de desmontar a identidade, que não é nada além dos hábitos que a sustentam. Com efeito, a identidade pessoal como sentimento enraiza-se no reconhecimento de nossos próprios modos de agir, de pensar e de sentir como *nossos*. Por outro lado, a identidade como nos é atribuída pelos outros, por meio das interações cotidianas, manifesta-se por *expectativas* com relação à nossa conduta. Em ambos casos, ela repousa em uma constância que se deduz das repetições produzidas pelo hábito. Entretanto, mesmo que vista como epifenômeno, produto provisório de um processo alterável, a identidade não deixa por isso de ser o ponto de referência, caracterizado por sua fixidez. Até autores como Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton, que estudaram a interação entre o hábitat e o habitante na perspectiva de um cultivo de si (do *self*) – e não em busca de regularidades socialmente determinadas - o fizeram em termos de identidade:

A importância da casa [*home*] deriva do fato que ela fornece um espaço para ação e interação no qual se pode desenvolver, manter ou mudar sua identidade. Na sua privacidade, pode-se cultivar suas metas sem medo da discriminação ou do ridículo. A casa é um abrigo para aquelas pessoas e aqueles objetos que definem o *self*, ela se torna, portanto, para a maioria das pessoas, um ambiente simbólico indispensável.⁷³

Poder deslocar nossa atenção, daquilo que estabiliza, que proporciona continuidade, para o devir, requer um outro referencial, pois considerar o indivíduo como portador de uma

⁷³ *The meaning of things*, p. 144

identidade leva a apreendê-lo como *substância*. Com esse pressuposto, a busca por um princípio de individuação parte do indivíduo constituído, do qual se procura explicar a gênese. G. Simondon reverte a questão e considera o indivíduo não mais como término de um processo deduzido de sua essência, mas como seu produto provisório; produto este que não esgota o potencial que anima a operação de individuação, a qual passa a ser a realidade primeira, produtora do par indivíduo-meio. O devir, assim, não é mais pensado como um mero acidente do ser, mas como uma dimensão própria deste:

A palavra *ontogênese* toma todo seu sentido se, em vez de lhe dar o sentido, restrito e derivado, de gênese do indivíduo (...), designa-se por ela o caráter de devir do ser (...). A oposição do ser e do devir não pode ser válida, senão dentro de uma certa doutrina, supondo que o próprio modelo do ser é a substância.⁷⁴

Para explicar o dinamismo que anima a operação de individuação, Simondon refere-se à teoria da percepção visual, da qual toma por empréstimo a noção de *disparação*. Ela designa a relação entre as imagens captadas pelo olho, que apresentam perspectivas diferentes, não sobreponíveis, formando, no entanto, uma unidade de nível superior, “que integra todos seus elementos graças a uma dimensão nova”⁷⁵, isto é, o relevo. Assim: “a individuação (...) é concebida como descoberta, numa situação conflituosa, de uma axiomática nova, incorporando e unificando em sistema contendo o indivíduo, todos os elementos daquela situação.”⁷⁶ A disparação não é, portanto, nem uma generalização nem uma abstração, que conservariam o que há de comum entre as duas imagens retinianas. Ao contrário, ela incorpora a diferença a um novo conjunto, a imagem tridimensional. A disparação, estado de tensão vital, participa de um equilíbrio particular, chamado por Simondon de *metaestável*. Diferentemente do equilíbrio estável, que representa apenas o esgotamento dos potenciais, a metaestabilidade, estado rico em potenciais, traduz a possibilidade de transformação de um sistema. A metaestabilidade é, assim, o motor da operação de individuação, motor que tira sua energia de um desequilíbrio, de uma instabilidade domada, se podemos assim dizer. É tomando em conta as propriedades da metaestabilidade que se pode perceber a positividade da *desadaptação*, sua produtividade própria:

Uma conduta que se desadapta, e que depois se desdiferencia, é um domínio no qual há *incompatibilidade e tensão*: é um domínio cujo estado se torna metaestável. Uma

⁷⁴ G. Simondon, *L'individu et sa genèse physico-biologique*, p. 23.

⁷⁵ *Ibid*, p. 203, nota 15.

⁷⁶ G. Simondon, *L'individuation psychique et collective*, p. 20.

adaptação que não corresponde mais ao mundo exterior, e cuja inadequação com relação ao meio reverbera-se no organismo, constitui uma metaestabilidade que corresponde a um problema a resolver: há impossibilidade para o ser de continuar a viver sem mudar de estado, de regime estrutural e funcional.⁷⁷

É o estado de equilíbrio metaestável que faz com que a *singularidade* possa ser acolhida pelo sistema em devir. De fato, a singularidade é aquilo que ocasiona a ruptura de equilíbrio, ao mesmo tempo que fornece o germe da estruturação nascente. A singularidade, é, portanto, *pre-individual*, fato notado por G. Deleuze, para quem a importância da tese de Simondon reside na distinção rigorosa que estabelece entre singularidade e individualidade.⁷⁸

A partir dessa ruptura de equilíbrio, a estruturação procede por *transdução*, outro conceito-chave proposto por Simondon, que o define assim:

uma operação física, biológica, mental, social, pela qual uma atividade propaga-se por contiguidade dentro de um domínio, fundando esta propagação sobre uma estruturação do domínio operada localmente: cada região de estrutura constituída serve para a região seguinte como princípio e modelo, como esboço de constituição, se bem que uma modificação estende-se assim progressivamente ao mesmo tempo que esta operação estruturante⁷⁹.

Se o modelo dessa operação é a *cristalização*, em que a estruturação parte de um germe e se estende progressivamente, cada nova camada apoiando sua formação sobre a camada anterior, não se deve ficar preso a esta imagem, pois a transdução pode operar num domínio heterogêneo e estender-se com velocidades variáveis.

A operação de individuação, lembramos, envolve não apenas o indivíduo, mas o par indivíduo-meio. Em outros termos: “o indivíduo individua-se na medida em que ele percebe seres, constitui uma individuação pela ação ou a construção fabricadora, e faz parte do sistema incluindo sua realidade individual e os objetos que ele percebe ou constitui”⁸⁰. A tomada de consistência – pela estruturação transdutiva – afeta, portanto, ao mesmo tempo o indivíduo e o meio, já que formam sistema e se individualizam num mesmo movimento. Reencontramos aqui o hábito e seu “correlato material”, que não são outra coisa senão os produtos dessa tomada de forma, fixações sempre desfeitas pelo fluxo da vida. Destruição

⁷⁷ *L'individu et sa genèse physico-biologique*, p 30.

⁷⁸ Simondon, *L'individu et sa genèse physico-biologique*, in *L'île déserte et autres textes*, p. 121.

⁷⁹ *L'individuation psychique et collective*, p. 24.

⁸⁰ *Ibid*, p. 98.

criadora, pelo menos enquanto o indivíduo não perde “sua plasticidade, sua capacidade de tornar as situações metaestáveis, de fazer delas problemas com múltiplas soluções”.⁸¹

UM HABITAR SEM CASA?

Definidos, de modo geral, pela ausência de domicílio, os moradores de rua são denominados, em várias línguas, a partir da privação: em inglês *homeless*, geralmente traduzido por sem teto, *wohnungsloser* em alemão, isto é, aqueles que perderam a moradia. O interessante dessas expressões é a ênfase particular de cada uma: ao *homeless* falta o *home*, que não é exatamente a casa, mas o espaço doméstico, que, aliás, não está sempre ausente das moradias de rua (pelo menos em São Paulo), como nossa pesquisa tende a mostrar. A denominação comum na França⁸², *sans domicile fixe*, comumente abreviado em S.D.F soa, por sua vez, como uma questão de polícia. Possuir um domicílio fixo tem mais a ver com o controle social do que com o conforto pessoal (ao contrário do *home*). O termo comumente usado no Brasil, *morador de rua*, destaca-se por sua positividade: não se baseia na carência. Mas, talvez, a privação que o caracteriza é apenas implícita, pois, como o mostrou R. DaMatta, há uma forte oposição, na cultura brasileira, entre a casa, lugar das *peessoas*, e a rua, onde se encontram apenas *indivíduos*. A rua, sendo uma ‘terra de ninguém’, morar nela já denotaria um estado de privação.

Procuramos, até aqui, caracterizar o processo de habitar sem subordiná-lo à casa. É preciso, agora, enfrentar como um fato a *ausência* de casa, e suas conseqüências para o habitar. Supõe-se que, assim como o autor, a maior parte dos leitores está abrigada, isto é, mora numa casa ou num apartamento. Por isso, talvez não seja inútil lembrar o que isso implica, por mais óbvio que seja, para se ter uma noção mais precisa da condição de quem mora na rua. Assim, estar domiciliado acarreta, em primeira aproximação, três grupos de conseqüências:

- 1) ter um *endereço*, isto é, estar identificado com uma localização determinada, ponto fixo das trajetórias na cidade;
- 2) a conexão com uma série de redes: distribuição de água e luz, telefone, esgoto e a consequente obrigação de pagar um certo número de contas mensais;
- 3) a disposição soberana de um espaço fixo e determinado, garantida pelo artigo 5º da Constituição: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar

⁸¹ Ibid, p. 80

⁸² Existe, entretanto, uma denominação mais neutra: *sans-abri*.

sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A falta de endereço é, talvez, a mais relativa das carências. Como veremos, a situação de rua não é sempre incompatível com a fixidez no espaço da cidade, da qual decorrem, às vezes, vínculos com os moradores abrigados do bairro ou com alguns comerciantes, tal como um dono de bar que fornece comida. O aspecto administrativo da falta de endereço pode, às vezes, ser contornado pelo uso do endereço de parentes ou amigos; o morador de rua também pode, em São Paulo, receber correspondência por intermédio das *Casas de convivência*.

A conexão às redes estabelece a casa como terminal exclusivo de fluxos que atravessam o espaço público de modo estanque⁸³. Energia, água, informação, são, cada vez mais, distribuídos por esse meio, fazendo da casa um ponto de acesso obrigatório para certos recursos. Boa parte das tecnologias domésticas desenvolvidas ao longo do século XX tem por efeito trazer para o lar atividades antes feitas fora: a televisão trouxe o cinema para dentro de casa, as compras são feitas, cada vez mais, pela via da Internet, e até o trabalho, atividade excluída do ambiente doméstico desde a revolução industrial, encontra seu lugar na casa sob a forma do *home office*. Embora essa tendência esteja ligada às inovações técnicas, não se explica apenas por fatores técnicos, como mostra o exemplo da água. O fato de cada residência dispor de água encanada foi um ‘progresso’ que não se impôs apenas por suas virtudes intrínsecas, como mostra Raquel Rolnik no caso de São Paulo:

Em 1875 foi fundada por capitais ingleses a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, destinada a abastecer de água a cidade, utilizando-se de sistema subterrâneo de encanamentos. Através de canos de ferro a água era distribuída em domicílio. Ao mesmo tempo em que a Cantareira vendia a água aos consumidores conectados à rede, a Prefeitura gradualmente desativou e demoliu todos os chafarizes públicos.⁸⁴

Assim, correlativamente à sua distribuição a domicílio, a água tornou-se um bem escasso nas ruas, dificultando bastante a vida de quem não tem casa: a busca, o transporte, a conservação da água requer esforços significativos dos moradores de rua.

O último ponto, a ausência de garantia sobre o espaço habitado, talvez seja o que acarreta as maiores conseqüências para a vida na rua: o morador de rua é, antes de tudo, um ser sem lugar, ou, pelo menos, sem lugar reconhecido. Esta condição se traduz, por exemplo, hoje em São Paulo, pelo risco permanente de ver-se despojado pelo *rapa* de

⁸³ Relativamente: existem os “gatos” para furtar energia elétrica, por exemplo.

⁸⁴ R. Rolnik, *A cidade e a lei*, p. 147.

qualquer pertence, a não ser a roupa que está no corpo. Por esse motivo, e pelo roubo ao qual o morador de rua está sempre exposto, não há possibilidade de qualquer acumulação de objetos. Sem contar com o risco de ser agredido enquanto dorme, momento de vulnerabilidade máxima. De modo mais geral, não ter casa significa a ausência de uma distância segura entre si e os outros, um estado de permanente *exposição*. É, decerto, esta exposição sem trégua de si mesmo que melhor caracteriza a condição de quem vive nas ruas.

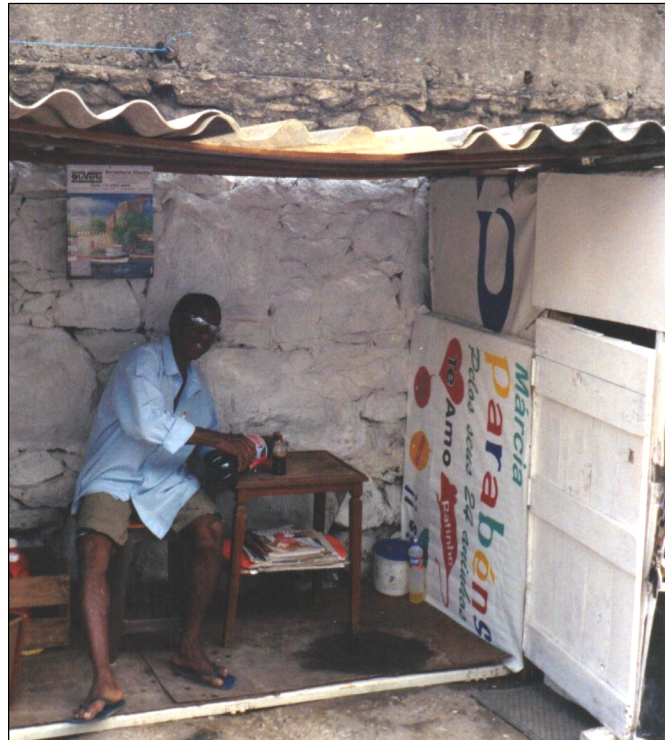
É possível, então, habitar sem se ter uma casa? Este capítulo dedicou-se à definição da prática habitante, apontando para seu aspecto processual, e procurando desvinculá-la do espaço de seu exercício legítimo. Nesse intuito, propomos a expressão de *território doméstico* para designar o local habitado. Nisso, ficamos surpreendentemente próximo à caracterização do *home* por Mary Douglas:

o *home* está localizado no espaço, mas não necessariamente num espaço fixo. Não precisa de tijolos e argamassa, pode ser um vagão, um *trailer*, um barco ou uma tenda. Não precisa ser um espaço amplo, mas deve haver espaço, pois o *home* começa quando se coloca algum espaço sob controle.⁸⁵

Como se manifesta esse território, nas condições que parecem as mais adversas à permanência: as ruas, locais de passagem, de circulação? O próximo capítulo vai aproximar um pouco essas questões, no confronto com o campo.

⁸⁵ Op. cit. p. 289.

LAZAR



Numa certa fase de minha pesquisa, procurei explorar boa parte dos viadutos do centro e dos bairros em sua volta. Foi assim que, em setembro de 2004, visitei o viaduto Guadalajara no Belém. Na volta, peguei a rua Artur Motta em direção à estação Belém do metrô, e já percebi que essa rua seria, talvez, mais interessante do que o viaduto. No trecho entre o viaduto e a estação (uns 400 metros), a rua corre ao longo de um muro de pedras, atrás do qual estende-se a zona ferroviária onde passa o metrô. Há uma calçada, em péssimo estado, com alguns montes de entulhos aqui e ali, e, sobretudo, meia dúzia de barracos. Nunca tinha visto construções tão consolidadas na rua, em São Paulo. Não fiz nenhum contato aquele dia, mas voltei duas semanas depois, dia 5 de outubro. Neste dia, cheguei em torno de 10h30 na rua Artur Motta, e fui até o barraco mais elaborado da rua, aliás o primeiro quando se chega da estação do metrô. Uma carroça está estacionada na frente. A porta (uma porta de armário metálico) está aberta, dentro do barraco um homem está sentado sobre um caixote. Cumprimento e me apresento. Conversamos um pouco assim, ele dentro do barraco e eu agachado na entrada. Depois de um tempo, ele sai e me

oferece uma cadeira. Chama-se Lazar, tem 42 anos, e está instalado naquela calçada há dois meses e meio. Além do barraco e de sua dependência (a cozinha, que está atrás), possui dois cachorros e uma carroça. Intrigado pela solidez de sua instalação, pergunto sobre o *rapa*. Lazar diz que passa, de vez em quando, mas sem causar muitos danos. Ele acha que a calçada é propriedade da ferrovia, e, portanto fora da jurisdição da Prefeitura. Noto, no seu pulso, um relógio de plástico verde fluorescente (vejo depois que é um relógio de brinquedo, sem ponteiros, do 'Shrek'). Conta um pouco da vida. Veio do Mato Grosso, já foi garimpeiro, trabalhou em fazenda, na construção civil, viajou muito, dentro do Brasil. Exprime sua desconfiança com relação aos outros moradores de rua, e às pessoas em geral. Conta de uma senhora de 90 anos, que mora por aí. Todo domingo, ela vai para a feira com seu carrinho de feira, e, na volta, sempre doa frutas para ele. Dos anônimos de passagem, trazendo alimentos ou roupas.

O homem é bem loquaz, sua fala bem articulada. Interrompe-se, às vezes, com uma tosse feia; diz que já teve tuberculose.

Ao lado do barraco, há uma 'bancada' construída a partir de dois paletes, entre um pequeno armário de cozinha e uma fogueira (alimentada a caixotes) coberta com uma chapa de ferro: a cozinha. Pergunto se ele costuma preparar sua comida, diz que sim. Que gosta de cozinhar: "eu relaxo, não penso em mais nada". Diz que toma banho na 'associação', ou, às vezes, atrás do barraco, com uma lata de água aquecida no fogo.

Peço a permissão dele para tirar fotos. Desconfiança. "É pra quê?". Explico. Ele acaba concordando (vetando o interior do barraco), e aí digo que vou trazer as fotos para ele, quando reveladas. Já que vai ser fotografado, ele arruma algumas coisas em torno do barraco. Há, sobre o armarinho de cozinha, um carro de plástico, com duas bonecas dentro.



5 de outubro de 2004

Ajeita as bonecas, orienta melhor o carro. Tira algumas coisas de vista. Quando vou embora, aquele dia, Lazar está dando banho nos cachorros. Coloca o animal sobre um caixote e o lava com xampu, pegando água de um latão para enxaguar. Dois freqüentadores da rua assistem e comentam a cena.

Volto dia 19 de outubro; chego às 10h45. Lazar está na rua, em frente ao seu barraco, me reconhece e me cumprimenta de longe. Vou até ele e aperto sua mão (ele tem, antes, uma hesitação, olha para a palma de sua mão – de fato, suja). Ele mostra o novo barraco, explicando que o *rapa* passou (dois dias depois de minha última visita) e demoliu tudo; conseguiu, no entanto, salvar a maior parte de suas coisas, mas do barraco só sobrou uma lona, e ele teve que reconstruir menor. Da cozinha não sobrou quase nada, senão a fogueira. Logo pergunta das fotos, e eu tiro de minha mochila as duas fotos que eu trouxe para ele: uma do barraco, e outra dele lavando o ‘Negão’, um dos dois cachorros que estavam com ele, duas semanas atrás. Lazar fica admirado com as fotos: o barraco era tão bonito! “Eu nem lembrava que tava assim!” Comenta de como as coisas parecem ‘limpas’, ‘novas’, na foto. Lembra da bandeira do Brasil, que flutuava acima da porta do barraco, e nota que mal aparece na foto. Aprecia a lembrança do cão preto, que já morreu.

Surgem os dois rapazes presentes outro dia durante a *toilette* dos cachorros, e Lazar mostra para eles as fotos. Todos ficam admirados pela transformação em imagem dessas coisas familiares. Um dos rapazes diz que deve ter em casa um álbum que não usa, e que vai trazê-lo para Lazar, o qual diz que já achou vários no lixo, que não guardou, pois não sabia o que fazer com eles; mas agora, tem fotos! Reluta um pouco quando eu peço para tirar outras fotos, mas, quando me preparo para tirar uma foto da nova casinha de cachorro



19 de outubro de 2004

– improvisada com painéis de compensado apoiados em forma de telhado – ele se senta ao lado, querendo posar com o cachorro . Lazar confessa que quando falei que ia voltar para trazer as fotos, na outra vez, ele não acreditou muito, e que ficou muito contente de eu ter cumprido minha palavra.

Hoje, o Lazar me dispensou, dizendo que convidou seu amigo Osório para o almoço, e que então tinha que preparar a comida. Já tem uma panela no fogo, com uma carne em pedaços cozinhando na água (“uma língua de vaca”, dirá o Lazar).

Dia dos finados, 2 de novembro. Devido ao sol da tarde, Lazar está sentado (sobre um carretel de cabo) do outro lado da rua. Conta de um serviço que fez alguns dias atrás, assentando azulejos numa igreja na qual ele tinha entrado para pedir comida. Em diversas ocasiões, Lazar afirmou trabalhar apenas quando a fome apertava. Voltamos para o barraco, onde ele me oferece um café. Pede desculpas por não ter me convidado para almoçar, a última vez que vim. Já está me tratando como visita.

Só voltei no final de dezembro, dia 28. Encontro com Lazar frente a uma das barracas mais precárias da rua, e pergunto se é a sua. Diz que se fosse o caso, ele estaria numa triste situação. Caminhamos até seu barraco, e ali entendo o sentido pleno de sua resposta: a área construída quase que triplicou. Acrescentou uma varanda, mobiliada com uma pequena mesa, um banquinho, uma lixeira de escritório, um calendário na parede... Passou até caiação no muro, fez um piso com uma placa de compensado. Ao lado da varanda, construiu um depósito para guardar os materiais recicláveis, com um canto para o cachorro. Sento no banquinho; a varanda é realmente aconchegante, esqueço do muro enegrecido, do entulho, que caracterizam aquela calçada no resto de sua extensão.

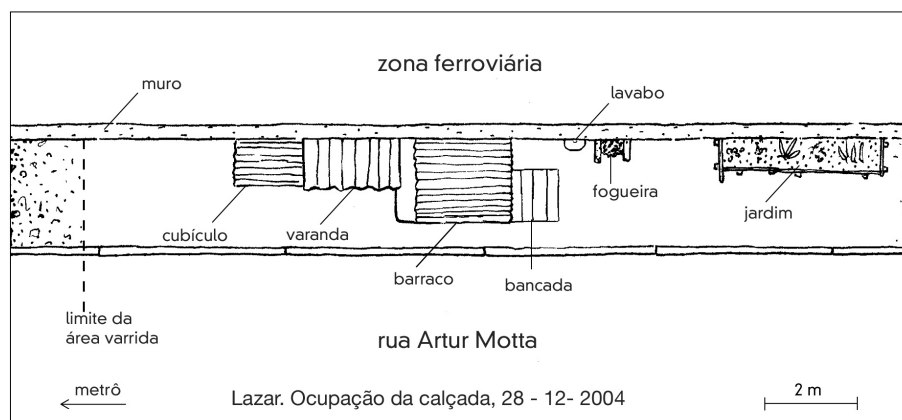


28 de dezembro de 2004

Lazar está muito orgulhoso de sua nova casa; não preciso pedir para fotografar, ele mesmo oferece, até do interior do barraco, o que tinha vetado até agora, e já me pede “três fotos” de sua obra. Para as fotos da varanda, ele quer posar e monta uma encenação: coloca óculos escuros, pega de dentro do barraco uma garrafa de 2 litros de Coca-Cola e um copo (de verdade, de vidro), e pede para tirar uma das fotos com ele enchendo o copo (me oferecerá, depois, a Coca). Cenas da vida doméstica.

O interior do barraco surpreende pela quantidade de coisas que contém; tem até um forno de microondas! Fora a cama (arrumada, com cobertor dobrado), que ocupa a metade do espaço, há uma pequena mesa, com rádio de pilha, maço de cigarro, cinzeiro e alguns bibelôs. Do lado da cama, roupas estão penduradas na parede, em cabides. Há também um paineleiro metálico e um móvel de arame (que estava em frente ao barraco, na minha primeira visita) com *tupperwares* e panelas. No teto está pendurada uma lanterna de pilha.

Atrás do barraco, a ‘cozinha’ está simplificada; da bancada elaborada, só sobrou a mesa de palete. Lazar explica que, nessa época do ano, as entidades distribuem bastante comida, e por isso parou momentaneamente de cozinhar. De fato, o braseiro, apesar de continuar armado no mesmo lugar, mostra que não serviu há algum tempo. O único preparo que continua fazendo é o café, usando para isso “uma fogareira” (*sic*) a álcool, feita a partir de uma lata de leite em pó (“aprendi a fazer no Mato Grosso”). Há também aqui uma pia de banheiro, de cerâmica marrom, apoiada sobre sua coluna, e sustentando um pedaço de espelho. Não tendo nenhuma adução de água, essa pia é outro bibelô, ícone de domesticidade. Conforme ao eixo definido pela varanda e pela entrada do barraco, essa parte do território, situada atrás do barraco, se define como *quintal*. De fato, Lazar construiu ali um canteiro com tábuas e plantou uma horta: boldo, cebolinha, tomates... A posição do



cubículo onde guarda os materiais contradiz a disposição clássica, o que Lazar explica: dorme com a porta do barraco aberta, a abertura apenas dissimula por uma cortina, para poder vigiar seus bens, alertado do menor movimento pelo cachorro que fica dentro do cubículo. O roubo (por outros moradores de rua, sobretudo, segundo Lazar) é problema sério. Quando sai com sua carroça, Lazar tranca a porta de seu barraco com um cadeado, com o cachorro dentro, pois até cachorros são roubados.

Exprimo minha admiração por seu trabalho, sobretudo o madeiramento dos telhados, realizado com muitos cuidados. Lazar diz que já construiu muitas casas, em sua vida, para os outros. Fala de seu projeto de cimentar o pedaço de calçada que ocupa. De fato, o que sobrou de concreto da calçada original está todo arreventado, irregular. Deixará assim uma marca na calçada: “se perco tudo isso, vou poder ver o chão de cimento e lembrar do que tinha. Se arranjo coisa melhor, a lembrança será mais doce ainda”. Colocando um saco de lixo limpo dentro da lixeira da varanda, explica que não gosta de sujeira: joga tudo na lixeira, e quando está cheia, joga seu conteúdo na calçada (além da área varrida, direção metrô), e o queima. Critica os outros moradores da rua, que vivem em abrigos muito precários, especialmente seu vizinho direto, o “gaúcho”, um colosso barbudo que mora ali com sua mulher. Para Lazar, manter uma casa arrumada é parte da boa vida.

Nova visita, dia 11 de janeiro de 2005. Chego no Belém pouco depois das duas. Está chovendo, mas nem tão forte. O Lazar não está. Noto que o barraco mudou (tem cobertura de telha Eternit) e ganhou mais um anexo. Tiro várias fotos da instalação e dou uma volta no bairro. Retornando para a casa do Lazar, vejo de longe sua carroça: voltou. Ele tinha feito um pequeno transporte, bico relativamente freqüente, seja para remover entulhos de obras, seja para transportar objetos volumosos, como hoje, uma geladeira.



11 de janeiro de 2005

Comento das novidades no hábitat. Há um banco de madeira, agora, na varanda; “é banco de igreja, não é?”, pergunto; “é sim. Jogaram fora, talvez porque o verniz está todo esbranquiçado”. Para caber o banco na varanda, Lazar derrubou a parede e juntou o que era depósito (e fechou a frente), emendando a varanda. Construiu um cubículo na seqüência, para acomodar os cachorros. Usou o que era ‘bancada’ de preparar alimentos e lavar a louça, feita com paletes, para construir o cubículo dos cachorros. No lugar, tem agora uma placa de vidro, de recorte irregular (isto é, parcialmente quebrada) colocada sobre três caixotes de tomates. Não há sinal de uma retomada da atividade culinária. O plantio também está progredindo: o canteiro está agora todo plantado de coisas diversas. No painel acima da porta do barraco, Lazar escreveu, colando pedaços de papel com letras impressas: “Jesus te ama”. Ele havia comentado, em nosso primeiro encontro, de sua filiação à *Assembléia de Deus*.

Está sem dinheiro; conta que o dia anterior, estava com fome, então foi buscar uns papelões na fábrica vizinha, vendeu e ganhou “dez contos”. O Lazar já tinha me contado coisas semelhantes: parece que trabalha na exata medida do que precisa, na hora em que precisa, um pouco como certos povos ‘primitivos’... Quanto à fábrica, ligada ao ramo de papel, ela fica na frente do barraco (embora a entrada seja na outra rua, transversal). Segundo Lazar, guardam o lixo valioso (sobretudo papelão) para ele, que, em troca, faz alguns serviços (remoção de entulhos etc.) ocasionais sem cobrar.

O *rapa* não passou este ano, confirma Lazar, embora caminhões da prefeitura tenham ido na rua para remover entulhos. Já que ainda não passou, deve ser sinal do novo regime; Lazar deduz que pode construir sossegado; ele acha que “o Serra não vai mexer com o povo da rua”.



1º de março de 2005

Fala de seus projetos de abrir comércio; está pensando em vender água de coco, aproveitando-se do importante fluxo de pedestre.

Dou as fotos tiradas no fim do ano passado. Lazar pega um álbum de dentro de seu barraco, e me pede para colocar as novas fotos.

Pede desculpa por não ter nada para me oferecer.

Mostra-me um telefone celular, que comprou “de uma mulher”, por trinta reais. Já havia me mostrado, em outras ocasiões, uma impressora jato de tinta que tinha recuperado. E aquele forno de microondas... Cabe salientar que não há ‘gato’ nenhum, no barraco do Lazar, a única energia elétrica é das pilhas que alimentam seu rádio.

Devido ao procedimento ‘extensivo’ de minha pesquisa de campo, passou-se um mês e meio até que eu voltasse na rua Artur Motta, dia primeiro de março. [Devo confessar também que compartilhei um pouco da convicção de Lazar, de que aquilo ia durar...] A primeira coisa que eu noto é a amputação da casa: só sobrou o barraco básico, a parte que fecha com cadeado. O Lazar não está, e o local tem um certo ar de abandono, fora a horta, que está com flores e um pé de tomates viçoso. Da estante de vidro que tinha feito atrás do barraco, só sobraram alguns cacos. Nenhum vestígio de fogueira.

Uma semana depois, encontro a mesma situação. Resolvo perguntar para um vizinho da rua, um senhor de barba cinza que está ‘reciclado’ em frente a um barraco precário, se tem alguma notícia do Lazar. Conta que ficou derrubado quando o *rapa* levou a maior parte de sua casa, em meados de fevereiro. A partir daí, Lazar “desandou”, diz o homem. Voltou a beber, sua carroça foi roubada. Ele passaria seus dias, agora, na praça da igreja São José do Belém, voltando para o barraco apenas para dormir.

Em seguida, vou até a praça da igreja, mas não vejo o Lazar.

Dia 24 de março, o barraco continua no lugar, ainda trancado com cadeado. Alguém rasgou a lona que fecha a frente, na largura de uma mão, o que permite olhar para dentro. Vejo roupas jogadas, uma bagunça que contrasta com a ordem de antes. Nada de Lazar.

Encontro ainda o barraco dia 12 de abril, desta vez com a porta apenas encostada. Eu abro e vejo que está vazio, o chão de carpete cheio de papéis (embalagens de bolachas etc.); não reparo de imediato um sujeito dormindo no fundo. Logo percebo que não é o Lazar, mas um *squatter* de passagem, provavelmente bêbado.

Faço uma última tentativa de encontrar Lazar, dia 24 de maio, e vejo apenas a caiação no muro, último vestígio do sonho doméstico de Lazar.



12 de julho de 2005

3. O espaço do morador de rua

Sonhar com as ilhas, com angústia ou alegria, pouco importa, é sonhar que se separa, que já se está separado, longe dos continentes, que se está só e perdido – ou, então, é sonhar que se parte novamente de zero, que se recria, que se recomeça.

Gilles Deleuze¹

preâmbulo: ilha

Dia 22 de abril de 1973, pouco depois de três horas da tarde, um arquiteto chamado Robert Maitland, com trinta e cinco anos de idade, dirigia-se rumo à saída do trevo oeste, na periferia de Londres. A seiscentos metros da ligação com o novo trecho da auto-estrada M4, enquanto o Jaguar havia ultrapassado a velocidade limitada a 110 quilômetros por hora, o pneu da roda dianteira direita estourou.² Assim começa o romance de J. G. Ballard intitulado *A ilha de concreto*. Com o acidente, Maitland encalha numa espécie de ilhota triangular, de cerca de duzentos metros de comprimento, terreno baldio entre três vias convergentes³, depois de seu carro ter caído pelo talude. Pouco machucado, Maitland sobe até a estrada e tenta chamar a atenção dos motoristas que passam em alta velocidade, os olhos cravados nos painéis assinalando a próxima interseção. Seu aspecto não ajuda: ele examinou sua calça, seu casaco, amassados, manchados de barro e de graxa. Se essas pessoas, coladas aos seus volantes, o notassem, teriam pouca vontade de embarcá-lo.⁴ De fato, as raras pessoas que o enxergam pensam que se trata de um morador de rua. Maitland é finalmente atropelado por um caminhão e projetado aterra abaixo, desta vez seriamente machucado na perna. E ninguém notou que ele precisava de socorro.

A idéia de ilha contém a noção de dois meios absolutamente heterogêneos, um envolvendo o outro: de um lado, um pedaço de terra, habitado ou não, do outro, a água. Terrestres ou aquáticas, não são as mesmas espécies de seres que ocupam um ou outro meio. Da palavra ilha vem o verbo isolar; encontrar-se numa ilha significa estar isolado, num grau variável, do resto do mundo. As ilhas urbanas, recortadas pelas vias de circulação, meio tão inóspito para o pedestre quanto a superfície líquida do oceano, são isoladas por estas do resto do mundo. Aquele que nelas vive é, sob vários aspectos, um náufrago, imobilizado num mundo onde a mobilidade é virtude cardinal. Prisioneiro de sua ilha, Maitland olha os ônibus do

¹ G. Deleuze, *Causes et raisons des îles désertes*. In: *L'île déserte et autres textes*, p. 12.

² J.G Ballard, *L'île de béton*, p. 7.

³ *Ibid*, p. 12.

⁴ *Ibid*, p. 17.

aeroporto passando, com seus passageiros, a caminho de Zurich, Stuttgart, Stokholm.⁵ Segundo Z. Bauman⁶, a clivagem social dominando a era da globalização passa, precisamente, pela mobilidade. O mundo contemporâneo seria dividido em duas grandes classes, cujos extremos seriam, de um lado, uma elite desterritorializada, que pode, graças à tecnologia, exercer sua dominação independentemente do local onde se encontra, e, do outro lado, os pobres, fincados na terra e condenados às relações de vizinhança. O morador de rua, na sua ilha urbana, cercado pelo trânsito incessante da metrópole, pode ser visto como um náufrago, caído nos interstícios do mundo humano. Mas a ilha é também, nos lembra Deleuze, o lugar do recomeço, da recriação, a possibilidade de uma vida nova. Assim como Robinson Crusoe (mas, notavelmente, sem procurar, como ele, recriar idêntico o mundo que deixou), Maitland vai aprender a sobreviver na sua ilha, com a ajuda de um 'autóctone', que é, claro, morador de rua. Mantendo até o fim a ambigüidade da situação insular, o romance de Ballard acaba sem o leitor saber se Maitland vai conseguir ou não sair da ilha, nem mesmo se vai querê-lo.

OS USOS DO ESPAÇO

Dentro da abundante literatura sobre moradores de rua, encontrei apenas dois trabalhos voltados especificamente para as formas do habitat de rua: *Livre Acampamentos da Miséria*, de Ana Lucia L. Martins, e *Modos de Morar na Rua*, de Suzana P. Tachner e Elaine P. Rabinovich. O primeiro resulta de uma pesquisa de mestrado em antropologia, realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1989 e 1990. O segundo reúne dois artigos, apresentados no Congresso Mundial de Sociologia, respectivamente em 1994 e 1998, ambos baseados em pesquisas feitas na cidade de São Paulo. O livro de Martins, cuja problematização remete à questão habitacional, classifica as moradias de rua em três grupos: as construções sob viadutos, as instalações em calçadas e as carroças. Para cada um desses grupos, a autora descreve o aspecto físico da moradia, o perfil da população que a ocupa, e as "práticas sociais" daquela população. Embora a sistemática apresentada nos pareça um pouco apressada, o livro oferece descrições sensíveis de diversas formas de habitats de rua.

O artigo *Moradores de Rua: Arranjos Espaciais* procura também estabelecer uma tipologia das moradias de rua, fundamentada na distinção de quatro tipos de moradores:

⁵ Ibid, p. 12.

⁶ Z. Bauman, *Globalization. The human consequences*. Cambridge: Polity Press, 1998.

- 1) os *nômades*: “a ‘casa’ dos moradores nômades situa-se geralmente sob viadutos. Tem paredes móveis, frágeis, feitas de papelão ou pedaços de caixotes ou compensado. O teto e a parede de fundo são do próprio viaduto.”⁷ Essas casas abrigam grupos pouco estáveis, e estão também em permanente transformação; não estão muito arrumadas: “o lugar das coisas é onde ficam”;
- 2) os *moradores de cavernas*, “habitam dentro das estruturas dos viadutos. As paredes são sólidas, duras, pesadas, às vezes com trancas, às vezes com luz elétrica. (...) À estabilidade das paredes correspondem famílias organizadas através de relações de parentesco”⁸;
- 3) os *selvagens*: “são os moradores das sarjetas; não demarcam seu território, só possuem o que podem carregar consigo.”⁹ Esse grupo caracteriza-se, então, pela ausência de qualquer forma de abrigo próprio;
- 4) os *assentados*: “constroem ‘casas’ sob viadutos, com paredes, tetos parciais e trancas nas portas. As casas assemelham-se aos barracos de favela.”¹⁰ Os assentados são às vezes assalariados, moram em grupos familiares, e destacam-se entre os moradores de rua por possuir alguns bens domésticos, tais como fogão, rádio, armários etc.

É sobre esse último tipo de moradia que o artigo fornece alguns detalhes, resultando de uma pesquisa feita em 1993 no viaduto do Tatuapé (zona leste de São Paulo), que abrigava, naquela época, cerca de 180 barracos. Vale notar que esses agrupamentos de barracos são às vezes assemelhados às favelas (p. ex. Vieira e al.) apesar de diferenças essenciais apontadas pelas autoras:

os invasores de terras sob viadutos sabem que sua remoção pode tardar, mas é certa. Não entram em planos de urbanização de favelas, ao contrário da grande maioria dos invasores de terras públicas e mesmo privadas do Município. Não possuem, como os demais favelados, programas destinados ao abastecimento de água e provimento de energia elétrica.¹¹

As conclusões do artigo procuram estabelecer, de modo semelhante ao trabalho de Martins, uma homologia entre os tipos de abrigo e os grupos correspondentes: aos grupos baseados em laços familiares, as ‘casas’ mais permanentes, às relações frágeis mantidas pelos *selvagens*, o improvisado da moradia.

⁷ S.P. Tachner, E.P. Rabinovich, *Modos de morar na rua*, p. 40.

⁸ *Ibid.* p. 41

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.* p. 38

O outro artigo de *Modos de Morar na Rua*, intitulado *Nômades Urbanos*, trata da emergência, na cidade de São Paulo, de uma nova população de catadores itinerantes, chamada pelas autoras de *neo-nômades*. Para as autoras, os neo-nômades diferenciam-se dos meros nômades caracterizados no outro artigo¹² por parecer “assumir esse modo de vida e não apenas sucumbir a ele”.¹³ A carroça dos neo-nômades é “um meio total de vida móvel: trabalho, locomoção, moradia (...)”.¹⁴ A pesquisa evoca a variedade das formas construtivas das carroças, assim como de suas transformações em espaço temporário de moradia, sem todavia fornecer muitos detalhes.

Nossa pesquisa de campo logo revelou a mudança de situação com relação às observações apresentadas por Tachner e Rabinovich: em primeiro lugar, não há mais, salvo engano, “assentados” em São Paulo, as instalações estão sendo retiradas periodicamente pelos *rapas* da Prefeitura, preocupada em evitar a formação de ‘favelas de viaduto’. Em compensação, apareceram as tendas de lona em praças e canteiros, multiplicaram-se as carroças e, de modo geral, as formas móveis ou desmontáveis de habitação, mudança anunciada, talvez, pela aparição dos “neo-nômades”, notada pelas autoras. De fato, das quatro categorias apresentadas por *Moradores de Rua: Arranjos Espaciais*, apenas os *selvagens* permaneceram claramente identificáveis nas ruas de São Paulo em 2004-2005. Porém, como se trata justamente daqueles que, por não constituírem nenhuma forma de território, ficaram fora do âmbito de nossa pesquisa, tal classificação mostrou-se pouco relevante para este trabalho.

Em suma, esses estudos não proporcionaram os instrumentos analíticos necessários à nossa abordagem do habitar na rua. Este capítulo apresenta nossa tentativa para criá-los, juntando conceitos de várias disciplinas, num esforço para articular a diversidade de formas de moradias observada, sem, todavia, reduzi-la a alguns esquemas simplificadores.

Partindo da noção um tanto vaga de *instalação*, a pesquisa de campo possibilitou distinguir o espaço habitado pelos moradores de rua em quatro níveis. Embora a idéia de nível sugira uma ordem hierárquica, a inclusão dos níveis sucessivos não é estrita; há, às vezes, disjunção; observam-se também inversões entre níveis. Feitas essas ressalvas, distinguiremos, partindo do espaço mais abrangente:

¹² *Moradores de rua: arranjos espaciais*, in: *Modos de morar na rua*.

¹³ *Ibid.* p. 18

¹⁴ *Ibid.*

1) **o espaço apropriável**: é, talvez, a categoria menos precisa, já que exprime mais uma possibilidade do que uma realidade prática. Pode ser, entretanto, caracterizada por uma certa homogeneidade de condição: será, por exemplo, o conjunto de uma ilha ou de uma faixa gramada, uma calçada;

2) **a área varrida**: a observação revelou a existência dessa superfície, regularmente varrida, que, confundindo-se, a maioria das vezes, com a área do acampamento, deve, não entanto, ser distinguida dessa, pelo fato de poder ultrapassá-la amplamente. Como veremos, a área varrida possui características de um *território*;

3) **o acampamento**: embora marcado por objetos (fogueira, varal, carroça, etc.), o acampamento corresponde mais ao exercício das atividades cotidianas do que a marcas físicas estáticas; só pode, portanto, ser definido pelas atividades que nele se desenrolam, como *porção do espaço apropriável regularmente usada por um indivíduo ou um grupo*;

4) **o abrigo**: é, *grosso modo*, a porção da instalação que é subtraída aos olhares. É quase sempre, quando existe, o lugar onde se dorme. Além disso, o abrigo concentra o essencial do esforço construtivo.

Notemos, por comparação, que, no caso de um apartamento, esses quatro tipos de espaços coincidem; não há, portanto, necessidade de distinguí-los: a porta de entrada marca o limite do espaço apropriável (salvo quando se apropria parte das áreas comuns), nele restringe-se a faxina, bem como se desenrolam todas as atividades domésticas. O morador de rua, por sua vez, as dissocia, não apenas nas suas extensões respectivas, mas até na sua localização, como veremos a seguir.

O espaço apropriável

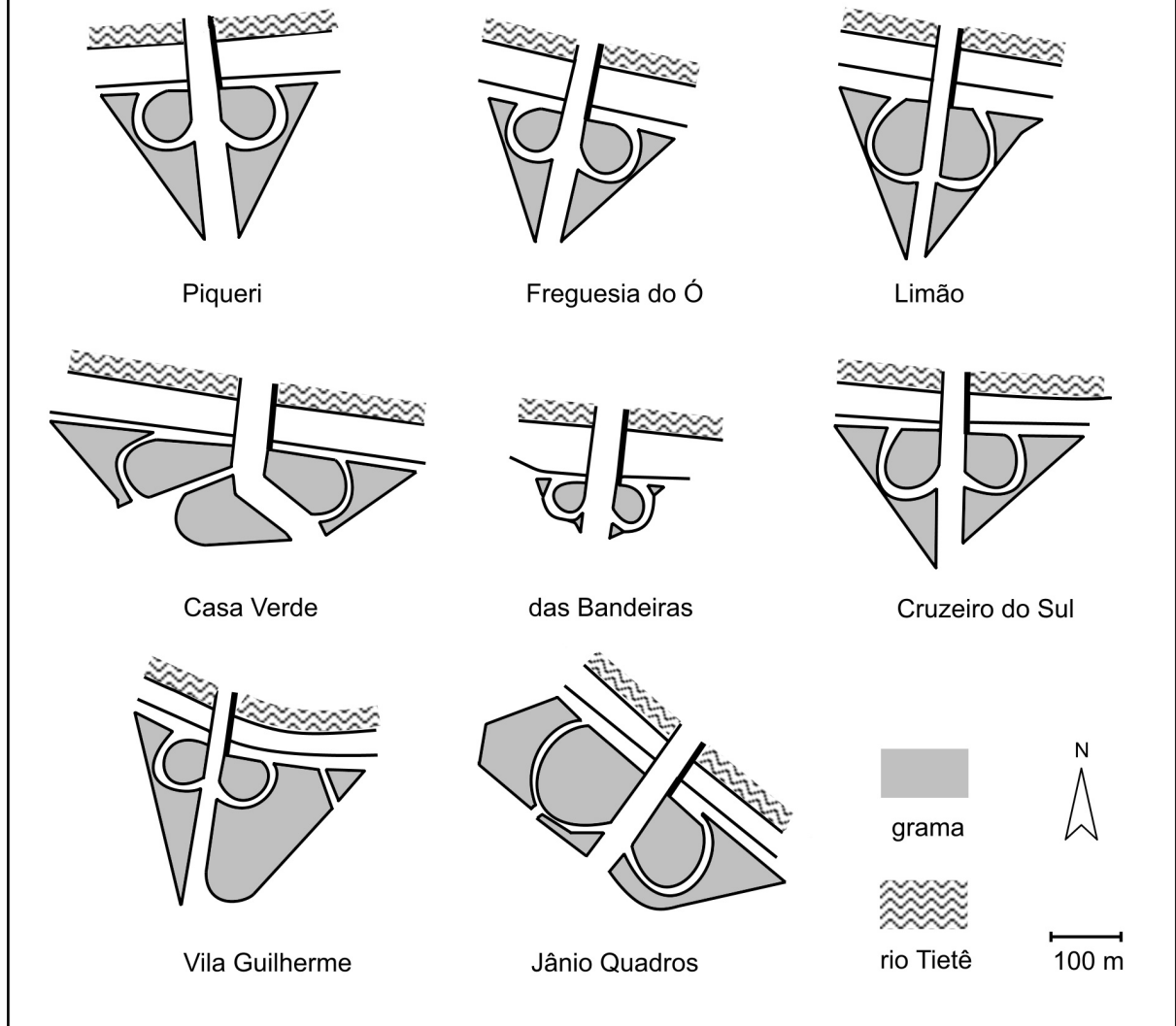
Consideramos apenas os espaços pertencentes ao *domínio público*, deixando de lado os prédios ou fábricas abandonados e os terrenos baldios privados, às vezes ocupados por sem tetos. Isso pode incluir, todavia, locais legalmente privados, quando estão em continuidade com os espaços públicos, como é o caso das *faixas* que veremos adiante. Dentro do domínio público, podemos distinguir dois tipos de espaço: o espaço residual (ou intersticial) e o espaço propriamente público, destinado ao uso comum, isto é, à circulação ou ao lazer dos cidadãos. Entre os logradouros, são, às vezes, ocupados pelos moradores de rua:

- a) as calçadas: quando são cobertas por uma marquise, a ocupação limita-se geralmente ao tempo de dormir. Entretanto, se o prédio contíguo está desocupado, pode haver acampamentos mais duráveis, como observei na *avenida Cruzeiro do Sul* (em 2004) e na *avenida do Estado* (em 2005). Certas calçadas marginais, pouco freqüentadas, costumam servir de depósito de lixo e entulho; pode haver nelas, formas de ocupação mais permanentes, como visto na *rua Artur Motta* (Belém). As calçadas abrigadas por viadutos são também aproveitadas, apesar de serem mais freqüentemente 'limpadas' pelo poder público;
- b) as praças: oferecem recursos interessantes, tais como bancos, que podem facilmente ser transformados em abrigo (como visto na praça da Sé), árvores, nas quais pode ser amarradas lonas para formar barracas;
- c) as faixas gramadas: com alguns metros de largura, estendem-se, geralmente, entre um muro e uma calçada, e podem chegar a centenas de metros de comprimento. Situam-se entre o espaço de uso público e o espaço residual, e podem ser consideradas como extensões das calçadas. Além disso, são, às vezes, propriedade privada, como mostra o fechamento repentino ao qual podem estar submetidas. Os canteiros centrais das avenidas são de natureza semelhante, embora sua ocupação como local de habitação seja mais rara.

Chegamos aos espaços residuais propriamente ditos:

- a) as ilhas: a geometria plana nos ensina que três linhas retas que se cruzam bastam para determinar uma superfície, que é, nesse caso, um triângulo. As vias de circulação que recortam as ilhas urbanas são, por sua vez, otimizadas como *trajetórias*. São, portanto, curvas, e as ilhas resultantes são, na maioria das vezes, triângulos curvilíneos. Um conjunto notável dessas ilhas é constituído, em São Paulo, pelas alças de acesso às pontes que atravessam o rio Tietê. Quase todas (do lado sul) foram ocupadas, uma vez ou outra, por moradores de rua, na época de minhas observações;
- b) os vãos sob os viadutos: fora o caso – notável, todavia – do metrô, são também subprodutos da circulação automóvel, frutos das grandes obras da década de setenta (*Minhocão, Glicério, parque Dom Pedro II* etc.)

acesso às pontes da Marginal Tietê - lado sul



Notemos que a apropriação, tanto do espaço residual quanto do espaço público, é quase sempre *concorrente*, quer entre moradores de rua quer com outros grupos, como os ciganos, regularmente instalados, por algumas semanas, com suas tendas e seus carros, nas ilhas da *Marginal Tietê*.

A área varrida

Apoiada num muro ao lado da barraca, colocada sobre o teto desta, guardada na carroça, logo percebi, ao conduzir minha pesquisa de campo, que quase todos os moradores de rua

possuíam uma ou várias vassouras, pelo menos aqueles cujos pertences não cabiam numa só sacola de plástico. Presenciei também várias varreduras, uma das atividades que minha chegada surpreendia. Contudo, demorei para perceber quanto o ato era significativo, e que não se reduzia à sobrevivência de um gesto ligado à casa que não se tinha mais.¹⁵

De fato, a varredura aparece, no contexto do hábitat de rua, como o gesto territorial por excelência, o “ritornelo”¹⁶ próprio ao morador de rua, pelo qual ele afirma, repetidamente, seu controle sobre uma porção de chão. Aqui, o limpo denota o próprio, e a área marcada – de forma negativa, pela ausência de sujeira – distingue-se de seu entorno, desenhando um território.

A prática regular da varredura parece constituir um limiar do doméstico, pois quando não existe, ou não há território¹⁷, ou este é marcado de outra forma, geralmente por dispersão de objetos, conferindo ao território a aparência desordenada de um lixo¹⁸. No mesmo sentido, a prática da varredura parece estar correlativa do uso minimamente estruturado do espaço, isto é, de uma certa distribuição das atividades cotidianas em áreas funcionais.

Segundo minhas observações, a varredura é realizada, no mínimo, uma vez por dia. A conservação da limpeza do chão, isto é, do caráter distinto da área, entre duas varreduras, é variável. O cuidado com sua manutenção pode até incluir o uso de cinzeiro e de lixeira.

Na maioria das vezes, a área varrida abrange o acampamento. Seus limites podem coincidir com acidentes do local, tais como cerca, meio-fio, desnível, ou com alguma instalação própria dos moradores, como, por exemplo, um varal. Nos locais gramados, a ação conjunta de pisotear e varrer produz uma superfície desprovida de grama; é esta que é varrida, até o limite da grama. Numa ilha da ponte Cruzeiro do Sul morava um senhor que dormia numa pequena tenda amarrada entre dois eucaliptos. Em volta daquele abrigo, estendia-se uma área sem grama, aproximadamente circular, limitada pelos eucaliptos (os dois da tenda, mais dois outros), aos pés dos quais o habitante guardava coisas. Uma fogueira estava situada no limite dessa área que englobava o acampamento e que era

¹⁵ Alguns autores mencionam a prática, sem todavia, comentá-la; por exemplo, A.L. Martins, *Livres acampamentos da miséria*, p. 64; S. Escorel, *Vidas ao léu*, p. 227.

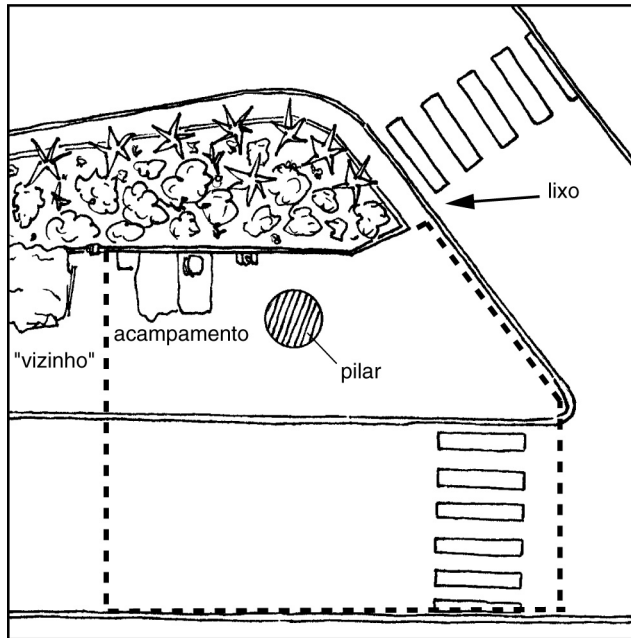
¹⁶ Segundo a acepção de Deleuze e Guattari: “chamamos de ritornelo todo conjunto de matérias de expressão que traça um território, e que se desenvolve em motivos territoriais, em paisagens territoriais (há ritornelos motores, gestuais, ópticos, etc.)” *Mil Platôs*, vol. 4, p. 132.

¹⁷ ou, antes, o território se confunde com o ‘espaço pessoal’, a bolha invisível que envolve o corpo, materializada, no caso daqueles que aderam à identidade de ‘mendigo’, pelo mau cheiro.

¹⁸ Mostramos, nos *intermezzi*, outras formas – raras, porém significativas - de se marcar um território, que podem ser qualificadas de *artísticas*.

varrida cotidianamente. Quando um casal de passagem quis se instalar perto dele, o morador autorizou, com a condição que seja fora da área varrida: instalaram-se bem no limite. Ele sumiu de lá em setembro de 2004; porém, um ano depois, a área continuava sem grama. Não observei outra ocupação durável naquele lugar.

Outras vezes, a área varrida pode exceder o acampamento e abranger, praticamente, uma paisagem, como no seguinte caso, observado na estação de metrô Brás (24 de maio de 2005). A moradora do local, uma senhora de certa idade, instalou-se sob



uma plataforma da estação do metrô, com seu acampamento encostado na mureta de um canteiro. Enquanto eu estava observando de outra plataforma, a mulher começou a varrer na frente de seu acampamento, até o limite do acampamento vizinho. Chamou-me a atenção o fato de ela usar uma vassoura e uma pá de lixo novas. Quando chegou no limite da calçada, parou para recolher o lixo varrido. Curiosamente, foi depositá-lo na beira da calçada, do outro lado (ver figura). Pensei que ia parar por aí, mas

começou então a varrer a rua (onde passam apenas ônibus), até chegar a calçada oposta (mas sem varrê-la). Vemos, na figura, a lógica dessa operação: o ângulo visual de quem está situado no 'acampamento' coincide com a superfície varrida (limitada, na figura, por pontilhados), e o lixo recolhido é jogado no primeiro ponto invisível dali (indicado pela seta).

O acampamento

Definido como "lugar de permanência provisória" (Aurélio), acampamento é o termo mais genérico que se refere ao local de permanência de um indivíduo ou um grupo de moradores de rua, e é usado como tal por certos autores.¹⁹ Será tomado aqui no sentido mais restrito de *espaço envolvido nas atividades cotidianas*. A nuance pode parecer insignificante; visa evitar, mais uma vez, qualquer assimilação à casa, desta vez sobretudo sob o aspecto da unidade de tempo e local.

¹⁹ Por exemplo, C. Magni, *Nomadismo urbano*.

As atividades cotidianas dos moradores de rua necessitam, como qualquer atividade, de um espaço para se exercer. Cada uma delas pode estar mais ou menos ligada a um determinado local, como pode envolver, ou não, algum tipo de instalação. Além disso, pode compartilhar ou não o mesmo espaço que outras. Poderíamos falar, a este respeito, de *modos de territorialização*, para cada atividade. Há uma grande variabilidade desses modos de territorialização, no hábitat de rua, difíceis de reduzir-se a um conjunto de ‘funções domésticas’, de um lado, e atividade profissional, do outro, cada um com seu espaço próprio. De fato, praticamente todas as combinações podem ser observadas, do abrigo mínimo, que serve apenas para dormir, ao acampamento elaborado, onde se vive e trabalha a maior parte do dia. Daí a generalidade um tanto vaga da definição dada acima, do acampamento como *porção do espaço apropriável regularmente usada por um indivíduo ou um grupo*, na qual até a regularidade postulada deve ser relativizada. Não basta afirmar que, morando na rua, “passa a se realizar no domínio da rua o que habitualmente faz parte do domínio da casa”²⁰. Por mais ‘domésticas’ que sejam as atividades exercidas, o mero fato de acontecer na rua as reconfigura – e é precisamente isso que nos interessa.

Não há, portanto, algo como um ‘acampamento típico’, mesmo existindo ‘elementos típicos’ da cultura material dos moradores de rua, que podem ser encontrados sempre, a ponto de poder servir de indício de sua presença num lugar. Assim, os potes de plástico nos quais são vendidos os sorvetes, verdadeiros *tupperwares* do morador de rua, quando encontrados na rua, já constituem por si só um sinal quase certo de ocupação. Os cobertores sem cor, distribuídos pelas entidades assistenciais, marcam freqüentemente um ponto de pernoite, o que seria a forma mínima do acampamento. A fogueira também é um indício de acampamento, podendo, todavia, denotar um local que serve apenas para o preparo (e o consumo) das refeições. Observei, por exemplo, uma ilhota entre a *avenida do Estado* e a *rua João Teodoro*, que parecia sempre ocupada por meia dúzia de homens, envolvidos, nas horas em que eu costumava passar (10-11 horas), no preparo do almoço. Fora as carroças estacionadas, não havia sinal de outra atividade naquele local, que, como descobri depois, servia apenas para comer e descansar durante o dia, para um grupo de carroceiros que dormiam em diversos lugares (um deles até num quarto alugado), assim como trabalhavam longe daquele ponto: recolhiam papelão na região da *avenida Paulista*.

A ‘reciclagem’, isto é, a atividade de separação dos constituintes do lixo conforme os tipos de materiais, é uma atividade bastante comum entre os carroceiros. Necessita de uma

²⁰ Vieira et al., *População de rua*, p. 131.

área relativamente grande e, por envolver o espalhamento do lixo e sua conseqüente exposição, pode ofender a vista (e o olfato) de vizinhos ou transeuntes. Por esses motivos, pode ser realizada longe do hábitat; observei locais onde, em certas horas – geralmente de manhã –, grupos de carroceiros praticavam essa atividade, e que eram vazios o resto do dia. Quando realizada perto do local habitado, a reciclagem é seguida de uma limpeza da área – geralmente, uma localização fixa –, os materiais separados cuidadosamente ensacados, aguardando sua entrega ao depósito.

Um elemento importante dos acampamentos coletivos é a *roda de pinga*, isto é, o local – geralmente fixo – onde os moradores e as pessoas de passagem se juntam para beber, uma das principais atividades coletivas dos moradores de rua²¹. Freqüentemente de forma circular, como o próprio nome sugere, a roda de pinga comporta uma série de assentos de tipos diversos: cadeiras, caixotes, latões etc., podendo o centro estar ocupado por uma fogueira, especialmente no inverno.

Embora o mundo da rua possa parecer regido pela pressão das necessidades, boa parte delas pode ser satisfeita por diversos meios alternativos, cujas vantagens respectivas variam conforme a época. Em períodos de fartas distribuições de comida, perto do Natal, por exemplo, a cozinha pode ser abandonada, ou um melhor rendimento da reciclagem pode levar a pessoa a comprar comida pronta (marmitex). Pode-se tomar banho nas *Casas de convivência*, em certos depósitos de materiais recicláveis (que deixam seus ‘clientes’ usar o chuveiro, e até tanque de lavar roupa) ou perto do abrigo mesmo, com um latão de água. Comer, beber, cuidar da higiene pessoal, as diversas atividades cotidianas comportam assim diversas formas alternativas, cuja escolha depende da disposição e das circunstâncias.

Em acampamentos mais concentrados, que juntam a maioria das atividades, podem haver variações cotidianas ou semanais de sua extensão. Os abrigos são, às vezes, desmontados durante o dia, seus componentes guardados na carroça, para escapar de um confisco pelo *rapa*. Aos domingos, como já notado por Martins²², as instalações podem espalhar-se mais, e o sossego do feriado pode ser aproveitado para lavar as roupas, estendendo varais nas calçadas.

Quando o acampamento se traduz por instalações (relativamente) duráveis, essas podem perdurar por ocupações sucessivas. Os braseiros são provavelmente o elemento mais reaproveitado. A extensão da área varrida, quando marcada por um desaparecimento

²¹ Magni, op. cit. p. 121.

²² Martins, op. cit., p. 62

da grama, pode também ser retomada por moradores sucessivos. O exemplo mais impressionante de tais 'heranças' que observei foi sob um viaduto de Campinas, onde o aterramento foi escavado de modo a formar três compartimentos, cada um pouco maior do que um colchão, ainda completados por nichos cavados nas paredes, para guardar pertences. Os dois moradores que encontrei ali disseram-me ter achado o local já dessa forma, e instalaram-se nessa estrutura, cada um num 'quarto'.

TIPOLOGIA DOS ESPAÇOS OCUPADOS

Em vez de uma tipologia das construções edificadas pelos moradores de rua, que procuraria reduzir a alguns modelos de base a diversidade das construções, propomos uma classificação dos *tipos de espaços ocupados*²³. Partiremos, para isso, da tipologia dos espaços arquitetônicos proposta por J. Cousin²⁴, simplificada para nosso propósito. A classificação seguinte aplica-se, em primeiro lugar, aos abrigos, o acampamento podendo exceder o espaço considerado. Nosso pressuposto, aqui, é que a adequação de um lugar para o estabelecimento de um abrigo é o principal determinante na escolha do espaço a ser ocupado. Com efeito, o abrigo serve, em primeiro lugar, para dormir, momento de grande vulnerabilidade, e, freqüentemente, para guardar os pertences, às vezes, na ausência do morador - funções particularmente críticas.

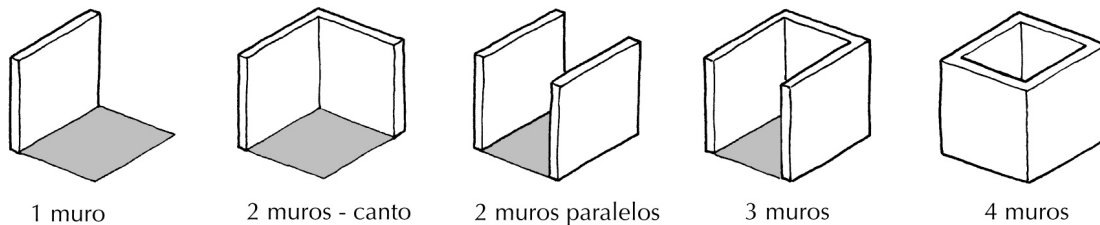
Voltando para nossa tipologia, baseamo-nos, segundo Cousin, no grau de fechamento do espaço, esquematizado pelo número e pela configuração das paredes que o encerra. Este fechamento constitui um espaço *positivo*, isto é, convexo, que se opõe, qualitativamente, ao espaço negativo, "sem foco interno" que o cerca. Cousin, seguindo os trabalhos da proxêmica (Hall, Sommer) define o *espaço pessoal elementar* como uma 'bolha' envolvendo o indivíduo. Seria, portanto, de forma esférica. No entanto, baseando-se nos três eixos que passam pelo corpo: em frente / atrás, esquerda / direita, em cima / em baixo, ele define seis direções, cuja blocagem visual por um plano que as intercepta forma um cubo virtual. Dessa forma, as diversas combinações de abertura / fechamento das faces daquele cubo engendram uma série de espaços elementares, dos quais Cousin explicita o caráter perceptivo para quem o ocupa; em suma, sua qualidade arquitetônica. De nossa parte, esse aspecto 'fenomenológico', por vezes considerado, não está no centro de nossas preocupações, e veremos no cubo, antes, um esquematismo cômodo. Por outro lado,

²³ A qual será completada por uma análise das operações construtivas, no capítulo *tecnologia*.

²⁴ J. Cousin, *L'espace vivant*.

tratando-se de espaços 'achados', que são como subproduto da arquitetura, sua ortogonalidade manifesta-se como um efeito da maneira corrente de construir as cidades.

Chamaremos, aqui, de 'muro' toda forma de parede, que seja maciça (muro de tijolos, de blocos, de concreto) ou não (grade, tela, arame). Consideraremos as combinações seguintes:



a) sem muro

Antes das diversas configurações de muros, convém considerar os espaços abertos, examinando sucessivamente, como faremos com as outras formas, os espaços abertos para o céu e aqueles que são cobertos.

Não coberto:

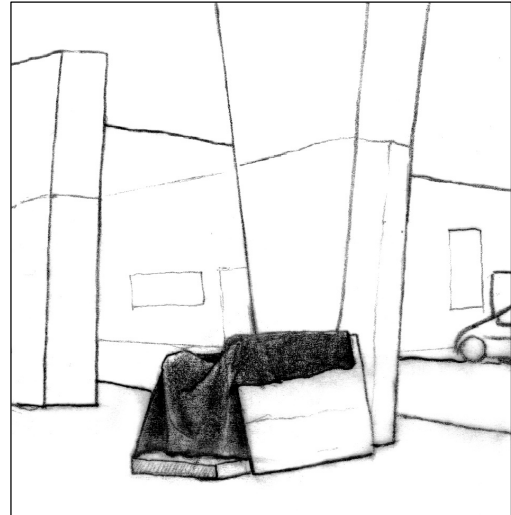
essa categoria designaria o 'espaço livre', diferenciado apenas pelo chão. É o caso geral das 'ilhas' produzidas pelo recorte das vias de trânsito, que são, quase sempre, plantadas de grama, e freqüentemente de árvores. Estes são aproveitados para suportar tendas ou barracas. Tratando-se de áreas relativamente extensas, vários indivíduos ou grupos podem conviver na mesma ilha, como observei, por exemplo, nas ilhas junto à ponte da Casa Verde.

Coberto:

segundo Cousin, dois planos paralelos (aqui o chão e o teto) bastam para delimitar um volume arquitetônico. Este tipo de espaço encontra-se sobretudo sob os viadutos longos, cujas extremidades foram, na maioria das vezes, tornada imprópria à ocupação. Se as paredes estão geralmente ausentes, há sempre *pilares* nos quais as construções podem se apoiar, e que, por esse fato, são eleitos como locais preferenciais para o estabelecimento dos abrigos. Os pilares são geralmente de seção retangular, e o abrigo é quase sempre construído ao longo da face maior. As faces laterais são freqüentemente usadas para apoiar painéis ou tábuas, colocados de modo que formam um espaço positivo. O acampamento

pode estabelecer-se em volta do pilar, com, por exemplo, a fogueira colocada do lado oposto ao abrigo. Quando o acampamento é desmontado durante o dia, as coisas (principalmente cobertores e colchões) são empilhadas ao pé do pilar. Enfim, se os pilares são muito largos, assemelham-se a muros (ver, então, a configuração “1 muro”).

Tratando-se dos espaços sob viadutos, notemos ainda que, apesar de protegidos da chuva, a altura do tabuleiro faz com que se situam muito além da ‘bolha’ pessoal, a ponto de não oferecer a segurança psicológica de um espaço coberto. Por isso, como para manter uma certa privacidade, os abrigos construídos nesses espaços são geralmente fechados na sua parte superior, seja com papelão, cobertores ou qualquer material que possa barrar a vista. Quando a maior parte do vão do viaduto foi



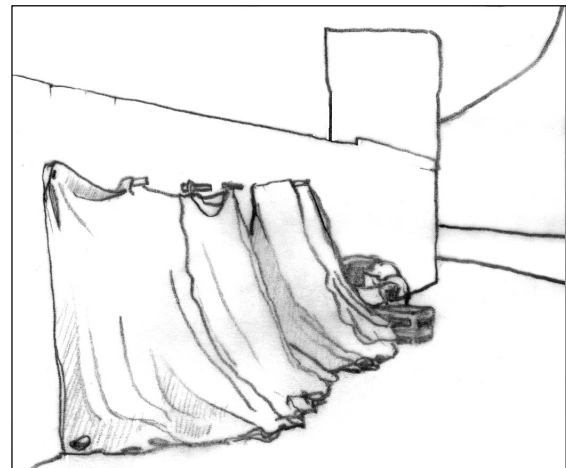
viaduto Guadalajara (Belém) 28-12-2004

colonizada por instituições ou estabelecimentos comerciais, pode acontecer que o espaço disponível seja muito reduzido, e fica assim exposto às chuvas laterais. É o caso de alguns pontos sob o viaduto do Glicério. Fora os viadutos, outros elementos arquitetônicos oferecem algum tipo de cobertura, como por exemplo, as rampas de acesso às passarelas para pedestre. Observei várias ocupações duráveis de tais lugares, por exemplo na travessia da *avenida Prestes Maia*, perto da estação da Luz.

b) um muro (encostado)

Não coberto:

É, talvez, a configuração mais freqüente. Cousin nota: “os espaços *em nossa frente* são realmente percebidos de maneira muito diferente dos espaços *atrás de nós*. Qualquer coisa na frente pode ser controlada ou dominada. Atrás, está fora de nosso controle, mas não deve permanecer vago ou incerto, pois é fonte de perigo.” De um ponto de vista



viaduto do Glicério 22-6-2004

construtivo, um muro é uma superfície oferecendo possibilidades de apoio ou de fixação, aproveitadas para erguer tendas com recursos mínimos (uma lona, um cobertor) ou

para montar abrigos com painéis inclinados, apoiados ao muro. Abrigos podem também estar armados perto de um muro, sem, todavia, fazer uso direto dele; as carroças usadas como abrigo, por exemplo, estão freqüentemente estacionadas perto de um muro. Tenho observado uma delas, que permaneceu durante vários meses, completamente embrulhada com lona plástica preta, contra a grade do *Parque da Luz* (lado de fora), precisamente no lugar onde um muro, de alguns metros, completa a grade.²⁵

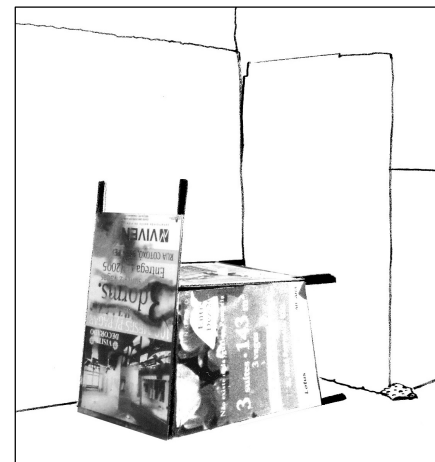
Coberto:

O caso típico, aqui, é o fundo dos viadutos, isto é, as extremidades onde o tabuleiro encontra o talude. Em São Paulo, a maioria dos fundos foi fechada, por muros ou cercas, ou privatizada, ocupada por construções ou estacionamentos. O único caso observado foi de uma ‘toca’ cavada sob o viaduto 25 de Março (parque Dom Pedro II), de cerca de 2m por 4m, com uma altura de 1,50m, fechada na frente com painéis de compensado. Ali moravam três pessoas, com cachorros e gatos; tinham instalado a cozinha do lado de fora.²⁶

As marquises, apesar de pouco consideradas nesta pesquisa, pertencem a esse mesmo tipo. Observei uma delas junto a uma casa abandonada na *avenida do Estado*, perto da *praça Armênia*, em fevereiro de 2005, ocupada por um acampamento relativamente consolidado, onde tudo parecia feito com o plástico preto dos sacos de lixo.

c) dois muros perpendiculares (canto)

“O mais sórdido dos refúgios” segundo Bachelard, o canto oferece uma proteção muito relativa; num canto, conforme nota Cousin: “percebe-se mais, tão perto da expressão satisfatória de um refúgio, a falta de elementos realmente protetores.”²⁷ Em termos construtivos, igualmente, o canto oferece poucos recursos facilmente exploráveis, donde, talvez, seu uso raro para a edificação de abrigos. Em numerosos locais onde moradores de rua estão instalados, os cantos



praça da Sé 16-8-2005

²⁵ Ver imagem p. 177

²⁶ Diário de campo, 25 de abril de 2005.

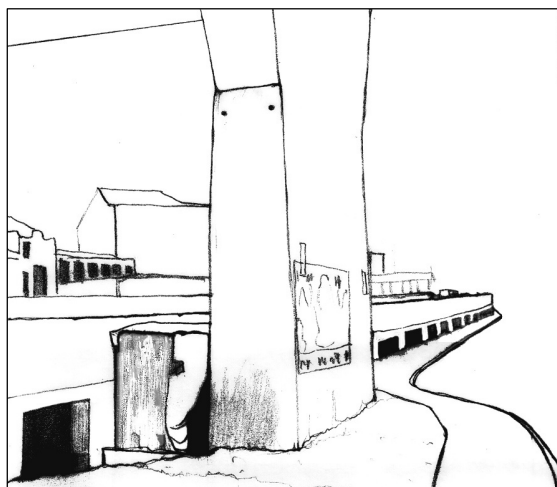
²⁷ Op. cit. p. 83.

parecem servir sobretudo de banheiro.

O *recanto*, formado por uma saliência ou uma reentrância num muro, pode oferecer, em locais muito expostos, uma certa proteção, como no abrigo observado na praça da Sé, que se aproveita do recanto formado pelos tapumes de uma obra de reforma.

d) dois muros paralelos

O uso desse tipo de espaço como hábitat parece raro. No entanto, freqüentemente servem de esconderijo: o vão entre uma banca de jornais e um muro, por exemplo, pode esconder um colchão, um cobertor, sacolas. É possível que a raridade dos abrigos desse tipo se explique pelos constrangimentos dimensionais maiores: larga demais ou estreita demais, a distância entre os muros produz um espaço impróprio à construção do abrigo.



viaduto Abreu Sodré 17-8-2005

A forma tubular, por exemplo dos tubos de concreto usados na canalização de águas pluviais, corresponde também a esse tipo de espaço (um eixo aberto). Observei a ocupação de uma estrutura desse tipo, um tubo de concreto colocado num parque e destinado às crianças, na região da Consolação. Um artigo de jornal de 1992 menciona um tubo de esgoto, que desemboca no rio Pinheiros, ocupado por uma mulher “visivelmente louca”:

Dentro do tubo, a mulher encaixou uma tábua, no sentido horizontal, de tal maneira que a água escorre por baixo dessa prateleira – sua cama e sua despensa. Na boca de saída do esgoto, ela prendeu um pedaço de lona, garantindo privacidade também em relação ao que está do lado de lá da Marginal.²⁸

e) três muros

Para que este tipo de espaço possa servir de abrigo (contanto que seja coberto), é preciso que os dois muros paralelos estejam situados numa distância de dois a três metros um do outro. Observei tal configuração nos pilares do viaduto *Diário Popular*, cuja forma é tal que

²⁸ O Estado de S. Paulo, “Miseráveis criam arquitetura da indigência”, 30 de março de 1992.

esse tipo de espaço se encontra dos dois lados. Os três pilares acessíveis foram ocupados, em ambos lados, por moradores de rua. Num desses abrigos, ocupado por um casal com filho pequeno, verifiquei que a distância dos muros laterais é pouco maior que a cama ali instalada; o espaço que sobra é usado para guardar coisas.

Contradizendo essas exigências dimensionais, observei, durante vários meses, a ocupação de um pequeno corredor situado perto de uma entrada abandonada da estação Sé do metrô: com largura de cerca de 1,10m e comprimento de 4m, um cobertor obturava uma parte do fundo, criando um abrigo de pouco mais de um metro quadrado.

f) quatro muros

Não coberto:

A configuração quatro muros sem cobertura encontra-se, sobretudo, sob a forma de *cercados*, de telas ou de grades, geralmente edificadas para impedir a ocupação de uma área por moradores de rua. Estes, por vezes, encontram ou criam um acesso e instalam seu acampamento dentro.

Coberto:

O fechamento do cubo em suas quatro faces não exclui, é claro, a presença de um acesso, que pode passar pelo alto ('teto'), por um dos muros, ou pelo solo. Esta última possibilidade está realizada nas células que constituem a estrutura dos viadutos, às vezes ocupadas por moradores de rua, como aconteceu numa parte do viaduto do Glicério. Escadas improvisadas levam aos buracos (furados, aos que parece, por motivos de estática do viaduto) que permitem o acesso às células, largas de 1,50m, com 4 metros de comprimento e uma altura de 1,50m (dimensões aproximativas). Tive a ocasião de visitar um desses 'quartos', em dezembro de 2004, ocupado por um homem de sessenta anos que vivia de mendicância. Ele subia até sua moradia com uma escada de corda. Este homem (que já saiu daquele lugar) tinha, algum tempo atrás, vivido ali com suas três filhas (8 a 12 anos) durante quase um ano.

A CONTRAÇÃO DO ESPAÇO

Não se pode falar do espaço ocupado pelos moradores de rua sem tratar de uma de suas principais características: os esforços feitos para aniquilá-lo, esforços que se inscrevem nas políticas destinadas a eliminar a população de rua. Antes de abordar as medidas práticas

tomadas nesse sentido, proporemos uma classificação dos espaços urbanos evidenciando os aspectos estratégicos implicados pelas diversas localizações do hábitat de rua.

Distinguimos, acima, o espaço destinado ao uso público daquele que não tem destino definido (espaço residual). Outra distinção, baseada não mais no destino, mas no uso efetivo, é proposta por Snow e Anderson²⁹, que opõem *espaço marginal* e *espaço primário*³⁰. O espaço primário é definido como “o espaço que está sendo usado rotineiramente por cidadãos domiciliados com propósitos residenciais, comerciais, recreativos, ou de navegação, ou que tem significação simbólica”.³¹ O espaço marginal, por sua vez, assemelha-se ao que chamamos de espaço residual; no entanto, conforme os autores, espaço primário e espaço marginal, mais do que constituir duas classes nitidamente distintas, formam os pólos de um contínuo, definido pela atenção que recebem por parte dos cidadãos:

o critério relevante para os moradores de rua não são tanto os direitos de propriedade, mas o valor funcional que o espaço tem para a comunidade anfitriã. Isto é, as questões críticas não são de quem é a propriedade ou se se trata de terra particular ou pública, mas se ela é importante para os cidadãos domiciliados.³²

Decorre dessa definição que um deslocamento da atenção da comunidade, das autoridades ou de uma associação de comerciantes, por exemplo, pode requalificar como primário um espaço até então marginal. Snow, num artigo ulterior³³, introduz uma terceira categoria, que chama de espaço transicional, e que seria como passando de um pólo para outro, incluindo os locais públicos (momentaneamente) abandonados aos moradores de rua. Parece-nos mais interessante incluir este tipo de lugares no espaço marginal, reforçando assim o critério do uso (ou do não-uso) pelos cidadãos domiciliados como característica da oposição primário / marginal, guardando em mente, todavia, a mobilidade potencial dessas qualificações. Precisaria, além disso, considerar diversos graus de abandono, desde a tolerância à ocupação, cujo maior exemplo, no momento desta pesquisa, era a *praça da Sé*, até a ausência total de manutenção, como, até maio de 2005, a *praça Pedro Quarto Marini*, na beira da Marginal Tietê (Pari).

²⁹ D.A Snow, L. Anderson, *Desafortunados*, pp. 171-174.

³⁰ No original, *prime space*. A tradução de S. Vasconcelos, “espaço primário”, nos parece pouco explícita. Com efeito, *prime* significa, além de primário, que tem o maior valor. Por analogia com o vocabulário da televisão, no qual *prime time* designa o horário nobre, seria mais adequado falar em *espaço nobre*.

³¹ D.A Snow, L. Anderson, op. cit., p. 172.

³² *Ibid*, p. 171.

³³ D.A Snow, M. Mulcahy, “Space, Politics, and the Survival Strategies of the Homeless”, *American Behavioral Scientist*, vol. 45 No 1, September 2001.

Essas formulações nos parecem úteis, na medida em que ajudam a dar conta da dinâmica que rege o espaço ocupado pelos moradores de rua, dinâmica diretamente ligada – em negativo – à valorização imobiliária do território urbano. Em função disso, os moradores de rua podem ser afastados, de um dia para outro, de uma região onde estavam instalados há muitos anos. Observei tal processo, oficialmente chamado de “revitalização”, na região do Mercado Municipal, após sua reforma, e, mais recentemente (março de 2005), na *praça Ragueb Chofhi*, perto do terminal de ônibus Parque Dom Pedro II, de onde foram expulsos dezenas de moradores de rua. Essas duas operações são, aliás, solidárias uma da outra, conforme os objetivos publicados pelo Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura: « requalificar o Centro Histórico e seu entorno, destacando a Várzea do Carmo, o Parque Dom Pedro, a região do Mercado Municipal, da rua 25 de Março... »³⁴, que segue, nessa matéria, a política da administração anterior.

Confrontando as duas divisões assim estabelecidas, público / residual (que remete ao *destino* dos espaços) e primário / marginal (que remete ao *uso efetivo* dos espaços), podemos relacionar cada uma das quatro combinação resultantes com um objetivo prevalente das intervenções contra a população de rua :

	público	residual
primário	manutenção do espaço público	contenção da população de rua
marginal	'revitalização' urbana	eliminação dos <i>moradores de rua</i>

Podemos assim caracterizar o que está em jogo nas diversas políticas evidenciadas:

- manutenção do espaço público: o objetivo, aqui, é, antes de tudo, paisagístico. Trata-se de afastar os moradores de rua dos locais turísticos ou comerciais, de tirá-los da vista do 'público';
- contenção da população de rua: diz respeito aos lugares onde se tolera a presença dos moradores de rua, evitando, no entanto, que se instalem de maneira demasiadamente confortável;
- eliminação dos moradores de rua: as intervenções contra moradores de rua nos espaços residuais-marginais, não tendo por objetivo a preservação de um determinado lugar, visam

³⁴ Trecho tirado de um documento da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano disponibilizado na Internet: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/0004, acessado dia 6 de fevereiro de 2005.

diretamente a população de rua, e são praticadas fora da lei;³⁵

- revitalização urbana: visa o afastamento durável dos moradores de rua dos lugares concernidos. Essas operações dependem de decisões sobre o desenvolvimento urbano, por parte das autoridades municipais ou da iniciativa privada, e são, geralmente, ligada às estratégias de valorização imobiliária.

Além das medidas propriamente policiais, como a destruição periódica de seu hábitat e o confisco de seus pertences (o *rapa*), os moradores de rua são mantidos longe de certos lugares por dispositivos que podemos chamar de *passivos*. Se a arquitetura nasceu da criação de espaços habitáveis, existe, hoje, um de seus ramos ocupado em criar lugares *inabitáveis*. Steven Flusty³⁶ propôs uma tipologia daquilo que chama de *interdictory spaces*, espaços proibitivos, que define como “concebidos para interceptar, repelir ou filtrar aqueles que queriam utilizá-los”³⁷. Suas caminhadas pelo centro de Los Angeles lhe permitiram identificar cinco tipos de espaços proibitivos:

- o espaço furtivo (*stealthy space*): o espaço cujo acesso é camuflado;
- o espaço escorregadio (*slippery space*): “espaço que não pode ser alcançado, pois o caminho que leva até ele é tortuoso, alongado ou ausente”. Estratégia onerosa, nota o autor;
- o espaço couraçado (*crusty space*): designa todo tipos de espaços fechados por muros, cercas etc;
- o espaço espinhoso (*prickly space*): “espaço que não pode ser confortavelmente ocupado”;
- o espaço nervoso (*jittery space*): é o espaço vigiado, seja por patrulhas móveis seja por dispositivos eletrônicos.

Flusty ainda nota que essas diversas formas encontram-se, na maioria das vezes, combinadas entre elas. Ao tratar especificamente de moradores de rua em São Paulo, todavia, podemos simplificar a tipologia, e contentarmo-nos em classificar os espaços proibitivos segundo duas estratégias dominantes:

- 1) o *fechamento*, que visa impedir o acesso a um determinado local. Corresponderia ao “espaço couraçado” de Flusty;
- 2) a *hostilização*, isto é, ações que procuram tornar certos locais inabitáveis. A hostilização inclui, sobretudo, o “espaço espinhoso”, e, em certos aspectos, o “espaço nervoso”.

³⁵ sobre isso, ver o capítulo 6, *Exterminio*.

³⁶ S. Flusty, Building paranoia. In: Nan Elin (ed.), *Architecture of fear*, pp. 47-59.

³⁷ Ibid, p. 48.

Essas duas formas de luta contra a presença dos moradores de rua são praticadas em São Paulo, descritas pela imprensa como *arquitetura antimendigo*. Examinemos um pouco de sua extensão e de seu funcionamento.

Fechamento

Os fundos de viadutos, que são, entre os espaços residuais da cidade, os mais confortáveis para instalar uma moradia, foram os primeiros a serem fechados. Segundo a imprensa local, foi em 1984, com Mario Covas prefeito, que foram fechados os espaços sob os viadutos Jaceguai, Pedroso e São Joaquim da *avenida 23 de Maio*, e expulsos os “mendigos” que ali moravam³⁸. O então administrador regional da Sé, Welson Barbosa, declarou, nessa ocasião: « essa medida visa preservar a avenida principal da cidade, e evitar a formação de favelas nesse local, já que é a porta de entrada de São Paulo para quem desembarca em Congonhas³⁹ ».

Pude acompanhar, em julho de 2004, o fechamento de uma faixa gramada situada na *avenida Castelo Branco*, propriedade da SABESP. Aquele terreno, de uma largura variando entre 2 e 12 metros, prolongando a calçada até o muro da SABESP nos mais de 200 metros de seu comprimento, era ocupado por dois ou três grupos permanentes e, freqüentemente, por carroceiros de passagem. As obras de instalação da tela de arame duraram mais de um mês, tempo durante o qual um casal, que vivia ali há três anos, ficou até o fechamento quase completo, enquanto os outros ocupantes do local saíram desde o início das obras.

Outra forma de fechamento, praticada sob diversos viadutos de São Paulo, é a apropriação oficial dos espaços residuais, às vezes cedidos para associações, ou alugado para empresas. Sem entrar em detalhes, notemos que essas medidas podem estar acompanhadas por estratégias de legitimação: os vãos dos viadutos são freqüentemente destinados a fins ‘sociais’ (associações de ajuda aos moradores de rua debaixo do viaduto do Glicério, mercado popular (*sacolão*) gerido pela Prefeitura no viaduto do Café⁴⁰). Esse destino ‘social’ pode também não passar de declarações feitas na hora de expulsar os moradores de rua do local, como na *Radial Leste*, no bairro do Bela Vista. Segundo um

³⁸ *Folha de S. Paulo*, “Prefeitura cerca viadutos da 23 de maio e afasta mendigos”, 3 de novembro de 1984.

Trata-se da mais antiga menção a esse tipo de operações que encontramos na imprensa.

³⁹ *City News*, “Mendigo já não pode dormir sossegado”, 25 de novembro de 1984.

⁴⁰ Situado entre a *rua Avanhandava* e a *avenida Nove de Julho*; foi privatizado depois.

artigo de 1989⁴¹, o espaço entre a *rua Santo Antônio* e a *avenida Nove de Julho*, sob o viaduto do Café, ia receber um centro cultural, incluindo uma sala de espetáculo e diversos serviços. Passei por lá 16 anos depois, dia 3 de maio de 2005, e nada tinha sido feito ainda. O terreno, onde uma empresa de construção civil havia construído dois barracos, era ocupado por um grupo de uns cinquenta *sem teto*.

A respeito das cercas, deve-se notar que são objeto, às vezes, daquilo que podemos chamar de *reversão tática*: pratica-se uma abertura, e a área cercada é ocupada, beneficiando-se da proteção do resto da cerca. Aliás, mesmo sem tal intrusão, as cercas podem servir como apoio de abrigos edificadas no perímetro do espaço interdito, como pude observar na *avenida Casper Líbero*, onde as grades que fecham uma pracinha minúscula foram usadas para sustentar barracas edificadas na calçada adjacente.

Hostilização

Um artigo de 1994⁴² enumera os dispositivos utilizados em São Paulo para impedir os moradores de rua de instalar-se, em particular nas entradas de estabelecimentos comerciais. São citados:

- o espalhamento de óleo queimado no chão;
- a instalação de *sprinklers*, regando periodicamente o espaço coberto por marquises;
- a ocupação de vãos de viadutos por canteiros;



rua Carneiro Leão (Brás) 11-6-2004

⁴¹ *Shopping news*, "Debaixo dos viadutos, lazer e cultura, 15 de outubro de 1989.

⁴² *Folha de S. Paulo*, "Cidade cria arquitetura antimendigo", 2 de setembro de 1994.

- a supressão das marquises dos novos edifícios.

Observei, em numerosos locais potencialmente ocupáveis, *solos* antimoradores de rua. Pode ser a substituição dos planos horizontais por planos inclinados, tornando difícil qualquer permanência, como debaixo da estação Santana do metrô, ou no início do *viaduto 25 de Março*, no *parque Dom Pedro*. Outra técnica usada consiste em tornar o chão extremamente áspero, colocando paralelepípedos em pé, como mostra esta foto de uma ilha sob o viaduto do metrô.

Essa estratégia pode, inclusive, valer-se de um *álibi* artístico: convida-se uma artista plástica (Amélia Toledo) para ocupar o espaço com diversos tipos de pedras, inclusive lâminas de granito salientes, tornando o chão ainda mais inóspito:



complexo viário Jorge Saad, Ibirapuera 17-2-2005

LOCALIZAÇÃO

A questão da localização dos moradores de rua introduz um plano mais 'geográfico', que abrange as dimensões até então consideradas. É claro, por exemplo, que a distribuição dos espaços residuais e (ou) marginais influi na repartição da população de rua. Porém, outros fatores intervêm, como a disponibilidade de recursos, que podem estar em conflito um com outro. A localização depende, assim, de um compromisso entre um conjunto de fatores, e poderíamos imaginar um cálculo para otimizá-la, como é feito para as localizações industriais, cálculo que permitiria prever os lugares onde se concentram os moradores de

rua. Sem pretender tanto, contentemo-nos em enumerar certos fatores que influenciam a localização e apresentar algumas observações sobre suas interações.

Antes disso, todavia, duas questões devem ser colocadas: podemos indagar, em primeiro lugar, até que ponto a população de rua é *localizável*. É preciso, mais uma vez, evitar o 'preconceito ecocêntrico', segundo o qual o hábitat se identificaria com um ponto fixo, assemelhado a uma residência; pois, como visto ao tratar do acampamento, as atividades cotidianas podem ser dispersas (porém num âmbito limitado, já que a população de rua se desloca a pé). Além disso, a vida na rua deve acomodar-se a uma geografia móvel, pois a presença do morador de rua, por mais 'estabelecido' que seja, é sempre revogável a qualquer momento.

A outra questão é a seguinte: localização de quê? Os censos da população de rua efetuados em São Paulo foram feitos de noite, levando em conta os pontos de pernoite.⁴³ Ora, pode constatar que, por um lado, numerosos moradores de rua trabalham de noite (principalmente na coleta de materiais recicláveis) e dormem de dia, e, por outro lado, que certos locais só lhes servem para dormir, especialmente os carroceiros, que podem passar a maior parte de seu tempo num dado lugar, fixo (que seria o 'acampamento' de nossa classificação) e dormir em outro lugar. É verdade que o objetivo principal dessas pesquisas é apenas contar a população de rua⁴⁴, enquanto que nosso interesse direciona-se ao conjunto dos fatores ecológicos envolvidos numa determinada localização.

Entre os fatores relevantes na localização do hábitat, mencionaremos:

- a presença de espaços apropriáveis;
- a proximidade de instituições às quais se pode recorrer, principalmente as *Casas de convivência* (onde se pode tomar banho, por exemplo) e os locais de distribuição de comida: refeitórios para moradores de rua, restaurante *Bom Prato*, distribuições diversas, geralmente por igrejas⁴⁵. Deve-se notar que a utilização de tais recursos é muito variável entre os moradores de rua;
- recursos coletáveis: lixo doméstico, papelão (ligado a presença de comércios), caixotes de frutas e legumes, latinhas de bebida, sobras de feira, etc.
- acesso à água;

⁴³ Foi o procedimento usado pela Prefeitura em 1991, assim como pelos censos da FIPE de 2000 e 2003.

⁴⁴ Por esse motivo, tenho alguma dúvida quanto a validade das conclusões sobre a localização da população de rua emitida pela equipe que conduziu a pesquisa da FIPE, Schor et alii, "Determinants of spatial distribution of street people in the city of São Paulo", *Urban affair review*, vol. 38, No 4, march 2003, pp. 592-602.

⁴⁵ Frangela, op. cit. p. 227.

- relações pessoais: não se deve negligenciar toda a geografia relacional que rege a vida dos moradores de rua. Por um lado, os locais que concentram vários moradores foram povoados constantemente pela chegada de amigos, parentes ou simples conhecidos daqueles já instalados. Por outro lado, as inimizades entre moradores de rua são freqüentemente mortais, o que leva alguns deles a fugir de outros.

A visibilidade, enfim, merece um comentário especial, pois trata-se de um fator ambíguo. À primeira vista, parece vantajoso levar uma vida escondida, pois um dos primeiros motivos da repressão, pelos menos nos locais mais centrais, é a visibilidade. Certos moradores de rua desenvolveram, assim, um *devoir imperceptível*. O maior exemplo que encontrei foi de dois homens morando num carro abandonado, estacionado na região de Santana. Depois de meia hora de conversa com um deles (que estava varrendo em volta do veículo quando cheguei), não tinha percebido que estava cozinhando (carne com batatas), quando me mostrou a panela sobre um fogareiro a álcool, *dentro de um pequeno armário*. Por outro lado, a exposição traz suas vantagens: toda uma série de instituições, e até indivíduos isolados, distribuem alimentos, roupas e cobertores para as populações de rua; para receber essas doações, é preciso, evidentemente, estar visível por quem as pratica. É o que entenderam certos moradores da periferia, que levam tantas crianças quanto podem e armam barracas sob o viaduto do Glicério, poucos dias antes do Natal⁴⁶...

“Localização” pode ser entendido também como “ato ou efeito de localizar (-se)”. Já assinala a dificuldade nessa matéria; porém, não posso deixar de mencionar aqui uma das minhas grandes surpresas na pesquisa de campo. Trata-se da *persistência* geográfica de certos moradores de rua, que chegam a ficar mais de dez anos no mesmo lugar. Como a situação de rua é marcada pela impermanência, pelo caráter revogável de qualquer acomodação, essas persistências remetem a um tipo particular de esforço que mereceria mais ampla investigação.

É comum falar em *nomadismo* a respeito dos moradores de rua. Os nômades, notou Tim Ingold, costumam ser definidos negativamente, pela falta de fixação no espaço.⁴⁷ Embora as intenções dos autores, ao usar esse qualificativo, possam ser outras, a definição transmite a idéia de uma errância incessante que caracterizaria a vida nas rua. Ora, como mostra o exemplo dos ‘persistentes’, a realidade pode ser outra. É claro, por outro lado, que

⁴⁶ M. Bursztyl (*No meio da rua*, pp. 245-6) menciona um fenômeno semelhante em Brasília, onde chegam, na época das festas de fim de ano, os “pedintes de Natal” vindo, não somente das cidades satélites, mas até do Nordeste.

⁴⁷ T. Ingold, *The appropriation of nature*, p. 165.

os moradores de rua não são sedentários no mesmo sentido que o são as pessoas domiciliadas, pois, como foi notado no capítulo anterior, não têm nenhum *direito* de permanência. Por esses motivos prefiro, em vez de qualificativos maciços, distinguir diversos *modos de permanência*:

- **persistentes**: a pessoa (não conheço caso de grupos) permanece mais de um ano exatamente no mesmo lugar. No entanto, há indícios de tempos de permanência muito maiores, como, por exemplo, o morador-escritor da *avenida Pedroso de Moraes*, que já se tornou figura pública;

- **deslocados**: geralmente indivíduos ou casais, que ficam algum meses, às vezes mais, até não suportar mais a pressão de remoções periódicas ou ser afastados pelo fechamento do espaço que ocupavam. Podem instalar-se num outro ponto da mesma região, beneficiando-se da mesma ecologia, como a mulher acima referida, que morava na 'faixa SABESP' da *avenida Castelo Branco*, e que me disse morar 'no pedaço' há sete anos, embora em três pontos diferentes. Quando os deslocados se movem para longe, o pesquisador costuma perder seu rastro. O único caso que eu pude acompanhar é de um casal que morava debaixo do viaduto do Glicério, no início de minha pesquisa (março de 2004), numa parte que foi 'limpada' pouco depois. Encontrei com eles mais de um ano depois, numa praça junto à Marginal Tietê, onde, me disseram, se instalaram quando saíram do Glicério. Pelos relatos que recolhi, a permanência por alguns meses em diversos pontos da cidade é bastante comum;

- **alternantes**: aqueles que moram na rua parte do tempo, tendo acesso a outro tipo de moradia. Alguns moradores de rua, por exemplo, possuem uma 'casa' na periferia (de fato, um barraco em alguma favela), mas ganham seu sustento no centro, pela coleta de materiais recicláveis ou com emprego precário⁴⁸. Por conta das distâncias, passam boa parte do tempo na rua e voltam para "a vila" nos fins de semana. Outro tipo de alternância observa-se em usuários de albergues, interditados periodicamente por motivo de embriaguez; ficam, então, na rua, até encontrar uma vaga em outro albergue;

- **itinerantes**: esse grupo inclui os *trecheiros*, que circulam de cidade em cidade, e podem acampar, por um período variável, num lugar fixo. Sendo uma espécie mais interiorana, encontrei, em São Paulo, apenas um trecheiro, morando temporariamente com um grupo mais estabelecido. Outros itinerantes são certos carroceiros, correspondendo, mais ou menos, ao que Tachner e Rabinovich chamam de *neo-nômades*, que não param no mesmo

⁴⁸ V. *Folha de S. Paulo*, "Excluído do transporte vira 'morador de rua'", 27 de novembro de 2003.

lugar por mais de alguns dias. Em vários locais, dentre os que observei com regularidade (inclusive na *Ilha dos caixotes*), vi dessas carroças cobertas com lonas, forma usual de abrigo usada pelos itinerantes, que já tinham desaparecido na semana seguinte.

4. A ILHA DOS CAIXOTES

O personagem principal deste capítulo é um lugar. Um lugar pequeno e circunscrito, que não passa de 1.500 metros quadrados, onde vivem entre 12 e 15 pessoas, a maioria delas ‘carroceiros’, o que, no caso, significa apenas que possuem uma ou várias carroças. Fizeram desse lugar sua moradia, exercendo nele a maior parte de suas atividades cotidianas.

Acompanhei a vida dessa ilha por mais de um ano – de março de 2004 até outubro de 2005 – por meio de visitas semanais¹ (fora algumas interrupções), praticando uma forma de observação participante. A relação que estabeleci com certos moradores do local passou, sobretudo, pela fotografia: quando comecei a trazer fotos para as pessoas que apareciam nelas, iniciou-se um jogo no qual me tornei “o retratista”, como Ana se referia a mim. Embora meu interesse inicial em fotografar dirigia-se mais às instalações do que às pessoas, consegui, com os ‘retratos’, estabelecer vínculos com uma família do local, o que acabou, entre outro, por facilitar meu contato com os demais habitantes; foi assim que me tornei, por um tempo, mais um personagem da ilha.

O conteúdo do capítulo é composto por temas emergentes, isto é, questões que apareceram no curso da pesquisa de campo, e por uma crônica, relatando os principais acontecimentos que ocorreram durante um ano da vida da ilha. Procurei, dessa forma, restituir um pouco da dinâmica do local, dinâmica em que estão intimamente ligados os objetos, as pessoas e o lugar.

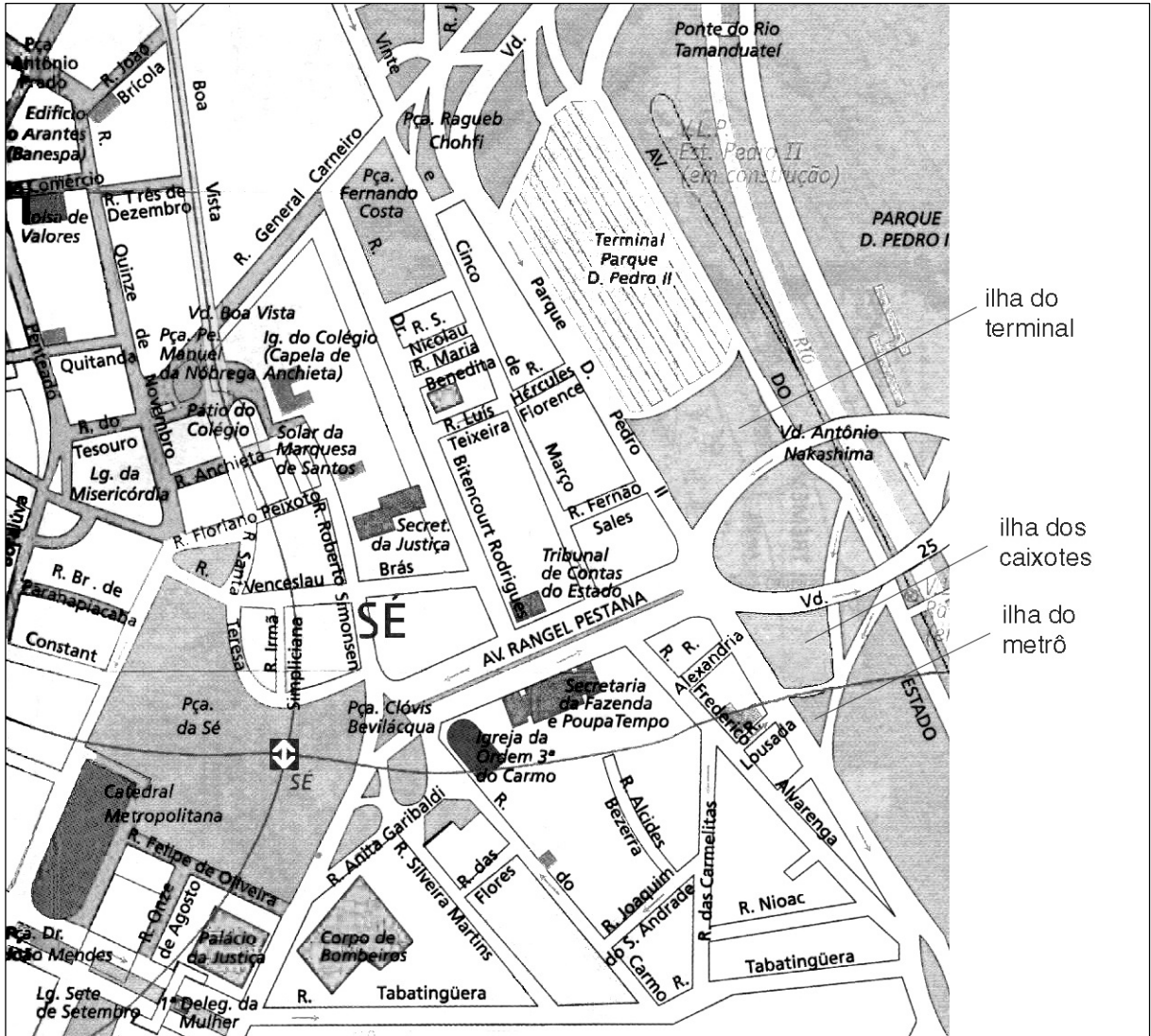
Diversos assuntos tratados aqui teriam seu lugar em capítulos mais analíticos; escolhi inclui-los aqui para preservar a unidade descritiva, na convicção de poder assim apreender algumas especificidades da vida de rua. Tendo colocado a relação com o lugar e com os materiais no foco desta tese, a consideração das dinâmicas socioespaciais num lugar como a *Ilha dos caixotes* pode completar utilmente as análises mais descontextualizadas que ela comporta.

Situação

Um dos fatos mais notável quanto à situação da *Ilha dos caixotes* é sua centralidade: a

¹ Depois do primeiro ano, a partir de março de 2005, concentrei minha atenção sobre outros locais, e diminuí a frequência de minhas visitas à ilha. O essencial da descrição remete, assim, ao período que vai de março de 2004 até março de 2005.

praça da Sé, marco zero de São Paulo, está a menos de 400 metros. Ao mesmo tempo, é parte do *parque Dom Pedro*, uma área há muito tempo sacrificada ao trânsito automóvel, e considerada entre as mais degradadas do centro. A ilha é central também com relação ao mundo da rua: além da praça da Sé, ponto de referência importante para os moradores de rua de São Paulo, está perto da *rua 25 de Março*, cujo comércio frenético gera uma grande quantidade de lixo reciclável, do *Mercado Municipal*, da baixada do Glicério. Nas imediações, notamos a *Ilha do Terminal*, que ocupa uma posição simétrica com relação ao



Situação da Ilha dos caixotes com relação ao centro de São Paulo

viaduto Antônio Nakashima, ao lado do Terminal de ônibus *Parque Dom Pedro*, e que

contém outra concentração de moradores de rua². Segundo um deles – entrevistado dia 17 de maio de 2005 - a maior parte de suas relações com a *Ilha dos caixotes* se dá por meio de... caixotes: vendem ali os que recolhem. A ilha situada entre os dois viadutos estava em obras, nos primeiros meses de 2004, sujeita a despejos de terra vegetal, em função de um paisagismo que depois parou inconcluso. Em 2005, alguns carroceiros instalaram-se nela, geralmente por pouco tempo.

Dois bares situados em esquinas próximas, entre a avenida *Parque Dom Pedro* e as ruas *Fernão Sales* e *Hércules Florence*, são pontos de prostituição, ocasionalmente relacionados com a ilha, como veremos. Na rua *H. Florence*, há também um restaurante *Bom Prato*, usado – embora raramente – por alguns moradores da ilha. A centralidade da ilha faz com que haja inúmeras distribuições por parte das entidades assistenciais: de comida, várias vezes por semana, de roupas, de cobertores no inverno. Os moradores recebem também doações ‘selvagens’, por parte de indivíduos isolados: vi, por exemplo, um rapaz trazer uma caixa cheia de pães, um carro parar e seu ocupante distribuir marmite, uma senhora que vinha alimentar os cachorros. Segundo “Paulista”, um freqüentador da Ilha, as distribuições são tantas, e a maioria dos moradores está tão frequentemente bêbada, que muita comida acaba sendo desperdiçada.

A formação da ilha resulta de uma história bem particular. Trata-se de um fragmento do *parque Dom Pedro II*, edificado na antiga *Várzea do Carmo*, sobre os vestígios da primeira zona industrial de São Paulo, e inaugurado em 1922. Instalaram-se ali, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, os gigantescos aparelhos de distribuição dos fluxos automobilísticos, cujos viadutos acabaram por cobrir toda a extensão do parque. A *Ilha dos caixotes* é o fruto paradoxal desses dois destinos contraditórios: ao mesmo tempo parque e resíduo das vias de trânsito. Cabe notar que o parque, na época da pesquisa, passava por uma reforma, uma empreitada de longo prazo visando a sua reabilitação como parque, o que pode levar, futuramente, a tentativas de retirada dos moradores da ilha .

A ocupação da ilha por moradores de rua parece antiga. Um deles mostrou-me uma foto de sua mulher, no meio de seu acampamento – a ilha é bem reconhecível – datada de julho de 1994. Seu Bahia, que é, provavelmente, o mais antigo morador do local, disse-me morar “por aí” há 22 anos. Segundo diversos testemunhos, os moradores eram concentrados, no início dos anos 90, na *Ilha do metrô*, que, depois, foi fechada com cerca, situação em que se encontrava no início de minha pesquisa. Na vida cotidiana da ilha,

² A *Ilha do Terminal* foi objeto de uma reportagem do programa *Globo Repórter*, exibido em 15 de outubro de 2004.

observa-se a recorrência da história de forma concreta pelas voltas de antigos moradores. Como veremos, existe um circuito, que inclui quartos em cortiços, invasão de prédios abandonados, outros locais na rua, no qual circula uma fração dos moradores de rua de São Paulo, movidos por motivos variados. Nesse circuito, a *Ilha dos caixotes* representa, para alguns deles, um ponto de referência.

Arranjos efêmeros

O controle do espaço pelo poder público apresenta-se de modo ímpar, na *Ilha dos caixotes*. A presença dos moradores é tolerada, pois nunca houve, que eu saiba, tentativas de remoção total; trata-se, no entanto, de uma presença altamente vigiada. Segundo o testemunho de vários habitantes, a kombi que comanda o *rapa* passa diariamente pela rua adjacente, parecendo decidir no momento se intervirá ou não. As intervenções podem também resultar de queixas, principalmente por parte dos moradores do prédio vizinho. Sendo, ao mesmo tempo, parte de um parque e ilha residual recortada pela alça de acesso ao viaduto 25 de Março, a ilha acumula os atributos do espaço público e do espaço residual, conforme a classificação apresentada em capítulo anterior. Daí, talvez, essa combinação de tolerância e de controle. Além do *rapa*, a manutenção da ilha como espaço público inclui sua limpeza por uma empresa terceirizada pela Prefeitura: todos os dias, de manhã, um gari varre a ilha inteira.

As formas de ocupação do espaço tiveram de adequar-se aos limites impostos à permanência, adotando como tática básica a *desmontabilidade*. Diferentemente de tantos outros lugares ocupados por moradores de rua, não há sofás na ilha dos caixotes. Boa parte dos móveis é feita de caixotes, usados como peças de um jogo de armar. Vejamos, como exemplo disso, um berço: um dia, Bento me mostrou sua filha de dois meses. Ela estava dormindo num berço feito com caixotes: dois deles, do modelo baixo (embalagem para tomate), formavam um estrado, outros mais altos (embalagem para banana), em volta, fechavam as laterais. Um pano cobria o conjunto. Quando me encontrei novamente com o pai, cerca de uma hora depois, ele carregava a menina no colo, e o berço tinha desaparecido: desintegrado. De maneira semelhante, a maioria dos abrigos era montada à noite e desmontada pela manhã. Esse processo de constante re-produção do espaço habitado proporcionava uma grande variabilidade na paisagem da ilha. Não somente os acampamentos podiam mudar de lugar de um dia para o outro, como mostram os “mapas territoriais”, mas a forma do abrigo podia ser extremamente variável. Demorei meses para

identificar um dos moradores, Seu Bahia, apesar de sua permanência no mesmo lugar. Isto porque, a cada visita minha, seu abrigo tinha uma forma tão diferente a ponto de levar-me a pensar que se tratava de outra pessoa.

Outro elemento fundamental para a permanência na ilha é a carroça. Havia uma convenção implícita com os funcionários do *rapa*, que, salvo casos especiais como certa resistência por parte dos moradores, não levavam nem as carroças nem seu conteúdo. Segundo Zé, essa tolerância para com as carroças resultava de uma determinação da Prefeita Marta Suplicy, visando à proteção dos catadores. Essa proteção não se estendia, todavia, aos vendedores ambulantes. O único deles que morava na ilha, Dr. Banana, disfarçava sua carroça colocando papelão por cima das frutas. Beneficiando-se dessa imunidade, as carroças serviam tanto para armazenar objetos pessoais, caixotes e outros materiais recicláveis quanto para o transporte propriamente dito. Serviam também de abrigo, cobertas com uma lona. A maioria dentre as carroças era modelo dito de “sacaria”; a exceção a mais notável sendo a carroça de Odacir, do modelo usado para os transportes de mercadorias no Mercado Municipal; pintada de azul, era imediatamente reconhecida, e ficou com seu dono durante todo o período de minha pesquisa, sendo levada, no entanto, pelo grande *rapa* de outubro de 2005.

Os caixotes

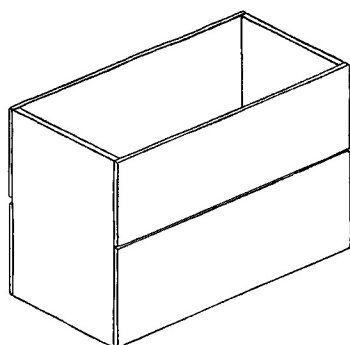
Quase todos os moradores da ilha mantinham alguma relação com caixotes. Não é exagero dizer que esse povo vivia, literalmente, num (e de um) fluxo de caixotes. Fluxo, porque entravam e saíam diariamente daquele lugar cerca de quinhentos caixotes de madeira³, usados na cidade para o transporte de frutas, legumes e verduras. Entravam pela atividade de coleta, em boa parte noturna, praticada pelos moradores da ilha, com a ajuda de carroças, que os recolhiam, em sua maioria, junto aos restaurantes do Centro e da Liberdade. Eram trazidos também por moradores de rua que não viviam na ilha. Saíam com o caminhão comprador, que passava no local todos os dias, às oito horas da noite; saíam também pelo *rapa*, que, às vezes, confiscava tudo que não estava nas carroças; saíam, finalmente, em fumaça (os quebrados), pois serviam também de lenha.

Esse fluxo constituía, assim, a principal atividade econômica da ilha. Dependendo do modelo, um caixote era revendido entre 40 centavos e 1 Real. Todos os catadores possuíam martelo e pregos e consertavam os caixotes danificados. Durante os dez

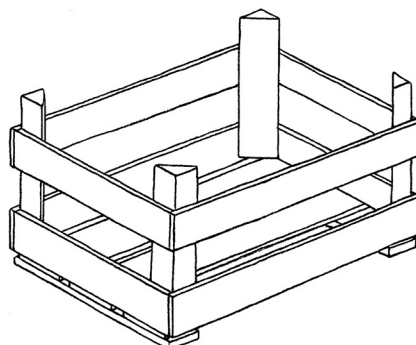
³ Em tempos de fartura; houve momentos em que a atividade diminuiu muito.

primeiros meses de minha pesquisa, um dos moradores, Zé, concentrava o comércio dos caixotes. A maior parte dos outros moradores da ilha (mas não todos; alguns deles vendiam os caixotes diretamente “no depósito”, perto do Mercado Municipal) vendia para ele, assim como pessoas de fora, que conheciam a ilha como um lugar onde vender os caixotes. A associação da ilha com caixotes era tão óbvia que, quando a *praça Ragueb Chofhi* – que era outra concentração de moradores de rua trabalhando com caixote – foi ‘limpada’, uma parte dos expulsos veio se instalar ali, com suas pilhas de caixotes (24 de março de 2005).

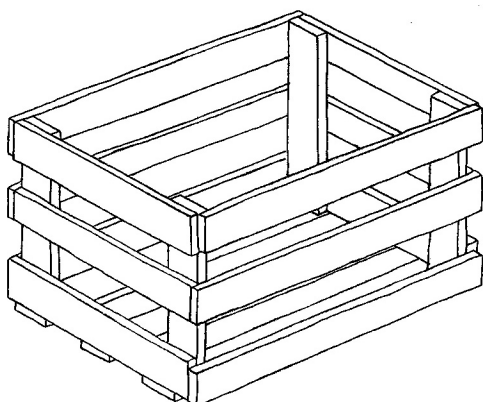
Além de ganha-pão, os caixotes tinham várias outras utilidades, e podíamos observar, na ilha, a existência de uma cultura material na qual eles ocupavam um lugar central. Componentes fundamentais dos “arranjos efêmeros” que sustentavam a vida doméstica dos moradores da ilha, os caixotes serviam, é claro, para guardar coisas, seja na



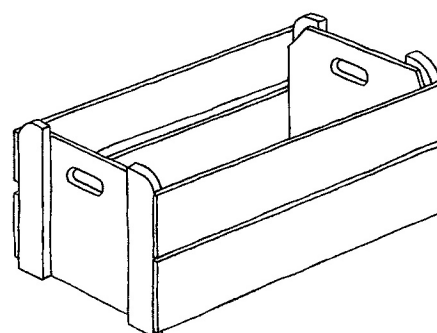
tomate



banana



verdura



laranja

forma de 'baú', com a abertura para cima, seja empilhados, com a abertura voltada para o lado, formando prateleiras. Tornavam-se bancos, mesas, cavaletes, varais, apoios de todos os tipos. Serviam, também, como componentes para construir os abrigos. Examinemos um pouco dessa tecnologia, começando com uma descrição dos caixotes mais comuns.

Há diversos tipos de caixotes. A quase totalidade dos que passavam pela ilha era daqueles modelos usados no transporte de frutas e legumes, sobretudo os tipos seguintes: tomate, laranja, verduras, bananas e uva, a denominação exprimindo seu uso mais corrente. Vale notar que os caixotes são objetos padronizados, com medidas constantes. Por isso, as construções dos quais eles participam são ligadas aos *tipos*, e não aos objetos individuais, e são, portanto, indefinidamente reprodutíveis.

Cada tipo possui determinadas características, aproveitadas para um uso específico:

- laranja: é o mais resistente, sendo feito com uma madeira mais espessa. É também o tipo mais reaproveitado no comércio de frutas, portanto aquele que tem o maior valor de revenda (R\$1). Sua rigidez faz com que seja usado, na ilha, como assento ou como base dos abrigos. Além do modelo ilustrado, existe um modelo baixo, com o mesmo formato e metade da altura;

- tomate: suas superfícies planas fazem com que seja usado como base para diversas operações, tais como lavar roupas ou preparar alimentos. Empilhado, com a abertura colocada em posição lateral, serve de prateleira. O abrigo de Creusa e Roberto, por exemplo, tinha uma parede inteira feita assim, muro do lado de fora e prateleira do lado de dentro, onde guardavam roupas, objetos e mantimentos;

- banana: outro modelo bastante rígido, usado, sobretudo, como coluna para sustentar o teto dos abrigos e, às vezes, como base;

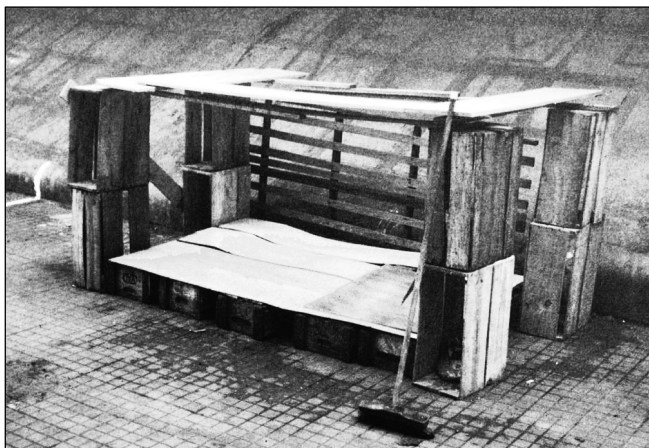
- verdura: este tipo de caixote, grande e geralmente mal acabado, tem pouco uso, além da revenda.

A forma padronizada dos caixotes, suas faces paralelas, possibilita com que eles possam ser juntados por simples empilhamento, formando estruturas de fácil montagem e desmontagem. Enfim, uma propriedade comum a todos os caixotes é o excelente poder calorífico da madeira que o compõe. Na *Ilha dos caixotes*, a forma quase universal de cozinhar era o fogão de lata, alimentado com sobras de caixotes, isto é, as partes quebradas, retiradas no conserto.

As construções mais notáveis empregando caixotes eram, na ilha os abrigos, chamados pelos moradores de *maloca*. Vejamos um modo de construção de abrigo bastante praticado na ilha:

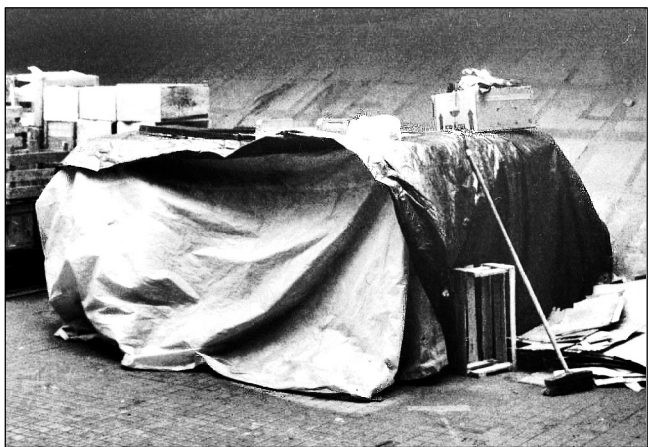
- primeiro, forma-se uma camada de caixote, que permite afastar a cama do chão;
- sobre essa camada, coloca-se um painel, geralmente de compensado, às vezes, uma porta, sobre o qual coloca-se um colchão;
- nas extremidades, formam-se colunas com caixotes empilhados – geralmente de banana – e apóia-se, sobre as colunas, um outro painel, ou, mais comumente, 2-3 caibros, sarrafos ou tábuas, ou até barras feitas com cabos de vassouras emendados;
- cobre-se essa estrutura com uma lona plástica. Coloca-se também algum peso por cima, para que o vento não leve a lona.

Vemos que esse tipo de abrigo é basicamente uma cama coberta, um gênero de cama de dossel. As variações a partir do tipo descrito começam, então, com o tipo de colchão: de solteiro ou de casal. No primeiro caso, apenas duas colunas, uma na cabeceira, outra no pé,



sustentam o teto. Nos abrigos feitos a partir de um colchão de casal, coloca-se uma coluna em cada canto. Outras variações provêm do tipo de caixote usado na base e nas colunas. O fechamento das laterais também é variável; numa época em que os ratos se mostraram especialmente agressivos, Mary fechou, com painéis de compensado, todas as laterais do abrigo.

A foto acima mostra a estrutura do abrigo da família de Bento e Mary, enquanto estava sendo desmontado. Quando começou a chover, Bento resolveu remontar a maloca para abrigar sua mulher que amamentava, o que me permitiu tirar uma foto do mesmo



Maloca de Bento, 4-04-2004

abrigo coberto, tal como aparece a seguir. Em épocas de chuva, colocavam-se várias lonas, aplicação do “princípio de adição” característico da bricolagem. Vemos, também, na foto, uma caixa de papelão e diversos objetos colocados sobre o abrigo, que servem de peso para fixar as lonas. Usavam-se, quando possível, pedaços de carpete na mesma função.

Um certo número de moradores da ilha utilizava a própria carroça como abrigo. Zé, por exemplo, dormia com seus cachorros debaixo de uma de suas carroças, assim como Dr. Banana. Edson usava duas de suas carroças (a terceira servindo ao transporte), cobertas com uma lona, para formar o teto de sua maloca.



maloca de Edson, 28-9-2004

Lixo

A reciclagem do lixo doméstico representava, na *Ilha dos caixotes*, a segunda fonte de rendimento, depois dos próprios caixotes. Quase todos os moradores recorreriam, por períodos variáveis, a essa atividade. Uma prática, que parece ter sido inaugurada por Robson, consistia em um acordo com os porteiros de dois prédios da redondeza, que guardavam o lixo do prédio para ele em vez de colocá-lo na calçada. Outros coletavam o lixo diretamente na rua, levando os sacos após uma rápida avaliação de seu conteúdo: “se tem a metade de lixo, não levo”, disse-me Dr. Banana, referindo-se ao lixo não reciclável.

A operação chamada de “reciclagem” – descrita com mais detalhes no capítulo sobre tecnologia – consiste na separação do conteúdo dos sacos por categoria de materiais. A forma na qual era praticada na ilha produzia um espalhamento de lixo que, além de atrair moscas, provocava queixas da vizinhança. Por isso, em época de pressão maior por parte do *rapa*, Ana passou a reciclar à noite.

Modos de presença

Referi-me, até agora, aos “moradores” da *Ilha dos caixotes*. É preciso notar que havia outros freqüentadores do local, e que morar na ilha podia tomar várias formas diferentes. Havia, além dos moradores mais estáveis, hóspedes, clientes, turistas, refugiados, que também

freqüentavam a ilha. Sem contar os animais.

Vejamos um dos moradores mais persistentes, Seu Bahia, um senhor de cerca de sessenta anos. Além de ter ocupado o mesmo pedaço durante todo o período estudado, Seu Bahia parece ter sido um dos mais antigos moradores do local. Foi o único morador permanente presente do início ao fim de minha pesquisa. Considerava-se um pouco o “chefe” do local: “aqui, sou eu quem manda e desmanda” disse certa vez, ao expulsar um rapaz que fumava maconha; acrescentou que ninguém instalava-se na ilha sem seu consentimento. Na realidade, passava boa parte do tempo pesadamente embriagado, o que limitava seriamente seu poder efetivo.

Outro modo de permanência representado na ilha é o alternante⁴. Dois casais, Ana e Odacir e Mary e Bento, este último com dois filhos, dividiam seu tempo entre a ilha e uma favela em São Mateus (zona leste). Ana e Odacir possuíam um barraco ali, e Mary e Bento construíram um no quintal deles. Um outro morador da ilha, Rodrigo, possuía também uma casa, em Grajaú, onde ficava sua mulher e sua filha. Ao contrário de Ana e Mary, que passavam períodos extensos na ilha, a mulher de Rodrigo fazia apenas visitas raras e breves. Para todos esses alternantes, a ilha representava, sobretudo, um local de trabalho. Como me disse certa vez Rodrigo, na periferia não tem nada, e não dá para sobreviver sem ter um emprego; o centro, ao contrário, é cheio de recursos. Outra forma de alternância era praticada por Guilherme, um jovem freqüentador de albergue, que passava, com assiduidade, parte do dia na ilha, sobretudo para beber. Era periodicamente expulso das instituições em que se hospedava por motivo de embriaguez, e ficava na ilha até achar outra vaga em albergue.

Por “hóspedes” designo aqueles que usavam a ilha apenas para dormir. Era o caso de Ronaldo, por exemplo, um senhor que vendia cartelas de “zona azul” na rua das Carmelitas, onde ficava o dia todo, comendo num bar na esquina da rua. Possuía apenas uma sacola com roupas e objetos pessoais, um colchão de espuma e um cobertor. Chegava no fim da tarde e armava uma barraca mínima com uma lona plástica e caixotes emprestados de Seu Bahia, de quem era amigo. Os “inquilinos” (ver adiante) assimilam-se a essa categoria.

Os “refugiados” eram aqueles que passaram uma temporada na ilha para fugir de alguma coisa, geralmente da família. Um deles, Zé Maria, freqüentava a *Ilha dos caixotes* há mais de dez anos. Morando em Minas Gerais, numa casa com sua mulher e sua sogra,

⁴ ver p. 86

escapava periodicamente da vigilância familiar para poder beber em paz. Passava, assim, algumas semanas na ilha, até voltar para casa, ou ser buscado pela família. Apareceram também moças adolescentes em fuga, que ficaram algum tempo na ilha, sob a proteção de um morador ‘estabelecido’.

Por “clientes”, designam-se as pessoas envolvidas no negócio de caixotes, porém não moradoras da ilha. Um dos mais presentes na *Ilha dos Caixotes* era um homem de uns cinqüenta anos conhecido como “Paulista”⁵. Morava num albergue do Brás e trabalhava com caixotes há muitos anos; passava a maior parte do dia na ilha. Outros clientes eram carroceiros de passagem – às vezes antigos moradores da ilha – que vinham apenas para vender alguns caixotes recolhidos nas ruas.

A “mulher dos cafezinhos” era também uma presença regular. Passando com seu carrinho de feira transportando garrafas térmicas, esta senhora vendia café na rua; vários moradores da ilha eram seus clientes. Além dos cafezinhos, distribuía propaganda evangélica, e tinha longas conversas com Mary sobre “nossa igreja”.

Os “turistas”, enfim, eram, sobretudo, jovens que trabalhavam na redondeza – *office boys* com crachá – e que vinham na ilha para fumar um baseado. Encontrei também alguns rapazes recém-chegados do interior, atrás de uma promessa de emprego, e que paravam ali para tomar uma pinga ou até dormir uma noite.

Entre os animais, finalmente, duas espécies destacavam-se: os ratos e os cachorros. Os primeiros – numerosos - eram geralmente considerados indesejáveis. Os cuidados com o fechamento das malocas visavam principalmente impedir a entrada dos ratos, que apareciam sobretudo de noite. Os cachorros, ao contrário, eram acolhidos, principalmente por Zé, que teve até quatorze deles. Ele recolhia cachorros feridos e abandonados, cuidava deles e os alimentava. Nasceram duas crias durante o período de minha pesquisa, e Zé chegou a vender alguns filhotes. O outro proprietário de animal era Dr. Banana, que recolheu um cachorro grande, que ficava preso com uma corda no seu acampamento durante as longas ausências de seu dono. Esse cão era um ótimo guardião, pois não deixava ninguém se aproximar.

Pinga

A pinga constitui o principal elemento socializador entre os moradores de rua⁶. Nisso, a *Ilha*

⁵ São freqüentes, na rua, os apelidos derivados de nome de estados: conheci dois “Bahia”, dois “Baiano”, um “Carioca” (que era mineiro), um “Gaúcho”.

⁶ Magni (1994), p. 121; Frangela (2004), p. 201; Brognoli (1999), p. 90.

dos caixotes não é uma exceção, apesar de a maioria de seus moradores trabalhar com certa regularidade. Dependendo do momento em que se chegava, era possível ver ali apenas um bando de bêbados, alguns dormindo no chão, outros balbuciando discursos incoerentes. A imagem desse povo que se forma em tal circunstância é, porém, muito parcial, e isso por diversos motivos: havia várias pessoas que não costumavam beber, como havia momentos em que (quase) ninguém bebia. De modo geral, a pesquisa de campo mostrou-me a complexidade das relações que os moradores de rua mantêm com o álcool, um assunto que mereceria mais ampla investigação.

Beber, tanto na ilha como na rua em geral, é uma atividade coletiva, que toma a forma da *roda*. A roda não é apenas um “grupo de indivíduos dispostos em círculo”, mas também uma forma de comunismo, pois a regra é quem tem dinheiro compra a bebida e todo mundo bebe. O local da roda, na *Ilha dos caixotes*, tinha certa estabilidade e constituía como um foco de sua vida social. Em épocas de frio, o centro da roda era ocupado por uma fogueira – um fogão de lata alimentado a caixotes. Na roda, encontravam-se não apenas moradores da ilha, mas também os freqüentadores habituais, ex-moradores de passagem, amigos, e até desconhecidos.

Destacava-se o papel do álcool na vida dos dois casais “alternantes”, Bento e Mary e Odacir e Ana. O sentido da dupla residência – pelo menos, na ótica das mulheres – era que o homem ficasse na ilha durante a semana para trabalhar, a mulher permanecesse na vila, e os dois passassem o fim de semana juntos, em casa. Acontecia que, muitas vezes, os homens bebiam demais e deixavam de trabalhar. Por conta disso, as mulheres ficavam na ilha boa parte da semana, nem tanto para disciplinar os maridos, mas para trabalhar no seu lugar. No caso de Ana e Odacir, diversas cenas evidenciaram a tensão entre a vida de casal e a atração da roda de pinga.

Territórios

Os acampamentos, na ilha, eram individuais ou familiares. Cada um incluía um abrigo – chamado pelos moradores de *maloca* -, uma ou várias carroças (até três) e um depósito de materiais, sobretudo caixotes, mas também papelão ou outros materiais recicláveis. Certos moradores usavam a própria carroça como abrigo. A presença de outros elementos, como fogueira, varal, era mais circunstancial. O espaço ocupado pelo acampamento era muito variável, pois dependia diretamente da pressão do *rapa*; em épocas de calma ou durante os domingos e feriados, os acampamentos atingiam sua extensão máxima, com as malocas

montadas o dia todo. Em épocas de assédio cotidiano, ao contrário, tudo era carregado nas carroças a partir das dez horas da manhã, pois o *rapa* passava entre 11 horas e meio-dia.

A ilha era varrida todos os dias por um gari a mando da Prefeitura; no entanto, cada unidade doméstica possuía uma vassoura, da qual fazia uso regular. Um dia em que cheguei enquanto a funcionária estava varrendo, encontrei-me com Maria, que estava também varrendo; justificou-se, dizendo que não podia deixar a funcionária limpar toda a sua sujeira. Descobri depois que boa parte dos moradores varria seu território e colocava o lixo recolhido dentro de um saco fornecido pelo gari. Este, por sua vez, varria as superfícies que sobravam e passava o tempo assim economizado conversando como as pessoas da ilha.

Como veremos nos “mapas territoriais” que acompanham a crônica, é grande a mobilidade dos territórios. De fato, suas posições respectivas eram influenciadas por diversos fatores, incluindo o clima – sobretudo a chuva –, os ratos e, principalmente, as relações interpessoais. Se, segundo Moles e Rohmer, “o muro é uma condensação da distância, na medida em que a distância enfraquece, reduz, elimina, interdita, separa”⁷, a distância pode, ao inverso, suprir a ausência de muros.

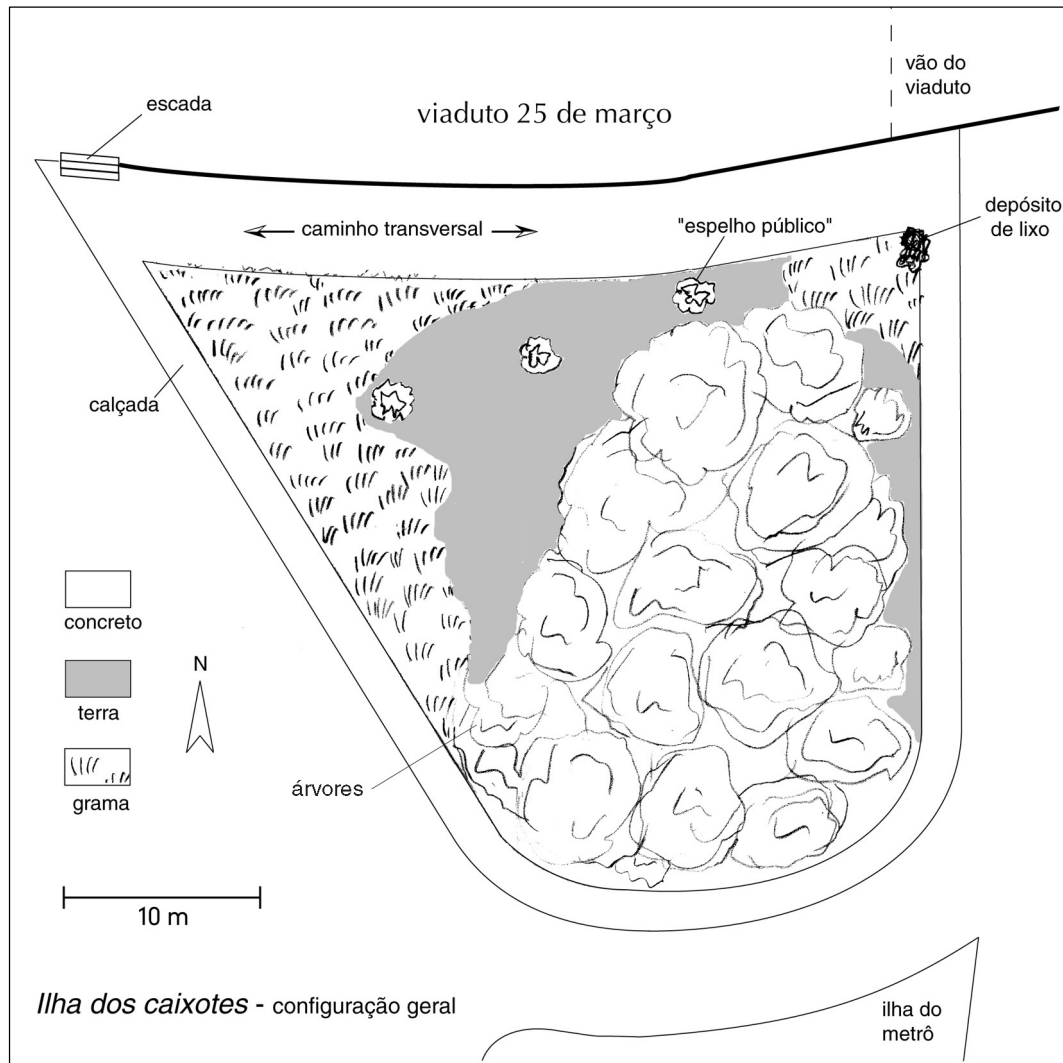
Microgeografia

Limitada no seu lado norte pelo viaduto 25 de Março, a *Ilha dos caixotes* tem cerca de 50 metros de largura, na sua parte mais larga, por 40 de comprimento. Seu lado oeste coincide com o início do viaduto, onde uma escada de três degraus permite o acesso de pedestre ao viaduto. À medida que se avança no sentido oposto, seguindo o caminho transversal, a altura do viaduto vai aumentando, até chegar aos 4 metros, perto da calçada oposta. O vão assim criado, porém, não está diretamente acessível, pois um talude concretado ocupa sua frente. O talude é bastante inclinado (cerca de trinta graus), o que requer certa astúcia para ocupá-lo; observei, raras vezes, abrigos construídos nele, que utilizavam outros apoios para vencer a inclinação.

Há, entretanto, uma passagem estreita entre o talude e o tabuleiro do viaduto, dando acesso a um espaço escuro que serve de banheiro. O vão aberto diretamente acessível situa-se após o primeiro pilar, perto da calçada do lado leste. Há ali uma superfície coberta de tamanho razoável, que serve de abrigo temporário em caso de chuva, e onde pelo menos um dos moradores da ilha estabeleceu-se por algum tempo. Quando comecei

⁷ A. Moles; E. Rohmer, *Psychologie de l'espace*, p. 46.

minhas visitas à Ilha, em março de 2004, o viaduto passava por uma reforma; estava fechado ao trânsito e foi reaberto dia 31 de maio. Permaneceu sempre, no entanto, aberto



para os pedestres. A calçada do viaduto é, provavelmente, a mais freqüentada, nas imediações da ilha; oferece uma vista de cima para baixo sobre a ilha.

O caminho transversal – com uma largura de cerca de cinco metros - atravessa a ilha ao longo do viaduto, com um leve declive em direção ao leste; portanto, o local marcado, no mapa, “depósito de lixo”, onde era jogado, geralmente ensacado, o lixo não reciclável, constitui o ponto mais baixo da ilha. Como mostram os mapas territoriais, o lado viaduto do caminho era freqüentemente ocupado por malocas. O outro lado, assim como parte da área adjacente – especialmente perto do “espelho público” –, configurava-se como “praça pública”.



junho de 2004

Duas versões do 'espelho público'



março de 2005

O mapa mostra a distribuição aproximada dos cerca de vinte árvores que a ilha comporta. Um deles destaca-se por servir de suporte ao que chamei de “espelho público”: trata-se de diferentes versões de um espelho que permanecem, entretanto, sempre no mesmo lugar, e que constitui um dos raros “equipamentos coletivos” da ilha. Vi o espelho sendo usado por homens que faziam a barba ou penteavam o cabelo.

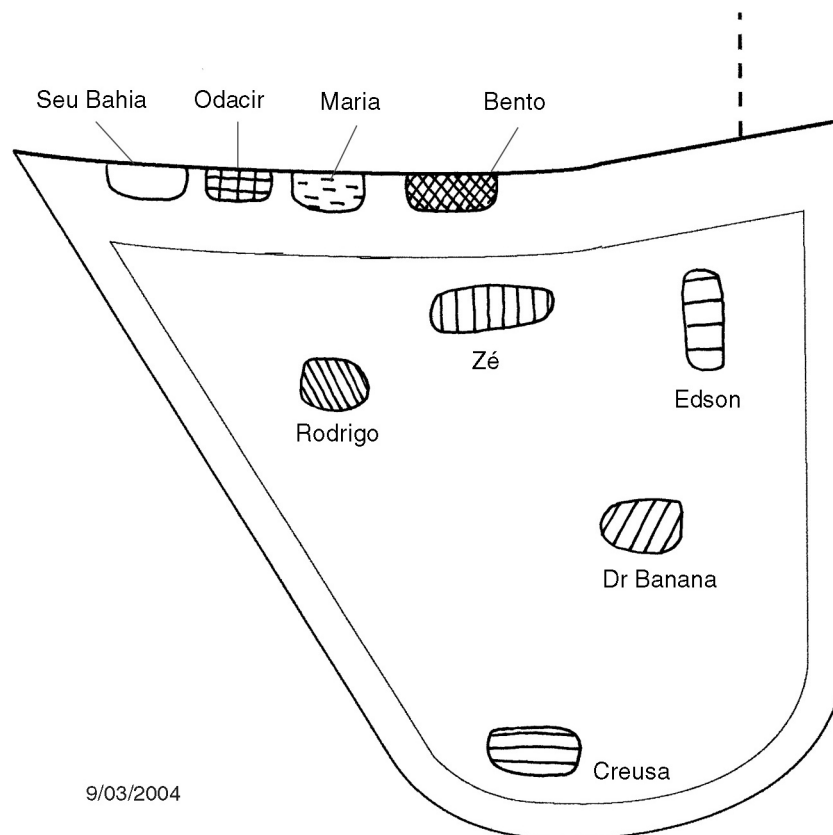
Segundo o testemunho dos moradores, quando chove muito, o centro da ilha fica alagado. Isso explica o fato de que, em estação de chuva, a maioria dos abrigos esteja instalada sobre o caminho transversal, encostados no talude do viaduto. A parte coberta por este permite, além disso, abrigar algumas caixas.

CRÔNICA

A crônica apresentada a seguir é uma tentativa de relacionar a disposição dos territórios pessoais/familiares no âmbito da ilha com os principais acontecimentos que afetaram o local e seus moradores, durante o período que vai de março de 2004 até março de 2005, com alguns comentários sobre os meses seguintes. Procura, também, mostrar parte das relações estabelecidas com outros lugares pelos moradores, assim como um pouco de sua vida cotidiana. As datas que servem como título correspondem às minhas visitas na ilha, selecionadas de meu diário de campo.

9 de março de 2004

Primeiro contato com os moradores da ilha, percebida duas semanas antes, no curso de uma travessia exploratória do centro. Intrigado pela quantidade de caixotes empilhados, num local onde parecem totalmente fora do lugar, decidi ver de perto do que se tratava. A primeira pessoa com quem entro em contato é Odacir, um pernambucano de uns 45 anos, deitado sobre um pedaço de papelão com as mãos cruzadas sobre a barriga, numa posição de descanso quase praiana. Ele explica-me um pouco do comércio de caixotes (que “dá um bom dinheiro”), fala de sua dupla residência: sua casa “na vila”, em São Mateus, onde sua mulher passa a maior parte do tempo e ele os fins de semana. Sóbrio e asseado, a aparência de Odacir contrasta com aquela dos primeiros moradores de rua que encontrei em São Paulo. Mora na ilha há vários anos. Mostrando-me a ilha vizinha, sob o viaduto do metrô (“ilha do metrô”), agora cercada com tela de arame, explica que morava ali nos anos noventa, até ser expulso e a ilha ser interditada.



Enquanto eu converso com Odacir, vejo um de seus vizinhos (Zé), ocupado em afazeres domésticos (alimentar os cachorros, lavar um tapete, guardar garrafas) no seu território, que parece um quintal de casa. Outro pernambucano de 45 anos, Zé mora na rua

há mais de dez anos, e, há cerca de três, na ilha, diz-me depois. Mostra-me seus cachorros, um deles recentemente recolhido depois de ser atropelado e que ele estava tratando. Contrastando com o otimismo de Odacir, o discurso de Zé é sombrio; fala dos perigos da rua, mostra-me a cicatriz de uma facada que levou, fala do *rapa*, que “leva tudo”.

Nesse dia, converso apenas com Zé e Odacir, e procuro reconhecer o local. As identificações de territórios no mapa resultam de observações ulteriores. Noto uma mulher negra de meia idade (Maria), que parece muito ocupada com tarefas tipicamente domésticas: lavar roupas, preparar comida. Seu abrigo está ainda montado, e é o primeiro que eu vejo do tipo “cama de dossel”, aberto, com a lona repuxada. Sobre a cama está deitado o companheiro da mulher (Antônio).

Eu fiz outra visita, breve, dia 23 de março, depois da qual decidi que a *Ilha dos caixotes* ia ser um dos focos de minha pesquisa de campo. Encontrei-me, naquele dia, com Ana, a mulher de Odacir. O *rapa* tinha levado, uma semana antes, muitas coisas, e os acampamentos estavam reduzidos ao mínimo.

6 de abril de 2004

Conheço hoje boa parte dos outros moradores, notadamente a família de Bento: além do próprio, sua mulher Mary, sua filha Bia (dois meses) e o filho de Mary, Alex (6 anos). São outros “alternantes” da ilha, passam parte do tempo em São Mateus. Bento e Mary têm uns trinta e poucos anos e vêm ambos do Ceará. Bento mora na rua, em São Paulo, há cerca de quinze anos. A filha do casal, Bia, nasceu debaixo de uma árvore, na ilha mesmo.

Encontro com Maria perto da ponta da ilha, para onde mudou seu acampamento. Antônio está novamente deitado, sob um abrigo totalmente diferente, feito com duas carroça (parecido com aquele de Edson, ilustrado acima). Dessa vez, está doente, praticamente imobilizado por conta de um problema na perna. É com a aparição de um terceiro na conversa (Mary) que entendo finalmente o porquê dos dois fatos: Edson, descrito como “um baiano que gasta tudo com crack”, teria dado uma surra ao Antônio, machucando sua perna, que já tem uma “placa” – Maria mostra-me as radiografias que tiraram na Santa Casa. A briga explica também a mudança, com o propósito de afastar-se do Edson. Evidencia uma das divisões mais fortes da ilha, entre os “nóias” (os consumidores de “pedra”, isto é, de *crack*) e os outros. Maria diz que mora há dez anos na ilha. Está pensando em sair para morar num quarto alugado.

Tento conversar com o casal que mora na ponta da ilha, Creusa e Roberto. De

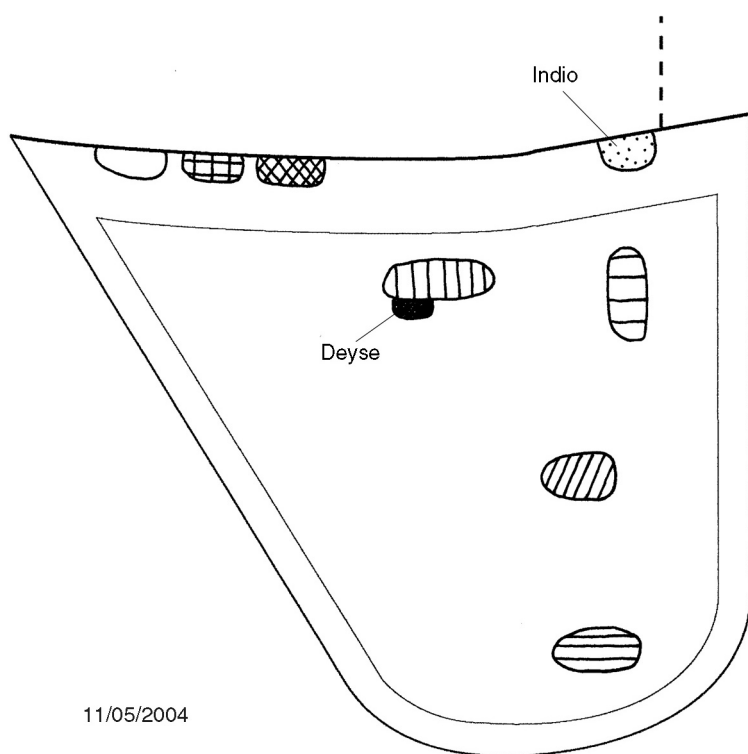
longe, eu via esses dois sempre em movimento, consertando caixotes ou retocando o abrigo. Creusa, uma moça de uns trinta anos, bonita, magra e bem vestida, está pregando caixotes. Sua atividade é frenética, e, ao mesmo tempo, ela fala quase sem parar. Seu companheiro, um rapaz mulato, fala alto enquanto vou me aproximando. Percebo que, apesar de não falar *comigo* (dirige a voz para a moça), ele está falando *para mim*: “polícia pode fumar, pode beber, pode cheirar, e eu não posso?”. Repita isso várias vezes. A moça, meio andando, meio martelando, fala-me, às vezes meio cantando, parece um pouco um *rap*, uma história embaralhada, da qual entendo que veio de Governador Valadares porque fez uma propaganda para as Casas Bahia e ganhou uma passagem para São Paulo, encontrou o rapaz com quem está, que catava latinhas e morava na rua, e acabou ficando com ele. Enquanto eles falam, eu joga uns olhares furtivos para a casa deles. É também feita de caixotes e coberta com lona de plástico. Pela ‘porta’, vejo que os caixotes estão empilhados de modo que a parte aberta esteja voltada para dentro, formando prateleiras onde eles guardam as coisas. Pergunto para o rapaz se aquilo é a casa dele. “Você chama isso de casa? (designando o abrigo:) eu não moro aqui, me escondo lá em baixo”. Logo depois, afasta-se, e fica mexendo na carroça, estacionada atrás do abrigo. A moça continua falando comigo, de seu jeito estranho, aproximando-se e depois se afastando, olhando atrás, voltando, em constante movimento. Reparo que ela fuma sem parar, acendendo o cigarro com o toco do cigarro anterior. “Tomam muita droga” comentará, depois, um outro morador da ilha.

Conheço também, hoje, um terceiro pernambucano, um senhor de uns cinqüenta anos, vendedor ambulante. Apresenta-se como “Doutor Banana” e mora ali há dois meses. Acabou de construir uma nova carroça, com rodas de moto, que já está cheia de bananas. Estava ausente quando houve o último *rapa* importante (dia 17 de março) e perdeu tudo que tinha. Explica-me que compra as frutas de um caminhão do CEASA e as vende, de noite, na avenida Rio Branco. Dr Banana é um dos poucos moradores da ilha que não bebe.

Tiro minhas primeiras fotos da ilha. Uma moça (nunca vista antes, e que nunca mais verei), que estava dormindo sobre um colchão no caminho transversal da ilha, me vê fotografando e me interpela: “o que você quer aqui? Você não tem crachá! Você está aí, puxando assunto com as pessoas, tirando fotos, pra quê?” Explico que estou fazendo pesquisa pela Universidade. “ Talvez você tira fotos, e depois fala para alguém: ‘pode matar aquela moça aí’.” Respondo que ela tem razão de desconfiar, mas que eu sou do bem. A gente acaba tendo uma conversa mais mansa, na qual ela me conta que está grávida de cinco meses. Diz que têm muitas brigas por aí.

11 de maio de 2004

A primeira mudança notada, hoje, é a ausência de Maria e Antônio. Dr Banana, com quem eu conversei ao chegar, confirma que eles saíram para morar num quarto alugado na região do Glicério. Comenta que poderia fazer o mesmo, porém acha a despesa (entre 150 e 200 reais mensais) exagerada. Ele aprecia as fotos que fiz de sua nova carroça. Apresenta-me o cachorro que recolheu e me pede uma foto dele. O cachorro querendo atacar, Dr Banana diz: “é amigo. Pelo menos por enquanto”. Vendo gente nova perto do viaduto, pergunto quem são. Dr. Banana diz que são antigos moradores que voltaram. Um deles é conhecido como “Índio”.



11/05/2004

A maloca de Zé ganhou um anexo, um pequeno abrigo de caixotes, do qual vejo sair uma moça adolescente, nunca vista antes. Chama-se Deyse, tem dezesseis anos e fugiu da família, que mora em Santo Amaro. Foi “adotada” por Zé, que a apresenta dizendo “ganhei uma filha”. Deyse já passou uns tempos na rua quando criança e tem um sonho: entrar nas Forças Armadas.

16 de maio Fora de minha rotina de terça-feira, conheço a ilha um domingo à tarde. Os ‘alternante’ ficaram na ilha, este fim de semana. Todas as malocas estão montadas, os acampamentos espalhados, Deyse está lavando roupas. Em suma, os moradores estão visivelmente mais à vontade para ocupar o espaço, já que hoje não tem *rapa*.

1º de junho de 2004

Minha primeira surpresa é o trânsito no viaduto. Foi reaberto ontem, com a presença da Prefeita. Fala-se em remoção. A Prefeitura está querendo restituir ao pedaço seu estatuto

de parque – “querem fazer um parque tudo chique, igual ao Ibirapuera”, diz Ronaldo. Passaram pessoas da Secretaria de Assistência Social para cadastrar os moradores da ilha, em vista de uma indenização para que saíssem, como acabou de ser feito no “treme treme” (edifício São Vito), segundo Mary.

Eu entrego para Mary as fotos que fiz da Bia. As primeiras fotos da criança, diz a mãe, emocionada. Está deixando o Alex sob os cuidados de uma vizinha, em São Mateus, pois ele deve freqüentar a escola, condição para receber a “bolsa família”.

8 de junho de 2004

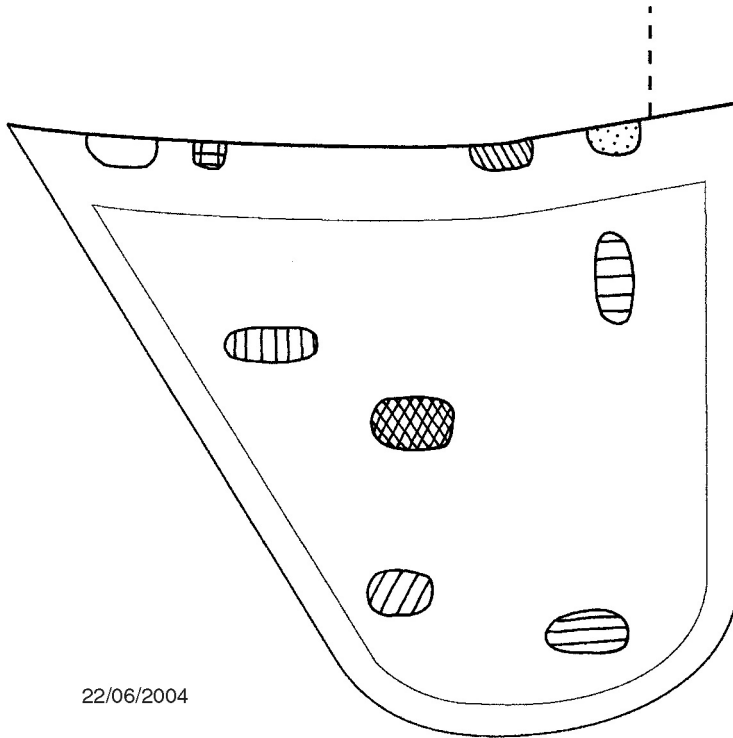
Chego por volta de 10h45, com certo receio de não encontrar mais ninguém na ilha. Mas tudo, aparentemente, continua igual. Encontro primeiro com Odacir, sozinho, que diz que ‘tá tudo bem’. Perto do lugar de Odacir, no gramado, há uma fogueira (lata *Suvini* aberta na base, queimando madeira de caixote). Sentados em volta (o ar está ainda bem frio), Bento, Guilherme, Zé e, na mesma cadeira que ele, sua ‘protegida’, Deyse. Eu paro ali um tempo, conversando com eles. Bento e Guilherme estão bêbados (Zé não bebe), e passam entre si uma pequena garrafa de pinga. Logo falam do *rapa*, que havia passado o dia anterior e levado muitas coisas, inclusive duas carroças de Zé, geralmente poupado por essas operações; agora ele só tem uma, que está ainda montada para dormir. Alguns de seus cachorros estão instalados numa ‘torre’ de caixotes. Proponho tirar um foto do grupo, e Zé vai buscar o maior de seus cachorros para posar junto.

Fala-se ainda da remoção. Parece que a Prefeitura prometeu um galpão na avenida Tiradentes para que os moradores da ilha possam continuar trabalhando. Zé diz que, com a indenização, compraria um terreno em Guarulhos: “lá é bem mais barato. Os terrenos são pequenos, 5 x 25 metros, mas dá pra construir uma casinha”. Encontro com Ronaldo, na esquina da rua das Carmelitas. Diz que não mora mais na ilha; está alugando – pagando diária – um quarto no Brás.

22 de junho de 2004

Odacir explica-me como arma sua barraca. Mostra-me uma lona de plástico azul, que comprou por R\$ 38,00 para substituir aquela que o *rapa* levou. Explica que coloca primeiro uma camada de caixotes (tipo laranja), com um painel de eucatex por cima, a fim de se proteger da água que corre no chão em caso de chuva. A estrutura da barraca consiste num cavalete de madeira, que ele recuperou da obra de restauração do viaduto (daí a forma de

tenda, pontuda, característica de sua barraca). Esse aproveitamento tem uma vantagem suplementar: quando ele desmonta a barraca, de manhã, coloca o cavalete debaixo do viaduto, e todo mundo acha que é parte da obra; assim, o *rapa* não leva.



O mapa mostra as mudanças nos territórios. A mais notável, a maloca da família de Bento, que passou do caminho transversal para o meio da ilha, deve-se aos ataques dos ratos, concentrados perto do viaduto. Zé e Dr Banana deslocaram também seus territórios, aparentemente para se afastar de Edson e dos *nóias* que freqüentam a ilha de noite. Não houve novas chegadas depois do mapa precedente, apenas uns deslocamentos, favorecidos, talvez, pelo *rapa* que passou, na

última sexta-feira, e levou muitas coisas. Deyse ficou sem seu “quarto”, como diz, e dorme com Zé debaixo da única carroça que lhe sobrou.

Às 11h30, Mary – com Bia no carrinho –, Ana e Deyse saíam, munidas de diversos recipientes, para buscar comida. Há uma distribuição de refeições duas vezes por semana, pela Igreja Coreana, no Glicério, que é muito apreciada pelos moradores da ilha.

3 de julho de 2004

Pesquisa de campo em um sábado, para variar. Passo na ilha de tarde e encontro uma turma bebendo perto do “espelho público”. Os homens estão quase todos aí, Seu Bahia, Bento, Odacir, Índio, todos bêbados menos Zé. Bento oferece-me um assento – uma lata de óleo de 18 litros, sobre a qual ele coloca um pedaço de papelão limpo – bastante confortável. Índio já está dormindo, Seu Bahia vai logo cair no seu abrigo, e a garrafa de “51” continua circulando. De repente, chega Ana, mulher de Odacir, muito brava. Xinga o marido, caído no chão, meio sonolento: “seu pilantra safado!”, dá até uns pontapés no Odacir, que não perde por isso o sorriso abobalhado que tem sempre que bebe demais.

Resumindo a situação: Ana arranhou um trabalho (numa empresa de reciclagem, ao que parece, pois diz que separa o plástico branco do plástico preto). Tinha combinado com Odacir que ele ia para casa (lá na favela em São Mateus) no fim de semana. Arrumou a casa (“encerei a casa, lavei toda a louça”) e esperou ele, que de fato ficou na ilha bebendo (“você prefere ficar com seus amigos enchendo a cara do que com sua mulher”).

10 de agosto de 2004

Ao chegar na ilha, por volta de 14h30, converso um pouco com Deyse, que está esperando Zé. Ele foi no bairro da Liberdade carregar entulho, um de seus “bicos” ocasionais. A principal novidade é a chegada de um novo grupo, quatro moças bem jovens, que estão sentadas em volta de uma fogueira, perto do “espelho público”. Segundo Deyse, são viciadas em crack e vivem de prostituição. Parece que moravam na *praça da Sé*.

Ronaldo conta que saiu do quarto que alugava no Brás e voltou a morar na ilha: “acordava todo dia devendo 5 reais”... Abriu um poupança no Bradesco, na qual deposita 30 reais cada semana; mostra-me o recibo de um depósito. Aponta dois caixotes, perto da carroça de Bahia, e diz que suas coisas estão aí, que agora voltou a dormir de graça. Dr Banana, ao contrário, passou a alugar um quatinho. Conserva, no entanto, suas carroças na ilha – comprou mais uma, guardadas pelo cachorro.

Odacir está consertando caixotes. Usa um martelo e um serrote; retira partes de um caixote quebrado, que recorta do tamanho necessário para substituir partes quebradas de outros caixotes. Ele recupera os pregos, que endireita com o martelo. Levaram o cavalete com o qual montava sua barraca. Aproveitando-se do bilhete único recentemente introduzido, ele volta para a casa quase todos os dias: duas horas para chegar em São Mateus, com dois ônibus.

17 de agosto de 2004

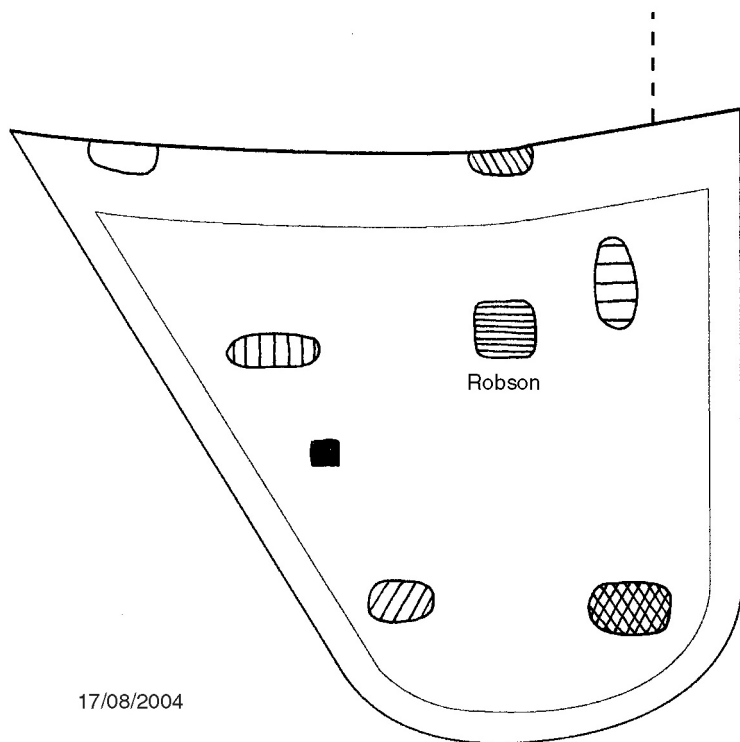
O grupo de moças notado semana passada está se instalando; elas construíram uma maloca – de caixotes, do modelo descrito acima – quadrada, coberta com uma lona de caminhão laranja. Duas das moças sumiram e vejo o dono da maloca, um rapaz negro de 28 anos chamado Robson, conforme saberei depois. Uma das jovens (Daniela) é a companheira de Robson. Este, por sua vez, é amigo de Edson, por intermédio de quem ele chegou na ilha. Segundo Mary, todos estão envolvidos com droga (crack) e estão fazendo da ilha um ponto de tráfico. Por isso, ela e sua família saíram do lugar onde estavam, para se afastar do novo grupo. Estão agora onde ficavam Creusa e Roberto, que saíram semana

passada, para ir morar “num quarto na região do Glicério”...

Odacir está ficando cada vez mais em São Mateus. Sua carroça está sob os cuidados de Zé. Deyse desentendeu-se com Zé e montou uma pequena barraca alguns metros atrás da sua. Está recolhendo papelão para vender e pretende “não depender mais

de ninguém”.

Vemos no mapa que o canto nordeste da ilha está ficando sob o domínio dos “nóias”. A presença de Rodrigo não significa que ele esteja envolvido com eles. De fato, ele é um dos mais hostis aos recém-chegados, mas, pelo fato de sua dupla residência (possui uma casa em Grajaú), há épocas em que ele usa a ilha apenas como depósito de caixotes. Segundo Mary, é no vão acessível do viaduto que se concentram os nóias de noite.



Dois dias depois, aconteceram os primeiros da série de assassinatos de moradores de rua em São Paulo.

24 de agosto de 2004

Chegando perto da ilha, encontro com Mary, acompanhada de Alex e de Beatriz no carrinho. Mary diz “nós vamos buscar comida”, e eu vou com eles até um botequim na *praça Ragueb Chohfi*. Logo ela fala dos ataques, perguntando-me se tinha lido as notícias. Está muito preocupada. Fala de Bento, que bebe muito esses dias. Diz que ele já tomou um remédio para parar de beber, que funciona, só que assim que parou de tomar, voltou a beber. Enquanto o marmiteix está sendo preparado, Mary oferece-me um café. Na volta, passando em frente do bar da esquina com a *rua Hércules Florence* – ponto de prostituição meio *trash* –, encontramos com Vanessa, uma moça de uns dezesseis anos, que frequenta a ilha há

alguns meses e faz programas para pagar as “pedras” que fuma, segundo Mary.

Na ilha, a maior parte dos moradores está reunida em torno de uma fogueira, perto do “espelho público”, local atual da roda de pinga. O clima de medo trazido pelos ataques da semana passada permeia o ambiente. Várias pessoas da região passam a noite na ilha, por medo de ficar isoladas. Preocupado com a situação de Bento, seu irmão – que mora em Santo Amaro - veio hoje visitá-lo. Organizou-se um revezamento noturno para prevenir um eventual ataque.

Deyse foi embora, depois de ter levado uma surra de Zé. Segundo Robson, Zé teria bebido – algo que não fazia há anos – e, enlouquecido, teria batido na menina. Segundo o próprio Zé, Deyse teria voltado a usar drogas, motivo pelo qual a expulsou.

31 de agosto de 2004

Passo primeiro pela *rua das Carmelitas*, onde encontro com Ronaldo. Ele mostra-me seus recibos de depósitos na poupança e diz “o mês fecha dia 4, e só me falta 15 reais para completar minha meta: 150 reais todo mês”. Fala de sua filha, que não vê há 18 anos, da ilha, ocupada agora por ‘molecada’ que cria confusão

Na ilha, a primeira coisa que eu noto é o sumiço da maloca de Zé, uma referência na paisagem. Instalou-se na ilha vizinha (“Ilha do metrô”), dentro da cerca, depois de ter quebrado o simples cadeado que fechava o portão. Eu encontro com ele ali, bêbado – pela primeira vez desde que eu o conheço – com o rosto machucado, rodeado por seus inúmeros cachorros.

Conheço hoje um homem de uns quarenta anos, chamado Baiano (não confundir com Seu Bahia), natural de Ilhéus, e que mora na favela da *avenida Rio Branco* (Barra Funda). Morou na ilha há cerca de oito anos, e continua freqüentá-la, seja para entregar caixotes, seja simplesmente para beber com os amigos. Hoje, veio com sua carroça, para vender uma dúzia de caixotes.

Dia 14 de setembro, vejo um casal recém-chegado que se instalou com Zé na Ilha do metrô. Fizeram um abrigo com uma das carroças – emprestada – de Zé. Os outros continuam na ilha principal. Odacir e Bento estão também com feridas no rosto, resultado de brigas que ninguém consegue explicar-me claramente; entendo apenas que o “Baiano” está envolvido.

28 de setembro de 2004

Ana largou o emprego na reciclagem – que pagava muito mal – e voltou para a ilha. Ela e

Odacir montaram a maloca na ponta da ilha. Curiosamente, o abrigo retoma a forma – triangular – que tinha quando montado a partir do cavalete. Estenderam uma corda entre duas árvores e colocaram a lona por cima, cobrindo o colchão e sua base de caixotes.

Há um novo abrigo – meio tosco – na ilha, perto da maloca de Robson. É de um casal, João e Patrícia, mãe de Daniela, a companheira de Robson.

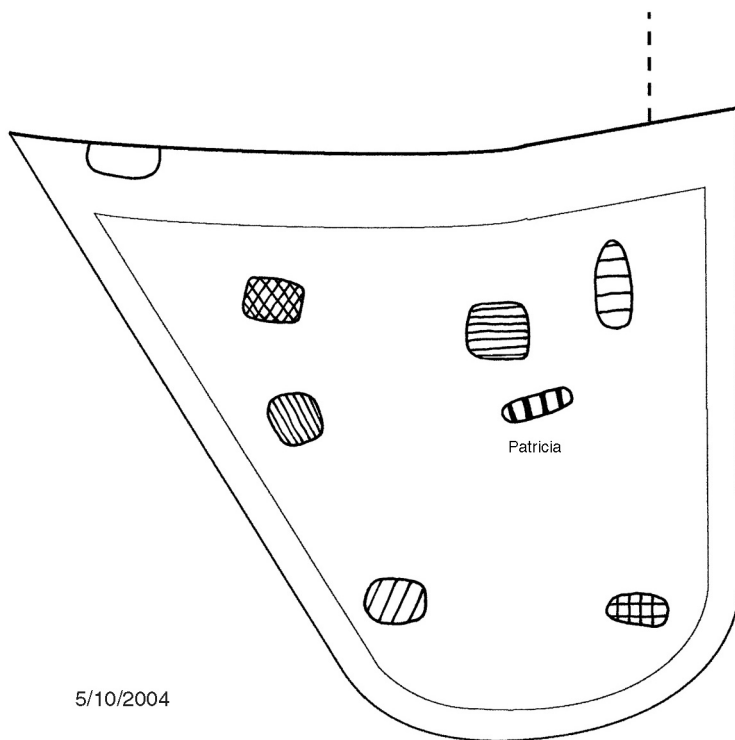
Atravesso até a *Ilha do metrô*. Dentro do cercado, vejo apenas os cachorros de Zé, e uma corda de varal carregada de roupas. As duas carroças de Zé, mais uma (que é do Baiano) estão do lado de fora, perto do portão, onde estão sentados Zé e o Baiano. Os dois me cumprimentam calorosamente, Zé ajeita um caixote com algumas marteladas e me convida para sentar. Mostra-me o cadeado do portão, que tranca de noite. Está mais ou menos ficando com a permissão da Prefeitura, com a condição de não deixar suas coisas dentro durante o dia (Baiano, que, ocasionalmente, mora também aí, diz que, por volta de 15 horas, eles voltam para dentro). Todas suas coisas estão empilhadas sobre uma de suas duas carroças.

Quando eu volto do outro lado, na ilha principal, para ver a família Bento, eles sumiram, a maloca está desmontada, só há ali um monte de sacos pretos tipo lixo e alguns caixotes. Maria diz que eles foram para o hospital (*hospital dos servidores público*), pois Beatriz estava com a testa toda vermelha (eu já tinha reparado pequenos ferimentos na testa dela, há duas semanas).

5 de outubro de 2004

Conheço hoje a nova namorada de Edson, Joana, e sua amiga Débora. Esta e seu companheiro Jéferson são “inquilinos” de Zé. Débora está curiosa sobre minha presença e faz um monte de perguntas. Sabendo que eu moro em Campinas, diz que também morou lá, no Jardim Itatinga, e percebe que eu conheço o lugar (o bairro da “zona” em Campinas).

Converso também com um senhor de bigode, companheiro de Patrícia, instalado na ilha há uma semana. Chama-se João, tem 50 anos, vive há oito anos com Patrícia, que é mãe da moça da maloca vizinha (ele se refere, inclusive, a Robson como seu genro). Reconhecendo minha ‘europeaneidade’, ele pergunta se eu sou descendente de italiano. Conta que morou oito anos na Itália (na Sicília), que tem lá um tio que lhe manda dinheiro até hoje. Eu pergunto se ele trabalha também com caixotes, e ele responde: “posso falar a verdade?” para depois confessar que vive de pedir dinheiro nos semáforos. Tem “problema na perna” (há uma bengala, sobre a maloca). Diz que ganhou muito dinheiro na Itália, mas



5/10/2004

gastou tudo com mulheres e bebida. Especialmente com mulheres, enfatiza, com os olhos brilhando... Patrícia está agora varrendo o espaço entre as duas malocas, a sua e de sua filha. João a chama, e pergunta: “quanto tempo morei na Itália?” “oito anos” responde ela. “Quem meu mora lá?” “seu tio” etc. fazendo ela recitar os pontos fortes da história que ele acabou de me contar. Enquanto estou aí conversando com João, Robson vem e me pergunta se eu quero Toddy. Digo que sim, e ele vai

até a fogueira e volta com um copo de plástico cheio de leite com Toddy quente, o que é bem agradável nesse momento em que bate um vento gelado. Vejo ele distribuindo a bebida para todas as pessoas em volta.

12 de outubro de 2004 (feriado)

Impressão de vazio: na parte central da ilha, só vejo a maloca de Edson e o abrigo de Banana, que, por sua vez, está parecendo quase que um barraco, hoje (Robson informa-me depois que Dr. Banana está com uma mulher. “Casou e construiu um barraco”, comenta). De fato, a maioria das malocas está montada sobre a faixa de concreto ao longo do viaduto (“caminho transversal”, ver mapa), devido à chuva. Robson está lavando roupas ao lado de sua maloca, sua companheira (Daniela) também, em frente à maloca. Converso bastante com Robson. Quando eu pergunto: “como você chegou aqui?” conta-me que está fugindo, pois matou um homem que ameaçava matar seu filho. Tem cinco filhos, que moram com a mãe em Guaianazes, e que ele visita toda semana, de madrugada. Por que este lugar? Ele conhecia o Edson da ilha há algum tempo, e vinha visitar o amigo, até o dia em que veio para ficar. “Tem muita droga, por aí”, comenta. Designando discretamente sua companheira e Patrícia, diz que mãe e filha consomem ‘pedras’. Confessa que já usou drogas, até vendeu (no Rio, no morro do Borel), mas que agora só bebe umas cervejas de vez em quando.



Ilha dos caixotes, 12-10-2004

Bia continua no hospital – já faz quase três semana que se hospitalizou – tratando de uma doença transmitida por ratos. Os pertences da família estão encolhendo de semana em semana. Mary fica no hospital o tempo todo.

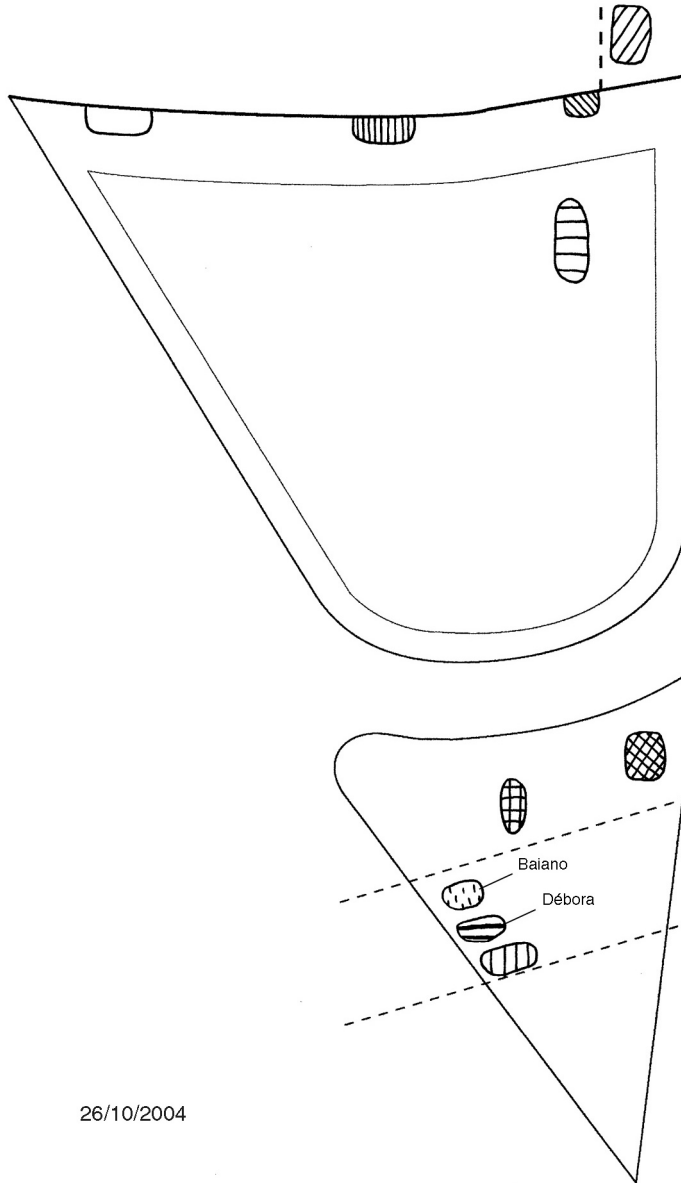
19 de outubro de 2004

Dia de chuva. Encontro com Rodrigo, Guilherme e Ana em torno de uma fogueira, no vão do viaduto. Fico sabendo por Ana que Beatriz saiu do hospital sexta-feira passada e que a família toda está em São Mateus. Parece que foi difícil ficar com a menina, pois algum serviço social (conselho tutelar?) queria retirar a guarda dos pais.

Ana e Odacir instalaram-se também na *Ilha do metrô*, onde continuam, além de Zé, Débora e Jéferson, deitados dentro da carroça-abrigo alugada de Zé. Baiano também, que parece a cada dia mais desgrenhado, está também se instalando ali. Perto do portão, há algo como uma cozinha: um fogão de lata, com uma panela de pressão em cima, vários caixotes servindo de mesas, com panelas, vasilhas, um galão de água. Ana explica que recebeu uma cesta básica há dois dias, e que está cozinhando para as pessoas presentes. Ela me propõe um café, e como eu aceito, empreende sua preparação.

Edson – com quem eu ainda nunca falei – vê-me distribuindo fotos e pergunta quando eu cobraria para tirar uma foto dele. Respondo que não cobro nada e tiraria com prazer seu retrato. Nós vamos até seu acampamento – que continua no mesmo lugar, na

ilha principal. Ele gostaria que eu tirasse uma foto dele com sua namorada, Joana. Ela está deitada na maloca, dormindo; está doente, diz Edson, que não quer acordá-la. Pega, então, seus dois cachorros debaixo dos braços e posa com eles para a foto.



26/10/2004

26 de outubro de 2004

A migração para a *Ilha do metrô* continua. Na parte central da ilha principal, sobrou apenas Edson. Dr Banana instalou-se debaixo do viaduto. Na *Ilha do metrô*, encontro com a família de Bento, inclusive Bia, que parece bem recuperada. A mãe de Bento veio do Ceará e tem o plano de levar a menina para lá, o que não é do gosto de Mary; o clima entre os dois é tenso.

Atendendo a seu pedido, tiro uns retratos de Débora, que depois me conta seu passado de prostituta em Santos.

Baiano – que parece agora instalado aqui – continua a desandar. Perdeu o barraco que tinha na favela Rio Branco, assim como sua carroça. Seu acampamento, debaixo do viaduto do metrô, está agora

reduzido a uma porta, sobre a qual coloca um colchão, e alguns caixotes. Todos seus pertences cabem agora num caixote só. Fumou (crack) tudo que tinha, afirma Débora.

Guilherme está também passando uns tempos na ilha, depois de ter sido, mais uma vez, expulso do albergue onde morava. Está, no momento, dormindo no meio do lixo.

2 de novembro de 2004

Por conta do feriado, os “alternantes” estão em São Mateus, seus equipamentos sob a guarda de Zé, sozinho na *Ilha do metrô* quando eu chego. Débora e Jéferson saíram e alugaram um quarto no Glicério, na *rua São Paulo*. Essa história de quarto no Glicério é recorrente, e, lembrando de Maria e Antônio, os primeiros moradores da ilha que saíram para lá durante minha pesquisa, eu pergunto para Zé se tem notícias dos dois. Tem sim, eles passam, às vezes, por aí. Estariam morando, agora, numa fábrica abandonada invadida, na região do Cambuci.

Pouco depois, aparece Débora, que continua freqüentando a ilha, pois não tem nada para fazer, o dia todo, no seu quartinho, enquanto Jéferson trabalha (de servente de pedreiro).

Eu noto que um bom pedaço (uns 25 metros lineares) da tela da cerca está faltando, e pergunto para Zé o que aconteceu. Ele dá risada, conta que os guardas que acompanham o *rapa* reclamaram do sumiço e que ele respondeu que não estava aqui para zelar das coisas da prefeitura. Como eu insisto um pouco para saber o que foi que aconteceu, ele confessa que tirou o pedaço com Bento e foi vendê-lo ao ferro velho! Deu 30 reais.

Na ilha principal, há um novo abrigo, pequeno, em frente à maloca de Robson. É de seu irmão Marcos, que morava até então na casa de amigos. Não aguentava mais “morar de favor” e resolveu passar uns tempos na rua. João e Patrícia estão de visita; saíram da ilha e moram num quarto alugado no Brás, na *avenida Celso Garcia*. Duas atividades estão em curso no acampamento de Edson: um churrasco (espetos de carne) e uma reciclagem, separação do “papel branco” dentro de um pequeno cercado de caixote, com a participação de Edson. A atmosfera é festiva, e tiro diversas fotografias das pessoas presentes, inclusive de Edson com Joana.

23 de novembro de 2004

Chego primeiro na *Ilha do metrô*, onde encontro com Ana, que logo me conta a notícia: mataram Joana. Levou uma facada no coração enquanto dormia, ao lado de Edson. Alguém chamou os bombeiros, que vieram rápido, mas ela faleceu no hospital.

Depois de Ana, outras pessoas contam-me a história, em versões quase idênticas. E todos designam o assassino: Jéferson. Parece ter havido uma briga entre Joana e Débora, duas semanas antes, e esta teria levado uma tapa na cara; foi vingada...

Edson, que parece meio alucinado, mudou seu acampamento para a *Ilha do metrô*.

28 de dezembro de 2004

A família de Bento e Mary está “de férias”, na casa dos parentes em Santo Amaro, diz Zé, que guarda a nova carroça de Bento. Baiano está mais sujo do que nunca, e tudo que ele tem cabe agora numa caixa de papelão.

Na ilha principal, Edson e Robson estão reciclando, assim como Dr Banana, que voltou para o local que ocupava no início do ano. Este saiu das imediações do viaduto por conta de Rodrigo (“um cara briguento”...) que implicou com seu cachorro. Dr Banana está numa fase de perdas: foi assaltado, aqui mesmo, uns vinte dias atrás, por um cúmplice de uma cara que trabalhava com ele. Roubou sua carteira, com todos os documentos (já refez outros) e 30 reais. Sua carroça também foi roubada, e está agora construindo outra, com as rodas da carroça de vendedor que tem e que quase não usa mais. Abandonou o comércio de frutas depois de ter perdido seu ponto na avenida Rio Branco, numa briga de território com outros vendedores ambulantes.

Ao observar os movimentos na ilha, noto que, embora não haja novos acampamentos, diversas pessoas – nunca vistas antes – estão circulando. Há, inclusive, um grupo sentado perto do “espelho público”, no qual não reconheço ninguém.



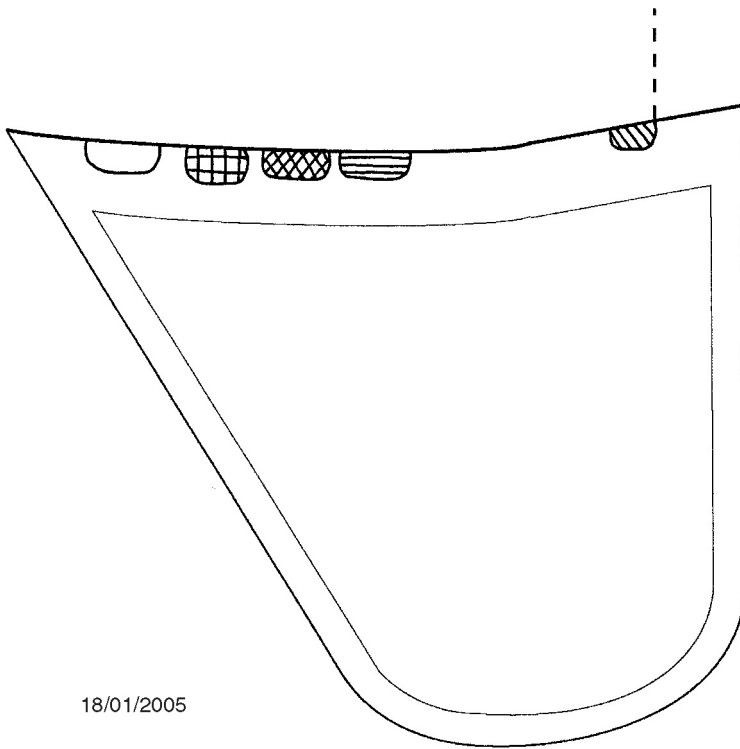
lado noroeste da ilha, 18-01-2005

18 de janeiro de 2005

Volto na ilha depois de três semanas, durante as quais houve muitos acontecimentos.

Passando primeiro pela *Ilha do metrô*, tenho a primeira surpresa: está totalmente vazia! Sobrou apenas aquilo que se costuma encontrar em ex-acampamentos de moradores de rua: roupas sujas, potes de sorvetes, pedaços de caixotes, sacolas... O resto da cerca foi retirado, e o local parece muito menor do que quando ocupado.

São 10h40. Na ilha principal, não parece haver ninguém, as malocas estão todas coladas umas contra as outras no caminho transversal. O tempo está frio e cai uma garoa. Encontro finalmente um pequeno grupo em torno de uma fogueira, no vão do viaduto. Estão ali, bebendo pinga com suco de limão, Baiano, Ana, Robson e Zé Maria (que eu encontro pela primeira vez).



18/01/2005

Pergunto o que foi que aconteceu. Resposta lacônica de Baiano: “coisas ruins”. Tento saber onde está Zé, mas Baiano recusa-se a dar qualquer detalhe. É finalmente Robson que quebra o silêncio e conta parte dos acontecimentos, que datam do final do ano: apareceu, na ilha, um homem – um conhecido de Baiano – que veio trabalhar no negócio de caixotes. Por motivos pouco claros, esfaqueou Edson, que sobreviveu, e foi mandado de volta para a Bahia quando saiu

do hospital. Zé também levou facadas leves, e foi embora, ninguém sabe onde. No meio da confusão, Dr Banana também saiu. O autor das facadas, descrito como um tipo de assassino psicótico – que já teria matado um outro morador de rua, na praça da Sé (e “comeu seu coração” acrescenta Robson) – acabou sendo morto por pessoas da ilha: “foi pro inferno”, comenta Robson, com treze facadas. Todos estão chocados pelos acontecimentos, no entanto, Ana reconhece que a ilha ficou mais tranquila, principalmente por conta da saída de Edson, tido como “encrenqueiro”.

Ouvi, depois, outras versões dos fatos, notadamente de Paulista, afirmando que tudo partiu de uma briga entre Seu Bahia e Zé, com uma mulher no meio. Vai saber. Para ficar no observável, eu constato que nunca vi tão pouca gente morando na ilha, nem tão agrupadas.

Por conta da situação excepcional, volto na ilha a tarde (16h30) e encontro com Mary e Bento, de volta de Santo Amaro, onde deixaram a Bia. Parecem abatidos, como todos os outros. Contam-me os acontecimentos, mais ou menos conforme o que Robson havia

contado. Bento (sóbrio) faz um longo discurso sobre o crime, Jesus Cristo, o ‘caminho certo’ etc. Deixa entender que alguns ‘recém-chegados’ (ele considera Edson como tal, embora ele tenha morado quase dois anos aí) criaram confusão e acabaram por prejudicar-se. Diz que o Parque Dom Pedro já foi muito mal frequentado, um lugar realmente perigoso.

A crise parece ter desorganizado o negócio dos caixotes. Não há quase nenhum visível, senão uma pilha pequena no território de Seu Bahia. Bento diz que os caixotes chamam a atenção do *rapa*, são muito visíveis. Agora ele trabalha mais com “sacaria”, isto é, com reciclagem de lixo doméstico. Lamenta ter perdido seus pontos, onde guardavam o lixo para ele, e que agora ele cata o que encontra nas ruas. A mãe de Bento vai voltar para o Ceará semana que vem, e ele ainda não sabe se vai deixar a Bia com ela; Mary não comenta nada, mas seu rosto diz que o assunto é polêmico, entre os dois.

Alguns dos cachorros de Zé ficaram na ilha, os outros já morreram atropelados. Ele teria levado apenas o maior deles, um pastor alemão.

1º de março de 2005

Passo pela *praça Ragueb Chofhi*, do outro lado do Terminal *Parque Dom Pedro II*, e a encontro vazia. Essa praça que formigava de atividades – em boa parte ilegais -, cheia de barracas de todo tipo (tinha até um bingo clandestino), bares, bancas de frutas, oficinas de fabricação de bancas de camelôs etc. está agora VAZIA ! Sumiram também todos os moradores de rua dos arredores: *praça F. Costa*, início do *viaduto Diário Popular*. Há um esquadrão de guardas metropolitanas e fiscais da prefeitura, assegurando que tudo aquilo não volte. A “reabilitação” está a caminho.

A ilha, por sua vez, está mais vazia do que nunca. Saíram Robson e Daniela.

Converso um pouco com Ana, única pessoa presente no momento. Bento e Mary estão ficando cada vez mais em Santo Amaro, com os irmãos de Bento, e estariam planejando a volta para o Ceará. A mãe de Bento já voltou para lá, e levou a Bia com ela.

Ana está reciclando. Há cerca de trinta sacos de cem litros de lixo ao seu lado, provenientes do prédio vizinho: Robson “passou o ponto”. Odacir, que foi comprar um par de luvas de borracha, está de volta e retoma o trabalho.

8 de março de 2005

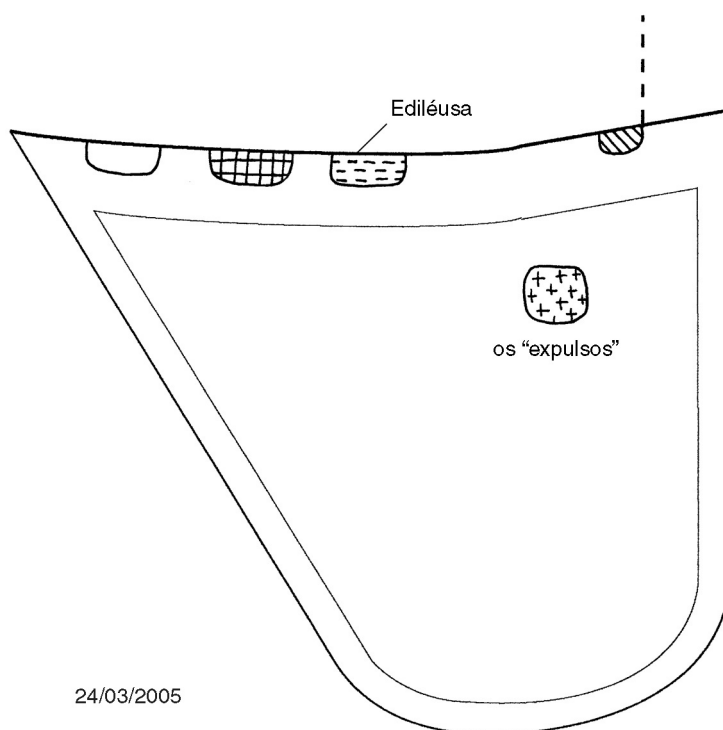
Encontro novamente Ana reciclando, uma tarefa que absorve agora boa parte de seus dias. Enquanto estamos conversando, chega a Mary. Conta que dormiu em São Mateus (na casa de uma vizinha, pois já desmanchou o barraco). Encontrou umas correspondências antigas,

e descobriu assim que a 'bolsa família' tinha sido depositada esse tempo todo: está com um saldo de R\$ 1500! Ela tinha comentado comigo que recebeu a tal de bolsa, durante três meses, e depois, nada. Trata-se agora de retirar esse dinheiro, o que não parece tão fácil.

Antes de ir embora, encontro com Reinaldo, que passou para visitar seu Bahia. Diz para mim que saiu daqui e está morando numa instituição perto da Luz. Continua sua poupança. Vai fazer 60 anos daqui dois meses ("com aquele novo estatuto [do idoso] as coisas vão melhorar pra mim").

24 de março de 2005

Ao chegar, noto primeiro um verdadeiro castelo de caixotes, no lugar, mais ou menos, onde ficava Edson. Aprendo que é dos "expulsos" da *praça Ragueb Chofhi*, um dos grupos que ocupava a calçada onde se concentravam os coletores de caixotes. Chegou também um casal, Ediléusa e Manoel, que estão, no momento, bebendo pinga com Odacir. Ediléusa, uma senhora de sessenta anos, diz que já morou na ilha, uns anos atrás. Ela conta o drama



de sua vida, o filho – de 34 anos – morto num acidente de moto, acidente 'encomendado', pensa ela, pela esposa para receber o seguro de vida, com o qual comprou uma casa. Tem ainda duas filhas, que moram em Araras (SP) e que encontra de vez em quando.

A chuva começa a cair, ficamos debaixo do viaduto, sentados no talude de concreto. Ana tenta levar Odacir para a casa, mas ele parece preferir continuar bebendo aqui.

Depois de março, espasei minhas visitas na ilha. No final de abril, Manoel foi assassinado, aparentemente por companheiros de bebida de uma noite, na *Ilha do metrô*. Ediléusa saiu pouco depois.

No início de maio, encontro com Mary, que está grávida. Começam também a aparecer novos moradores.

Final de junho, Mary foi para Fortaleza. O grupo de *praça Ragueb Chofhi* saiu. Zé Maria está de volta para uma temporada na ilha. Seu acampamento parece um lixão, em contraste com sua aparência física, impecável. Instalou-se no lugar onde Ana reciclava, atividade que ela passou a exercer de noite. Parece que um lixão substituiu o outro, como se o nível de desordem tivesse que permanecer constante.

Nessa época, instala-se na ilha um rapaz chamado “Tatu”, com sua mulher, Carmem. Tenho a oportunidade de falar com eles em agosto, e fico sabendo que são também ex-moradores da ilha. Saíram há dois anos, foram morar num prédio invadido, e voltaram para cá quando expulsos. Tatu afirma que eles já moraram na ilha há cerca de dez anos, e que tem fotos daquela época, feitas por um “casal da universidade”. Peço para ver, e ele procura dentro do ‘bagageiro’ debaixo de sua carroça. Acaba encontrando, dentro de uma mochila escolar, um pequeno álbum, onde tem duas fotos de sua mulher, sentada num sofá, perto do lugar onde ficava Banana na minhas primeiras visitas na ilha. A data está impressa na foto: 1. 07. 94. Naquela época, diz Tatu, eram sozinhos na ilha principal, os outros moravam na Ilha do metrô. Atualmente (agosto de 2005), Tatu parece liderar o comércio de caixotes na ilha.

Em setembro, encontro-me com Bento. Mary, que está em Fortaleza, já pariu; é menino. Diversos grupos chegaram ultimamente, e a ilha volta a ser bastante ocupada.

Faço minha última pesquisa de campo dia 11 de outubro de 2005, e não posso deixar de passar na *Ilha dos caixotes* (que, diga-se de passagem, já habita meu sono...). A ilha está mais vazia do que nunca. Encontro com Tatu, a única pessoa que eu conheço - fora Seu Bahia, de pouca conversa - entre aquelas presentes no momento. Conta que o *rapa* passou duas vezes a semana retrasada, com dois caminhões, e levou tudo que podia. Ele é dos poucos que escaparam (salvou suas três carroças), só porque conseguiu fugir a tempo. Ele consegue, apesar da situação, continuar seu comércio de caixotes, escondendo seu estoque. Carmen, sua mulher, fez um sopão para todos, e eu encontro, pouco depois, com Zé Maria, que veio se servir num fundo de garrafa PET recortado. O *rapa* deixou-o com apenas a roupa do corpo.



Canto noroeste da ilha, 11 de outubro de 2005

Uma comunidade?

Certo dia, Bento disse-me, referindo-se à população da ilha: “somos uma comunidade”. No mesmo sentido, Ronaldo, explicando por que escolheu ficar ali, disse: “aqui é como uma família”, acrescentando que “todo mundo trabalha”. De fato, podemos colocar a questão dos vínculos que existiam entre os moradores da ilha como conjunto; em outros termos: em que medida sua convivência formava algo como uma comunidade?

Havia, no mínimo, certa familiaridade entre as pessoas que dividiam a ilha num determinado momento. Os recém-chegados integravam a roda de pinga e se tornavam rapidamente “conhecidos”. De fato, beber parece ter sido o único propósito comum realmente compartilhado. A roda de pinga era o foco da vida coletiva, a “praça pública” da ilha.

Uma solidariedade mínima entre moradores manifestava-se nos serviços prestados, como guardar a carroça daqueles que iam passar o fim de semana na ‘vila’, ou ajudar numa tarefa pontual. Houve, também, momentos em que a comida era compartilhada, mas nada de forma sistemática.

Como mostram os mapas territoriais, as relações interpessoais entre os moradores

os mais “estabelecidos” eram pouco estáveis, e suas variações levavam ao remanejamento das configurações territoriais. Além disso, o *turnover* era importante; quase toda semana algumas pessoas chegavam ou saíam, situação pouco propícia para o estabelecimento de laços duráveis. Os agrupamentos mais estáveis eram baseados em relações familiares ou uniões do tipo matrimonial, estas de surpreendente longevidade.

Podemos pensar, seguindo uma distinção proposta por Corinne Lanza­rini, que estávamos na presença de um “grupo situacional”, expressando a “dimensão territorial da solidariedade mecânica”, pois se tratava, efetivamente, de “uma agregação de indivíduos ou de pequenos grupos, sem afinidade prévia, compartilhando uma porção de espaço a mais pública possível”⁸. A esta forma de agrupamento, Lanza­rini opõe a “solidariedade orgânica”, que implica uma divisão do trabalho e um sistema de troca – de bens e de serviços - instituídos entre os indivíduos que compõem o grupo. Em termos espaciais, a solidariedade orgânica propicia a retração do grupo com relação ao espaço público, uma “privatização do espaço público investido”⁹, o que não era o caso na *Ilha dos caixotes*.

Em suma, parece-me que, com a exceção dos casais, a relação de cada um com o lugar era mais forte do que a dos moradores entre eles.

⁸ C. Lanza­rini, *Survivre dans le monde sous-prolétaire*, p. 244.

⁹ *Ibid*, p. 245.

5. TECNOLOGIA

a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem toto coelo [totalmente]; (...) algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; (...) todo acontecimento do mundo orgânico é um subjugar e assenhorar-se, e todo subjugar e assenhorar-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o “sentido” e a “finalidade” anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados.

Friedrich Nietzsche¹

Propomos, a seguir, uma leitura da cultura material dos moradores de rua de São Paulo² numa perspectiva *tecnológica*. Significa analisar os artefatos que acompanham a vida cotidiana das populações de rua do ponto de vista de sua produção e de seu uso, isto é, como participando de certo número de *técnicas*. Assumimos, com Haudricourt, que “para um objeto fabricado, é o ponto de vista humano, de sua fabricação e de sua utilização pelos homens que é essencial, e que, se a tecnologia deve ser uma ciência, é como ciência das atividades humanas.”³ Concretamente, assumir a tecnologia enquanto ciência humana significou restituir, na medida do possível, o contexto relacional dos materiais e das operações, que configura o agenciamento próprio ao gênero de vida estudado:

o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um *agenciamento* que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão..., etc.⁴

Este capítulo é composto por duas partes. Na primeira, procuramos definir, a partir de uma leitura de Lévi-Strauss, a bricolagem como *modo de ação técnica* dotado de regras próprias. Em seguida, examinamos a noção de *função*; tal discussão é necessária, pois é mediante atribuições de funções que os objetos e os lugares são assujeitados a uma

¹ F. Nietzsche, *A genealogia da moral*, p. 81.

² Tal como foi observada nas condições explicitadas na introdução.

³ A. Haudricourt, *La technologie, science humaine*, p. 38.

⁴ G. Deleuze; F. Guattari, *Mil Platôs*, vol. 5, p. 76.

posição determinada dentro do espaço social. Não é por acaso, portanto, que os moradores de rua, “pessoas deslocadas” da ordem urbana, questionam as funcionalidades estabelecidas.

A segunda parte do capítulo consiste em uma descrição etnográfica da cultura material estudada. É claro que uma descrição exaustiva requereria uma pesquisa de maior porte, coletiva, levando em conta dimensões quantitativas que foram pouco consideradas neste trabalho. No entanto, dada a ausência quase total de publicações sobre o assunto, o esboço proposto pode servir de ponto de partida para estudos futuros.

A TÉCNICA SELVAGEM

Na língua francesa, a acepção mais usual da palavra ‘bricolage’⁵ designa as pequenas obras que o habitante faz ele mesmo a fim de manter ou melhorar sua casa. É este tipo de bricolagem que P. Jarreau⁶ analisou como ‘ritual de instalação’ do francês em sua casa, ao curso do qual ele a ‘personaliza’, tornando-a conforme a seu ‘sonho de casa’. As práticas que Jarreau descreve têm sempre por horizonte o trabalho dos profissionais da construção. Nas palavras de um dos entrevistados: “é preciso que não se veja que é bricolagem”⁷. O próprio autor distingue esse tipo de bricolagem daquele praticado pelo ‘verdadeiro bricoleiro’. Este seria um adepto da ‘arte pela arte’, fazendo as coisas apenas pelo prazer do fazer, escapando, pela mesma ocasião, das obrigações da vida familiar.⁸

É preciso tomar certa distância dessas definições, precisamente porque nosso interesse recai sobre o papel da bricolagem na constituição de territórios domésticos. Atribuimos, porém, um sentido mais preciso ao termo, a partir da descrição dada por Lévi-Strauss do bricoleiro em ação. Com o termo de bricolagem, designaremos assim uma modalidade de ação técnica, ou, com Mitcham, *a kind of making action*⁹, caracterização que

⁵ Comumente traduzido por “bricolagem”; o termo francês contém, porém, um pouco mais do que sua importação no português. Além do sentido de pequenos trabalhos domésticos, traz a idéia de técnica improvisada, adaptada às circunstâncias. Designa também um conserto feito de maneira não muito ortodoxa. O francês comporta também o verbo “bricoler” e a pessoa do “bricoleur” (quem pratica bricolagens), que traduzimos, respectivamente por “bricolar” e “bricoleiro”.

⁶ P. Jarreau, *Du bricolage: archéologie de la maison*.

⁷ Op. cit. p. 107

⁸ ibid. pp. 126-127

⁹ C. Mitcham, *Thinking through technology*, p. 212

destaca seu aspecto *produtivo*. Yves Deforge¹⁰ classifica a bricolagem dentro do *sistema de produção privado*, que ele distingue dos sistemas artesanais e industriais; nessa perspectiva, o bricoleiro opõe-se em primeiro lugar ao *profissional*.

Antes de proceder a uma leitura das páginas de *O pensamento selvagem* consagradas à bricolagem – ou, mais precisamente, ao bricoleiro – lembremos uma evidência às vezes esquecida: nesse texto famoso, Lévi-Strauss visa explicitar o funcionamento do pensamento mítico, recorrendo à bricolagem a título de paradigma. Disto decorre que certas limitações do conceito explicam-se mais por este uso analógico do que por motivos intrínsecos; afinal, não é a bricolagem em si que interessa a Lévi-Strauss, mas a distinção entre signos e conceitos, remetidos, respectivamente, ao bricoleiro e ao engenheiro. Dito isso, a descrição que ele nos oferece da atividade do bricoleiro e de sua lógica subjacente é extremamente fecunda e, sobretudo, considera a bricolagem como uma forma de produção dotada de regras próprias.

Uma leitura de Lévi-Strauss

O texto abre-se com uma referência a um sentido antigo do verbo *bricoler*, remetendo a um movimento incidente, definindo de início a bricolagem como uso de meios *desviados*, em comparação com aqueles do profissional. Em seguida, o bricoleiro é contraposto ao engenheiro. Diferentemente deste, as ferramentas e os materiais dos quais dispõe o bricoleiro não foram juntados em vista de um projeto particular, mas ao acaso dos encontros, “em virtude do princípio que ‘isso pode ser útil’ ”¹¹. O bricoleiro é, portanto, antes de tudo, um *recuperador*, alguém que coleta e conserva objetos e materiais com um objetivo que não é definido com muita precisão: “isso pode ser útil” remete não a um projeto particular, mas a uma gama aberta de fabricações possíveis. Mas que tipo de elementos pode visar essa intenção vaga? São, nos diz Lévi-Strauss, “semi particularizados: suficientemente para que o bricoleiro não precise do equipamento e do saber de todos os ofícios; mas não o suficiente para que cada elemento seja forçado a um emprego preciso e determinado”.¹² Porque o bricoleiro recupera o que outros descartam, “são sempre antigos fins que são requisitados enquanto meios”¹³, e, por conseguinte, o “resultado (...) será sempre um meio termo entre a estrutura do conjunto instrumental e a do projeto. Uma vez

¹⁰ Y. Deforge, *Technologie et génétique de l'objet industriel*

¹¹ C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, p. 31. As traduções brasileiras que consultei deste livro contém erros graves. Optei por trabalhar apenas com o texto original.

¹² Ibid

¹³ Ibid, p. 35

realizado, este será, portanto, inevitavelmente deslocado com relação à intenção inicial”¹⁴. O último traço que desejamos notar é o caráter *limitado* do conjunto dos recursos do bricoleiro: “seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é de sempre arranjar-se com ‘o que têm à mão’, isto é, um conjunto a cada instante finito de ferramentas e de materiais”¹⁵. A expressão usada aqui por Lévi-Strauss é: *les moyens du bord*; nela, a palavra *bord* (bordo) remete ao interior de uma nave, ou seja, um lugar privado – temporariamente – de contato com um ‘fora’ que poderia complementar aquele conjunto.

Nossa discussão do texto de Lévi-Strauss organiza-se em torno de três pontos que sobressaem dessa primeira leitura. Em primeiro lugar, a oposição entre o bricoleiro e o engenheiro, depois, como aspectos particulares dessa diferença de posição dentro do campo técnico, a relação do fazer com a intenção produtiva (ou seja, com o *projeto*, num sentido amplo), enfim o caráter limitado dos recursos à disposição do bricoleiro. Concluimos com algumas reflexões sobre a invenção.

O bricoleiro oposto ao engenheiro

Dentro do argumento desenvolvido por Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*, a figura do engenheiro resume um conjunto de traços que definem a ciência moderna, enquanto se distingue do pensamento mítico, representado, por sua vez, pelo bricoleiro. Assim, enquanto o primeiro “interroga o universo” com todos os recursos colocados à sua disposição pela ciência, o segundo “dirige-se para uma coleção de resíduos de obras humanas”¹⁶. Mesmo se, mais adiante, ele relativiza um pouco essa oposição, concedendo que o engenheiro deve também levar em conta um “conjunto predeterminado de conhecimentos teóricos e práticos, de meios técnicos, que restringem as soluções possíveis”, ele mantém que “com relação às limitações resumindo um estado de civilização, o engenheiro procura sempre abrir uma passagem e situar-se *além*, enquanto o bricoleiro, a bem ou a mal, permanece *aquém*”¹⁷.

Comentando o texto de Lévi-Strauss, Marcel Hénaff nota quatro pontos característicos da abordagem do engenheiro:

- 1) o *projeto* “que supõe a utilização e a coordenação dos elementos em vista de um resultado claramente definido”;

¹⁴ Ibid

¹⁵ Ibid, p. 31

¹⁶ Ibid

¹⁷ Ibid

- 2) o *método*, que “visa alcançar o resultado solicitado pelas vias as mais simples, pelo menor custo”;
- 3) os *elementos*, que “são sempre específicos (...) e ordenados para a obtenção de um efeito preciso”;
- 4) os *resultados*, enfim, que são, por essência, *reproduzíveis*.¹⁸

A ação do bricoleiro, ao contrário, continua Hénaff, “não procede nem de um projeto coerente (...), nem de um saber específico (o bricoleiro é um amador), nem de elementos próprios (o bricoleiro reutiliza e desvia materiais que ele encontra e que eram destinados a outros conjuntos); enfim, os resultados são incertos e nunca idênticos, portanto dificilmente reproduzíveis.”¹⁹

Podemos precisar um pouco o que Hénaff designa como ‘diferença de método’ ao considerar a exigência de otimização que governa o trabalho do engenheiro. Segundo Georges Dieter, “no desenho de engenharia (*engineering design*) temos uma situação na qual se busca a melhor resposta. Em outras palavras, *a otimização é inerente ao processo de concepção (design)*”²⁰, a otimização sendo definida como “o processo de maximizar uma quantidade desejada ou minimizar uma indesejada.”²¹ Dada a inserção da produção industrial no mercado, uma das variáveis dominante que se trata de maximizar é a taxa de lucro gerado pelo futuro produto; uma ‘lei de economia’ governa assim a concepção dos produtos industriais: usar o mínimo de material necessário, o menor número de operações de fabricação etc. De modo mais geral, trata-se de eleger certas dimensões do objeto que serão maximizadas em detrimento das outras, seguindo um cálculo coerente.

De nosso ponto de vista, a oposição da qual as outras dependem seria a seguinte: o bricoleiro é um *outsider* desprovido de qualquer legitimidade, alguém que se vira com o que tem, enquanto o engenheiro é um homem de aparelho, um elemento dessa totalidade complexa que é o sistema de produção industrial. As diferenças de abordagem que decorrem disso podem ser apreendidas a partir do par estratégia / tática, tal como elaborado por Michel de Certeau. Resumindo o argumento²², podemos dizer que a estratégia *gera* uma situação, administra um estado de coisas estabelecido, enquanto a tática *improvisa*, esforçando-se para tirar o melhor partido de uma situação imposta. À luz desta oposição, podemos ver no engenheiro um agente de estratégias comerciais e(ou) políticas, que lhe

¹⁸ M. Hénaff, *Claude Lévi-Strauss*, p. 155

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ G. Dieter, *Engineering design*, p. 128, grifo meu.

²¹ *Ibid.*

²² Exposto no capítulo 1

fornecem os meios de sua ação ao mesmo tempo em que a subordinam aos seus fins. O bricoleiro, por sua vez, é submetido às circunstâncias, não quanto aos seus fins, mas quanto aos meios de sua ação, que se dão apenas em função da *ocasião*.

Enfim, é preciso acrescentar que, se o bricoleiro se opõe em numerosos pontos ao engenheiro, distingue-se também do *artesão*. Este, com efeito, caracteriza-se pela tradicionalidade de sua prática e por sua dedicação a um material específico. O artesanato pertence geralmente a uma tradição oral, na qual o saber prático é adquirido por imitação, sob a direção de um mestre. O aprendiz incorpora os gestos de um fazer, ao mesmo tempo em que ele assimila as formas que constituem a tradição de sua região. Por outro lado, não há artesão em geral, mas oleiros, tecelões, ferreiros etc., cada um trabalhando um material particular. O artesão é, assim, por excelência, o homem de um *ofício* e se opõe, nisso, ao bricoleiro, mesmo quando ele pratica a recuperação: tal cesto zulu, confeccionado com fios de telefone coloridos²³ não deixa de ser feito segundo modelos e técnicas tradicionais. Neste caso, e em outros semelhantes, o artesão apropriou-se de um material cujas propriedades apresentavam semelhanças suficientes com o material tradicional para ser submetido ao mesmo tratamento. Vale mencionar aqui o único artesão praticante que encontramos na pesquisa de campo. Este homem, de uns cinquenta anos, morou durante um tempo sob o viaduto do Glicério e era cesteiro; praticava seu ofício usando papel de jornais ou folhetos de propaganda, que enrolava e trançava para formar cestos e pequenos móveis, que vendia na calçada. Pintava as peças acabadas com uma tinta marrão, o que fazia com que elas não se diferenciasssem, a primeira vista, de quaisquer produtos de cestaria mais comuns, feitos com vime ou cipó.²⁴

O projeto

Uma das diferenças mais importantes, sublinhada por Lévi-Strauss, que separa a ação do bricoleiro daquela do engenheiro, é sua relação com o projeto. Se o termo é, no máximo, sinônimo de intenção para o primeiro, ele toma um sentido particular, poderíamos dizer *técnico*, para o segundo. Ao mesmo tempo produto e meio da divisão do trabalho industrial, o projeto do engenheiro desenvolve-se a partir de um *caderno de encargos*, lista das exigências que o produto deve preencher, elaborado por seu comanditário. Na base desses

²³ In Cerny and Seriff, *Recycled, Re-seen: folk art from the global scrap heap*, p. 13

²⁴ Significativamente, este artesão, que morava no local, onde fabricava e vendia suas peças, edificou apenas uma construção: um balcão, atrás do qual dormia de noite.

dados, o engenheiro elabora um programa de ação detalhado, especificando todas as etapas do processo de fabricação e os resultados aos quais elas devem conduzir (i.e., as propriedades do objeto fabricado). Para isso, ele recorre a um saber formalizado, aplicando, sempre que possível, modelos matemáticos – o que lhe permite simular o comportamento dos elementos compondo o dispositivo que ele concebe. Num segundo tempo, após a eventual confecção de um protótipo, com o qual é testada a concepção, as diferentes etapas da fabricação são planejadas e repartidas entre as diversas oficinas. Vemos, com isso, que o projeto fundamenta uma separação estrita entre concepção e execução, cada uma tendo seus agentes e seus recursos próprios, assim como seu reconhecimento legal nas leis sobre a propriedade intelectual.

A bricolagem é, ao contrário, “*juntamente e ao mesmo tempo* um modo de fazer e um modo de pensar”²⁵. Concepção e realização não são isoladas como tais, sobretudo porque “o objeto engendra a idéia tanto quanto a idéia engendra o objeto”²⁶. Esta reversibilidade é excluída do trabalho do engenheiro, pois ele age em função de uma finalidade imposta.

Podemos supor que qualquer fabricação, qualquer realização é guiada por uma intenção e, numa certa medida, por uma representação (uma imagem) do resultado visado. Ora, as imagens e representações são, numa boa medida, atualmente, produtos industriais de massa, *clichês*. Como notou o pintor Francis Bacon, a ‘página branca’ não é um puro espaço vazio, aberto a todos os possíveis, mas, ao contrário, é virtualmente cheia de clichês, dos quais, por sua vez, ele se libertava pela intervenção do acaso, arremessando tintas sobre a tela em diversas etapas de seu trabalho. A bricolagem, por ser constitutivamente inadequada a qualquer fim que seja, introduz uma divergência em relação ao objetivo; o resultado é sempre uma aproximação, “um meio termo entre a estrutura do conjunto instrumental e a do projeto”²⁷. Essa divergência pode certamente ser julgada negativamente, em termos de falta de domínio e, em geral, é o caso; mas podemos também ver nela a brecha por onde se introduz o imprevisto como fonte de novidade.

Limitação

Podemos dizer que o universo de referência do engenheiro é a globalidade do mercado. Mesmo se sua escolha de procedimento, de elementos e de materiais é limitada, por

²⁵ J. R. Hissard, “Nains, casseroles et fantaisie”, *Autrement* n° 48, 1983, p. 179.

²⁶ *Ibid*

²⁷ C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 35

considerações de custo e de prazos, a disponibilidade dos recursos não constitui uma limitação essencial de sua ação. O bricoleiro, ao contrário, deve, em primeiro lugar, tirar partido de recursos limitados. Como o observa Lévi-Strauss, “seu universo instrumental é fechado”. Isto primeiro porque o bricoleiro é situado, dependendo em sua ação do que está em sua volta, como o notou Dodier, no contexto da empresa industrial:

A bricolagem consiste em favorecer o que está ao alcance do operador com relação a outras formas de referência, tais como o respeito das regras, ou a delegação das arbitragens para especialistas.²⁸

Essa limitação, afirma Dodier, é precisamente a fonte da inventividade própria da bricolagem:

É porque o bricoleiro trabalha no ‘local’ que ele pode fabricar novas relações, graças aos imprevistos que reuniram no mesmo lugar objetos heterogêneos. A bricolagem é um jorro de idéias aberto às aproximações imprevistas no espaço concreto que cerca o operador.²⁹

Mas o caráter finito dos recursos deve também ser relativizado. Segundo a descrição de Lévi-Strauss, ele decorre da divisão da atividade do bricoleiro em dois momentos distintos: um primeiro momento, que é de coleta, no curso do qual ele está aberto para encontros, para o acaso, constituindo o estoque para suas fabricações, e um segundo, o da combinação, no curso do qual ele retira desse estoque os elementos para realizar um novo objeto:

[o bricoleiro] deve voltar-se para um conjunto já constituído, formado de ferramentas e de materiais; fazer, ou refazer dele o inventário; enfim e sobretudo, engajar com ele um tipo de diálogo, para repertoriar, antes de escolher entre elas, as respostas possíveis que o conjunto pode oferecer ao problema que ele lhe coloca.³⁰

É precisamente essa segunda fase, de realização de variantes por combinação de elementos extraídos de um conjunto finito, que ilustra o funcionamento do pensamento mítico. Nele, o conjunto disponível para formar novas combinação é fechado uma vez por todas (pelo menos na escala de uma vida individual). Considerar a atividade do bricoleiro por si mesma requer que se restitua a outra metade de sua *démarche*, a coleta, que introduz periodicamente novos elementos, embora de modo imprevisível.

²⁸ N. Dodier, *Les hommes et les machines*, p. 229

²⁹ *Ibid* p. 230

³⁰ *Ibid*, p. 32

A bricolagem como invenção

Vimos que a ação do bricoleiro não separa concepção e realização em etapas distintas. Bricolar é sempre, numa certa medida, *inventar*. O bricoleiro, nos diz Lévi-Strauss, “trabalha com suas mãos”³¹. Esse primado da manipulação evidencia o aspecto experimental da bricolagem. Certas possibilidades oferecidas pelo material (ou, melhor, *arrancadas* dele) revelam-se apenas através de sua manipulação, quer ela seja lúdica ou tentativa de resolver um problema prático. Experimental, a bricolagem o é também por seu recurso constante ao método das ‘tentativas e erros’, guiada por um critério muito simples: funciona! (ou não). Essa maneira de abordar a fabricação permite ao bricoleiro ignorar as ‘conveniências’ técnicas que ditam o ‘como se deve fazer’, conveniências que podemos interpretar em termos de esquemas de uso, e que são a expressão da racionalidade que domina os modos correntes de produção.

É porque a bricolagem é de imediato um *fazer*, em contato contínuo com sua matéria-prima, que a bricolagem é portadora de um dinamismo inventivo:

o próprio de uma operação realizada, não é, justamente, de ter uma significação efetiva que ultrapassa a significação visada inicialmente? Uma vez a operação realizada, com efeito, nos damos conta de que ela tem um movimento para ir além, porque discernimos, no resultado obtido, aptidões ou incômodos operatórios imprevistos que nos incitam a prolongar ou a encurvar nosso projeto, inicialmente limitado, em tal direção, a qual não pensávamos. E são esses prolongamentos que dão finalmente à operação inicial seu verdadeiro sentido. (...) O desdobramento de um gesto não é o simples desenvolvimento de uma fórmula operatória fixada de uma vez por todas: é o advento de um novo horizonte; um destino além de qualquer desígnio organizador o espera ao termo de seu desenho.³²

Inventar é produzir algo novo. É claro, no entanto, que o novo não aparece *ex nihilo*; ele se constrói a partir de um estado de coisas preexistente. É aqui que divergimos claramente de Lévi-Strauss. Seu argumento é que o bricoleiro, que produz por combinação de elementos preexistentes, não criaria nunca algo realmente novo, ao contrário do engenheiro, que “interroga o universo”. Notemos, em primeiro lugar, com Jacques Derrida, que o engenheiro de Lévi-Strauss é um mito: “a idéia que o engenheiro tenha rompido com qualquer bricolagem é (...) uma idéia teológica”, a idéia de um sujeito emancipado de qualquer herança, que “seria a origem absoluta de seu próprio discurso”³³. O engenheiro

³¹ op. cit, p. 30

³² René Boirel, *Théorie générale de l'invention*, p. 276

³³ J. Derrida, “La structure, le signe et le jeux”, in *L'écriture et la différence*, p. 418

real está inserido num sistema técnico cujo desenvolvimento inteiro tende para a constituição de conjuntos de elementos homogêneos: a normalização dos componentes, dos materiais e dos processos acompanha de perto sua manipulação 'virtual', seu tratamento como elementos de código. Os instrumentos informáticos de assistência à concepção (CAD = *Computer Aided Design*) testemunham pelo sucesso dessa redução. De modo mais geral, é todo o esforço da ciência moderna que tende a reduzir o real a uma combinatória de elementos primeiros: os átomos, o código genético etc. Tais domínios homogêneos são finitos: noventa e dois átomos compõem qualquer molécula existente; quatro aminoácidos, qualquer seqüência de DNA etc. Em tais conjuntos, dado o número de elementos de um composto, calcula-se facilmente o número de variantes possíveis, que, por maior que seja, é sempre *finito*.

Se podemos admitir, com Lévi-Strauss, que o conjunto realizado pelo bricoleiro “não diferirá finalmente do conjunto instrumental senão pela disposição interna das partes”³⁴, o fato de levar em conta o contexto global da operação evidencia a *heterogeneidade* do conjunto de elementos que mobiliza. Se existe uma aptidão específica do bricoleiro, é certamente a de relacionar elementos díspares, guiado apenas pela preocupação com a consistência do resultado. Os elementos empregados pelo engenheiro, ao contrário, já vêm otimizados para um uso definido; com isso, o conjunto formado por sua combinação é amplamente predeterminado.

Para tornar isso mais explícito, tomemos o exemplo da construção de uma casa, no contexto brasileiro contemporâneo. A pessoa que concebe a casa e dirige sua execução, seja arquiteto, seja engenheiro, seja amador (o proprietário), parte de uma planta: o projeto. Essa planta já contém um certo número de convenções culturais sobre o tamanho e os equipamentos dos banheiros (por exemplo, a presença conjunta da privada e do chuveiro, rigorosamente separados em outras culturas), a distribuição dos quartos, dos acessos, dos espaços comuns etc. A partir daí, os materiais utilizados – tijolos, argamassa, telhas, assim como as portas e suas fechaduras, as pias e suas torneiras etc. – pertencem a um conjunto que corresponde, mais ou menos, àquilo que se encontra numa loja de materiais de construção. A mão-de-obra que edifica a casa, por sua vez, é portadora de habilidades específica (pelo menos é o que se espera dela), que conduzem a resultados previsíveis. Em suma, se o cliente pode escolher entre centenas de revestimentos de piso ou dezenas de tipos de porta, as diferenças no resultado – a casa acabada, vista como um todo – não

³⁴ Op. cit., p. 32

passam de variações sobre um mesmo tema. Ao contrário disso, uma realização de bricoleiro, por exemplo um abrigo de morador de rua, pode tirar proveito de um conjunto indefinido de objetos e de situações, produzindo formas inesperadas.

À luz desse exemplo, podemos dizer que não é a limitação em si que caracteriza o bricoleiro; a distinção seria, antes, entre os aspectos submetidos à limitação: os *objetos* para o bricoleiro e as *relações* para o engenheiro. O que podemos resumir assim: para o bricoleiro, o conjunto limitado de elementos disponíveis faz com que ele deva inventar novas relações entre eles; o engenheiro, por sua vez, tem acesso a um enorme conjunto de elementos, porém já codificados para entrar em determinadas relações uns com os outros. Podemos aproximar a diferença entre essas duas abordagens da distinção proposta por Carl Mitcham entre o inventor e o engenheiro:

O inventar e o inventar do engenheiro podem ser contrastados ao dizer que *um inventor cria o novo, enquanto o engenheiro planeja o possível*. Um engenheiro permanece dentro do familiar – não se aventura no desconhecido, apenas ordena e reordena o conhecido – de tal forma que, dado um problema claramente especificado, dois engenheiros igualmente competentes vão alcançar ou ‘descobrir’ soluções que diferem apenas no material usado.³⁵

Afinal de contas, seria o sentido atribuído aos objetos que qualificaria uma técnica como ‘selvagem’ ou ‘domesticada’. Ora, o sentido geralmente aceito de um determinado objeto confunde-se com aquilo que chamamos de sua *função*. O bricoleiro seria assim caracterizado, em primeiro lugar, pelo questionamento prático ao qual ele submete os artefatos. Isso nos leva para uma sociologia da função, esboçada na seção seguinte.

DA FUNÇÃO AO SEU DESVIO

Segundo o senso comum, os objetos, as ferramentas e os utensílios *possuem* funções. Quer dizer que eles servem para alguma coisa, permitem obter um certo resultado. Uma faca serve para cortar, um lápis serve para escrever ou desenhar, um guarda-chuva serve para nos proteger da chuva. Para a consciência comum, presa às necessidades da vida cotidiana e encontrando no seu ambiente os meios de suas ações, a função apresenta-se como uma propriedade das coisas, da mesma maneira que sua forma ou sua cor. No entanto, basta

³⁵ C. Mitcham, Op. cit., p. 218

darmos um pouco de atenção ao uso que fazemos dos utensílios e das ferramentas no dia-a-dia para questionarmos a inerência da função aos objetos que a materializam. No caso da faca, por exemplo, cuja função seria a de cortar, notemos que um resultado semelhante pode ser alcançado por meio de vários outros instrumentos: um machado, uma serra, uma lâmina de barbear etc., mas podemos usar uma faca também para furar um saco, para bloquear uma porta, até para matar alguém. Encontramo-nos, então, diante de uma dupla indeterminação:

- vários objetos podem permitir alcançar o mesmo fim;
- o mesmo objeto pode servir para diversos fins.

É óbvio, no entanto, que os objetos fabricados são *finalizados*, isto é, são produzidos tendo em vista um certo uso. Sob quais condições, então, pode-se falar em uma função que eles supririam?

Função e uso

Admitindo que a função de um artefato diz respeito ao seu *uso*, virtual ou atual, não seria inútil examinar o que se entende por essa palavra. Concentremo-nos, num primeiro momento, na ação envolvendo instrumentos, enfocando a relação que se estabelece entre o agente e o instrumento. O ponto de partida de nossa discussão será a análise proposta pela ergonomia cognitiva³⁶, um ramo da psicologia que estuda os atos instrumentais.

Segundo a ergonomia cognitiva, o agir instrumental comporta três pólos:

- 1) um sujeito (o agente);
- 2) um objeto (sobre o qual incide a ação);
- 3) um instrumento.

A respeito do instrumento, Rabardel nota: “um artefato não é um instrumento acabado (...) falta-lhe inscrever-se dentro de usos, de utilizações, isto é, em atividades em que ele constitui um meio empregado para alcançar um objetivo fixado pelo utilizador.”³⁷ Há, portanto, uma parte do instrumento que ultrapassa o artefato (ou ‘objeto material fabricado’), e que, precisamente, qualifica um objeto como instrumento. É o *esquema*³⁸. Dada a importância deste conceito para a compreensão do uso, vamos nos deter um pouco nele.

³⁶ Essa parte baseia-se no livro de P. Rabardel, *Les hommes et les technologies*.

³⁷ Op. cit. p. 93

³⁸ É preciso mencionar uma distinção feita, em francês, entre *schème* e *schéma*, ambos traduzidos em português por *esquema*. Sobre essa distinção, a *Encyclopédie Philosophique Universelle* (Paris:PUF, 1990. p. 2311) nota: “[ela] permite opor a representação exterior, simplificada, funcional, ‘esquemática’ até, no sentido pejorativo, de uma estrutura intelectual ou imageada, de um lado [schéma], à organização dinâmica caracterizando um processo intelectual, do outro [schème].” Esta seção, trata, assim, de *schèmes*.

Piaget define o esquema da seguinte maneira: “o que, de uma ação, é transponível, generalizável ou diferenciável de uma situação para uma outra, ou, dito de outra forma, o que há de comum às diversas repetições ou aplicações da mesma ação”³⁹. O esquema representa, portanto, a parte incorporada do uso, sob a forma de um *hábito*. O fato primeiro, sobre a base do qual se constroem os esquemas, é o processo chamado por Piaget de *assimilação*. A assimilação psicológica está, segundo ele, em continuidade com os processos fundamentais da organização biológica, a qual deve, para se conservar, assimilar o mundo exterior. Ainda que dependa também da repetição, a assimilação distingue-se da mera *habituação* (ou hábito passivo):

a noção de assimilação engloba desde o início nos mecanismos da repetição esse elemento essencial pelo qual a atividade distingue-se do hábito passivo: a coordenação entre o novo e o antigo, a qual anuncia o processo do juízo. Com efeito, a reprodução própria ao ato de assimilação implica sempre a incorporação de um dado atual a um determinado esquema, este esquema estando constituído pela própria repetição.⁴⁰

Se, de um lado, o esquema se generaliza progressivamente pela assimilação de situações novas, que são como *casos* da regra prática que nisso se constitui, é preciso postular um movimento inverso, de diferenciação, pelo qual o esquema se especifica. Este mecanismo é a *acomodação*, que procede “por diferenciação de um esquema existente e inserção de novos elementos sensório-motores entre os que já o constituem”.⁴¹ O esquema forma-se, portanto, no ponto de equilíbrio entre esses dois movimentos, a assimilação e a acomodação, momento que Piaget chama de *adaptação*, definida como “equilíbrio das trocas entre o sujeito e os objetos”.

Voltando para o ato instrumental, notemos esse ponto capital para nossa argumentação: a dissociação do instrumento em dois componentes, artefato de um lado e esquema do outro, permite desvincular o artefato de uma função particular:

Não há instrumento sem artefato, mas a conservação do componente artefactual pode ser de uma classe de objetos (e não de um artefato singular) quando o sujeito pode encontrar permanentemente no seu ambiente de ação elementos, artefatos, providos das propriedades necessárias para ser associados aos esquemas de utilização e formar assim o instrumento requerido pela ação em curso.⁴²

Trata-se aqui da ‘assimilação generalizante’ de Piaget, uma transposição de esquema que permite a execução da mesma operação com diversos objetos compartilhando certas

³⁹ J. Piaget, *Biologie et connaissance*, p. 23

⁴⁰ J. Piaget, *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*, p. 44.

⁴¹ *Ibid.* p. 128.

⁴² Rabardel, *op. cit.* pp. 119-120

propriedades. Veremos essa assimilação em ação ao tratar do uso de ferramentas improvisadas (*catacrese*). Ao passar assim do artefato singular para uma classe de objetos providos de certas propriedades, é a própria noção de função que adquire um novo sentido:

A função, no sentido de mudança de estados possíveis, dos objetivos que podem ser associados a ela, pode então ser separada do artefato para ser associada ao sujeito. *A função na ação é uma característica do sujeito e não do artefato.*⁴³

Percebem-se, no entanto, os limites dessa abordagem psicológica do instrumento: tudo que não é 'material' é atribuído a um *sujeito*; em verdade estamos, às vezes, na presença de estruturas apenas portadas pelo sujeito. O esquema é construído em situações que são sempre socialmente estruturadas, e são precisamente essas influências supra-individuais que nos interessam, uma vez que elas orientam o uso dos artefatos em certas direções.

Voltemo-nos agora para uma questão distinta, porém relacionada também com a questão do uso: as *propriedades* que permitem que os artefatos sejam usados. Não há dúvida sobre o fato de que um objeto deve possuir certas qualidades para poder ser usado. Retomando o exemplo da faca, nota-se que ela corta porque sua lâmina possui uma geometria particular. No entanto, isso não basta: uma forma idêntica feita de borracha não cortaria muita coisa; uma certa dureza, e também uma certa rigidez são necessárias ao 'cortante' da lâmina. Vemos a dificuldade de estabelecer uma correspondência entre propriedades elementares, como a ciência costuma defini-las, e as qualidades requeridas pelo uso das coisas: as propriedades relevantes num uso determinado são complexas, compostas por uma combinação de traços elementares.

O conceito de *affordance*, criado por James Gibson como parte de sua teoria ecológica da percepção⁴⁴, abarca, precisamente, essas combinações invariantes de propriedades, do ponto de vista das ações possíveis que elas propiciam. A palavra *affordance*, cunhada por Gibson a partir do verbo *to afford*, que significa propiciar, oferecer, designa o que o ambiente "oferece para o animal"⁴⁵, o que ele *provê* ou *fornece* (...) ⁴⁶. O que percebemos das coisas, diz Gibson, não são qualidades, como o defende a psicologia clássica, mas as possibilidades de ação que elas oferecem, isto é, suas *affordances*. As *affordances* não podem ser medidas como grandezas físicas, pois são relativas ao agente, o que não significa, porém, que sejam subjetivas ou arbitrárias:

⁴³ Ibid. p. 120, grifo meu.

⁴⁴ J. Gibson, *The ecological approach to visual perception*

⁴⁵ Gibson usa a palavra *animal* porque sua teoria da percepção pretende se aplicar para todos os animais, inclusive humanos. Às vezes ele usa a palavra *observador* no mesmo sentido. Colocando nossa ênfase na ação, usaremos a palavra *agente*.

⁴⁶ op. cit. p. 127

As *affordances* de uma coisa não mudam com as necessidades do observador. O observador pode ou não perceber ou atender a *affordance*, dependendo de suas necessidades, mas a *affordance*, sendo invariante, está sempre aí para ser percebida. Uma *affordance* não é aplicada sobre um objeto por uma necessidade de um observador e seu ato de percebê-la.⁴⁷

De fato, as *affordances* não são nem subjetivas nem objetivas, nem físicas nem fenomenais, mas *relacionais*. Sendo um atributo da relação (ou virtual, ou atual) entre o agente e o artefato, a *affordance* contém uma dupla referência:

Uma *affordance* (...) aponta para dois lados, para o meio ambiente e para o observador (...). Mas isso não implica em nada uma separação entre a consciência e a matéria, um dualismo psicofísico. Só diz que a informação para especificar as utilidades do meio ambiente está acompanhada por informação especificando o próprio observador, seu corpo, suas pernas, suas mãos, sua boca.⁴⁸

Podemos ilustrar isso com o exemplo do sentar: uma superfície permite sentar-se nela se possuir um certo tamanho, uma certa rigidez, mas também uma altura relativa à própria altura de quem pretende sentar-se nela (à altura dos joelhos acima do chão, diz Gibson). Em casos como este, a ação é simples e a correspondência entre o corpo e objeto é fácil de determinar. Entretanto, existem *affordances* mais complexas, mencionadas por Gibson quando fala das substâncias, que permitem (*afford*), diz ele, a manufatura, isto é, as diversas manipulações envolvidas na fabricação das coisas. Gibson não se estende muito nisso, mas parece necessário introduzir aqui uma conexão com o esquema, no sentido referido acima. Com efeito, as habilidades necessárias ao trabalho dos materiais são de uma outra ordem que as características anatômicas notadas no caso do sentar. A relação com o agente é agora mediada por esquemas, por exemplo, dar um nó, amarrar ou trançar, no caso de uma fibra, e as *affordances* seriam percebidas como *índice*, no sentido de Piaget, do esquema correspondente, índice que pode, aliás, estar diretamente ligado com uma ação particular:

Quanto ao índice, é o significante concreto, ligado à percepção direta, e não à representação. De modo geral, chamaremos índice toda impressão sensorial ou qualidade diretamente percebida cuja significação (o 'significado') é um objeto ou um esquema sensório-motor.⁴⁹

Von Uexküll, cujo conceito de 'conotação de atividade' é semelhante às *affordances* de

⁴⁷ *ibid.* p. 139

⁴⁸ *ibid.* p. 141

⁴⁹ J. Piaget, *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*, p. 170.

Gibson, conta uma história surpreendente sobre esse vínculo percepção-ação:

Eu tinha levado comigo um jovem negro muito inteligente e muito hábil, da África central até Dar-es-Salam. A única coisa que lhe faltava era o conhecimento dos objetos usuais dos europeus. Como eu lhe pedia que subisse numa escada, ele respondeu: “como fazer, só vejo paus e buracos?” Assim que um outro negro subira na escada diante dele, ele pôde fazer o mesmo. A partir desse momento, os “paus e os buracos” tomaram para ele a conotação ‘subir’ e foram definitivamente reconhecidos como escada.⁵⁰

As *affordances*, segundo Gibson, existem independentemente de ser ou não percebidas. No entanto, o uso que se apóia nelas depende de sua percepção por parte do agente. Ao discutir esta questão, Gibson restringe-se a casos em que as condições óticas ‘enganam’ a percepção. Desconfiamos que o problema da percepção tem uma dimensão cognitiva que não se reduz às ilusões de ótica. As *affordances* remetendo a *usos possíveis*, sua percepção deve, de uma maneira ou de outra, ligá-la com aquele uso, seja como esquema sensório-motor, seja sob a forma de uma representação do tipo dos ‘modelos conceituais’ propostos por D. Norman⁵¹, que permitem a simulação mental das operações envolvendo o objeto. Nesse ponto, seria preciso uma teoria da percepção que não a dissocie da cognição, e que poderia assim fundamentar uma semântica dos artefatos.

Examinemos agora casos em que o uso dos artefatos ultrapassa, transgride ou simplesmente ignora sua função original. Trata-se, de modo geral, de desvios de função, definidos como *casos em que um artefato é submetido a um uso outro que não aquele considerado adequado*. Essa definição já implica que existe um uso ‘adequado’ dos artefatos. O ponto de vista subjacente aqui é normativo, assimilando o desvio de função a um abuso. E foi assim que começou a receber a atenção de pesquisadores, ao ser estudado, na década de 1960, pela Ergonomia. Esta ciência estuda as condutas instrumentais do homem no contexto do trabalho e abordou os desvios de função como fonte de possíveis acidentes. Um ergônomo holandês, Winsemius, propôs o termo *catacrese*, emprestado da retórica, onde ele denota o uso impróprio das palavras, para os casos em que uma ferramenta é usada no lugar de uma outra, considerada adequada, como quando se usa, por exemplo, uma chave-inglesa como martelo. Fontanier, no seu tratado de retórica, deu da *catacrese* a seguinte definição: “a *catacrese*, em geral, consiste no fato de um signo já atribuído a uma primeira idéia, o seja também a uma idéia nova, que

⁵⁰ J. Von Uexküll, *Mondes animaux et monde humain*, p. 59.

⁵¹ D. Norman, *The psychology of everyday things*, pp. 12-13

não tinha um signo próprio na língua⁵². Notemos que, para Fontanier, é o caráter *forçado* de seu uso (pela ausência de palavra própria) que define a catacrese. Um exemplo clássico é “o *pé* da mesa”. As pesquisas da ergonomia dos anos setenta, principalmente voltadas para o uso catacrético de ferramentas manuais, evidenciaram, de maneira similar, a disponibilidade como um dos fatores que os favorecem: nesses casos, usa-se a ferramenta que está à mão, mesmo quando não é a mais adaptada. As pesquisas mais recentes, entretanto, testemunham as mudanças no mundo do trabalho. A chegada maciça de equipamentos informatizados, em constante desenvolvimento, torna mais difícil o estabelecimento de normas de uso; mostra-se mais produtivo deixar ao operador uma certa margem de manobra. Conseqüentemente, a ergonomia dos anos noventa não interpreta mais a catacrese em termos de desvio, mas fala em “elaboração pelo sujeito de seus próprios instrumentos”. É claro que o âmbito das alterações lícitas é limitado, e a ambição da ergonomia, agora, é de antecipar os desvios possíveis, oferecendo ao operador meios de personalizar sua atividade.

O ponto de vista da ergonomia é interessante, na medida em que a organização científica do trabalho se esforça em estabelecer procedimentos padrões que são normas de uso, promovendo o uso dos instrumentos que assegura o melhor rendimento. A identificação do instrumento com sua função, nesse contexto, é apenas um aspecto da organização racional da produção. Podemos generalizar essa característica, e dizer que a noção de função só faz sentido dentro do contexto de uma organização? Notemos que o dicionário Robert nos dá uma definição da função que é imediatamente relacional: “ação, papel característico de um elemento num conjunto”⁵³. Pode-se falar, assim, na função de uma peça dentro de um dispositivo específico, por exemplo, do carburador num motor de automóvel. A relação do elemento com o conjunto é, num caso como este, completamente determinada. Podemos entender, a partir disso, a palavra função no seu sentido administrativo: aquilo para que o objeto é designado, o papel que lhe é atribuído. No caso do instrumento, sua função não seria, assim, uma propriedade intrínseca do artefato, mas sim de sua *relação* com o sujeito, dentro do contexto de uma ação particular.

Se entendemos a função como um atributo relacional, sistêmico, e não uma propriedade intrínseca, precisamos encarar a função sob o ângulo das forças que a impõem. Com efeito, a identificação de um artefato com uma função determinada envolve a

⁵² P. Fontanier, *Les figures du discours*, p. 213.

⁵³ *Petit Robert, dictionnaire de la langue française*. O dicionário Aurélio, por sua vez, nos dá uma definição essencialista: *ação própria ou natural dum órgão, aparelho ou máquina*. (artigo **função** do Novo Aurélio, edição 1999)

estabilização de seu significado prático. Isto é feito com a ajuda de recursos diversos, que vão das estratégias discursivas à ‘encenação’ das *affordances*, passando por obrigações contratuais. Na origem do artefato, sua função se confunde com a finalidade estabelecida ao concebê-lo. Depois, a função pode mudar, dependendo das forças que se apoderam dele.

Uma tentativa pioneira, e certamente um pouco ingênua, de identificar o artefato com sua função nos é dada pelo design (e a arquitetura) modernista. O famoso slogan *form follow function* resume o ideal de uma legibilidade dos objetos, pensados como parte de um ambiente de vida racional. Toda a corrente do design dito *funcionalista* apóia-se nessa idéia de que a forma dos objetos deve ‘expressar’ sua função, enquanto, na prática, como notou David Pye:

a habilidade de nossos artefatos (*devices*) em ‘funcionar’ e produzir resultados depende muito menos de sua forma do que nós pensamos. As limitações vêm só por uma pequena parte da natureza física do mundo, e decorrem por boa parte de considerações de economia e de estilo. Ambas são escolhas. Todas as obras do homem têm a aparência que têm pelas suas escolhas, e não por necessidade.⁵⁴

As idéias do funcionalismo orientaram por muitos anos a prática do design industrial, adotadas pelos profissionais como um fundamento ‘científico’ de sua atividade. Um livro de introdução ao design, da década de 1960, resume perfeitamente as ambições do funcionalismo nesse trecho que comenta a diversidade de formas dos utensílios destinados a conter líquidos, da colher ao tonel, passando pela xícara e a garrafa:

cada um é concebido [*designed*] para ser manuseado de um certo modo, o mais eficiente para cada tamanho. O desenho [*design*] resulta do tipo de movimento envolvido em uma ação particular, de maneira tão necessária quanto as conclusões de um teorema de geometria.⁵⁵

Trata-se, no fundo, de uma vontade de aplicar critérios de otimização ao comportamento humano pelo uso dos objetos. Com efeito, se a forma de uma ferramenta ou de um utensílio pode parecer decorrer ‘necessariamente’ da operação que ele serve para realizar, isso ocorre apenas depois da fixação – contingente – de todas as outras variáveis em jogo: definição da tarefa, procedimento, e sobretudo a imposição do critério da despesa mínima de energia. Essa abordagem encontra o taylorismo na sua pregação do *one best way*, e, de modo mais geral, inscreve-se dentro do projeto modernista de uma racionalização da existência sob o signo da eficiência.

⁵⁴ D. Pye, *The nature and aesthetics of design*, p. 14

⁵⁵ P.J. Grillo, *Form, function & design*, p. 26

Hoje, o funcionalismo, como doutrina do design, saiu de moda. No entanto, técnicas de desenvolvimento de produtos como a *análise do valor* são baseadas na definição da ‘função principal’ do produto e na eliminação de tudo que não lhe é necessário. O apelo à ‘função própria’ dos aparelhos é constante, por exemplo, nos manuais que os acompanham.

Existe, no âmbito das práticas cotidianas, uma série de fatores contribuindo para canalizar o uso dos artefatos dentro de modelos que se traduzem, por parte do usuário, pelo respeito de um certo procedimento de manipulação, e, no nível material, por certas propriedades inscritas no objeto, facilitando certas operações e tornando outras difíceis ou impossíveis. Voltando-nos primeiro para o contexto de utilização, vemos, por exemplo:

- o uso regulamentado: quer no espaço público, quer nas empresas, quer num prédio de apartamentos, o uso legítimo dos locais e equipamentos é submetido a regulamentos, sendo os infratores passíveis de punição;
- o costume, o hábito: o uso comum tem sua origem num hábito, tanto individual como social, e na imitação, que propaga as práticas na sociedade. Podemos chamar a isso de ‘fator cultural’;
- o marketing: as mercadorias são cada vez mais vendidas como elementos de um ‘estilo de vida’, cuja imagem é construída pela propaganda e a mídia em geral;
- o contrato de garantia: sua validade é condicionada ao respeito da integridade dos equipamentos que ela cobre, assim como das condições de utilização especificadas;
- enfim, mencionemos a *reciclagem* como uso legítimo do lixo, isto é, daquilo que ainda escapava das outras determinações.

Esses fatores constituem, cada um a seu modo, retóricas da função, afetando as práticas por meio das quais convivemos com os objetos. Todos eles, ao participar da criação do contexto ‘pragmático’ dos objetos, influem sobre as condições do uso, sem, aparentemente, interferir na própria estrutura do artefato. A antecipação do uso projetado, assim como dos desvios que podem afetá-lo, orientam, entretanto, estratégias inscritas no próprio objeto. Tentaremos, na seção seguinte, mapear essas manobras.

Micropolítica dos artefatos

Num artigo intitulado *O sujeito e o poder*⁵⁶, Michel Foucault define o exercício do poder como “uma maneira de alguns estruturarem o campo de ação dos outros⁵⁷.” Esta definição tão concisa abre uma nova perspectiva ao estudo da cultura material como portadora de

⁵⁶ retomado em *Dits et écrits*, vol. IV

⁵⁷ op. cit., p. 239

efeitos de dominação. Se a relação de poder se define por ações que afetam as ações dos outros, as técnicas, no sentido amplo de organização dos meios da ação eficaz, aparecem como um de seus pontos de aplicação privilegiado. A caracterização do exercício do poder dada por Foucault pode assim nos servir de programa para uma leitura micropolítica dos artefatos:

[o exercício do poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidade onde vem se inscrever o comportamento dos sujeitos ativos: ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele constringe ou impede absolutamente; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e isto enquanto eles agem ou são suscetíveis de agir.⁵⁸

Para estudar os meios pelos quais os artefatos podem facilitar ou dificultar, incitar ou induzir nossas ações, é preciso, seguindo D. Norman, complementar o conceito de *affordance*, exposto na seção anterior, por aquele de *constrangimento* (constraint): “as *affordances* sugerem a extensão de possibilidades, os constrangimentos limitam o número de alternativas.”⁵⁹ Distinguiremos duas ordens de constrangimentos: aqueles que *impedem* uma classe de ações determinada, como, por exemplo, os bancos convexos instalados nos pontos de ônibus pela prefeitura de Los Angeles para impedir os *homeless* de dormir neles⁶⁰, e, por outro lado, aqueles que *obrigam* a uma ação determinada, geralmente como passagem obrigatória no curso de uma outra ação, como no caso de uma fechadura, à qual é preciso dar atenção para abrir tal porta. De modo geral, as obrigações parecem vinculadas a condições de acesso. Os constrangimentos funcionam freqüentemente por limitação: calços, barreiras, fusíveis ou operações automaticamente canceladas após um certo tempo são exemplos de dispositivos de manutenção de limites.

As estratégias embutidas nos objetos consistem não somente em agenciar as *affordances* e os constrangimentos para direcionar o uso em conformidade com uma norma, mas também em dissimular as primeiras e teatralizar os segundos, para dissuadir usos imprevistos.

A metodologia de análise dos ‘dispositivos’, elaborada por Madeleine Akrich e Bruno Latour no final dos anos oitenta, oferece um quadro coerente para apreender esses mecanismos moleculares de dominação que perpassam a sociedade. Uma exposição sucinta de seus principais conceitos pode esclarecer o papel estratégico da função. Num

⁵⁸ *ibid.* p. 237

⁵⁹ D. Norman, *The psychology of everyday things* p. 82

⁶⁰ Mencionado por M. Davis, *Cidade de quartzo*, p. 213

artigo pioneiro, escrito a partir de sua pesquisa de campo no Senegal⁶¹, Akrich analisa um 'kit fotoelétrico' distribuído no país por uma agência governamental francesa. Ela decifra, nesse objeto técnico, as prescrições 'materializadas' que visam impedir sua utilização fora das condições previstas pelo fabricante: conector diferente dos padrões usuais, para evitar que se ligue o painel fotoelétrico com outro aparelho que não seja a lâmpada incluída no kit, ausência de interruptor separado (o único que tem é colocado junto à lâmpada) a fim de evitar conexões paralelas etc. Esses 'detalhes técnicos' são, de fato, mecanismos de exclusão, guardiões da relação preestabelecida entre o objeto e o usuário. Os embates que aparecem nas situações concretas levam Akrich a formular duas questões, qualificadas por ela de *vitais*:

- 1) em que medida a composição do objeto técnico constrange os atores na maneira como eles se relacionam com o objeto e entre eles;
- 2) em que medida os atores podem reconfigurar o objeto, quais são as várias maneiras de usá-lo.

Essas questões, argumenta Akrich, exigem que se ultrapasse a velha distinção entre o técnico e o social. A elaboração subsequente, produzida com B. Latour, propõe um novo referencial, articulando as relações heterogêneas que tecem o espaço sociotécnico. Ao introduzir a noção de *dispositivo*, concebido como rede de *actantes* (uma palavra escolhida por sua neutralidade quanto ao estatuto ontológico do que age), Akrich e Latour não somente abrem o artefato, evidenciando a rede de relações pelas quais sua função é definida e estabilizada, mas ultrapassam, ao mesmo tempo, a distinção entre pessoas e coisas: "A distinção entre humanos e não-humanos, habilidades [*skills*] incorporadas ou desincorporadas, (...) são menos interessantes que a cadeia completa ao longo da qual competências e ações são distribuídas".⁶² Pensando em termos de dispositivos, a oposição molar entre o social e o técnico cede o lugar a uma multiplicidade de interfaces por meio dos quais os actantes agem uns sobre outros.

Freqüentemente, as decisões técnicas tomadas na concepção de um dispositivo dizem respeito a quais de suas partes devem ser delegadas às máquinas e quais devem ser deixadas à iniciativa de atores humanos. Cada elemento compondo o dispositivo deve conformar-se com um programa, chamado por Akrich e Latour de *script*, definindo suas seqüências de ações e seus modos de interação com os elementos contíguos na cadeia. A imposição do script é chamada de *inscrição*, quando se trata de agenciar as *affordances* e

⁶¹ M. Akrich, The De-Description of Technical Object. In: Bijker, *Law Shaping Technology / Building Society*

⁶² B. Latour, The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: Bijker, *Law*, op. cit. p. 243

constrangimentos do artefato, e de *prescrição*, quando é dirigida para um agente humano (ator). A *de-scrição* de um elemento é a explicitação de seu script, a partir das tensões e disfunções que aparecem na situação de uso. Vale notar que um dado script pode ser *traduzido*, isto é, transposto para uma outra matéria de expressão, passando da prescrição para a inscrição ou vice-e-versa. É o que mostra o exemplo da chave de hotel analisada por Latour⁶³. Considerem o script seguinte: “As chaves dos quartos não devem sair do hotel”. Escrevê-lo num letreiro, na forma de um imperativo, como “Por favor, deixem suas chaves na recepção”, não parece ser suficiente: os clientes esquecem, as chaves se perdem. Mas o hoteleiro pode *deslocar* o enunciado: amarrando a chave a um chaveiro de ferro fundido. Agora,

o hoteleiro não precisa mais contar com o senso moral ou a disciplina de seus clientes, pois esses só pensam em se livrar dessa massa que enche os bolsos de seu casaco ou pesa na sua bolsa⁶⁴ (...) passando do signo para o ferro fundido, o comportamento dos clientes muda radicalmente. Agiam por dever; agem, agora, por egoísmo.⁶⁵

Segundo Bruno Latour, boa parte da moralidade de nossas sociedades repousa sobre as permissões e interdições inscritas nas coisas. Comentando o caso da lombada, que produz ‘mecanicamente’ a redução da velocidade dos veículos quando as prescrições ‘semióticas’ fracassam, ele afirma que “muitos objetos técnicos de nossa vida cotidiana nos levam a fazer coisas que são morais aos olhos de um observador exterior, porém por meio de um dispositivo técnico”.⁶⁶

Temos visto que cada elemento que compõe um dispositivo é encarregado de um programa, ou script, que define sua contribuição ao efeito global visado pelo dispositivo. O programa, no entanto, só conta a metade da história:

Todo programa de ação responde, na prática, a um antiprograma contra o qual se coloca o próprio mecanismo. Observar o objeto só seria como vigiar a metade da quadra durante um jogo de tênis: ver-se-ia movimentos desprovidos de significação.⁶⁷

Os antiprogramas são neutralizados a medida que, de certa maneira, seus efeitos são absorvidos pelos mecanismos. No exemplo da chave de hotel, o antiprograma “levar a chave do quarto fora do hotel” é combatido pelo peso amarrado à chave. O cliente, por sua vez, pode opôr um novo antiprograma⁶⁸, por exemplo, cortando a corrente unindo a chave

⁶³ B. Latour, *La clé de Berlin*, pp. 47-55

⁶⁴ *ibid.* p. 47

⁶⁵ *ibid.* p. 50

⁶⁶ B. Latour, De l’humain dans les techniques, in: R. Scheps (dir.) *L’empire des techniques*, p. 174.

⁶⁷ *La clé de Berlin*, p. 76

⁶⁸ vale notar que o antiprograma pode também manifestar a reticência de um elemento não-humano.

ao chaveiro. Esta ação é suficientemente rara para não ter inspirado um novo programa: a vitória de um programa é um fato estatístico, avaliado segundo um cálculo de custo. Há, portanto, um ponto em que o artefato se estabiliza e adquire uma forma mais ou menos definitiva. A partir desse momento, sua história se apaga, ele adquire a evidência das coisas naturais:

O objeto técnico (...) é um misto estável de humano e de natural, ele contém algo humano e algo natural, ele dá a seu conteúdo humano uma estrutura semelhante a àquela dos objetos naturais, e permite a inserção num mundo das causas e dos efeitos naturais daquela realidade humana.⁶⁹

É assim que a assimetria de certas relações humanas, traduzida num dispositivo, adquire uma força e uma perenidade que as colocam fora de questionamento: pensemos, por exemplo, na divisão das populações urbanas em automobilista / pedestre.

Podemos agora voltar para o desvio de função, e considerá-lo, para além da transgressão de normas, como 'lance' no jogo das relações tecnicamente mediadas. A respeito dos antiprogramas, Akrich e Latour precisam que "o que é programa e o que é antiprograma é relativo ao observador."⁷⁰ Considerar os desvios de função como antiprograma significa adotar o ponto de vista do dispositivo, segundo o qual a função de cada elemento que o compõe traduz seu script, isto é, sua contribuição ao funcionamento do dispositivo. O antiprograma, nesse contexto, manifestaria a resistência ao dispositivo, resistência vista como ação contra.

Há, porém, uma outra maneira, talvez mais interessante, de considerar o desvio de função, deslocando o ponto de observação da origem para o destino, ou seja, como *desterritorialização*, no sentido de Deleuze e Guattari. Propomos, para designar esse movimento, e para não tomar a norma por referência, o termo *apropriação transversal*; apropriação, porque nisso o artefato torna-se próprio para um novo uso, e transversal para enfatizar a alteridade do novo contexto. É talvez mais fácil adotar esse ponto de vista quando o artefato sofre um deslocamento geográfico e cultural, como quando um objeto produzido pela indústria dos países desenvolvidos encontra um uso inesperado numa aldeia africana. Situações como esta são examinadas por E. Schildkrout e D. Klumpp Pido,⁷¹ no caso específico dos adornos. As autoras falam em *intercultural recycling*, e enfatizam a inserção dos objetos recuperados (botões de calça jeans, fecho de mala, tampas de caneta

⁶⁹ G. Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*, p. 245.

⁷⁰ M. Akrich; B. Latour, A Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Nonhuman Assemblies. In: Bijker, Law, op. cit. p. 261

⁷¹ Serendipity, practicality, and aesthetics: the art of recycling in personal adornment. In: Cerny, Seriff, op. cit.

etc.) dentro dos códigos cromáticos e formais próprios à cultura que os recebe. A apropriação, nesse sentido, remete à nossa capacidade de interpretar o mundo a nossa volta, interpretar no sentido nietzscheano da palavra, isto é, *requisitar para novos fins*. O desvio toca, assim, diretamente na questão da criação, não somente artística, mas cultural no sentido amplo, como o exprime Paul Virilio neste trecho de seu livro *L'insécurité du territoire*:

A subversão dos usos clandestinos é muito comum, mesmo ficando no plano do hábitat, desde as pontes servindo de asilo aos marginais passando pelo veículo em estacionamento que serve primeiro de local de encontro, depois de quarto de dormir (...). As anomalias são o reservatório inesgotável dos modos de vida que, um dia ou outro, tiram delas suas formas, seus materiais. (...) Em cada grande crise, cataclismo ou qualquer traumatismo social, assiste-se a uma inflação dessas transgressões de uso: tal igreja torna-se estacionamento, entreposto, tal escola é usada como albergue, ou como capela ardente. (...) A transgressão de uso é uma subversão produtiva, alimenta constantemente a sociedade com novos costumes, é a fonte das transformações do espaço social. O anonimato desta geração espontânea corresponde, para nossa época, ao que foi a invenção dos costumes alimentares ou a transgressão dos tabus nas sociedades antigas.⁷²

⁷² P. Virilio, *Essai sur l'insécurité du territoire*, pp. 206-207.

TECNOLOGIA DESCRITIVA

Nesta parte, esboçaremos um panorama da cultura material tal como observada nas ruas de São Paulo entre 2004 e 2005. Trata-se, portanto, de uma descrição etnográfica, especificamente voltada para os artefatos e os gestos envolvidos em sua fabricação e seu uso. A forma de exposição adotada segue a classificação usada por Leroi-Gourhan⁷³, que agrupa as diferentes técnicas nas seguintes categorias: transportes, técnicas de fabricação, técnicas de aquisição, técnicas de consumo.

A fim de relacionar as construções particulares, tais como os abrigos, os braseiros etc. com a *démarche* descrita acima como bricolagem, começamos pelas técnicas de fabricação, que evidenciam uma série de recursos e de modos operatórios encontrados em todas as outras técnicas praticadas nas ruas.

Técnicas de fabricação

Mesmo que, por definição, a bricolagem não se traduza por um conjunto de saberes formalizados, ela envolve, segundo nossa hipótese, uma ‘tecnologia’ própria, no sentido que se pode explicitar um certo número de *operações* participando das fabricações do bricoleiro. Adotaremos a orientação metodológica de Michel de Certeau, segundo a qual “não basta descrever lances, golpes ou truques singulares. Para pensá-los, deve-se supor que a essas maneiras de fazer correspondem procedimentos em número finito”.⁷⁴

Na tarefa de elaborar uma sistemática das técnicas de fabricação praticadas pelos moradores de rua, que ajuda podemos esperar das classificações existentes? Das grandes classes de processos de fabricação descritas pela tecnologia industrial, a maior parte está fora do alcance do bricoleiro: usinagem, soldagem, fundição, tratamento de polímeros (plásticos) ou das cerâmicas. É na categoria que denota o último estágio da maioria das fabricações, a montagem, que se poderia, eventualmente, classificar parte da prática do bricoleiro, apesar de alguns processos - como aqueles que se aplicam às chapas metálicas - terem sua versão ‘improvisada’. É principalmente o caráter rudimentar de suas ferramentas que impede ao bricoleiro o acesso à maioria dos processos industriais, e torna, por esse fato, sua classificação inaplicável.

A simplicidade do equipamento e a ausência de divisão do trabalho parecem, ao contrário, aproximar a bricolagem do artesanato. O livro de André Leroi-Gourhan, *L’homme*

⁷³ A. Leroi-Gourhan, *Milieu et techniques*.

⁷⁴ M. de Certeau, *A invenção do cotidiano*, t.1, p. 83

et la matière, inclui, num capítulo sobre técnicas de fabricações⁷⁵, a descrição de numerosos procedimentos pertencendo ao artesanato dos cinco continentes. A sistemática de Leroi-Gourhan é organizada a partir dos diversos tipos de materiais trabalhados: sólidos estáveis (e.g. pedra), sólidos fibrosos (e.g. madeira), sólidos plásticos (e.g. metais), sólidos flexíveis (e.g. peles, tecidos), fluidos etc. Vemos que constam apenas materiais homogêneos, ou quase homogêneos (sólidos fibrosos); uma tal tipologia não pode, portanto, levar em conta o que faz o principal interesse dos materiais recuperados, a saber seu alto grau de *estruturação prévia*, da qual o bricoleiro aproveita-se, ou, às vezes, que ele tenta anular (quando, por exemplo, ele recupera chapa metálica de uma lata).

Como era de se esperar, ao definir a bricolagem como *um modo específico de ação técnica*, as classificações de operações, sejam elas artesanais ou industriais, não ajudam muito para descrevê-la. É necessário, por conseguinte, elaborar nossa própria sistemática, levando em conta a especificidade dos recursos utilizados pelos moradores de rua. A seguir, analisamos a fabricação como uma série de *operações*, algumas delas utilizando-se de *ferramentas*, cujo efeito é a transformação de determinados *materiais*.

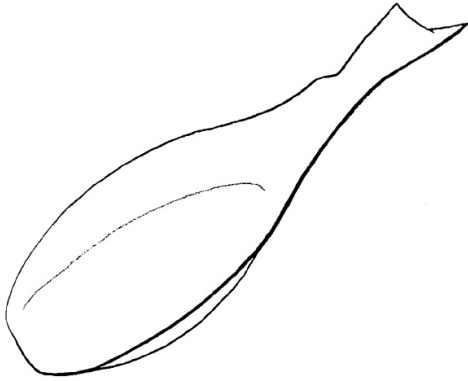
Operações

Procuramos, ao definir as operações descritas a seguir, atingir o grau mais elementar da atividade construtiva dos moradores de rua; qualquer fabricação deveria poder ser descrita como uma combinação dessas operações. Com isso, chegamos a uma classificação tão abstrata que poderia abarcar qualquer forma de fabricação. Por esse motivo, não somente especificamos, para cada uma, suas formas práticas mais comuns no universo estudado, como também completamos a caracterização das operações com uma série de princípios que guiam sua efetuação.

Selecionar: como vimos, a bricolagem baseia-se na recuperação de elementos inicialmente destinados a um outro emprego. No cotidiano do morador de rua, o recolhimento da ‘matéria prima’ passa por um processo de seleção do lixo, que constitui a fonte primária. Como veremos, o reaproveitamento do lixo segue duas vias distintas, a *recuperação* e a *reciclagem*. Em ambos os casos, todavia, selecionar é a operação fundamental, tanto que os moradores de rua costumam falar em “reciclar” para designar a separação do lixo por tipos de material, isto é, a seleção dos materiais. No que diz respeito à fabricação, a seleção

⁷⁵ Op. cit. pp. 161-311

orienta a recuperação, que consiste em recolher um determinado objeto por ser portador de uma propriedade (ou melhor, de uma *affordance*) que interessa. Por proporcionar os elementos sobre os quais operam os outros processos, selecionar pode ser considerado a operação fundamental da bricolagem.



Colher recolhida praça J. Curry (Aclimação) 3-06-2005

determinada. Um exemplo bastante comum desta última operação é o destacamento da parte inferior de uma garrafa PET (de refrigerante, de água etc.), que proporciona uma vasilha cuja forma aproxima-se da tigela ou do copo, conforme o tamanho da garrafa e a altura do recorte. O recorte da parte superior da mesma garrafa, incluindo a boca, fornece um funil. Um recorte mais elaborado pode aproveitar-se da curvatura específica de certas garrafas (no caso, de “Guaraná Antártica”) para produzir uma colher, cuja forma lembra um pouco as colheres chinesas.

Isolar: é também uma forma de seleção, no entanto não mais no âmbito de uma carga de lixo, mas do objeto único. Trata-se de selecionar e retirar parte de um conjunto (objeto composto por diversas peças) ou de um elemento. No primeiro caso, isolar passa por uma *desmontagem*; no segundo, envolve um *recorte*, para extrair do objeto uma forma

Alterar: essa operação consiste em mudar a forma do objeto. As alterações mais simples são as *deformações*; podemos nelas distinguir dois tipos: a deformação forçada, em que o objeto deformado conserva sua nova forma só por efeito de um vínculo que lhe é aplicado, e a deformação permanente (dobrar, curvar) que diz respeito, na prática, aos metais (barras, fios, chapas) e ao papel e papelão. O outro tipo de alteração, retirar, pode consistir tanto em furar ou recortar uma abertura quanto em eliminar de um objeto uma parte inútil ou que incomoda. O âmbito das alterações é limitado pela simplicidade das ferramentas disponíveis.

Combinar: esta classe de operações, talvez a mais rica, inclui todo tipo de montagens (*assemblages*). Os mais simples dentre eles se fazem por gravidade: empilhamento, apoio oblíquo etc. Nesses casos, as coisas permanecem juntas em virtude de seu próprio peso; o grau zero deste tipo de estrutura é o *monte*. De uma ordem de complexidade um pouco

maior, os encaixes restringem-se aos objetos de dimensões compatíveis. Os demais tipos de junção utilizam-se de um elemento intermediário, sendo os mais comuns os *pregos* e todos os tipos de *firos*. Os pregos servem, sobretudo, para juntar peças de madeira ou para fixar nelas outros materiais fáceis de transpassar, como lona de plástico. O uso de firos é muito mais variado: os procedimentos aparentados à costura, os diversos tipos de nós, realizados com firos têxteis, plásticos ou metálicos, apresentam uma quase infinidade de variações práticas. Mencionemos ainda, como caso particular desse tipo de união, a *ancoragem*, pela qual obtém-se um apoio – em tensão - numa estrutura fixa, tal como um muro ou uma árvore.

Emendar também remete à operação de combinar, quando os materiais unidos são da mesma natureza. Tabuas pregadas, cabos de vassoura entrelaçados, lonas costuradas com arame, firos diversos atados um ao outro, em todos esses casos, procura-se estender as dimensões dos materiais pela junção de elementos iguais ou semelhantes.

Dispor: essa operação distingue-se das outras por envolver apenas a *posição* dos objetos no espaço, sem alterá-los.

A partir da caracterização da bricolagem – apresentada na seção anterior – como *modalidade específica de ação técnica*, podemos evidenciar alguns princípios práticos que regem as fabricações do bricoleiro em geral e dos moradores de rua em particular. Tais princípios podem complementar utilmente a descrição das operações apresentada acima.

1) *princípio de disponibilidade*: “o que tem à mão” estabelece a condição primeira do ato técnico. Se qualquer modo de fabricação deve, obrigatoriamente, levar em conta os recursos disponíveis, o problema apresenta-se, em geral, como uma escolha entre várias opções possíveis, cada uma com suas conseqüências em termos de custo, de durabilidade etc. No caso da bricolagem tais recursos constituem o ponto de partida de qualquer empreendimento;

2) *princípio de ajuste local*: as falhas de construção são remediadas à medida que suas conseqüências prejudiciais aparecem. Num livro sobre a evolução dos objetos cotidianos, H. Petroski⁷⁶ defende que são as falhas percebidas no seu funcionamento que impulsionam as

⁷⁶ H. Petroski, *The evolution of useful things*

mudanças de suas formas. Ele resume esse princípio parafraseando uma fórmula famosa: *form follow failure* (a forma segue a falha), que se aplica bem a certas realizações dos moradores de rua, em particular os abrigos;

3) *princípio de mutação*: o encontro de um elemento particular ou a aparição de uma falha grave pode levar a uma reconstrução do conjunto, na qual as funções respectivas dos elementos podem ser transformadas. A mutação pode ocorrer quando o princípio anterior – de ajuste local - mostra-se impotente para melhorar a situação ou quando aparece a idéia de uma nova configuração realizável a partir dos elementos disponíveis;

4) *princípio de adição*: aproxima-se do objetivo visado *acrescendo* algo à estrutura existente. Procede-se de dentro para fora, formando camadas, como mostra a vestimenta: observei, por exemplo, o uso de um boné por cima de um gorro. É na construção do abrigo que o princípio de adição é mais perceptível, especialmente nas suas formas mais toscas, que pouco se diferenciam de um monte de materiais heterogêneos. Nesses casos, a regra de construção é muito simples: onde aparece um vazamento, tapar o buraco com qualquer objeto que tiver à mão, conforme ao princípio 2).

Ferramentas

Podemos considerar como um traço típico da 'tecnologia de rua' a escassez de instrumentos. De fato, apenas um é quase universalmente possuído: a *faca*. Este objeto pode ser *utensílio*, isto é, se usado para *consumir* algo (por exemplo, na preparação do cigarro feito com "fumo de corda"), pode ser *ferramenta* e pode ser, finalmente, *arma*, como notado por Frangela: "a faca é um acessório constante entre os pertences dos moradores de rua e variam desde o canivete até a peixeira. Ela possui, de fato, muitas funções nesse universo, mas certamente a mais recorrente delas é a de defesa"⁷⁷. A função de arma não se limita, aliás, à defesa: os moradores de rua também atacam.

A maioria das facas que encontrei na pesquisa de campo era do tipo usado nas mesas populares, com lâmina serrilhada e cabo de plástico. Foram retiradas do lixo, onde se encontram em grande quantidade. Vários outros modelos são usados, e alguns possuem até facões. Observei um caso de faca confeccionada a partir de um pedaço de lâmina de serra para metais, com uma parte envolvida com fita adesiva para formar cabo.

⁷⁷ S. Frangela, Op. cit., p. 148.

Como ferramenta, a faca é bastante polivalente. Além de cortar os mais diversos materiais, incluindo latas de ferro, ela permite furar, raspar, (des)parafusar e diversos outros usos dependendo do tamanho e da rigidez da lâmina. Depois da faca, a segunda ferramenta mais freqüente entre os moradores de rua é, sem dúvida, o martelo. O modelo geralmente possuído inclui um pé-de-cabra, que garante a reversibilidade no uso de pregos: um lado da cabeça crava o prego, o outro o retira. Outros tipos de ferramentas podem ser encontrados, com uma freqüência bem menor: serrotes, chaves de fenda, alicates, diversos tipos de chaves, sobretudo ligadas à manutenção da carroça (desmontagem das rodas).

Além das ferramentas propriamente ditas, temos de considerar os objetos “usados como”. Partindo do exemplo de uma pedra usada como martelo, Tim Ingold explicita aquilo que chama de *co-opção*, em que as *affordances* de um objeto qualquer permitem que ele seja usado no lugar de um determinado instrumento: “a pedra foi co-optada, em vez de construída, para tornar-se martelo”.⁷⁸ Segundo Ingold, a co-opção, em que um objeto existente é adequado à imagem conceitual de um uso futuro, é o inverso da construção, em que um objeto é fisicamente remodelado para conformar-se com uma imagem preexistente. Observei um dia, debaixo do *Minhocão*, um morador de rua desmontando os pés de uma mesa, parafusados, para recuperar o ferro. Usava, como chave de fenda, o cabo de uma colher. A operação foi um pouco laboriosa, mas ele acabou retirando os 16 parafusos que mantinham os pés junto ao tampo.

Materiais

A característica mais geral – e a mais óbvia – dos materiais que alimentam a tecnologia dos moradores de rua é sua origem comum: o lixo. Por conta da importância do lixo em quase todos os aspectos da vida dos moradores de rua, começamos por examinar a própria definição da categoria, antes de abordar os aspectos propriamente tecnológicos de suas transformações.

O lixo como categoria

Na década de setenta, as salas de estar de classe média de vários países europeus eram enfeitadas com objetos estranhos: arreios feitos moldura de espelhos, moinhos manuais para o café usados como suporte de abajur, rodas de carruagem promovidas a lustres...

⁷⁸ T. Ingold, *The perception of the environment*, p. 175.

Todos os sedimentos de uma agricultura obsoleta eram transformados em objetos decorativos. Havia antiquários que contavam, divertidos, que os objetos que vendiam tão caro para médicos e advogados eram considerados, por seus antigos proprietários, lixo. Lembrando desse exemplo, e de outros similares, desconfia-se de que o lixo seja antes de tudo uma categoria *social*. Disso decorreria que o termo não designaria uma essência, nem um estado, mas uma *relação*. Podemos pensar essa relação em termos de estrutura, e aplicar ao lixo a análise da sujeira proposta por Mary Douglas, que a define como *matéria fora do lugar*. “a sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática das coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos não apropriados.”⁷⁹ Segundo esta interpretação, designar tal coisa como lixo seria, em primeiro lugar, significar a distância que se deseja manter com ela. Isso traria alguma luz sobre a homologia, freqüentemente notada, entre lixo humano e lixo material, dramaticamente evidenciada com as ações de ‘limpeza social’. De fato, a assimilação dos moradores de rua ao lixo é tão forte que sua afirmação de existência inclui esforços para manter a distinção. Nesse sentido, observei, certa vez, sob o viaduto do Glicério, um acampamento onde os moradores tinham colocado um cartaz pedindo que não se jogasse lixo. Este esforço de distinção pode chegar aos limites da linguagem, como num cartaz exibido por uma manifestante em frente à Prefeitura⁸⁰: “lixo não é lixo”...

Decorre de nossa definição relacional do lixo que o termo designa uma *condição*, isto é, um momento na vida dos objetos – poderíamos falar em ‘objetos em situação de lixo’ – no qual estão *jogados fora*. O segundo passo de uma análise consiste em examinar os motivos de tal descarte, pois cada um deles promove a transformação em lixo de determinados tipos de objetos. Em uma primeira aproximação, podemos considerar que um objeto é jogado fora porque é:

- *descartável*, isto é, foi concebido para um uso breve, limitado a uma operação, e para ser descartado depois. É o caso das embalagens de todo tipo, do papel higiênico, dos jornais, de uma série de objetos ligados aos cuidados do corpo (barbeador, seringa etc.);

- *sobra*: a parte de um produto que excede o consumo, e que pode ter sido descartado por ser perecível (alimentos); é o caso dos restos de feira, amplamente aproveitados pelos moradores de rua. As sobras de diversas indústrias (quebras) podem também ser encontradas nas ruas;

⁷⁹ M. Douglas, *Pureza e perigo*, p. 50

⁸⁰ manifestação de catadores contra a lei 171, 7 de junho de 2005.

- *gasto ou quebrado*: o desgaste provocado pelo uso, ou algum acidente, tornou o objeto inutilizável: sapatos furados, relógio quebrado, etc. Encontrei, por exemplo, carros quebrados usados como abrigos;

- *obsoleto*: apesar de conservar sua funcionalidade, o objeto não é mais usado, porque saiu de moda, porque foi substituído por outro, “melhor”, ou por qualquer outro motivo. É o caso, por exemplo, de numerosos móveis encontrados na rua. Os objetos obsoletos são, às vezes, doados para moradores de rua.

Podemos concluir que a palavra lixo se aplica às coisas – de qualquer natureza - na porção de sua trajetória inclusa entre seu descarte (isto é, o momento em que elas deixam de ser *possuídas*) e sua desintegração final, ou por incineração, ou apodrecimento ou reciclagem. A condição de lixo é assim uma libertação de qualquer função e de qualquer valor, tanto econômico quanto social, o que torna possível apropriações as mais variadas:

admitindo-se que a desordem estraga o padrão, ela também fornece os materiais do padrão. A ordem implica restrição; de todos os materiais possíveis, uma limitada seleção foi feita e de todas as possíveis relações foi usado um conjunto limitado. Assim, a desordem, por implicação, é ilimitada, nenhum padrão é realizado nela, mas é indefinido seu potencial para padronização.⁸¹

Recuperação versus reciclagem

Se quisermos entender as relações mantidas pelos moradores de rua com o lixo, é preciso distinguir dois modos radicalmente diferentes de reaproveitamento: a reciclagem e a recuperação. Ambas são praticadas regularmente pela população de rua, porém com implicações diversas para o gênero de vida.

A diferença entre reciclagem e recuperação é, em primeiro lugar, conceitual. Como o diz a própria palavra, a reciclagem visa estabelecer um *circuito fechado*, no qual o lixo, que representaria o fim do ciclo de vida do produto, é tratado para ser reintroduzido no processo de produção como matéria-prima. A situação prática que mais se aproxima deste ideal é, justamente, chamada de ‘reciclagem em circuito fechado’ (*closed-loop recycling*), na qual um produto, digamos uma lata de refrigerante, depois de ter cumprido sua função, é reciclado na fabricação do mesmo produto, uma nova lata de refrigerante. Ainda que raramente se alcance este ideal, o produto que a reciclagem extrai do lixo é sempre um *material genérico*: alumínio, vidro claro, PET, celulose, etc. Sua única característica

⁸¹ M. Douglas, op. cit., p. 117

relevante, portanto, é seu grau de pureza, avaliado com relação ao material virgem que pretende substituir. Mesmo quando se trata de misturas, como no caso de certos plásticos (*commingled plastics*), interessa-se pela constância de propriedades definidas estatisticamente. Esse objetivo se reflete nos procedimentos práticos da reciclagem: após a coleta, o lixo é separado em categorias. Em seguida, o material é reduzido à forma mais compacta possível por máquinas, tais como prensas, picotadoras... Nesta fase, destroem-se todas as formas dos objetos originais, reduzidos a granulados homogêneos – no caso do vidro, dos plásticos, ou a blocos de tamanho constante – no caso dos metais. Para a maioria dos materiais, a etapa subsequente é de fusão, ponto final de sua homogeneização.

A recuperação, ao contrário, interessa-se por *objetos*, aos quais ela presta uma nova vida; sua forma não é mais algo a ser aniquilado, mas a ser aproveitado. Este aspecto da diferença entre a reciclagem e a recuperação é apontado por Kassovic, que chama esta de “reciclagem popular” (*folk recycling*), oposta à reciclagem industrial, na qual “os jornais de ontem tornam-se os de amanhã; as velhas latas de cerveja tornam-se novas latas de cerveja; pneus velhos tornam-se parte da mistura para pavimentação”. A recuperação, ao contrário, não se contenta em reproduzir, é uma verdadeira reinvenção dos objetos, a partir da qual “os jornais de ontem tornam-se papel de parede; as latas tornam-se lamparinas; os pneus velhos tornam-se solas de sandálias”.⁸²

Existe, no entanto, um caso limite, em que a recuperação também é uma reciclagem: as embalagens – comumente garrafas de vidro – devolvidas após o consumo de seu conteúdo, para serem enchidas novamente na fábrica. Aí, o objeto é reutilizado tal qual, sendo apenas limpo antes de cumprir novamente sua função original. Observamos uma prática semelhante, entre os moradores de rua, com os caixotes, revendidos após ter sido recolhidos e – eventualmente – consertados.

Conclui-se de nossa definição da recuperação que ela qualifica o processo de seleção que alimenta a cultura material dos moradores de rua. A reciclagem, por sua vez, visando à reintrodução dos materiais descartados nos circuitos da indústria, estabelece um vínculo entre o morador de rua e o mercado. Isso aponta para um aspecto importante da distinção entre reciclagem e recuperação, os *modos de valoração* envolvidos por cada uma, que são não somente diversos, como, muitas vezes, concorrentes.

⁸² J. S. Kassovic, Reinventing the wheel, the tin can and the bottle cap: folk recycling in Mexico. In: *Recycled, Re-seen: folk art from the global scrap heap*, p. 108.

Podemos, para entender tal diferença, recorrer à abordagem biográfica das “coisas” (*things*) proposta por I. Kopytoff⁸³. Este autor defende que a vida social das coisas segue, de forma semelhante às pessoas, uma “carreira”, atravessando diversas épocas entre sua aparição e o fim de sua “utilidade” (*usefulness*). Dentro desse percurso biográfico, a maioria das coisas passa por uma fase em que adquire o estatuto de mercadoria (*commodity*): quando seu aspecto relevante é uma determinada quantia de dinheiro pela qual ela pode ser trocada. Logo, “qualquer coisa que pode ser comprada com dinheiro é, neste ponto, uma mercadoria, qualquer que seja o destino que lhe é reservado depois que a transação esteja feita”⁸⁴. A situação de mercadoria, segundo Kopytoff, denota o ponto de dessingularização máxima de uma coisa, pois ser trocável é ser *comum*. É exatamente o caso dos objetos reciclados, reduzidos ao que há de mais genérico, a composição material, e apreendidos em termos de *peso*. Essas duas dimensões, composição e peso, bastam, com efeito, para fixar seu preço. Ora, para citar novamente Kopytoff, “se a um valor é atribuído um preço, é inevitável que o preço corrente do mercado se torne a medida do valor”.⁸⁵ A recuperação aparece como modo de valoração absolutamente distinto, ao buscar propriedades singulares nos objetos, ou, melhor, *affordances* mediante as quais elas podem entrar em novos agenciamentos. Esses dois modos entram, aliás, em conflito, por exemplo quando objetos usuais são roubados para serem vendidos como materiais, o que é frequentemente o caso dos artigos em alumínio, como as panelas.

Materiais comumente recuperados

O objetivo desta seção é apresentar os principais objetos recuperados pelos moradores de rua no lixo da cidade, e que constituem a matéria-prima de suas fabricações. A fim de simplificar a apresentação, adotamos uma listagem por materiais, forma de classificação que não corresponde às características mais relevantes com relação ao seu uso. Estas serão, em compensação, indicadas para os principais objetos mencionados.

Metais

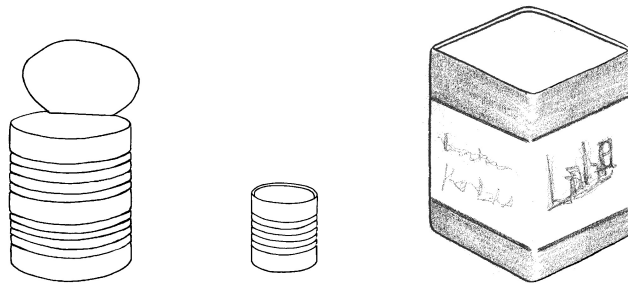
O metal recuperado mais usado é, de longe, o *ferro*. Apresenta-se, sobretudo, na forma de latas de diversas dimensões, entre as quais destaca-se o chamado *latão*, lata de dezoito

⁸³ I. Kopytoff, The cultural biography of things, in A. Appadurai (ed.), *The social life of things*.

⁸⁴ *Ibid*, p. 69.

⁸⁵ *Ibid*, p. 88.

litros de seção quadrada, que está na base do *fogão de lata* e serve freqüentemente de panela. A principal propriedade que promove o uso do ferro é sua resistência ao calor; por isso, além dos recipientes para o cozimento, encontra-se ferro na forma de grades, de chapa, ou até de carcaça de cadeira tubular como suporte nas fogueiras.



O *arame* é outro elemento ferroso achado na rua. Apresentando diversos diâmetros, é geralmente recuperado em pedaços curtos. Serve para juntar peças, amarrar lonas etc. O fio elétrico tem as mesmas aplicações. Todavia, o alto valor de mercado do cobre faz com que ele seja dirigido preferencialmente para a reciclagem.

O uso de *pregos* remete a diversos ofícios, da marcenaria à construção civil. Relativamente freqüente na rua, ele representa um dos poucos meios 'ortodoxo' de junção praticados neste contexto. Às vezes comprados, os pregos são também recuperados, até nas cinzas de caixotes queimados.

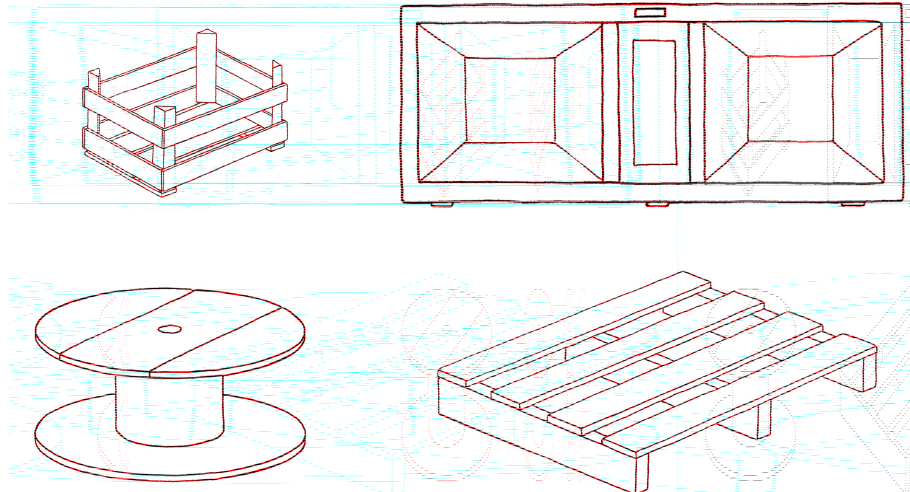
Enfim, peças diversas, provenientes, por exemplo, de carros, encontram-se nas ruas e podem suscitar invenções pontuais.

Madeira

A madeira está entre os materiais mais abundantes nas ruas. Móveis inteiros são colocados diariamente nas calçadas, obras de reforma despejam portas, sem contar os caixotes⁸⁶ e o madeiramento usado na construção civil. O principal motivo da facilidade com a qual se encontra, porém, é outro: a madeira não é reciclada, portanto não tem, como lixo, nenhum valor econômico.

⁸⁶ Os usos dos caixotes foram descritos no capítulo 4.

Além dos objetos, a madeira encontra-se na forma de “semi-acabado”: tábuas, painéis, sarrafos, etc. É um material fácil de se trabalhar; recortado com um simples serrote e juntado com pregos, o que permite uma grande diversidade de construções semipermanentes, como mostram os barracos de favela. Na época em que o viaduto do Glicério funcionava como “zona de contenção” (até o final de 2005), isto é, como um lugar onde a presença dos moradores de rua era tolerada, porém controlada, o *rapa* confiscava apenas a madeira, fonte possível de instalações mais duráveis.



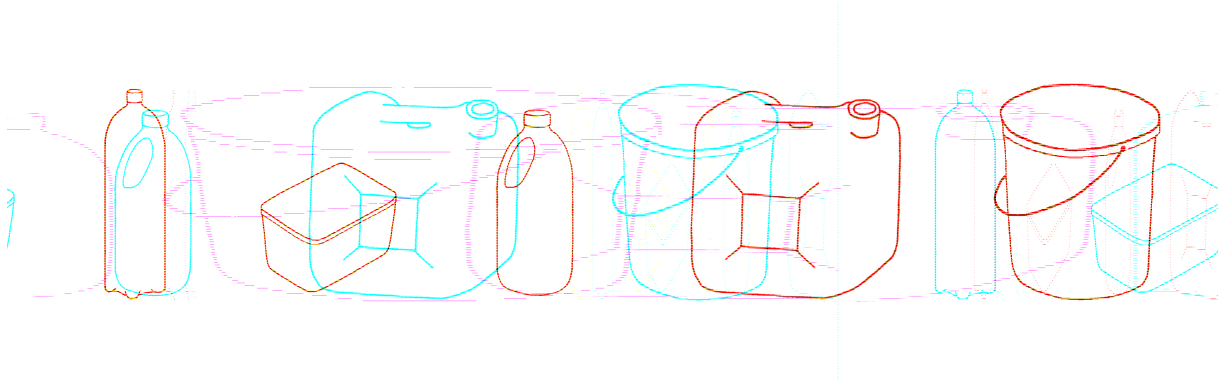
Dois tipos de objetos merecem, aqui, uma menção especial: os móveis e os cabos de vassoura. Os primeiros, freqüentemente despejados nas calçadas ou doados para moradores de rua, são usados como tal – as cadeiras para sentar – ou como componente estrutural dos abrigos. Quanto aos *cabos de vassoura*, são elementos extremamente versáteis, usados em abundância pelos moradores de rua – e pelos bricoleiros brasileiros em geral, como mostra qualquer quintal. A péssima qualidade da maioria das vassouras vendidas no Brasil faz com que sejam jogadas fora depois de poucas semanas de uso, o que assegura a presença constante de cabos nas ruas.

Plásticos

Material preferencial para os artigos descartáveis, sobretudo as embalagens, o plástico encontra-se, no lixo, em grande diversidade de formas. Dentre os plásticos mais comuns neste contexto, temos o polietileno (PE), o poliestireno (PS), o policloreto de vinila (PVC), o polipropileno (PP) e, enfim, o poliéster (PET). Todos são potencialmente recicláveis.

Entre as formas principais, mencionamos:

- os recipientes de todos os tipos, principalmente potes, galões e garrafas;
 - as folhas, formadas (sacos, sacolas) ou não (lona, faixa impressa);
 - as fibras: barbante, fitas (adesivas ou não), corda;
- enfim, algumas outras formas são também encontradas (e aproveitadas): caixotes, caixa de isopor.



Tecidos

O tecido é dos poucos materiais que chega até os moradores de rua por meio de doações mais do que pelo lixo. Suas duas formas principais são as roupas e os cobertores. Não há muito a dizer, aqui, sobre as roupas, que encontram poucos usos fora de sua função óbvia de cobrir o corpo. Em contrapartida, os cobertores merecem algum comentário. São distribuídos em massa, por entidades assistenciais, assim que o inverno chega. Não se trata de cobertor qualquer, mas de um tipo tão... típico, que acabou se tornando signo distintivo dos moradores de rua. De “composição indeterminada”, como indica a própria etiqueta, parecem um tipo de feltro feito com tecidos reciclados, sem cor. Esses cobertores são freqüentemente usados para substituir ou complementar as lonas na construção dos abrigos. Observei também alguns casos de roupas feitas a partir deles.

Papel e papelão

O objeto mais importante dessa categoria é a *caixa de papelão*. Despejadas diariamente aos milhares nas ruas do centro de São Paulo, essas caixas são muito disputadas e asseguram o sustento de centenas de moradores de rua, graças ao seu alto valor de revenda. No plano da recuperação, as caixas dobradas servem freqüentemente de colchão, e, às vezes, a única forma de marcação territorial. Caixas maiores, do tipo usado para o transporte de geladeiras, por exemplo, podem servir de abrigo.

Outros materiais

Entre os objetos recuperados que não entram nas categorias acima, os mais usuais são os tijolos e blocos de concretos, usados na construção dos braseiros ou como elemento dos abrigos, principalmente como peso para segurar as lonas.

O vidro, enfim, ocupa uma posição marginal; não reciclado na cidade e freqüentemente encontrado quebrado, é considerado “lixo”, fora alguns utensílios (copos, garrafas) que podem ser recuperados.

Especificidade da matéria-prima recuperada

Agora que temos uma caracterização mais precisa do que é o lixo e de como é aproveitado, falta examinar as propriedades formais dos materiais recuperados, e as implicações técnicas que delas decorrem. Lembremos o que Lévi-Strauss diz dos elementos utilizados pelo bricoleiro:

[eles são] semi particularizados: suficientemente para que o bricoleiro não precise do equipamento e do saber de todos os ofícios; mas não o suficiente para que cada elemento seja forçado a um emprego preciso e determinado.⁸⁷

Ocupam, assim, um lugar intermediário entre, de um lado, a matéria homogênea – como, por exemplo, um metal em lingote, sem forma própria utilizável como tal, mas que pode ser fundido e moldado em uma infinidade de formas possíveis, na condição de dispor de um conjunto técnico incluindo ferramentas, máquinas e habilidades –, e, do outro lado, peças tão específicas que elas não encontram utilidade fora de seu contexto de origem. Esses dois extremos sugerem uma classificação segundo o grau de forma assumido no material. Podemos assim distinguir:

- a matéria bruta, sem consideração de forma. Não entra, como tal, nas fabricações observadas, e sua utilidade se reduz à reciclagem e ao fogo, como combustível;
- fio, chapa, tubo, barra, folha etc. - ou seja, o que se designa, na linguagem da indústria, de *produtos semi-acabados*. Resultam geralmente do desmanche de objetos recuperados, tais como cabos de vassouras ou chapa metálica de latas. Tábuas e sarrafos, ferros para concreto armado encontram-se também nas ruas. O destino preferencial desses elementos parece ser a construção das carroças;
- partes de objetos, dotadas de uma forma mais complexa do que os objetos precedentes: fundos de latas ou de garrafas, por exemplo;

⁸⁷ C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, p. 31

- objetos inteiros: o essencial da forma é conservado, utilizado por si (é o caso, por exemplo, dos recipientes).

Ao relacionar os tipos de materiais recuperados com as operações praticadas pelos moradores de rua, justifica-se plenamente a afirmação de Leroi-Gourhan segundo a qual “é a matéria que condiciona toda técnica”.⁸⁸ A bricolagem, com efeito, é a modalidade técnica adequada ao aproveitamento dos materiais recuperados, pela qual alcançam-se soluções práticas que se beneficiam ao máximo do ‘trabalho incorporado’ contido nos objetos encontrados no lixo.

As limitações dos processos de fabricação são sempre relativas, como lembra Simondon, à escala estrutural da matéria trabalhada: “as únicas formas que se pode impor pela operação técnica são aquelas de uma ordem de grandeza superior às formas elementares implícitas da matéria utilizada.”⁸⁹ No caso dos materiais recuperados, as ‘formas elementares’ são da mesma ordem de grandeza que o corpo do operador, o que faz da *combinação* a operação básica.

Técnicas de aquisição

Esta categoria compreende tradicionalmente atividades tais como a colheita, a caça, a pesca, a agricultura. Poderíamos, no limite, falar em agricultura para descrever os (raros) casos observados de cultivo de plantas com fins alimentícios: tomates, feijões, inhames... Para limitarmo-nos às técnicas de aquisição das quais depende a vida cotidiana dos moradores de rua, examinaremos, nesta seção, aquelas que concernem o lixo.⁹⁰

Conforme a distinção estabelecida anteriormente, o aproveitamento do lixo efetua-se segundo duas modalidades distintas: a reciclagem e a recuperação. Esta última, estando na base de todas as outras técnicas praticadas pelos moradores de rua, não constitui uma técnica em si, e seu estudo separado não faria sentido. A reciclagem, ao contrário, sendo determinada por uma finalidade específica e limitada, constitui uma técnica claramente identificável. São, portanto, alguns aspectos da reciclagem do lixo que serão examinados a título de “técnicas de aquisição”.

⁸⁸ A. Leroi-Gourhan, *L’homme et la matière*, p. 19

⁸⁹ G. Simondon, *L’individu et sa genèse physico-biologique*, p. 52.

⁹⁰ A mendicância é outra técnica de aquisição importante nas ruas. Ficou, no entanto, fora do âmbito de nossa pesquisa. Encontra-se descrições dessas técnicas no livro de G. Stoffels, *Os mendigos na cidade de São Paulo*.

Coleta

A primeira etapa de qualquer uso feito do lixo é sua coleta, que pode ser realizada segundo diversas modalidades. A mais comum consiste em percorrer as ruas da cidade, de preferência com uma carroça, e de catar, no caminho, tudo o que possa interessar. Tal percurso, no entanto, é raramente arbitrário – o que seria pouco eficiente – e segue, não somente uma determinada “geografia do lixo” como também horários definidos. Um momento importante na jornada do catador, por exemplo, situa-se em torno das 18 horas, quando as lojas do centro fecham e colocam nas calçadas as caixas de papelão que abrem durante o dia. O despejo de caixotes, por sua vez, ligado à atividade dos restaurantes, ocorre comumente no período noturno, e assim por diante, cada tipo de refugos tendo seu horário de despejo. Devido ao grande número de catadores que atuam nas ruas de São Paulo, a concorrência é forte, e o lixo valioso não permanece na calçada por muito tempo. Por conta dessa situação, certos catadores seguem diariamente um circuito definido, obedecendo a um horário estrito, a fim de maximizar o benefício da coleta.

Uma outra maneira de lidar com a concorrência consiste na prática de *reservas*, arranjos feitos na fonte, com algum responsável pela colocação do lixo na rua, em geral porteiros ou zeladores de prédios de habitação ou de fábricas.

Quando feita na rua, a coleta do lixo doméstico (comumente denominado “sacaria” por quem a pratica) acompanha-se de uma avaliação do conteúdo dos sacos. “Quando vejo que tem mais da metade de lixo, não levo” disse-me certa vez Dr. Banana⁹¹. A palavra “lixo” tem aqui um sentido técnico, se podemos assim dizer: remete a tudo que não é reciclável, isto é, àquilo que os depósitos não compram, e que inclui, fora os restos de comida, o vidro, a madeira, as folhas de alumínio etc.

Reciclar

No término da coleta, o lixo recolhido está reunido no local onde será tratado, local que pode ser parte do território habitado ou não, sendo, às vezes, um lugar que serve apenas para essa operação. *Reciclar*, na linguagem dos moradores de rua, denota especificamente a operação que consiste em separar os materiais contidos no lixo segundo as categorias estabelecidas pelos compradores. A título de ilustração de tais categorias, reproduzimos a tabela que constava, em janeiro de 2005, no depósito Recifran do viaduto do Glicério,

⁹¹ Ver capítulo 4.

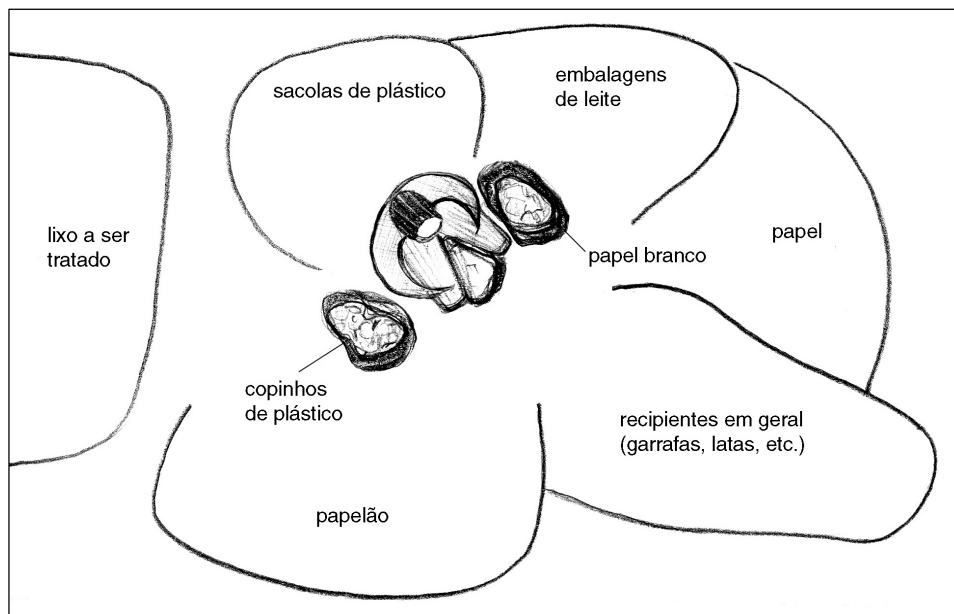
enumerando os materiais comprados com seus preços respectivos (por quilo):

papel branco	R\$ 0,30	chumbo	1,00	plástico	0,25
papelão	0,18	alumínio	3,00	cobre	7,00
ferro	0,25	perfil	3,70	inox	1,50
latinha	3,50	metal	3,00	acrílico	1,00

Notemos a lógica curiosa: além de listar quatro metais diferentes, um dele (alumínio) sob três formas distintas⁹² (perfil, latinha e o genérico “alumínio”), considera os “metais” em geral. O recorte, aliás, varia de um depósito ao outro, e os plásticos, por exemplo, costumam ser muito mais discriminados do que ali. Os preços também são variáveis, o que pode determinar a escolha do depósito em função da composição da colheita do dia.

Quanto à separação propriamente dita, começa com os sacos de lixo doméstico, tal como foram recolhidos nas ruas ou nos prédios, e termina com uma série de sacos contendo, cada um, um tipo de material a ser entregue para o depósito. Como o procedimento de separação é bastante variável, descrevo, a título de exemplo, o *modus operandi* de dois recicladores.

Ana (*Ilha dos caixotes*, Parque Dom Pedro II, observação do 3/05/2005)



Ana reciclando: disposição dos materiais – Ilha dos caixotes, 10-05-2005

Categorias: sacos plásticos, papel branco, papelão, embalagens de leite, copinhos de poliestireno, recipientes (subseqüentemente separados em: latinhas, latas de ferro, plástico). Procedimento: sentada num caixote, abre um saco e vai retirando, peça por peça, o

⁹² Isso se explica ao considerar que se trata, não de alumínio puro, mas de ligas de composição variável.

conteúdo, deixando apenas os restos de alimentos, e joga as coisas nos montes respectivos. O papel branco e os copinhos de plástico são colocados diretamente dentro dos sacos que vão servir para o transporte. Os ‘recipientes’ (latas, galões, garrafas) são jogados num mesmo monte, para serem separados numa fase posterior.

O lixo vem de três prédios da redondeza, guardado pelos porteiros.

Usa luvas de borracha.

Odacir, o companheiro de Ana, colabora na operação, embora seja ela quem faça a maior parte do trabalho. Ele coloca os materiais em sacos, fecha-os; transporta também o lixo para o ponto onde é recolhido pelos caminhões da Prefeitura. Participa também, de forma irregular, da separação. Não trabalha sem luvas.

Ivan (*Ilha do Terminal*, Parque Dom Pedro II, observação do 17/05/2005)

Categorias: papel branco, poliestireno (principalmente copinhos, mas coloca também junto uma caixa transparente tipo sobremesa), papelão (coloca junto as caixas de leite, meio escondidas, pois há depósitos que não aceitam), PET, ‘plástico duro’ (polietileno), sacos plásticos coloridos, sacos plásticos transparentes, ferro, latinhas (alumínio).

Diz que, quando os materiais estão misturados, é o preço do mais barato que é aplicado pelo comprador.

Gasta cerca de duas horas e meia por dia na separação dos materiais.

Coleta o lixo na rua (não tem ponto que guarda para ele), de noite, entre 18h e 20h30.

Procedimento: derrama o conteúdo do saco de lixo no chão. Em seguida, cata os materiais e os coloca dentro dos sacos respectivos (um para cada categoria). Pelas distâncias envolvidas, trabalha em pé, andando de um saco para outro. Quando um saco está cheio, ele amarra com fita plástica, com dois nós, formando uma alça para carregar o saco, e o coloca dentro da carroça. De vez em quando, junta o lixo (o que vai jogar fora) com uma vassoura; neste monte, vêem-se: papel cinza (já reciclado), comprado muito barato pelos recicladores, que não vale a pena separar; restos de alimentos; folhas de alumínio; vidro; madeira.

Trabalha sem luvas.

A partir dessas observações, podemos comentar alguns aspectos da prática da reciclagem:

- o “papel branco” é um elemento valioso do lixo, sendo um dos materiais correntes melhor pago. Vemos que Ana o coloca diretamente dentro de um saco que fica ao seu alcance imediato. Outra prática observada na *Ilha dos caixotes* é o uso de um pequeno cercado feito

com caixotes para juntar esse material. Mas o que é o papel branco? Como o nome não indica, trata-se, em sua maior parte, de papel higiênico, usado, é claro;

- o uso de luvas é variável. Boa parte dos moradores de rua as usam, de todos os tipos, desde de luvas cirúrgicas – provavelmente recuperadas em lixo hospitalar – até sacolas de plástico. Observei, certa vez, um carroceiro que preparava papéis e papelão, retirando com uma faca todos os materiais estrangeiros, principalmente grampos de metal; usava o polegar de uma luva de borracha verde para se proteger de possíveis cortes;

- pode haver uma mínima divisão do trabalho, geralmente entre casais. Ivan comentou que já ‘contratou’ moradores de rua de passagem para ajudar no trabalho;

- o que mais varia, a primeira vista, entre os diversos modos de reciclar, é o espaço ocupado, isto é, a quantidade de lixo espalhado. A diferença já aparece nas duas descrições acima: Ana espalha os materiais antes de recolhê-los, enquanto Ivan os coloca diretamente em sacos, espalhando apenas o conteúdo do saco a ser tratado. Observei, sob o viaduto do Glicério, recicladores transferindo os materiais diretamente de saco para saco, sem deixar nada fora;

- separar os materiais requer uma competência para identificá-los. Vemos, no trabalho de Ivan, que ele identifica o poliestireno – embora não conheça o nome – sob duas formas de aparência bem diferentes. A maioria dos recicladores reconhece os diferentes metais, usando, por exemplo, um ímã para identificar o ferro. Vale notar que nos países onde a separação dos materiais recicláveis está a cargo dos cidadãos que despejam o lixo, um dos maiores problemas, como apontam Rathje e Murphy, é a incompetência dos consumidores em separar corretamente o lixo reciclável, tanto é que “a maioria das cidades teve que providenciar instalações custosas (...) para separar mais uma vez o lixo que as famílias já tinham separado”.⁹³ Podemos dizer, aliás, que se trata da única competência valorizada – pelo pagamento dos materiais – nos moradores de rua;

- o destino final dos materiais é, para os moradores de rua, o chamado “depósito”, onde são pesados e seu preço pago. É parte do senso comum da rua que “todos roubam no peso”; eu não pude verificar tal afirmação. Foi mencionado por vários entrevistados alguns benefícios secundários oferecidos pelos depósitos: possibilidade de tomar banho, de lavar roupas, de guardar coisas;

- uma avaliação do rendimento econômico da reciclagem requereria métodos quantitativos de observação, isto é, uma pesagem do material bruto e de cada constituinte separado. Este

⁹³ W. Rathje, C. Murphy, *Rubbish!*, p. 210.

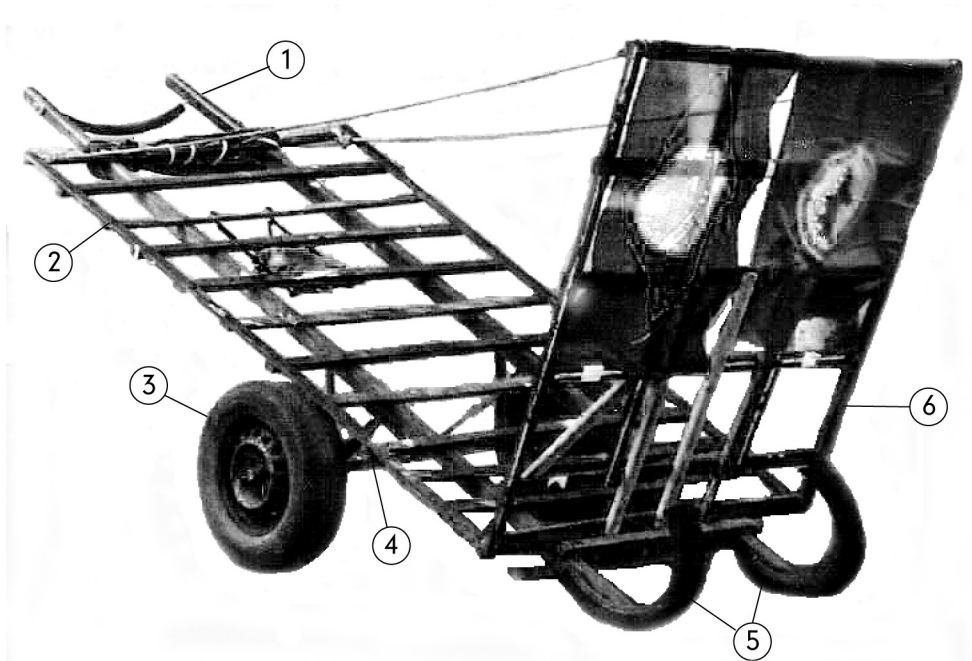
aspecto, marca, portanto, um limite deste estudo. Uma avaliação muito aproximativa que posso fazer na base de minhas observações é que uma carga de 12 sacos de 100 litros de lixo bruto leva cerca de duas horas para ser tratada (por uma pessoa) e rende entre R\$ 12 e R\$ 20.

Transportes

O transporte de materiais tem uma importância fundamental para a vida nas ruas. O principal recurso dos moradores de rua, o lixo, apresenta uma relação valor/peso muito baixa, o que obriga a trabalhar com grandes quantidades. Alguns moradores de rua carregam esse peso com o próprio corpo, nos ombros ou na cabeça, na forma de pilhas de papelão amarradas ou de sacos de plástico de cem litros. No entanto, a maioria daqueles que vivem do lixo usa algum tipo de carroça. Encontrei, ao curso de minha pesquisa de campo, uma imensa variedade de veículos a tração humana: carrinhos de supermercado, carrinhos de mão, carrinhos de pedreiro, carrinhos de feira, carroça de vendedor ambulante, sem contar diversos tipos de carroças improvisadas, usando todo e qualquer tipo de rodas, de rolimã até carretel de cabo.

A carroça de sacaria

Se o *clochard* parisiense dos anos cinqüenta era freqüentemente acompanhado de um carrinho de bebê, com o qual recolhia sucatas diversas, o *homeless*, nos Estados Unidos é quase que indissociável de um objeto que já foi um ícone do consumo: o carrinho de supermercado. Da mesma forma, associa-se ao morador de rua paulistano um tipo de carroça bem caracterizado, chamado por ele de “carroça de sacaria”. Desconheço a história deste veículo, como a data de sua aparição nas ruas de São Paulo. Por conta de uma certa semelhança de estrutura, parece-me derivado das carroças usadas para o transporte dos caixotes de frutas e legumes no Mercado Municipal, mediante as adaptações necessárias aos longos percursos pelas ruas da cidade. A mais notável dessas adaptações é, certamente, o uso de rodas de automóvel, quase universal nesse tipo de carroças. A imagem seguinte mostra uma *carroça de sacaria* relativamente típica, apresentando os caracteres principais comuns à maioria desses veículos. A construção da carroça é feita em torno de duas traves longitudinais, que formam seu ‘esqueleto’. Com um comprimento de 2,50 a 3 metros, essas traves são colocadas numa distância de 70 a 80 centímetros uma da



Baixada do Glicério, 16-08-2005

outra. Na parte da frente, os primeiros 40 centímetros formam o timão (1); na ponta, as duas barras são ligada entre elas, por meio de uma corda ou de uma barra transversal. Vem, em seguida, a plataforma (2), um tipo de estrado de madeira, ou, às vezes, uma simples série de sarrafos regularmente espaçados. As rodas (3) são fixadas por meio de um eixo e de uma peça de ferro (4) que o prende nas traves. Na outra extremidade da plataforma, encaixa-se o painel traseiro (6), que serve para manter a carga na posição parada. A face externa deste painel pode servir de superfície de exposição, exibindo uma bandeira, um cartaz etc. Enfim, as traves terminam com o freio (5), que pode ser feito com fragmentos de pneus (como na imagem) ou até com sapatos. As laterais, são, às vezes, fechadas com redes. Outro elemento freqüente, que não aparece na imagem, é o 'porta-mala', geralmente uma pequena caixa de madeira, colocada debaixo da plataforma, entre o timão e o eixo; ali são guardados os pertences os mais preciosos: fotos, documentos, uma faca, um rádio de pilha...

Muitos dos carroceiros com quem conversei afirmaram ter construído eles mesmos suas carroças, com a exceção da peça em "V" que mantém o eixo, soldada por um serralheiro. O resto é tudo feito de madeira (recuperada) e a construção está ao alcance de qualquer pessoa dotada de um mínimo de habilidade, equipada com um serrote, um martelo e uma chave de fenda. No entanto, as carroças mudam também de dono, tanto por causa de roubo (relativamente freqüente), quanto por venda. No início de minha pesquisa, em

fevereiro de 2004, uma carroça em bom estado era vendida por R\$ 70,00; em meados de 2005, ou seja, cerca de um ano e meio depois, o preço já tinha passado para R\$ 150,00, o que indica uma valorização muito acima da taxa de inflação.

O uso da carroça envolve técnicas de carregamento. Em primeiro lugar, a carga deve permanecer na plataforma; quando as laterais são abertas, por exemplo, é comum a colocação dos papelões coletados de modo a formar uma parede que segura o resto da carga. O outro ponto importante, neste respeito, é o equilíbrio. A carroça de sacaria sendo um veículo de duas rodas, o equilíbrio do peso influi diretamente sobre o esforço requerido para a tração; este é minimizado quando reduzido à translação horizontal, o que ocorre quando o peso está perfeitamente equilibrado entre um lado e o outro das rodas. Nota-se, todavia, que não há apenas um tipo de equilíbrio válido; observei, um dia, um jovem carroceiro descendo uma ladeira no Vale do Anhangabaú em alta velocidade. Ele tinha colocado a carga de forma a equilibrar seu próprio peso e descia como se voasse, gritando de alegria.

A carroça de sacaria possui uma capacidade de transporte formidável. Se uma carga usual pesa em torno de 300 quilos, é comum o transporte de meia tonelada de materiais. Isso possibilita seu uso para outros trabalhos, o mais comum sendo, provavelmente, o transporte de entulhos. “Bico” freqüente entre os carroceiros, a remoção de entulho é paga em torno de R\$1 o saco. Pequenos transportes de móveis ou geladeiras são também efetuados ocasionalmente. Além do transporte, a carroça serve freqüentemente de abrigo, como veremos na seção seguinte; sua função, portanto, não se reduz ao transporte do lixo reciclável.

Embora sejam de construção robusta, as carroças também quebram. Submetidas a condições de uso desgastantes, necessitam, às vezes, de algum reparo. Podemos dizer da manutenção das carroças o mesmo que sobre sua construção: é perfeitamente adaptada às condições da rua. Um pneu furado pode ser consertado por qualquer borracheiro; as partes de madeira são facilmente substituíveis; a peça de ferro que sustenta as rodas pode ser soldada por qualquer serralheiro; o resto se resolve com barbante ou arame.

Aparecem regularmente, nas revistas de design⁹⁴, propostas de carroças para catadores. Projetos de alunos de cursos de design ou trabalhos vencedores de concursos de “design social”, essas carroças *high tech* demonstram apenas a imensa ingenuidade (para não dizer arrogância) de seus autores. Com efeito, desconheçam as condições de uso

⁹⁴ Um exemplo recente está no número 46 (2006) da revista *Arc design*, p.44.

das carroças, uso que não se reduz ao transporte (servem, freqüentemente, de abrigo, por exemplo), como as possibilidades de manutenção existentes na rua. Apesar da noção de “tecnologia apropriada” ser discutida há mais de trinta anos, essas propostas tratam a carroça como um objeto auto-suficiente, otimizado para um determinado uso, demonstrando a completa ignorância do sistema técnico na qual estão inseridas. Assim, não somente pretendem solucionar um problema que não se coloca para os interessados, como também propõem uma solução que lembra os tratores oferecidos pelas “cooperações internacionais”, que estão enferrujando na África por falta de peças.

Esses projetos de carroças otimizadas seriam apenas anedóticos se não houvesse tentativas mais ofensivas contra o veículo dos catadores, como a (bem nomeada) lei 171, aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo em 11 de maio de 2005. De autoria do vereador Domingos Dissei (PFL), esta lei, dirigida aos “trabalhadores que usam carroças movidas a braço” exigia, além do cadastramento dos catadores (art. 1º), “a padronização das carroças” que “deverá, obrigatoriamente, propiciar menor esforço físico de deslocamento, maior visibilidade, bem como sua identificação”, sob pena de apreensão (art. 4º). Conseqüentemente, as carroças atualmente usadas deverão ser descartadas a favor do modelo promovido pela Prefeitura, que, felizmente, poderá ser comprado com patrocínio da “iniciativa privada” (art. 6º). Em contrapartida, “as carroças (...) deverão contemplar espaço para publicidade” (art. 5º).⁹⁵ A lei suscitou grande mobilização por parte dos catadores de São Paulo, que, após várias manifestações⁹⁶, conseguiram que o prefeito a revogasse.

Técnicas de consumo

Esta parte abrange o aspecto mais doméstico da cultura material, a começar pelo abrigo e suas instalações associadas. Não pretendemos cobrir aqui tudo que se refere ao exercício das “funções corporais” dos moradores de rua; tratamos, então, apenas dos principais objetos envolvidos nas atividades cotidianas.

O abrigo

O abrigo é certamente o objeto mais volumoso produzido pelos moradores de rua. É, sobretudo, aquele onde se exprime a maior diversidade de formas, materiais e procedimentos construtivos. Na construção do abrigo manifesta-se todo o engenho

⁹⁵ Consultei o texto da lei na página: <http://listas.pegasus.com.br/pipermail/residuos/2005-May/000017.html>, dia 18 de junho de 2005.

⁹⁶ Presenciei uma delas, em frente à Prefeitura, dia 7 de junho de 2005.

recuperador do bricoleiro de rua.

Além do uso de materiais recuperados, o traço mais evidente da ‘arquitetura de rua’ é seu caráter *secundário*: os abrigos estão sempre inseridos num ambiente já construído, podendo ou não usar elementos de construções fixas⁹⁷. Se lhe for aplicado um adjetivo geral, seria, portanto, algo como ‘arquitetura intersticial’, que nos parece mais adequado do que os tristes “arquitetura de mendigo” ou “arquitetura do desespero” que se encontram em algumas publicações.

Os abrigos, na rua, servem, em primeiro lugar, para *proteger o sono*, momento de vulnerabilidade máxima, como notado por Caneti: “para o homem, deitar-se equivale a depor as armas (...) Quem está deitado se desarma a tal ponto que não se compreende como a humanidade conseguiu sobreviver ao sono.”⁹⁸ Conseqüentemente, a cama, espaço



Praça Ragueb Chofhi, 29-03-2005

elementar do corpo, constitui o ponto de referência para a construção; o abrigo é, basicamente, uma cama cercada e coberta. Seu mínimo absoluto aproxima-se, em sua forma e suas dimensões, de um caixão, forma que observei em três ocasiões na minha pesquisa de campo. A cama, no entanto, pode servir para mais de uma pessoa – um casal com ou sem filhos, por exemplo – e é o caso também do abrigo.

Elementos

Como os abrigos são, quase sempre, construídos usando-se parte das construções fixas, podemos classificar em três grupos os elementos que os compõem:

- 1) fixos: muros, pilares, árvores;
- 2) rearranjados: objetos deslocados por curtas distâncias, como lajotas, bancos, paralelepípedos;
- 3) estranhos ao lugar: lona, caixotes, painéis.

Interesse-nos aqui, especialmente, os elementos trazidos para o local. Tendo como

⁹⁷ O capítulo 3 trata dessa inserção.

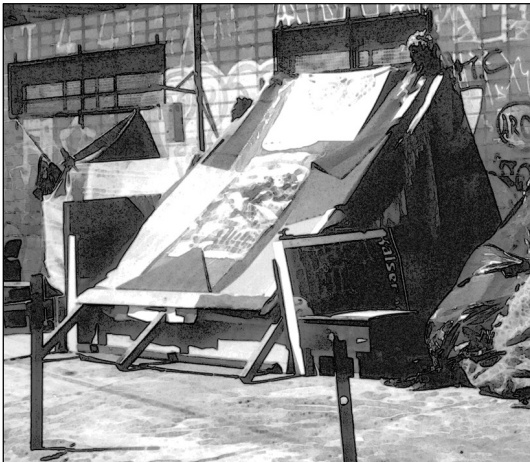
⁹⁸ E. Caneti, *Massa e poder*, p. 425.

função principal cobrir, é, sobretudo, sua superfície que importa, e, em segundo lugar, sua impermeabilidade. Essas propriedades encontram-se reunidas na lona de plástico, um dos componentes mais comum aos abrigos de rua. A procura sendo maior do que a oferta (i.e, as possibilidades de recuperação), a lona de plástico é um dos poucos itens freqüentemente comprados pelos moradores de rua. Os cobertores cinzas, doados em grande quantidade, servem, muitas vezes, para cobrir os abrigos; no entanto, não são impermeáveis, o que limite seu papel à proteção contra o vento ou contra os olhares. Podem ser vistas, também, lonas improvisadas, feitas com plástico de sacos ou pedaços de plástico bolha emendados. As faixas impressas usadas na propaganda (é parte importante daquilo que podemos chamar de “lixo eleitoral”, por exemplo) servem também como lonas. Os painéis, de toda natureza, são outros elementos importantes dos abrigos; portas, painéis de sinalização, placas de compensado são aproveitados de diversas maneiras. Os móveis, enfim, constam entre os elementos os mais recuperados com essa finalidade, particularmente os sofás.

Alguns modos de construção

Apoio oblíquo

Vimos que o uso de um muro preexistente é uma situação bastante freqüente na edificação dos abrigos. Com esse ponto de partida, uma das formas mais simples de construção consiste em apoiar contra o muro objetos longos, criando assim um espaço fechado por um



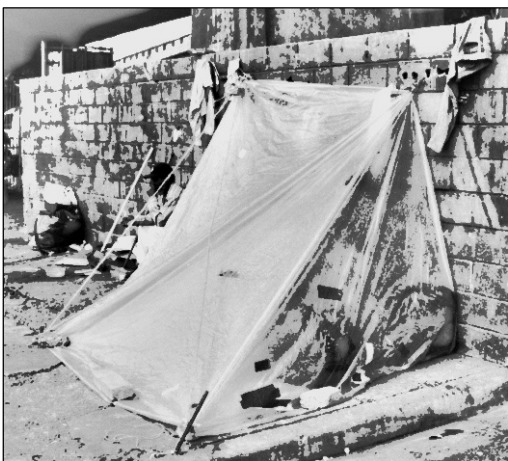
rua Almeida Couto (Mooca), 17-08-2005

plano inclinado. Quando se usam painéis grandes, o fechamento é imediato; com tábuas ou sarrafos, é preciso acrescentar uma cobertura, que pode ser uma lona plástica, cobertores, carpete etc. O uso de painéis deixa as laterais abertas, que podem ser fechadas mediante o apoio de outros painéis à estrutura montada, ou com tecidos ou plásticos amarrados nela. Pela dificuldade em realizar uma boa vedação na junção dos planos, esse

tipo de construção é usado, sobretudo, em lugares já cobertos, mesmo que parcialmente, como sob viadutos ou marquises. A extrema simplicidade desse modo construtivo faz com que seja praticado nas reconstruções apressadas, por exemplo depois de um *rapa*.

Tensão

A tensão como princípio construtivo está na base de todos os tipos de *tendas* (barracas). O



Viaduto do Glicério, 22-6-2004

material básico envolvido é muito simples: corda e lona. A tenda é um abrigo simples de ser montado, leve e facilmente transportável, flexível com relação às condições de instalação. Requer, no entanto, uma lona grande e em bom estado, objeto relativamente oneroso para os moradores de rua. Entre as tendas montadas, podemos distinguir aquelas de uma ou de duas águas. As primeiras instalam-se contra um muro existente e realizam um fechamento de espaço comparável

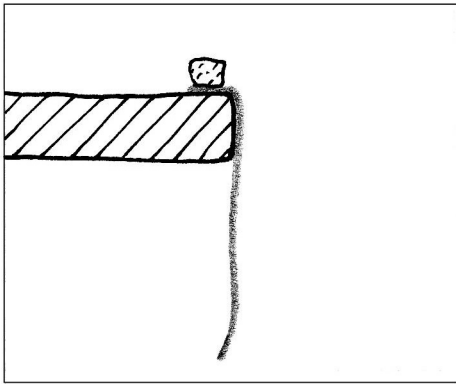
àquele que fornece o “apoio oblíquo”. As segundas necessitam apenas de dois pontos de ancoragem, que podem ser árvores, postes, grades, para fixar a corda que suporta a lona. Em ambos casos, é preciso prender a parte inferior da lona no chão; isso pode ser feito com estacas (em geral pedaços de cabos de vassoura) cravadas no chão, quando é de terra, ou inseridas em rachaduras quando é de concreto, ou por meio de pesos (pedras, paralelepípedos, galões de água) colocados sobre a lona.

Apoio oblíquo e tensão têm em comum a produção de planos inclinados, que formam, ao mesmo tempo, parede e teto. Uma complexidade construtiva maior é atingida quando essas duas funções são separadas, isto é, são assumidas por elementos distintos. De fato, raros são os abrigos integralmente construídos assim. Vimos, no capítulo 4, os abrigos feitos com caixotes, que realizam esse modelo: uma cobertura apoiada sobre colunas de caixotes empilhados. Outro exemplo é o *barraco*; usando técnicas construtivas mais clássicas (poste+trave, madeira pregada), o barraco requer um investimento maior que as formas acima descritas, o que limite sua presença nas ruas. A separação estrutural parede / teto é mais freqüente quando se usa um “teto” preexistente, isto é, uma cobertura situada a uma altura adequada, mais o menos entre 60 centímetros e 2 metros do chão.

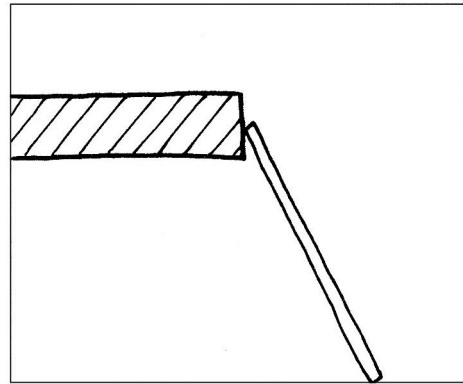
Paredes de vedação

O aproveitamento de uma cobertura preexistente representa uma economia considerável em termos de esforço construtivo. Trata-se, usualmente, de lajes de pontes ou viadutos

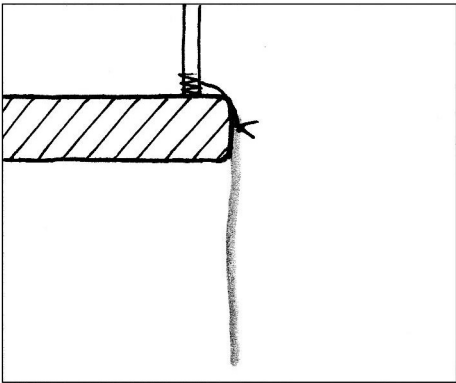
Técnicas de vedação lateral



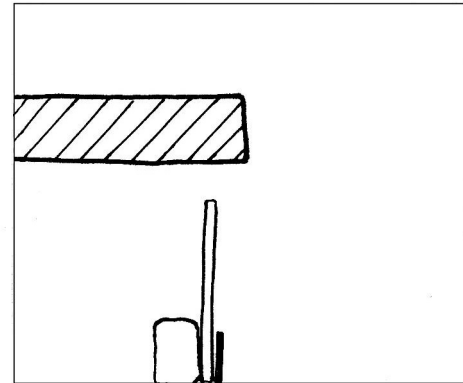
1) lona mantida por um peso



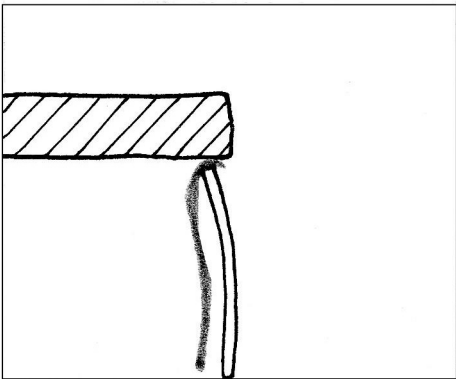
4) painel apoiado



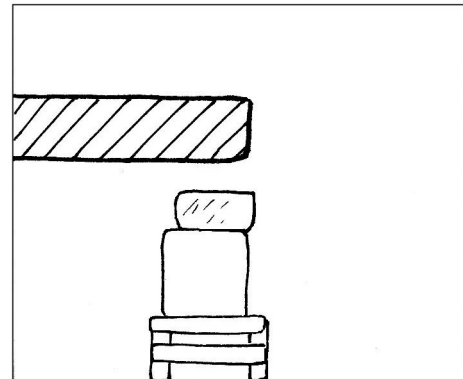
2) lona amarrada



5) painel mantido por estaca e /ou peso



3) lona presa com caibro arcado



6) materiais empilhados

(perto das extremidades, quando são acessíveis), de estruturas de acesso a passarelas para pedestres. A construção necessária, nessa situação, é de uma a três paredes de vedação, para garantir um mínimo de privacidade e proteção do vento. Observei, uma vez, o uso de uma parede isolada em terreno descoberto, abrigo reduzido a um corta-vento. Uma outra forma de vedação é praticada quando já existe um fechamento parcial, tipo tela de arame ou grade; nesses casos, a parede é usualmente completada com papelão ou folha de plástico, mantidos por barbante ou arame.

Uso de móveis

Como toda criança sabe, os móveis prestam-se bem à realização de pequenas cabanas. Mesas e sofás, em particular, podem servir de ponto de partida para o abrigo. Como os móveis são abundantes nas ruas – e facilmente transportados graças à carroça – seu uso



Rua Artur Motta (Belém), 1-3-2005

para a construção de abrigos é relativamente freqüente. A mesa já oferece o essencial da estrutura, necessitando apenas o fechamento das laterais, o que pode ser feito de um golpe só ao cobri-la com uma lona. O sofá pode também ser coberto ou embrulhado, transformado em um tipo de cama coberta; a maioria das vezes, no entanto, serve apenas de apoio para o resto da construção.

Os móveis urbanos – especialmente os bancos – são também transformados em abrigos. Os bancos cobertos parecem ser, em São Paulo, uma especialidade da praça da Sé, pois foi apenas neste local que eu pude observar esse tipo de “desvio de função”. Notei os primeiros em junho de 2004, e a prática rapidamente



Praça da Sé, 23-11-2004

estendeu-se a quase todos os bancos da praça. Notei três modos básicos de transformar os bancos em abrigos. O mais simples consiste em cobrir um banco com uma lona – presa no chão com paralelepípedos ou pedras, e ocupar o espaço debaixo do banco. A segunda solução é uma extensão dessa: o espaço coberto é ampliado com a ajuda de painéis apoiados entre o chão e o encosto do banco. O terceiro método, enfim, necessita o deslocamento dos bancos, colocados costas com costas, o que propicia um espaço suficiente para abrigar uma família.

A carroça como abrigo

É freqüente, na rua, o uso da carroça como abrigo. Ainda que sugira uma idéia de “nomadismo”, dormir dentro ou sob a carroça não significa necessariamente uma mudança constante de local habitado. O inverso, no entanto, é quase geral: a carroça é o abrigo de quem está a caminho, quer seja pontualmente, quando as circunstâncias obrigam a dormir longe de seu território, ou por conta de um gênero de vida nômade. A carroça, também, é o refúgio de quem perdeu seu abrigo, levado pelo *rapa*.



Rua Ribeiro de Lima (centro), 16-05-2004

Algumas – raras - carroças são feitas em função do uso paralelo como abrigo, podendo comportar, por exemplo, dois andares. Com as carroças comuns – a *carroça de sacaria*, por exemplo – a transformação em abrigo tem duas modalidades: dorme-se dentro (isto é, sobre a plataforma) ou embaixo (sob a plataforma). No primeiro caso, algum apoio mantém a carroça horizontal. A lona, enfim, é o complemento indispensável desta transformação.

Consolidação do abrigo

A repressão exercida contra as moradias de rua faz com que as construções tenham vida curta. Os modos construtivos que acabamos de descrever são, portanto, marcados pela efemeridade. Uma questão que se coloca, a partir daí, diz respeito a uma possível evolução do abrigo com o passar do tempo, caso tenha sido poupado das destruições periódicas que são seu lote



Rua Eurípedes Simões (Brás) 10-09-2005

habitual. As observações a este respeito são raras, podemos apenas sugerir a hipótese seguinte: pode ocorrer, com o tempo, um processo de consolidação do abrigo, que parece apontar, como seu término, para o barraco tipo favela. Não se trata, é claro, de um determinismo inerente às construções, mas de uma tendência que tornaria essa forma mais provável. A foto acima mostra algo como uma forma intermediária entre uma

favela e abrigos de rua, da qual desconheço no entanto, a gênese. A tendência para a consolidação é apenas uma suposição, que, aliás, parece compartilhada pelas autoridades, quando alegam, para justificar o *rapa*, que este visa evitar a formação de “favelas de viaduto”.

A seguir, descrevemos as técnicas que podemos chamar de *domésticas*. Dizem respeito à alimentação, aos cuidados do corpo e aos hábitos cotidianos. O espaço onde essas atividades são exercidas concretiza aquilo que definimos como *acampamento*.

Móveis

Os móveis, equipamentos típicos da casa, e, de modo geral, do habitar, encontram diversas materializações no contexto da rua. Além dos móveis recuperados e usados em conformidade com sua função original (por exemplo, uma cadeira para sentar-se), diversas bricolagens proporcionam um pouco de conforto ao dia-a-dia dos moradores de rua.

Consideramos duas categorias de móveis: aqueles que servem para guardar ou suportar objetos e aqueles que servem para sustentar o corpo numa determinada postura. Começamos com estes, que incluem os assentos e as camas, auxiliares, respectivamente, da posição sentada e da posição deitada.

Se as cadeiras são freqüentemente encontradas na rua, muitos outros objetos são também usados para sentar-se. As *affordances* requeridas por essa postura, tais como definidas por Gibson (uma superfície horizontal, numa distância ao chão equivalente à altura

dos joelhos) são encontradas em caixotes, latões, carretéis de cabo. Podem ser, também, elementos do ambiente construído, tal como um muro baixo. É possível, entretanto, sentar-se diretamente no chão, ou sobre um pedaço de papelão ondulado ou uma sacola de plástico. O apoio dorsal (encosto), quando existe, costuma ser um elemento fixo do local, tal como um muro, um pilar, uma árvore. Entre as bricolagens observadas, nota-se um pufe feito com uma caixa de papelão, recheada com um pedaço de espuma dobrado. Um morador da *Ilha do terminal* usava um assento de cadeira colocado sobre um bloco de concreto, ao pé de uma árvore, que servia de encosto. A postura que esta montagem proporcionava, com as pernas esticadas num determinado ângulo, oferecia um tipo de descanso diferente dos assentos habituais.

Encontram-se todos os dias, nas ruas de São Paulo, moradores de rua dormindo diretamente no chão, sem nenhum intermediário entre a roupa e o asfalto. O que parece o estágio imediatamente superior de conforto consiste em dormir sobre uma caixa de papelão dobrada. O papelão ondulado é um excelente isolante térmico, e protege também – até certo ponto – da umidade do solo. No entanto, os moradores de rua minimamente equipados possuem um colchão de espuma recuperado, geralmente sem capa. Este é raramente colocado diretamente no chão, mas sobre algum suporte, desde o simples papelão até o painel ou estrado sobrelevado por caixotes. Uma quantidade variável de cobertores completa a cama; o uso de lençóis é raro. O travesseiro pode ser um cobertor dobrado (lembramos que os cobertores modelo “caridade” são abundantes, na rua), às vezes uma bolsa, na qual guarda-se os pertences mais preciosos.

Entre os outros móveis, as *mesas* mantêm uma relação estreita com o corpo, pois servem de suporte para uma determinada operação, implicando uma postura condicionada, em primeiro lugar, pela altura de sua superfície útil. Na rua, são geralmente baixas: caixote, caixa de isopor, de papelão, latão suportando uma tábua etc., induzindo uma postura agachada. O uso mais freqüente das mesas é, certamente, a preparação das refeições. O morador de uma ilha da ponte da Casa Verde usava um banco bastante largo, que servia, ao mesmo tempo, de assento e de mesa. Um fato notável: nunca vi, no contexto da rua, o objeto conhecido como mesa usado de mesa. As poucas mesas recuperadas servem de estrutura para montar o abrigo.

Os demais móveis servem para guardar objetos, diferenciando-se, do ponto de vista prático, pela facilidade de acesso a seu conteúdo. Os dois pólos definidos por este critério são o *baú* e a *prateleira*. O primeiro pode ser uma caixa de papelão ou um caixote de madeira ou de plástico. O acesso, ali, é fácil para aquilo que está perto da superfície, em

detrimento daquilo que está no fundo. Além disso, o conteúdo não é visível. Os sacos apresentam o mesmo problema, amenizado quando são transparentes. Sacos e sacolas são bastante usados, na rua, para guardar e transportar qualquer tipo de objetos, assim como diversos tipos de bolsas. Um 'móvel' visto em algumas ocasiões consiste em uma coleção de sacolas penduradas em uma árvore ou grade. A outra forma básica de guardar coisas é a *prateleira*. Com a prateleira, a facilidade de acesso é privilegiada em detrimento da proteção e do transporte. Aquilo que serve de prateleira é, de fato, raramente um 'móvel', mas, antes, um elemento do local: um muro baixo, uma borda, um peitoril. A estante, conjunto de prateleiras, encontra uma de suas formas mais comuns, na rua, em uma pilha de caixotes modelo tomate, com as aberturas voltadas para o mesmo lado. Vêm-se também estantes de lojas, de plástico ou de arame, recuperadas para o uso doméstico.

Uso da água

O organismo humano, como qualquer forma de vida, necessita de água. Segundo os fisiologistas, 2,8 litros diários são necessários para seu bom funcionamento. Por outro lado, sabe-se que os habitantes dos Estados Unidos, por exemplo, consomem, em média, em torno de 600 litros de água por dia por pessoa. O mínimo que podemos deduzir desses dois números é que a necessidade de água é bastante relativa. O dado 'fisiológico' representa a quantidade que deveria ser ingerida diariamente; o restante da água consumida corre fora do corpo. Essa distinção tem valor prático para a maioria dos moradores de rua: existe a água de beber e a outra. A primeira é freqüentemente comprada, como a água da torneira comprada pelos moradores da *Ilha dos caixotes*, numa loja de gelo e bebidas, por 50 centavos o galão (20 litros). Eles usam, para lavar roupas, por exemplo, a água do chafariz da praça da Sé, transportada em galões com a carroça, ou vão diretamente lavar suas roupas na beira do chafariz. O morador de uma ilha da Marginal Tietê mostrou-me o poço do qual retirava, com um latão amarrado a uma corda, uma água que "só não dá pra beber".⁹⁹ Vários moradores de rua beneficiam-se de algum convênio com um posto de gasolina, um bar ou uma oficina da vizinhança, onde pegam água da rede. Outros – como os moradores da praça da Sé e Lazar no Belém – instalados perto de uma estação de metrô dotada de banheiro pegam a água ali.

⁹⁹ Diário de Campo, 1-6-2004.

Entre os raros “equipamentos coletivos” construídos por moradores de rua, encontrei, no Parque Dom Pedro II, um chafariz improvisado a partir de uma mangueira de água, colocada ali, provavelmente, para irrigar as plantações recentes. Um fluxo constante saía daquela mangueira (“é água boa, da Sabesp” comentou um rapaz que estava enchendo um galão), mantida em uma posição conveniente graças a uma gaveta colocada em pé.



Parque Dom Pedro II, 4-01-2005

Todo tipo de recipientes é usado para o transporte da água, desde sacolas de plástico até galões de polietileno de trinta litros. Os galões pequenos, de até cinco litros de continência, são carregados na mão. Os maiores são transportados em carroça ou em carrinho de supermercado. Os galões de catchup de 3,4 litros são particularmente populares; despejados aos montes pelos vendedores ambulantes de cachorro quente, seu tamanho permite o enchimento fácil nas torneiras de banheiros. Habitualmente transportados em grupo de seis, juntos num caixote, fornecem um meio cômodo de buscar e conservar a água.

Uma vez usada, a água precisa desaparecer: é o problema do esgoto. Quem não mora na rua pode não perceber essa necessidade, como mostra o seguinte episódio: um dia, eu estava sentado na varanda de Lazar, tomando o café que ele sempre me oferecia. Lazar ausentou-se por alguns minutos, e vendo que tinha sobrado uma gota de café – já frio – no fundo da xícara, derramei esse resto no chão, isto é, no asfalto da rua. Olhando a pequena poça formada pelo resto de café, percebi a grosseria de meu gesto, assim como Lazar, que, quando voltou, disse: “é, o café não tá muito bom, hoje”. Em suma: a rua habitada não é mais “a rua”, onde se joga qualquer coisa. O território doméstico precisa ser preservado, e isso inclui métodos para eliminar os líquidos. As águas usadas terminam geralmente seu percurso num bueiro, mas este não é necessariamente contíguo ao local

onde a água é usada; por isso, esta é recolhida num recipiente, balde ou galão recortado, para ser despejada depois.

Cozinha

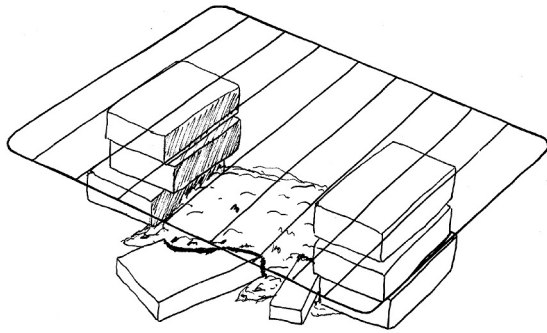
Não efetuei observações sistemáticas sobre a alimentação e o preparo das refeições. À primeira vista, a comida preparada na rua não parece diferir muito dos hábitos brasileiros em geral, com a dupla arroz-feijão na base de quase toda refeição. Mais específico da rua, talvez, é um tipo de prato único, tal como aquele cuja confecção observei na *praça P. Q. Marini* (Pari): juntava, numa só panela, feijões de corda, batatas, cenouras, macarrão, cebola. As sopas são outra forma de prato único cozida na rua. A vantagem desse tipo de refeição é que pode ser preparada com um mínimo de utensílios e cozinhada num fogo só. As condições da rua não impedem, todavia, que se pratique uma culinária mais elaborada. O exemplo mais notável que eu pude observar era de um grupo morando sob o *viaduto Diário Popular*, perto do *Mercado Municipal*. Este era fonte de grande variedade de alimentos, aproveitada com talento pelo cozinheiro do bando, que preparava uns 4-5 pratos diferentes todos os dias; experimentei, em uma de minhas visitas, um bacalhau com mandioca de sua confecção, que era delicioso.

Entre os utensílios usados na cozinha, o mais notável é o *latão* (lata de ferro de 18 litros), usado como panela. Os latões são freqüentemente encontrados com a tampa parcialmente recortada, ainda presa à outra parte; além de tampa, o pedaço serve também de cabo para retirar a lata do fogo. O cozinheiro do *viaduto Diário Popular* usava um latão recortado longitudinalmente para fazer fritura. Outros tipos de latas de conserva, menores, servem também ao cozimento dos alimentos. Para o transporte e a conservação dos alimentos, nota-se o uso geral do pote de sorvete com sua tampa, verdadeiro *Tupperware* do morador de rua, como já dissemos.

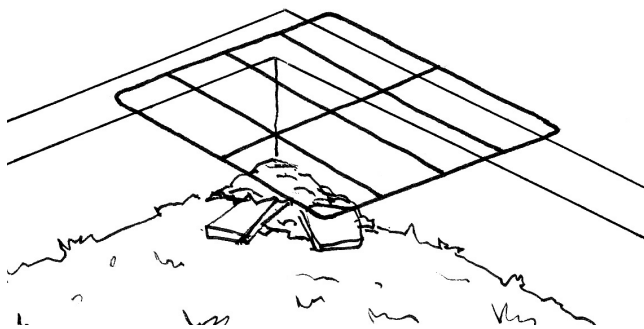
Fogo

Alguns moradores de rua possuem um fogão a gás; entretanto, a dificuldade para conservar um equipamento desse porte faz com que seja muito raro: encontrei apenas um, junto a um barraco perto da estação do metrô Brás. O meio geral de cozinhar alimentos – e de aquecer os corpos, em época de frio – é o fogo a lenha, quer seja aberto (braseiro) ou fechado (fogão).

O braseiro, quando usado para o cozimento, inclui dois elementos: um suporte para

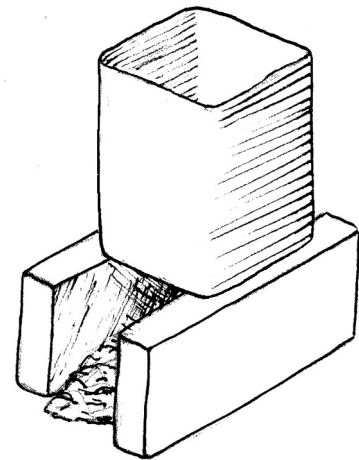


diversos objetos que resistem ao fogo, ao mesmo tempo em que deixam passar o calor: comumente grelha de geladeira ou de forno, mas também observei nessa função o uso de uma chapa metálica, de um cesto de arame, de barras de ferro para concreto. Os braseiros diferenciam-se dos fogões pelo vínculo que mantêm com o local onde estão armados, vínculo variável do qual observei três graus distintos. O primeiro, o braseiro de tijolos é – relativamente – transportável, e independe, na sua construção, da situação. O segundo tipo usa, em vez dos tijolos, elementos encontrados no local, tais como paralelepípedos ou, como no braseiro da ilustração, visto praça da Sé, lajotas de concreto



retirada de um caminho. Enfim, terceira possibilidade, o braseiro usa apenas elementos presentes no local – fora a grelha - como visto em praça frente da Estação Julio Prestes (15-2-2005). A mureta cercando um canteiro apresentava, na sua parte interna, uma altura compatível com a distância a ser mantida entre as painéis e o fogo, o que permitiu seu aproveitamento para suportar, no canto, a grelha. Vemos com isso a dimensão tática já apontada como característica do fazer dos moradores de rua.

a panela e um corta-vento para proteger as chamas. As duas pilhas de tijolos que formam a maior parte dos braseiros cumprem essas duas funções, embora de modo parcial; uma grelha complementa os tijolos como suporte e um muro do local ou uma parede feita com algum painel protege do vento. A grelha pode ser de

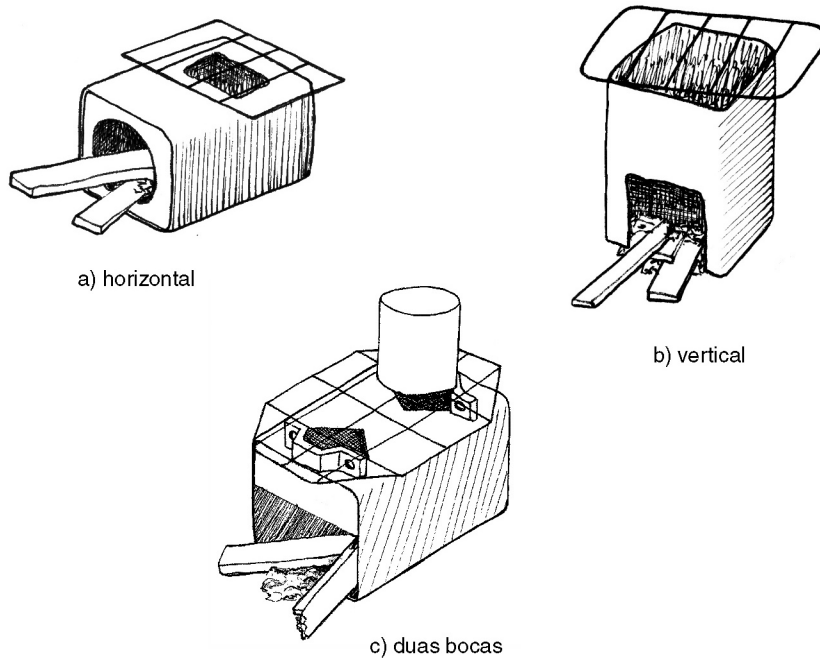


retirada de um caminho. Enfim, terceira possibilidade, o braseiro usa apenas elementos presentes no local – fora a grelha - como visto em praça frente da Estação Julio Prestes (15-2-2005). A mureta cercando um canteiro apresentava, na sua parte interna, uma altura compatível com a distância a ser mantida entre as painéis e o fogo, o que permitiu seu aproveitamento para suportar, no canto, a grelha. Vemos com isso a dimensão tática já apontada como característica do fazer dos moradores de rua.

Um rendimento térmico bem maior é alcançado ao colocar o fogo dentro de um recinto que concentra o calor. É o que realiza o *fogão de lata*, um dos artefatos mais típicos

da cultura material dos moradores de rua de São Paulo. A confecção do fogão de lata a partir de um latão de dezoito litros é muito simples, necessitando apenas, para o modelo

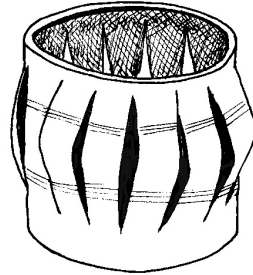
fogão de lata



básico, de um recorte quadrado. À diferença da fogueira, o fogão pode ser transportado mesmo quando aceso. Pode, também, ser colocado sobre um caixote ou outro suporte, para ficar numa altura mais confortável para acompanhar o cozimento. O combustível usado é, em geral, pedaços de madeira, facilmente recuperados nas ruas. A madeira de caixotes é particularmente apreciada, pois, bem seca, queima rapidamente e produz bastante calor. A ilustração apresenta as duas formas mais comuns (a e b). O modelo de duas bocas foi visto no viaduto do Glicério (28-06-2005), e parece ser uma invenção isolada. Outra invenção observada (infelizmente sem anotar os detalhes), um fogão dotado de um queimador elaborado, feito a partir de uma lata de conserva, ajustado para queimar pedaços de plástico.

Enfim, um terceiro meio de cozimento usado na rua é o *fogareiro a álcool*. Lazar, que usava o artefato para preparar café, explicou-me sua fabricação a partir de uma lata de leite em pó: efetua-se, primeiro, uma série de cortes longitudinais, com ajuda de uma faca, na volta toda da lata; depois, pisa-se na lata, de modo a sanfoná-la, e pronto. As aberturas

permitem a entrada de ar, o que proporciona uma boa combustão do álcool que se coloca no fundo da lata. Com uma boa quantidade de álcool, a chama dura bastante tempo; encontrei um morador da *avenida Cruzeiro do Sul* que usava um fogareiro desse tipo para cozinhar comida. Confeccionei um para destruir extratos bancários e funcionou muito bem.

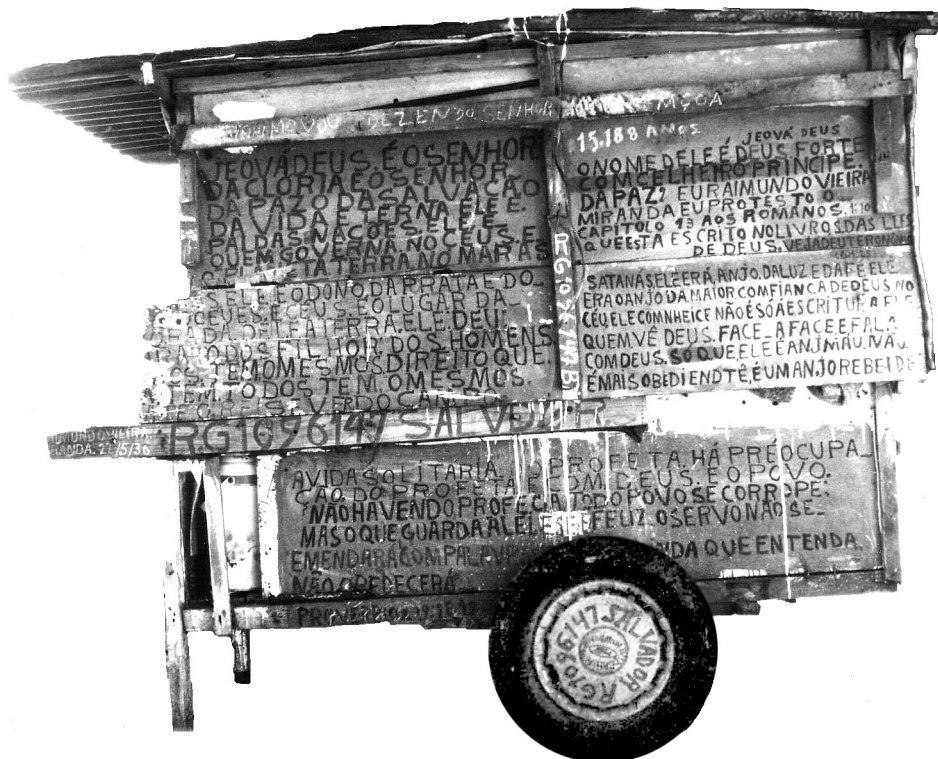


fogareiro

Raimundo Vieira Miranda

A verdadeira arte está sempre onde não se espera. Onde ninguém pensa nela nem pronuncia seu nome. A arte, ela detesta ser reconhecida e saudada pelo seu nome.

Jean Dubuffet¹



Meu encontro com este morador do Cambuci, conhecido no bairro como “seu Miranda”, em julho de 2004, se deu ao acaso de meus percursos nas ruas de São Paulo. O primeiro contato não foi fácil, e meu pedido de tirar fotos de suas obras foi recebido com franca hostilidade. Voltei três vezes até julho de 2005, conversei com Miranda, observei com atenção suas instalações, mas não tentei fotografar outra vez. Nosso último encontro deixou-me com a impressão de chegar a um clima de confiança. Era, porém, tarde demais: instalado havia cinco anos no trecho de calçada onde eu o conheci, Miranda foi deportado – mandado para a Bahia às custas da Prefeitura – em julho de 2005. Pode ser mera

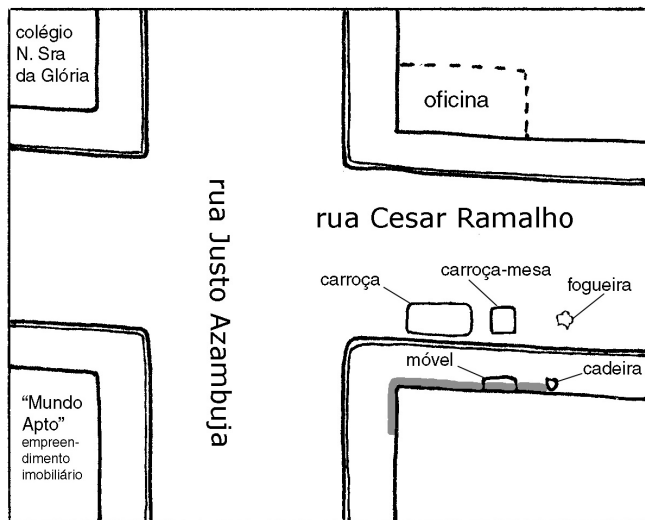
¹ J. Dubuffet, *Prospectus et tous écrits suivants*, p. 91.

coincidência, mas naquele momento, o empreendimento imobiliário na esquina da frente tinha acabado de abrir um “salão de venda” para promover seus apartamentos. Por um extraordinário acaso, encontrei, cerca de um mês depois de sua partida, a carroça de Miranda. Estava com outro morador de rua que a teria comprado num ferro velho do Glicério; aproveitei para tirar algumas fotos, as únicas imagens que tenho da obra de Miranda.

Segundo as informações biográficas contidas num dos painéis que compunham sua instalação, Raimundo Vieira Miranda nasceu em 22/05/1936 em Salvador, Bahia, e chegou em São Paulo em 1972. Tinha 68 anos quando eu o conheci. Padeiro de profissão, afirmou nunca ter freqüentado a escola, mas “estuda até hoje”. Boa parte das pessoas que

passavam enquanto estávamos conversando o cumprimentava (“bom dia, seu Miranda”); escapou do *rapa* durante todo o tempo em que ficou ali, “ninguém mexe comigo, nem os valentões”.

Seu acampamento consistia em duas carroças, a maior servindo de abrigo e a menor de mesa, sobre a qual ficavam suas bíblias, lápis e pincéis, ferramentas, mantimentos. Na calçada, havia um móvel de



madeira, parecendo um pouco com um altar, sobre o qual estavam guardados utensílios diversos, um galão de água, um pote com planta (espada de São Jorge) e um meio barril de plástico cheio de terra, no qual eram plantados inhames.

A obra

Boa parte da atividade de Miranda absorvia-se na realização de letreiros que ele colocava a mostra para os transeuntes. O que podemos chamar de sua obra, no entanto, não era constituído pelos letreiros em si, mas, antes, pela instalação formada por seu conjunto. Como mostra o mapa do local, a esquina ocupada por Miranda, especialmente o muro adjacente (a parte marcada em cinza), era explorada de modo a interpelar os transeuntes

que passavam pelo local. O trecho de muro que fica na *rua Justo Azambuja* recebia a parte mais temporária da ‘exposição’, com painéis colocados na calçada e apoiados ao muro. Esses painéis, freqüentemente realizados a partir de portas de armários de cozinha, exibiam mensagens ligadas à atualidade. Alguns dias antes do Dia das Mães, por exemplo, os dois letreiros colocados ali continham textos relativos a esta data; um deles era mais ou menos assim: “o maior presente que um filho pode fazer para sua mãe é lhe obedecer e honrar”. Num outro dia, os painéis falavam de “direitos humanos”, que, conforme o texto, já eram enunciados no Antigo Testamento.

Os letreiros da outra parte, *rua Cesar Ramalho*, eram diferentes; continham mais referências biográficas, eram confeccionados com maior cuidados e fixados diretamente no muro. Alguns deles tinham, propriamente, uma função de letreiro, parecendo responder às *frequently asked questions*: “não guardo nem carro nem moto” ou “não quero caridade nenhuma, apenas trabalho”. Outros continham referências bíblicas (do Antigo Testamento), quer citações quer episódios contados com suas próprias palavras. Um terceiro grupo, enfim, comentava a vida de Miranda, como este que ele apontou para mim: “o maior pecado que cometi na minha vida foi de me alistar no exército”. O letreiro biográfico já mencionado era escrito com giz coloridos e tinha um certo ar festivo. Considerando a data, perguntei se ele fez para comemorar seu aniversário; um pouco surpreso, respondeu que sim.

O procedimento de realização dos letreiro era o seguinte: primeiro, ele pintava os painéis com uma camada de fundo, preto ou cinza. Depois traçava linhas a lápis ou giz, regularmente espaçadas, na qual escrevia, em letras caixa alta, com tinta ou com giz. Tendia a preencher tudo o espaço, as linhas começavam na extremidade esquerda do suporte e iam até a outra borda. Às vezes sobrava um pequeno espaço no fim da última linha. As letras eram traçadas em branco, às vezes repassadas com cores. Miranda usou todo tipo de suportes: um dos letreiros era feito com uma placa de vidro, outro com a tampa de uma caixa de pizza (coberto previamente de tinta cinza), portas de armário de cozinha, em suma, qualquer superfície plana e rígida que se encontra no lixo. Vi até um cestinho de vime, daqueles usados para colocar pão na mesa, em forma de coração, no fundo do qual pintou: DEUS É AMOR. A carroça na qual ele dormia – construída em torno de uma carcaça de geladeira – era coberta de textos citando ou comentando o Antigo Testamento. Sobre a calota de uma das rodas, estava escrito, em letras vermelhas: Raimundo Miranda – Salvador – Bahia – RG: (seguia o número).

Foi só na minha terceira visita, quando já ia embora, que notei a presença, na esquina oposta ao Miranda, de uma oficina de ... letreiros. Um rapaz estava pintando sobre

uma faixa: GORDURA LOCALIZADA. Não questionei Miranda a respeito de uma eventual influência dessa vizinhança sobre sua atividade.

Art brut

O pintor francês Jean Dubuffet começou, a partir de 1945, a colecionar obras de arte produzidas fora de qualquer instituição ligada ao meio artístico. Essas obras, emanando geralmente de indivíduos em ruptura com a sociedade (internados, idosos, marginais) são assim definidas por Dubuffet:

obras executadas por pessoas indene de cultura artística, com as quais, portanto, o mimetismo (...) tem pouca ou nenhuma parte, de modo que seus autores tiram tudo (tema, escolha dos materiais trabalhados, modos de escrita, etc.) de seu próprio fundo e não dos clichês da arte clássica ou da arte na moda.²

Dubuffet cunhou a expressão *art brut* (arte bruta) para designar esse tipo de criações. Sua coleção, enriquecida ao longo dos anos, acabou recebendo um lugar de exposição permanente em Lausanne (a *Collection de l'Art Brut*), aberto ao público a partir de 1976.

A distinção mais importante introduzida pela noção de arte bruta concerne a arte *naïf*, com a qual é facilmente confundida. Assim, H. S. Becker³, tratando dos marginais da arte, descreve trabalhos que remetem diretamente à arte bruta, como, por exemplo, as torres de Watts de Simon Rodia ou o *Palais idéal* do carteiro Cheval. Becker qualifica essas realizações de arte *naïf*, sem perceber a diferença essencial que os separa: o artista *naïf* aspira a ser considerado como pintor ou escultor, a ser reconhecido pela cultura instituída. Como disse Gilbert Lascault: “a maioria dos *naïfs* admira demasiadamente a cultura da qual foram excluídos; são, frequentemente, autodidatas respeitosos: gostam do saber e da pedagogia, esperam ingressar no panteão artístico já constituído. A arte bruta não tem essas tristes delicadezas.”⁴ A diferença manifesta-se também nos recursos utilizados pelo artista. Os *naïfs* expressam sua submissão aos padrões da arte “cultural” pelo uso de técnicas consagradas, geralmente a pintura a óleo sobre tela. O artista *brut*, ao contrário, é um bricoleiro: “de qualquer coisa, fazer uma matéria de expressão”.⁵ A visita da *Collection de l'Art Brut* deixa, efetivamente, com a impressão do que aqueles artistas usaram qualquer coisa que estava à mão para criar uma outra coisa, manifestando toda a potência inventiva da bricolagem.

² J. Dubuffet, “De l'art brut préféré aux arts culturels” in *Prospectus et tous écrits suivants*, pp. 91-92.

³ H.S. Becker, *Art Worlds*, pp. 226-271.

⁴ G. Lascault, “La pensée sauvage en acte”, in *Écrits timides sur le visible*, p.125.

⁵ G. Deleuze; F. Guattari, *Mil Platôs*, vol. 4, p. 123.

Territorialidade

Tanto na carroça quanto nos letreiros, o nome de Miranda aparecia como um *leitmotiv*. Afirmação de identidade? Talvez. Mas o essencial parece-nos residir alhures, entendendo, com Deleuze e Guattari, que “o nome próprio não é a marca constituída de um sujeito, é a marca constituínte de um domínio, de uma morada. A assinatura não é a indicação de uma pessoa, é a formação aleatória de um domínio.”⁶ O território que Miranda criou era como um dispositivo para se relacionar com os transeuntes. Quem passava na rua era interpelado pelos letreiros, e parar para lê-los podia ser o início de uma conversa.

No contexto da rua, o território, marcado num espaço aberto, onde circula o ‘público’, configura determinadas formas de se relacionar com este. A forma que Miranda encontrou assume plenamente a *exposição* que caracteriza a condição de morar na rua. Para citar novamente Deleuze e Guattari: “o território seria o efeito da arte. O artista, primeiro homem que erige um marco ou faz uma marca. A propriedade, de grupo ou individual, decorre disso (...) A propriedade é primeiro artística, porque a arte é primeiramente *cartaz, placa*.”⁷

⁶ Ibid

⁷ Ibid. Grifos dos autores.

6. EXTERMÍNIO

The physical removal of the Jews went largely unremarked, because the Germans had long since removed them from their hearts and minds.

R. Grüberger¹

A presença de pessoas morando nas ruas das cidades em geral, e de São Paulo em particular, é constantemente combatida, não somente pelas autoridades, mas também por outros atores da vida urbana (comerciantes etc.) Há um consenso, que se estende até as entidades assistenciais, do que “é preciso tirar as pessoas da rua”. Por outro lado, de vez em quando aparece um fulano que se sente perfeitamente legitimado em incendiar um ‘mendigo’, pensando que está assim ‘limpando a cidade’.

Nosso propósito, neste capítulo, é de ir além das justificativas dadas às várias formas de combate à população de rua, para buscar seu sentido *político*, seguindo para isso dois eixos: 1) de uma *biopolítica*, de escala planetária, visando às populações excedentes e 2) de uma *geopolítica* produzindo estratégias de controle do espaço, no âmbito da cidade. Como veremos, essas duas dimensões estão muitas vezes entrelaçadas nas medidas tomadas contra os moradores de rua, e ambas estão ligadas ao modo de dominação conhecido como ‘globalização’ (ou ‘neoliberalismo’).

A meta última dessas políticas é a eliminação dos moradores de rua. Mencionamos, ao apresentar suas táticas de sobrevivência, as *estratégias de extermínio* com as quais elas se confrontem. São alguns componentes dessas estratégias que descrevemos neste capítulo. Ao falar de estratégia, no entanto, uma advertência impõe-se: não quero dizer que existe, em algum lugar, ‘estrategistas exterminadores’ que planejarão a aniquilação dos moradores de rua. Nossa hipótese, que justifica o uso do termo estratégia, é que existe uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua.

¹ R. Grüberger, *A social history of the third Reich* (1971), citado por Bauman, *Modernity and the holocaust*, p. 124.

CORPOS A MAIS

O termo *biopolítica* foi introduzido por Michel Foucault para referir-se à dimensão do poder que incide diretamente e de maneira planejada sobre a ‘vida nua’ das populações. Segundo Foucault, uma determinada sociedade transpassa o “umbral de modernidade biológica” quando “a espécie se põe em jogo nas suas próprias estratégias políticas²”. O biopoder do século XIX, tal como descrito por Foucault, atuava em dois níveis, articulando mecanismos disciplinares, capturando os corpos, com mecanismos reguladores de controle da população. O crescimento do capitalismo, naquela fase de expansão industrial, necessitava, antes de tudo, de mão-de-obra. Neste contexto, as técnicas disciplinares serviam para inserir os corpos dentro do aparelho produtivo, corrigindo os desvios, inculcando as regularidades necessárias ao bom funcionamento das fábricas e administrações. As bio-regulações, por sua vez, cuidavam do que Marx chamou de ‘reprodução da força de trabalho’, envolvendo questões como hábitat, saúde pública, higiene, etc. Esse duplo movimento ia no sentido da *integração*: os que ficavam fora, os marginais irrecuperáveis, testemunhavam pelas falhas do sistema. Podemos então chamar esta primeira configuração da política como gestão da vida de *biopolítica integrativa*.

Nossa hipótese é que a biopolítica contemporânea é, ao contrário, *exclusiva*. Voltada para as novas necessidades do capitalismo, seu horizonte seria, talvez, a imortalidade de uma pequena elite. Quanto aos outros, aqueles que não têm nenhuma perspectiva de ingressar na nova economia, são vistos cada vez mais como um peso morto. É sua própria *vida* que incomoda, acusada de consumir recursos (sociais ou naturais conforme a escala considerada, da cidade ao continente) sem acrescentar nada à riqueza dos ricos. Para arriscar uma metáfora animal, a multidão deixou de ser rebanho para se tornar enxame. E o trato preconizado passa assim da criação ao extermínio, na medida em que a preocupação vem se voltando para o excesso de população. Como bem notou Susan George³, os esforços da biopolítica deverão, de agora em diante, concentrar-se na *mortalidade* das populações, e não mais na sua vitalidade.

É dentro desse contexto, acreditamos, que deve ser colocada a questão dos ‘excluídos’, isto é, das populações mantidas fora do ‘mundo comum’ dos consumidores por falta de recursos. Foi no decorrer dos anos 70 a 90, na Europa ocidental, que a noção de

² M. Foucault, *La volonté de savoir*, p. 188.

³ Susan George, *O relatório Lugano*, p. 114

pobreza deu lugar à de *exclusão* na problematização da ‘questão social’, como assinala a definição da pobreza adotada pela Comunidade Européia em 1976: “são considerados como pobres os indivíduos e as famílias cujos recursos são tão poucos que estão excluídos dos modos de vida, dos hábitos e das atividades normais do Estado no qual vivem”⁴. É claro que, num contexto ainda dominado por uma visão integrativa do Estado, o termo de exclusão era parte de uma certa retórica política. Os excluídos eram aqueles que se precisava incluir. No entanto, a noção de uma população à margem da ordem socioeconômica está adquirindo uma pertinência crescente no contexto contemporâneo. Nas palavras de Bauman:

Os pobres de hoje não são mais as “pessoas exploradas” que produzem o produto excedente a ser, posteriormente, transformado em capital; nem são eles o “exército de reserva da mão-de-obra”, que se espera seja reintegrado naquele processo de produção de capital, na próxima melhoria econômica. Economicamente falando (e hoje também governos politicamente eleitos falam na linguagem da economia), eles são verdadeiramente *redundantes*, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma “razão racional” para a sua presença continua... A única resposta *racional* a essa presença é o esforço sistemático para excluí-los da sociedade “normal” (...)⁵

Em suma: o trabalhador cuja força de trabalho (seu único bem negociável) se tornou inútil para o sistema produtivo acaba sendo reduzido a um *corpo*, no sentido estritamente biológico da palavra. Os moradores de rua encarnam, de maneira extrema, essa situação. São tratados, em toda circunstância, não como cidadãos, sujeitos de direito, mas apenas como corpos. As queixas ao seu respeito concernem, na maioria dos casos, as suas dejeções, o exercício público de suas atividades corporais, a sujeira e o fedor de seus corpos, quando não é sua simples presença na paisagem que incomoda.

Essa redução ao corpo biológico atingiu seu paroxismo na série de leis anti-*homeless* promulgadas nos Estados Unidos ao decorrer dos anos noventa. Cynicamente denominadas de *quality of life ordinances* (implicando, nota-se de passagem, duas humanidades, das quais a simples vida de uma ameaça a qualidade de vida da outra), essas leis visam, segundo o *National Law Center on Homelessness and Poverty* – uma organização de defesa dos *homeless* – a *criminalização das atividade vitais*, termo que,

⁴ Citado por Hélène Thomas, *La production des exclus* p. 26

⁵ Z. Bauman, *O mal-estar da pós-modernidade* p. 77

apesar do seu ar de ‘solução final’ é bastante adequado. O que está apontado⁶ sob esta apelação são medidas – geralmente leis municipais – proibindo de dormir, comer, cozinhar, tomar banho, sentar, deitar, urinar ou guardar pertences no espaço público. O propósito é claro, comenta Mitchell: “controlar o comportamento e o espaço de modo que os *homeless* não possam fazer o que precisam fazer para sobreviver sem infringir uma lei.”⁷ A esperança que motivava essas medidas era de que o desaparecimento das condições de sobrevivência dos *homeless* levaria ao desaparecimento dos próprios *homeless*.

Uma outra frente da guerra travada contra os moradores de rua, os dispositivos ‘repelentes’ (conhecidos no Brasil como “arquitetura antimendigo”), tais como *sprinklers* instalados nas marquises, bancos concebidos para não permitir a posição deitada, barreiras de todos os tipos, substâncias viscosas espalhadas no chão etc., isto é, a construção dos ‘espaços proibitivos’ já mencionados, visa também diretamente o *corpo* deles. Parecem mais inspirados na luta contra insetos e roedores do que nas técnicas habituais de controle social. Esses artefatos e as leis anti-*homeless* têm em comum o fato de basear a luta contra os moradores de rua na criação de condições adversas a seus processos vitais.

No entanto, não é apenas na luta contra os moradores de rua que a redução ao corpo se manifesta. Segundo Lanzarini, a “expressividade corporal” própria ao morador de rua (sujeira, exposição de feridas etc.) responde à forma de atenção que recebe por parte das entidades assistenciais, reconhecendo o sofrimento apenas na forma do prejuízo à integridade física. No extremo, “aquele que não dispõe mais de nada além de seu corpo não fala mais, não se expressa mais, mas simplesmente deixa-se levar, cuidar, lavar...”⁸ Pensamos aqui no narrador do *Inominável*, de Beckett, “enfiado, como um ramo, numa jarra profunda” da qual era retirado, uma vez por semana, para esvaziá-la, pela dona do boteco vizinho.⁹

Ao extremo, é também como corpo que o pobre pode esperar sua reintegração no Mercado. Corpo entendido, conforme as tecnologias biológicas atuais, como conjunto de órgãos potencialmente transplantáveis. D. Le Breton, evocando a venda dos próprios rins por Indianos, indaga: “no limite, as camadas populares tornam-se o viveiro de órgãos (ou de

⁶ e combatido; cabe assinalar que tomamos conhecimento dessas medidas através do combate à discriminação por organizações de defesa dos *homeless*. Muitas vezes conseguiram anular esse tipo de leis por violar a constituição. Não queremos, portanto, apresentar essas práticas como sendo gerais e inquestionadas. São, porém, reveladoras de um certo clima.

⁷ D. Mitchell, “The annihilation of space by law”, *Antipode*, 29:3, 1997, p. 307.

⁸ C. Lanzarini, *Survivre dans le monde sous-prolétaire*, p. 199.

⁹ S. Beckett, *O inominável*, tradução de Waltensir Dutra, pp. 44-45.

sangue) das camadas privilegiadas ou dos cidadãos de países mais favorecidos”¹⁰. Nos Estados Unidos, é comum a venda de seu sangue (ou, mais comumente, de sua fração chamada *plasma*) por parte de *homeless*. Como notam Snow e Anderson:

Num mundo de oportunidades limitadas e irregulares de ganhar alguns dólares um afloramento de regularidade econômica se destaca como um raio de luz numa noite escura. Os bancos de sangue ou centros de plasma são únicos em oferecer aos moradores de rua uma oportunidade certa de amealhar alguns dólares.¹¹

Seguindo uma idéia de Bauman, segunda a qual, além da renda, da riqueza, das condições de vida, é “o direito à individualidade, que está sendo crescentemente polarizado”¹², podemos pensar que a negação de sua individualidade deixa aos ‘economicamente redundantes’ apenas o que têm de mais genérico, a saber sua composição biológica.

O ABISMO DA RUA

Realizando, no início dos anos noventa, uma pesquisa sobre “o modo de vida dos SDF”¹³ em Paris, Daniel Terrolle encontra o enigma dos números: uma taxa baixíssima de reinserção, que não explica a maior parte das ‘saídas das ruas’. Seguindo, então, a pista da saída pela morte, Terrolle confronta-se à ausência de estatísticas sobre mortes de moradores de rua, e resolve acompanhar o percurso de um SDF morto na rua, desde a descoberta do corpo até seu sepultamento, passando pelo Instituto Médico Legal. O destino final do corpo não é mais a vala comum, mas o “túmulo individual de decomposição rápida”, um dispositivo que ‘recicla’ o corpo em cinco anos. Nota que a capacidade do sistema dobrou entre 1994 e 2000 para fazer face ao aumento dos sepultamentos gratuitos. O autor conclui que “94 a 95% dos SDF se reinserem somente por uma morte rápida”¹⁴ e cita um estudo feito por médicos suecos, entre 1969 e 1971, estimando uma mortalidade entre os moradores de rua nove vezes maior que no resto da população.¹⁵ Falar em ‘reinserção pela morte’ se justifica, argumenta Terrolle, pois, uma vez morto, o SDF reencontra uma inscrição social, medical e administrativa idêntica aos outros membros da sociedade.

¹⁰ D. Le Breton, *Anthropologie du corps et modernité*, p. 232.

¹¹ Snow, D; Anderson, L., *Desafortunados*, p. 257.

¹² Z. Bauman, *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 48.

¹³ *Sans Domicile Fixe*, termo qualificando, na França, os moradores de rua. O que segue está baseado em seu artigo *La mort comme seule réinsertion*, in: P. Gaboriau e D. Terrolle (dir.) *Ethnologie des sans-logis*.

¹⁴ *Ibid*, p. 199.

¹⁵ A associação *Morts de la rue* investigou os 112 moradores de rua mortos em Paris entre fevereiro e outubro de 2005 e estabeleceu a média de sua idade em 49 anos, enquanto a esperança de vida do conjunto da população francesa é de 77 anos para os homens e de 84 anos para as mulheres. Fonte: “Dans la rue, l’espérance de vie ne dépasse pas la cinquantaine”, *Libération*, 15 de dezembro de 2005.

Morre-se muito na rua, em São Paulo também, como confirmará qualquer morador de rua questionado a respeito. As notícias na imprensa, fora casos espetaculares como alguma chacina, acompanham geralmente o frio do inverno, quando o número de mortes ultrapassa o que parece ser um 'limiar de sensibilidade jornalística'. Assim, uma notícia de 1990 menciona, casualmente, uma declaração do diretor do IML, segundo a qual "a cada 24 horas morrem em São Paulo uma média de cinco pessoas que vivem nas ruas¹⁶", sem precisar se o número se refere ao ano todo ou a um período determinado, acrescentando, no entanto, que "esta média vem sendo mantida de oito a dez anos". Assim são as notícias sobre mortes de moradores de rua: na ocasião de um acontecimento espetacular, alguns números aparecem; por exemplo, na época da morte do índio Galdino Jesus dos Santos em Brasília, estamos informados de que "dois moradores de rua, em média, são atacados [isto é, incendiados] e terminam vítimas de queimaduras graves todos os meses em São Paulo."¹⁷

Considerando as condições de sobrevivência na rua, Corinne Lanzarini, autora de uma pesquisa sobre moradores de rua em Paris,¹⁸ defende a idéia de que eles vivem num *outro mundo*, um mundo de "violência extrema". "As margens da democracia social", escreve, "remetem aos espaços onde o direito, praticamente, não existe mais, onde a vulnerabilidade é extrema e as ameaças são permanentes."¹⁹ Diante da situação de constante exposição à violência que lhe é comum, Lanzarini compara os moradores de rua aos deportados nos campos de concentração nazista. Apoiando-se nos vários testemunhos sobre estes, aponta para a semelhança das condições e das estratégias de sobrevivência.

A comparação entre a rua e o campo adquire um outro sentido, talvez mais interessante, se, acompanhando o pensamento de G. Agamben, deslocamos a questão habitual sobre os campos: "como foi possível cometer delitos tão atroz para com seres humanos" e questionamos as condições jurídicas e políticas que "permitiram que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito".²⁰ Notando que a gênese dos campos de concentração nada tem a ver com o direito (enquanto, por exemplo, uma transformação do direito carcerário) mas sim com o estado de exceção e a lei marcial, Agamben afirma que "o campo é o espaço que se abre quando o

¹⁶ *Folha de S. Paulo* "Mais 5 pessoas morrem de frio nas ruas de SP", 28 de julho de 1990.

¹⁷ *Folha de S. Paulo* "Fogo atinge 2 mendigos por mês", 23 de abril de 1997.

¹⁸ C. Lanzarini, *Survivre dans le monde sous-prolétaire*.

¹⁹ Op. cit. p. 13.

²⁰ G. Agamben, *Homo Sacer*, p. 178.

estado de exceção começa a tornar-se a regra.”²¹ Isto faz do campo “o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tinha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação”.²² O campo sendo assim “a materialização do estado de exceção”, de fato, “nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja sua denominação ou topografia específica”.²³

HOMO SACER BRASILIENSIS

Voltando às agressões contra moradores de rua, a característica mais óbvia que lhe é comum é a *impunidade* que protege seus autores. Até casos espetaculares, como a série de assassinatos que aconteceu em agosto de 2004 em São Paulo, causando a morte de sete moradores de rua e deixando oito outros gravemente feridos, continuou impune um ano depois.²⁴ Isso apesar de ampla cobertura pela imprensa, várias manifestações, declarações das autoridades, ostentação de inquérito policial etc. Deduz-se que os assassinatos isolados beneficiam de total impunidade, o que designa os moradores de rua como, potencialmente, *matáveis*. O livro de Giorgio Agamben, *Homo sacer* oferece elementos que podem nos ajudar a entender o estatuto de tal categoria, que aliás, no Brasil, não se limite aos moradores de rua.

À procura de uma origem absoluta do poder soberano, Agamben reatualiza uma figura obscura do direito romano arcaico, o *homo sacer* (homem sacro). O *homo sacer* é aquele que, por ser sacro, não pode ser sacrificado, isto é, executado conforme ao ritual, mas que pode, porém, ser morto por qualquer um. Situação aparentemente paradoxal, em que aquele que está posto fora do ordenamento está, ao mesmo tempo, absolutamente exposto: “Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem”²⁵. Se seguimos Agamben, o estado de exceção constitui uma forma de exclusão, contanto que “aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão.”²⁶ Excluído, entendido assim, não significa

²¹ Op. cit. p. 175.

²² Ibid, p. 178.

²³ Ibid, p. 181.

²⁴ *Folha de S. Paulo*, “Impune, morte de morador de rua faz um ano”, 19 de agosto de 2005.

²⁵ G. Agamben, *Homo sacer*, p. 36

²⁶ Ibid, p. 25

apenas privado dos benefícios que a sociedade oferece. Significa, antes, expulso da humanidade, reduzido à ‘vida nua’.

Num artigo sobre as favelas de São Paulo²⁷, P.S. Pinheiro afirma que os pobres do Brasil vivem num ‘regime paralelo de exceção’, regime que não sofreu grandes alterações com as ‘transições democráticas’ que seguiram os períodos de ditadura militar (1945-1947 e 1964-1985). Pinheiro aponta a periferia como um espaço fora da lei, onde vigor a violência e o arbitrário policial, sendo também o lugar privilegiado para execuções sumárias de ‘suspeitos’ por parte de policiais, geralmente longe do local onde eles foram apreendidos. A situação descrita por Pinheiros se reflete, para o cidadão comum, nas notícias cotidianas, que já tornaram banais as mortes de ‘supostos traficantes’ em operações policiais nas favelas. Que ela deixa de ser chocante se deve, parece-nos, ao fato que os ‘criminosos’ (isto é, potencialmente, qualquer pobre) não pertencem, para a opinião pública brasileira, plenamente à humanidade.

A noção de uma ‘subumanidade’, composta por não-pessoas, é praticamente coextensiva à história do Brasil. Como bem mostrou Otavio Ianni, a abolição da escravidão nada teve a ver com uma emancipação dos escravos e sua acessão à cidadania. A mão-de-obra escrava foi simplesmente abandonada quando as necessidades da economia a tornaram contraprodutiva, e substituída por trabalhadores livres, em sua maioria importados da Europa. A sociedade brasileira contemporânea é cheia de barreiras econômicas que constituem pontos de separação entre a subumanidade dos pobres e os cidadãos; um exemplo entre tantos é a existência de um regime diferenciado de encarceramento para quem tem ‘curso superior’ (um indicador certo de pertencimento à classe média ou alta) e que permite escapar das condições desumanas das cadeias comuns.

É, talvez, por conta de sua história, que, no Brasil, a pobreza, como afirma Vera Telles, é *naturalizada*:

(...) neste país, as distâncias sociais são tão grandes e o fosso social tão imenso que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça e da igualdade se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais, de tal modo que a trama das desigualdades e iniquidade é como que neutralizada, fixando diferenças e assimetrias (de classe, de gênero, de idade, de raça, de origem) em modos de ser não apenas distintos, mas incomensuráveis porque ancorados na ordem natural das coisas – ou melhor, fixadas no mundo irrefletido das “evidências naturais” (...) ²⁸

²⁷ P.S. Pinheiro, “Survivre dans les favelas de São Paulo”, *Esprit*, No 6, juin 1994.

²⁸ V. S. Telles, *Direitos sociais*, p. 10.

CORPOS ABJETOS

Se o atributo comum das diversas categorias de indivíduos matáveis é a pobreza, corresponde, entretanto, a cada uma dessas categorias, uma justificativa própria para sua eliminação. O suposto criminoso, por exemplo, deve ser morto porque constitui uma ameaça à segurança do cidadão, como evidenciam as ‘falas do crime’ analisadas por T. Caldeira²⁹. Acreditamos que o atributo que caracteriza o morador de rua como matável é a *sujeira* – real ou suposta – que o qualifica como *corpo abjeto*, percebido como uma ameaça à saúde pública. Assim, na época em que se falava em cólera no Brasil, um jornal de bairro escrevia:

Por mais humano e compreensivo que se queira ser, não é possível deixar de observar que esses moradores de rua raramente tomam banho, dormem no mesmo local onde defecam e sua presença nas proximidades de onde se vendem alimentos é um risco terrível para a propagação da doença.³⁰

Exigindo medidas para afastar os moradores de rua, o jornal justifica: “trata-se de preservar a saúde do restante dos 13 milhões de habitantes da Cidade. Isto não é preconceito, é prevenção.” Mais recentemente, foi noticiada a expulsão de um morador de rua de uma área de alto valor imobiliário, e reproduzido o seguinte comentário de um comerciante local: “ele era uma ameaça à saúde das crianças. A imundície, o mau cheiro, podiam contaminar as crianças que brincam no playground da praça”.³¹ Vemos que não é necessária a justificativa de uma suposta doença: a sujeira, o mau cheiro, já apresentam, em si, um risco de contaminação... Significativamente, no mesmo caso da Vila Nova Conceição, o morador de um prédio vizinho tinha chamado a Limpurb, serviço de limpeza pública da cidade de São Paulo, para que retirasse o indesejável. De fato, os argumentos higienistas já traduzem uma ‘racionalização’ (no sentido freudiano) do abjeto, que não é um conceito, mas sim uma sensação.

Essa persistente associação dos moradores de rua com a sujeira, sua assimilação ao lixo, leva ‘naturalmente’ a pensar sua retirada das ruas em termos de limpeza. Torna claro o papel do *fogo*, elemento purificador por excelência. Segundo Frangella, “atear fogo significa a tentativa de consumição do corpo do morador de rua. Significa aniquilar o único suporte material e simbólico do morador de rua que lhe é irredutível.”³² É a lógica de Auschwitz, donde saía-se “só pela chaminé”, como repetiam os SS aos deportados.

²⁹ T. Caldeira, *Cidade de muros*, parte 1.

³⁰ *Jornal da Bela Vista*, “Mendigos: mais uma ameaça de cólera”, 9 de maio de 1993.

³¹ *Folha de S. Paulo*, “O morador de rua que irritou um bairro e acabou no Pinel”, 22 de maio de 2005.

³² S. Frangella, *Corpos urbanos errantes*, p. 280.

Uma das minhas primeiras surpresas, quando comecei meu trabalho de campo, foi a limpeza de boa parte dos moradores de rua que encontrava. Ficou claro que o estado de completa negligência na aparência corporal, que tipifica o morador de rua, era atributo de uma minoria (sendo que existe toda uma gradação entre a aparência impecável e seu oposto). O corpo abjeto, assim, não se confunde com o corpo ‘empírico’ do morador de rua e deve ser entendido como “uma forma específica de incorporação (*embodiment*)” conforme a formulação de Samira Kawash³³. Segundo ela, o “corpo *homeless*” é produzido como contrapartida do ‘público’, isto é, os usuários legítimos dos espaços públicos. O que aparece como a sujeira do corpo *homeless*, afirma Kawash, não é simplesmente o produto natural das circunstâncias de vida na rua; mas antes, “a visão pública do *homeless* como ‘imundície’ marca o perigo deste corpo *enquanto corpo* para a homogeneidade e a completude do público.” Em suma, é por ser *deslocado* que o morador de rua é percebido como sujo (ou mesmo, sujeira).

O MORADOR DE RUA COMO CATEGORIA

Examinando a imagem pública dos moradores de rua, Mattos e Ferreira apresentam cinco estereótipos que lhe são comumente associados: *vagabundo* (aquele que não quer trabalhar), *louco*, *sujo*, *perigoso* e *coitado*. “O conjunto destas tipificações” comentam os autores, “suscita nos cidadãos domiciliados ações que trafegam no extremo da total indiferença chegando até a repulsa e a violência física.”³⁴ Nos parece apropriado o uso feito pelos autores do conceito de ‘esquema tipificador’, emprestado da sociologia fenomenológica (Schütz, Berger e Luckman). Com efeito, a tipificação, atribuindo certas propriedades a todos os indivíduos classificados na mesma categoria, orienta as relações que mantemos com os outros: “na maioria dos tempos, meus encontros com outros na vida cotidiana são típicos num duplo sentido – eu apreendo o outro *enquanto* tipo e eu interage com ele numa situação que é ela mesma típica.”³⁵

O *catador* e o *mendigo* nos parece representar os dois pólos da classificação da população de rua. O mendigo – não se trata de pessoas vivendo de mendicância, mas da *imagem* do mendigo –, acumula todos os estereótipos estigmatizantes apontados por Mattos e Ferreira. É o morador de rua visto como indesejável, como mostram as queixas dirigidas à

³³ S. Kawash, “The homeless body”, *Public Culture*, vol. 10, No 2, winter 1998.

³⁴ R.M. Mattos, R.F. Ferreira, “Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua”, *Psicologia & Sociedade*; 16(2), maio/agosto 2004, p. 51

³⁵ Berger, P.; Luckmann, T., *The social construction of reality*, p. 43.

Secretaria do Bem-Estar Social: “a maioria dos reclamantes identificava a população de rua como *mendigos*, sendo que o motivo predominante apontado para a remoção era a existência de bagunça e sujeira nos lugares”.³⁶ Há de se notar que os artigos da imprensa cotidiana se referindo aos moradores de rua os chamam sistematicamente de ‘mendigos’ até o início dos anos 90, quando começa a ser reconhecido um número importante de desempregados nas ruas.

O catador, por sua vez, é visto como um trabalhador. Essa imagem, portadora de uma certa redenção do morador de rua, deve-se a um conjunto de fatores, entre os quais as lutas para o reconhecimento conduzida por alguns deles, a política das duas administrações do PT (da prefeita Luiza Erundina e, na época de minha pesquisa, da prefeita Marta Suplicy, que garantiu uma certa proteção aos carroceiros), o ‘ecologismo’ crescente que vê neles ‘recicladores’ etc. O catador pode ser visto como um produto da ‘luta das classificações’ apontada por Bourdieu³⁷.

A classificação de indivíduos em categorias, como processo social, é sempre uma tarefa política. No caso dos moradores de rua, as categorias e subcategorias que os definem fundamentam, não apenas as políticas públicas, mas também o conjunto de ações, amplas ou minúsculas, que afetam a vida daqueles que moram nas ruas da cidade. Essas ações, em contrapartida, participam também da criação das categorias, que não é apenas um processo cognitivo: um muro, por exemplo, divide concretamente aqueles que estão de um lado ou do outro. É nesta perspectiva que tentaremos, nos parágrafos seguintes, encarar a gestão urbana como mecanismo de produção e manutenção de grupos sociais. Trata-se de *geopolítica urbana*, entendendo por geopolítica, com Yves Lacoste, “toda rivalidade de poderes e de influência sobre um território, qualquer que seja sua forma – mais ou menos violenta – e qualquer que sejam as dimensões dos espaços concernidos.”³⁸ Antes de abordar as políticas públicas, examinaremos duas tendências fortes que modelam atualmente as cidades: a *privatização* e a *segregação*.

A CIDADE PRIVATIZADA

Em 1996, na esteira dos Jogos Olímpicos, a cidade de Atlanta adotou um decreto proibindo o “camping urbano”. Essa medida, a despeito de seu título quase cômico, inscreve-se na

³⁶ Vieira, Bezerra, Rosa (org.) *População de rua*, p. 134.

³⁷ “as lutas das classificações, individuais ou coletivas, que visam transformar as categorias de percepção e de apreciação do mundo social, e, assim, o mundo social, são uma dimensão esquecida das lutas de classe.” P. Bourdieu, *La distinction*, p. 564.

³⁸ Y. Lacoste in *Hérodote*, nº 101, 2003, p. 3.

série de leis sobre a 'qualidade de vida' já mencionadas, visando diretamente os *homeless*³⁹. Com efeito, "camping" é definido pelo decreto como o fato de "residir (...) em parque público, rua ou praça" e as atividades proibidas incluem "erguer tendas ou qualquer estrutura oferecendo abrigo, fazer preparativos para dormir, guardar possessões pessoais, acender um fogo, cozinhar regularmente ou preparar refeições, ou viver num veículo estacionado"⁴⁰. O interesse particular desse decreto, e, sobretudo, da maneira como foi elaborado, votado e aplicado, é de anunciar o poder emergente dos interesses privados (isto é, das grandes empresas, muitas vezes transnacionais) nas grandes cidades.

Considerada pelo *National Law Center on Homelessness and Poverty* uma das cidades mais duras para com os *homeless*, Atlanta contava, em 1996, cerca de 15.000 *homeless*, para uma população total de 2,65 milhões de habitantes. Num momento de grande visibilidade midiática, a presença de *homeless* nas ruas aparecia como um problema de relações públicas, pois apresentava uma imagem de "decadência urbana". É nesse ponto que intervem o CAP (*Central Atlanta Progress*), uma associação de empresas a favor da 'revitalização' do centro⁴¹. Com a ajuda de um *think tank* neoconservador, elabora o texto do decreto, 'trabalha' os vereadores (que acabam votando o decreto), monta uma força de polícia privada, com 55 agentes, para patrulhar as calçadas do centro. Esse vigor se deve, por parte, ao empreendimento dos Jogos Olímpicos, cuja organização coube, em boa parte, ao setor privado, que ganhou assim muito poder nos assuntos da cidade. Uma análise das apreensões feitas durante os primeiros doze meses de vigência da lei demonstra, sobretudo, a preocupação em tirar os moradores de rua da vista dos transeuntes. A maioria das citações, com efeito, ocorreu em parques, nas estações e nos horários em que havia grande circulação de pedestres. Comentando as *Quality of Life Ordinances* em geral, Mitchell escreve:

A meta para as cidades, na década de 90, foi de experimentar novos modos de regulação sobre os corpos e as ações dos *homeless*, com a esperança meio desiludida que isso ia manter ou aumentar o valor de troca da paisagem urbana, numa economia global de locais em grande parte equivalentes. (...) através dessas leis e por outros meios, as cidades procuram usar uma paisagem urbana que parece ser estável, ordenada, como incentivo aos investimentos e para manter a viabilidade dos investimentos atuais nas áreas centrais

³⁹ Baseamo-nos no artigo de E. Hopkins e L. Nackerud, "An analysis of Atlanta's Ordinance Prohibiting Urban Camping: Passage and Early Implementation", *Journal of Social Distress and the Homeless*, vol. 8, No 4, 1999.

⁴⁰ citado por Hopkins e Nackerud, p. 270.

⁴¹ Mereceria ser investigado o paralelo possível com a associação paulistana *Viva o Centro*, tutelada, segundo E. Yazigi, pelo Bank Boston, e travando uma luta contra o comércio de rua. v. E. Yazigí, *O mundo das calçadas*, p. 197.

(mostrando para os comerciantes, por exemplo, que estão fazendo algo para que os compradores continuem indo para o centro).⁴²

Em suma, continua, ao afastar delas os *homeless*, trata-se de “recriar as ruas do centro *como paisagem*”⁴³. Uma paisagem cuja função é de tranquilizar os consumidores, que, já acostumados com o ambiente controlado dos *shopping centers*, podem evitar as ruas percebidas como perigosas por conta dos estranhos que as povoam. Estendemo-nos no exemplo da cidade de Atlanta porque nos parece prefigurar algumas tendências já perceptíveis em São Paulo. O decreto, voltado para os interesses daqueles “que pagaram para a propriedade pública” exprime bem a penetração da lógica de mercado em todos os setores da vida pública, e na administração das cidades em particular, reformulando nos seus termos a problemática urbana:

Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana*.⁴⁴

As cidades, agora competindo num mercado mundial para atrair investimentos, passam a ser, cada vez mais, vistas (e, conseqüentemente, administradas) como *empresas*. Assim, da mesma forma que as grandes empresas praticam o *outsourcing*, terceirizando todas as atividades que não sejam diretamente ligadas a sua ‘missão’ (reduzindo-se, no extremo, a um departamento de marketing, como a *Nike*), as cidades terceirizam, de modo crescente, parte de seus serviços para empresas privadas. Em São Paulo, um aspecto deste processo, que incide diretamente sobre a vida dos moradores de rua, é o número crescente de locais públicos (geralmente praças) entregue à gestão privada pelos chamados ‘contratos de parceria’. A subprefeitura da Sé, por exemplo, estava oferecendo, em 2005, “190 praças e encostas e outros 43 canteiros centrais ou laterais”⁴⁵ para adoção por empresas, que ganham com isso o direito de colocar publicidade no local, em troca de sua manutenção. Nos ‘antes e depois’ que eu pude observar, a praça⁴⁶ chamada “Campo de Bagatelle” em Santana e a *praça Júlio Prestes* na região da Luz (centro), foi notável o sumiço dos moradores de rua. Não vi, entretanto, evidências de uma vigilância privada impedindo que

⁴² Mitchell, op. cit., p. 316.

⁴³ *ibid.* p. 323.

⁴⁴ C.B. Vainer, *Pátria*, empresa e mercadoria, in *A cidade do pensamento único*, p. 76.

⁴⁵ *Folha de S. Paulo*, “Banco de dados irá monitorar áreas verdes do centro”, 2 de julho de 2005.

⁴⁶ Na realidade, trata-se de uma ‘ilha’ residual, pois não tem nenhum acesso para pedestres.

eles voltem; é possível que a 'parceria' incluía, como parte que cabe à Prefeitura, um policiamento reforçado do local.

A CIDADE SEGREGADA

Segundo Teresa Caldeira, "um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano" estaria emergindo em São Paulo, o que ela chama de "enclaves fortificados"⁴⁷, definidos como "espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo." Pensa-se imediatamente à proliferação de *shopping centers* e condomínios fechados, espaços cujo acesso é submetido a um controle mais ou menos estrito. Este padrão se oporia ao modelo clássico de segregação segundo a oposição centro / periferia, substituindo muros e dispositivos de vigilância eletrônica às distancias como garantia de separação das classes sociais.

Segundo o modelo centro / periferia, que dominou a urbanização paulistana entre os anos 1940 e os anos 1980 (com um apogeu nos anos 70), "as classes sociais vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal"⁴⁸. Essa distribuição socio-espacial marcou profundamente a cidade, criando problemas específicos de transporte e infra-estrutura. Entretanto, nota-se, a partir dos anos 80, um movimento de suburbanização das classes médias e altas, que começa a deixar as áreas centrais da cidade e migrar para bairros periféricos (o primeiro e mais notável deles sendo o Morumbi). As novas moradias são situadas em prédios de apartamentos, geralmente reunidos em conjunto incluindo certos serviços e equipamentos de lazer, isolados de seu entorno por muros altos. Em alguns casos, os muros separam residências luxuosas da favela adjacente⁴⁹, oferecendo a imagem de um posto avançado em meio ao território inimigo. Esses e outros 'enclaves fortificados' compartilham, segundo Caldeira, certas características:

Primeiro, eles usam dois instrumentos para explicitamente criar separação: barreiras físicas, como grades e muros, e grandes espaços vazios que criam distância e desencorajem a aproximação de pedestres. Segundo, (...) a separação é garantida por sistemas privados de segurança: controle e vigilância são condições para a homogeneidade social interna e o isolamento. Terceiro, os enclaves são universos privados voltados para dentro; seu desenho e organização excluem gestos em direção à

⁴⁷ T. Caldeira, *Cidade de muros*, p. 11.

⁴⁸ *Ibid* p. 218

⁴⁹ Ver fotos em *Cidade de muros*, p. 248.

rua. Quarto, pretendem ser mundos independentes que proscvem a vida exterior, avaliada em termos negativos. (...) a relação que estabelecem com o resto da cidade e sua vida pública é de evitação; dão-lhes as costas.⁵⁰

Pelas rígidas separações que promovem entre as categorias sociais, os enclaves fortificados negam a convivência das diferenças sociais, característica das cidades modernas. Promovam a percepção do outro com base em estereótipos e alimentam o medo; este, por sua vez, retroalimenta o processo, pois a ‘segurança’ é sempre invocada como principal motivo do isolamento. Como apontou Davis, “a ‘segurança’ tem menos a ver com a proteção de cada um do que com o grau de isolamento pessoal, em ambientes residenciais, de trabalho, consumo e viagem, em relação a grupos e indivíduos ‘desagradáveis’, ou mesmo à multidão em geral.”⁵¹

Em contradição aparente com a tendência apontada por Caldeira, nota-se, de uns anos para cá, em São Paulo, um movimento a favor da ‘revitalização’ do centro. Anunciaria uma reabilitação do espaço público – no seu sentido ‘moderno’ - na cidade? É provável que não, pois a homogeneidade social cultivada pelos enclaves fortificados vai se tornando o modelo da vida pública. Na nova utopia urbana, o estranho é uma ameaça à segurança, à felicidade, ao “direito de não ser incomodado”⁵². Com isso, a recriação, em espaço aberto, da paisagem de segurança proporcionada pelos enclaves requer o policiamento dito de “tolerância zero”. Essa forma de manutenção da ordem pública é fundamentada na teoria da “janela quebrada”, elaborada por dois criminologistas, Kelling e Wilson, cujo artigo⁵³ inspirou o policiamento do metrô de Nova Iorque no início do anos 90. Afirmando que “ao nível da comunidade, desordem e crime estão inextricavelmente ligados”, Kelling e Wilson constroem seu argumento no exemplo seguinte: se um vidro de uma casa é quebrado e deixado assim, sem ser consertado, ele age como um sinal que os outros vidros da casa podem ser quebrados impunemente, o que leve, naturalmente, à destruição de todos os outros vidros. Assim, a “primeira janela quebrada” pode ser, conforme aos autores, a presença de um mendigo na rua, sinal de desordem que leva ao seu alastramento e, por fim, ao crime.

Indesejáveis nas ruas e praças, porém impossíveis de serem eliminados de vez, os moradores de rua devem ser administrados de forma a não interferir com os usuários

⁵⁰ T. Caldeira, “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”, *Novos Estudos CEBRAP*, No 47, março 1997, p. 164.

⁵¹ M. Davis, *Cidade de quartzos*, p. 206.

⁵² Fórmula usada na propaganda para um condomínio fechado, reproduzida por Caldeira, *Cidade de muros*, p. 267.

⁵³ J. Q. Wilson e G. L. Kelling, “Broken windows”, *Atlantic Monthly*, March 1982.

legítimos do espaço público. Um meio comum de realizar essa segregação espacial é aquele que se convencionou chamar de *contenção*, assim descrita por Snow e Anderson:

Aplicada aos moradores de rua, a contenção é uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam ao senso de ordem pública, restringindo sua mobilidade ou âmbito ecológico e reduzindo sua visibilidade pública. Seu objetivo, como disse um policial sem pensar, “é manter os moradores de rua longe das vistas dos outros cidadãos”.⁵⁴

A contenção consiste assim, na prática, em manter os moradores de rua dentro de uma área definida, geralmente degradada, onde se concentram também as instituições de atendimento à população de rua. Em São Paulo, por exemplo, a baixada do Glicério parece ter sido, na época de minha pesquisa, uma tal ‘zona de contenção’: existia ali uma certa tolerância⁵⁵ para com as instalações de abrigos improvisados – impedindo, todavia, qualquer consolidação – e o viaduto abrigava uma população considerável. Notava-se também a presença de um albergue, de uma *Casa de convivência*, de um ferro-velho mantido por franciscanos, etc. Além disso, a população da baixada é, na sua maioria, pobre, boa parte dela morando em cortiços. É claro que esses espaços de rejeição são sempre temporários, podendo mudar conforme à valorização imobiliária da região. Um dos resultados das políticas de contenção é a criação de guetos, como aquele descrito em Los Angeles por Davis:

adotando com auto-consciência o idioma da guerra fria urbana, a cidade promove a ‘contenção’ (termo oficial) dos sem-tetos num submundo, ao longo da Rua 50 a leste da Broadway, transformando sistematicamente o bairro numa favela a céu aberto. (...) Ao concentrar a massa de desesperados e desassistidos juntos num lugar tão pequeno, negando-lhes moradia adequada, a política oficial transformou a área de submundo provavelmente nos dez quarteirões mais perigosos do mundo (...)⁵⁶

POLÍTICAS PÚBLICAS

A ‘questão’ dos moradores de rua aparece como tal, isto é, como objeto de medidas específicas, dentro de dois campos distintos da administração da cidade de São Paulo: como problema social, remetido à Secretaria de Assistência Social, e como problema urbanístico, da competência dos serviços de limpeza das vias públicas das subprefeituras.

Começaremos por esta parte, com o procedimento voltado especificamente para os

⁵⁴ Snow, Anderson, *Desafortunados*, p. 167.

⁵⁵ No final da minha pesquisa de campo (outubro de 2005) percebi sinais que a situação ia mudar.

⁵⁶ Davis, op. cit., p. 213.

moradores de rua: o *rapa*⁵⁷. Na sua forma mais comum, o *rapa* envolve fiscais da prefeitura (entre 3 e 5), chegando numa Kombi, um caminhão para levar o material apreendido, e, frequentemente, uma viatura da Guarda Civil Metropolitana, para enfrentar uma eventual resistência. Como o apelido já sugere, o *rapa* leva *tudo* (com a exceção, importante, das carroças e seu conteúdo). Tida, no início de minha pesquisa, por uma inovação da prefeita Marta Suplicy (seguindo o testemunho de vários moradores de rua), descobri depois que a prática já era antiga. Há uma notícia de jornal de 1994⁵⁸ relatando procedimentos muito similares aos do *rapa* de hoje, com a diferença que as pessoas eram então levadas para o Cetren. Alguma trégua, nas primeiras semanas da administração de José Serra, levou certos moradores de rua a pensar que a prática seria abolida. A ilusão durou pouco: quando foi retomada, em fevereiro de 2005, parecia dotada de uma nova brutalidade. Chegou também em lugar até então poupados, como certas ‘ilhas’ na Marginal Tietê. E, mais preocupante, em setembro de 2005 começou a tirar dos moradores de rua suas carroças, consideradas intocáveis até então, devido a uma determinação da ex-prefeita Marta Suplicy.

Ao longo de minha pesquisa de campo, o *rapa* se manifestou sobretudo por seus efeitos; várias vezes, passei em locais ocupados por moradores de rua pouco tempo depois do caminhão fatídico. Era sempre o mesmo espetáculo: quem não tinha uma carroça para guardar seus pertences ficava só com as roupas do corpo, prostrado. Aí contavam: que o *rapa* levou tudo, mantimentos, as roupas do bebê, os documentos etc. Um deles até me disse: “só não entendo por que não matam a gente”. Os métodos ‘nazistas’ acompanhando o *rapa* foram apontados por vários entrevistados, como se pode esperar de uma operação tão próxima de uma ‘limpeza social’. A destruição do hábitat é uma maneira clássica de aterrorizar as populações. Foi, por exemplo, usada extensamente pelo exército israelense contra os Palestinos, ao título de ‘punição coletiva’.⁵⁹ Assim, por aniquilar periodicamente os esforços feitos para habitar a rua, o *rapa* aparece como uma das práticas mais brutais para com os moradores de rua.

Foi só depois de um ano de campo, em março de 2005, que presenciei a operação, conduzida pela subprefeitura da Mooca, na *praça São José do Belém*. Os esbirros de colete amarelo, conhecidos como ‘fiscais da prefeitura’ pareciam se divertir muito, arrancando das mãos de um morador da praça uma pequena mala, onde ficavam guardados, dizia ele, seus

⁵⁷ São também chamada assim as operações de retiradas de camelôs; apesar de várias semelhanças, são operações distintas.

⁵⁸ *Jornal da Tarde*, “Prefeitura manda tirar mendigos do centro”, 16 de agosto de 1994.

⁵⁹ ver S. Qouta, R. Punamäki, E. El Sarraj, “House demolition and mental health: victims and witnesses”, *Journal of Social Distress and the Homeless*, vol. 7, No 4, 1998.

documentos. A mala foi parar na caçamba do caminhão, junto com os outros pobres pertences do homem.⁶⁰

A outra vertente da política municipal inclui tudo que é assistência, quer por ações diretas da Secretaria de Assistência Social, quer em parceria com entidades privadas, geralmente religiosas. O objetivo aqui é também de tirar as pessoas da rua, desta vez por considerar essa uma condição “indigna”, como constava na apresentação do Projeto Acolher em 2002.⁶¹ A retirada, no entanto, baseia-se mais na oferta de alternativas à rua do que na repressão. Um documento da prefeitura, descrevendo a “rede de proteção à população adulta de rua”⁶², enumera os serviços dedicados aos moradores de rua. Consistem principalmente em albergues; o documento indica a existência de 35 albergues na cidade, totalizando mais de 7 mil vagas. Há também 12 *casas de convivência*, um serviço apreciado pelos moradores de rua, já mencionado em outro capítulo. Antes de falar dos albergues, gostaria de apontar um elemento relativamente novo das intervenções junto à população de rua: a chamada *reinserção*. Assim, no documento da prefeitura mencionado acima, constam “8 núcleos de qualificação e capacitação profissional”, oferecendo cursos cujo objetivo é de “qualificar e reinserir essas pessoas no mercado de trabalho, desenvolvendo suas habilidades.” Analisando as políticas de assistência aos sem-teto em São Paulo, Joana Barros⁶³ aponta essa preocupação com a ‘reinserção’ como uma nova fase do trabalho das entidades assistenciais. Seu objetivo, segundo Barros, é de “conformar os sem-tetos a uma identidade de trabalhador”, resgatando a “autonomia e o respeito de si”. Ora, a reinserção prometida não passa, nas condições atuais, de uma miragem: “apesar de toda essa questão de reinserção, não se insere (...) acaba sendo uma política que visa tirar [os sem-teto] da vista” comenta, desiludida, uma freira da Organização Auxílio Fraternal⁶⁴. Há, com efeito, uma contradição patente: quando se constata um aumento de 30% do desemprego entre 1995 e 2003 na cidade de São Paulo (dados do SEADE), ninguém pensa num aumento, na mesma proporção, da falta de habilidade dos trabalhadores; quando visto como estatística, o desemprego é encarado como um fato estrutural, ligado ao funcionamento da economia. No entanto, quando se passa ao nível individual, é

⁶⁰ Diário de campo, 8 de março de 2005.

⁶¹ citado por Frangella, op. cit., p. 115

⁶² disponível no endereço:

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/servicos/populacao_ rua Acessado dia 12 de outubro de 2005.

⁶³ J. Barros, “Entre programmes sociaux et invisibilité publique: la politique d’assistance aux sans-logis à São Paulo”, *Espaces et Sociétés*, v. 1-2, No 116-117, 2004, pp. 125-142.

⁶⁴ citado por J. Barros

transformado numa questão de capacidade pessoal. Barros aponta claramente a contradição do discurso da reinserção, que pretende preparar as pessoas para um mercado de trabalho que não existe; ela vê isso, entretanto, como uma mera incoerência. Podemos ir além dessa constatação e questionar o que essa política pode produzir; e a resposta é clara: perdedores. Ao individualizar um problema fundamentalmente social, produz-se identidades de fracassados; longe de ‘resgatar a auto-estima’ como se pretenda, a chamada reinserção é outra forma de estigmatização do morador de rua, dessa vez como incapaz, incompetente. Pensamos aqui no que diz S. George sobre as novas formas de redução da população: “a seleção das ‘vítimas’ não deverá ser preocupação de ninguém a não ser das próprias ‘vítimas’. Elas mesmas se escolherão pelos critérios de incompetência, incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade e assim por diante (...)”⁶⁵

As duas faces da política municipal que apresentamos estão relativamente independentes uma da outra, e até, às vezes, em conflito: Frangella conta que o *rapa*, muitas vezes contraria as diretrizes da Secretaria de Assistência Social.⁶⁶ Vieira et al. também apontam a contradição entre “as pressões de moradores, instituições públicas, para remover a população [de rua] e, por outro, a questão social dos que, sem moradia, ocupam as ruas.”⁶⁷ O ponto de encontro, que concilia essas duas preocupações, no entanto existe: é o albergue. Ao contrário das *Casas de convivência*, que, de certa forma, facilitam a sobrevivência na rua, os albergues, não somente “ajudam quem precisa”, mas também retiram as pessoas das ruas. Pena que os moradores de rua não querem...

Por conta do tipo de abordagem que escolhi, encontrei, ao curso de minha pesquisa, poucos usuários de albergue. No entanto, os albergues foram um assunto freqüente de minhas conversas com moradores de rua, sobretudo sob o ângulo da recusa e de suas razões. Um motivo constantemente ouvido foi a disciplina imposta aos usuários: horários, “fila para tudo”, controle; em suma, tudo aquilo que caracteriza as instituições disciplinares. Outro argumento insistente se referia aos freqüentadores habituais dos albergues, qualificados de ladrões ou vagabundos, pessoas de convivência perigosa. Enfim, um aspecto menos esperado das ‘falas de recusa’ expressava algo como a *impossibilidade de habitar tais espaços*: era morando em albergue que se sentia realmente *na rua*, pois é posto para fora às 6-7 horas da manhã, tendo que ficar na rua sem nada, o dia todo, como me foi

⁶⁵ S. George, *O relatório Lugano*, p. 88.

⁶⁶ Frangella, op. cit., p. 264

⁶⁷ Vieira et al. op. cit., p. 135.

apontado por Venâncio, um morador de uma das 'ilhas' da Ponte da Casa Verde, comentando as ofertas de abrigo que recebeu após o *rapa*.

Talvez não seja inútil, para terminar este capítulo, recapitular um pouco os argumentos expostos nele. Começamos constatando a existência de um contingente crescente de indivíduos sem nenhuma funcionalidade para a economia – de escala planetária – que está se instalando. Esses indivíduos são tratados como não apenas inúteis, mas nocivos, e representam, em seu conjunto, um excedente populacional. Hoje, porém, a eliminação das populações indesejáveis não pode adotar abertamente os recursos usados pelos nazistas; tamanho segredo não pode mais se guardado. O extermínio contemporâneo funciona, antes, por *exposição à morte*. Seja o pedestre obrigado a atravessar sem passarela a rodovia que cortou seu povoado no meio ou o morador da favela construída em 'área de risco' (e quase todas o são), a vítima é responsável pelo acidente que acabe acontecendo. Nessa perspectiva, a rua aparece como um abismo onde os 'redundantes' são jogados para morrer.

A cidade, por sua vez, está se tornando a cada dia mais inóspita para quem mora em suas ruas. Sua privatização crescente trabalha à exclusão de tudo que pode prejudicar os negócios, enquanto os processos de segregação, com a formação de enclaves seletivos, corroboram a marginalidade dos marginalizados. A política municipal – e agora estamos nos referindo à administração atual (final de 2005), do prefeito José Serra – concentra seus esforços na manutenção da paisagem, retirando sistematicamente os moradores de rua dos locais de maior visibilidade.

Isolação, apartação, manutenção de uma categoria homogênea e globalmente estigmatizada, esses mecanismos emergentes lembram, nas devidas proporções, o tratamento aplicado aos Judeus na Alemanha nazista. Comentando as etapas levando aos campos de extermínio, Bauman observa que “todas aumentam a distância física e mental entre as vítimas designadas e o resto da população – tanto os perpetradores quanto os testemunhos do genocídio.”⁶⁸ Isso é parte da estratégia chamada por Bauman de 'produção social da indiferença moral', o recurso próprio da burocracia para lidar com a tarefa de eliminar seres humanos.

⁶⁸ Z. Bauman, *Modernity and the holocaust*, p. 192.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das interrogações que originaram esta pesquisa tinha por objeto o habitar. Chegado ao término de nosso percurso, devemos admitir que o conceito não saiu ileso do confronto com a realidade empírica investigada. Conforme nossa primeira hipótese, habitar consistia, principalmente, em *instalar hábitos no espaço*. De fato, tanto a pesquisa de campo quanto o desenvolvimento teórico do trabalho levaram-nos a abandonar tal definição, claramente inadequada às situações estudadas. A observação das práticas habitantes na rua fez emergir a noção de *território* como elemento fundamental do habitar. Evidenciou-se que habitar extrapola o atendimento das “necessidades básicas” do ser humano. Repetimos: a habitação é territorial antes de ser funcional. A importância da varredura para os moradores de rua que se apropriaram de uma porção de espaço – todos possuem uma vassoura – evidenciou esse primado do território.

É possível, sim, habitar sem se ter uma casa. Segundo a perspectiva elaborada no curso da pesquisa, a forma-casa é apenas um tipo de território, cristalizado e codificado, enquanto os territórios criados pelos moradores de rua são efêmeros e vulneráveis, mas também fluidos e alteráveis. Como notou H. Arendt, “os objetos têm por função estabilizar a vida humana e (...) sua objetividade depende do fato de que os homens, apesar de sua natureza instável, podem recuperar sua identidade através de suas relações com a mesma cadeira, a mesma mesa.”¹ A casa, repositório dos objetos familiares, seria assim como uma âncora para a identidade pessoal. Por outro lado, foi freqüentemente notada, na trajetória biográfica dos moradores de rua, alguma ruptura de vínculos familiares. Embora nunca tenha solicitado esse tipo de relatos, vários moradores de rua encontrados ao longo desta pesquisa mencionaram algum problema familiar entre os fatores que os levaram para a rua. Tal ruptura é geralmente entendida como parte das perdas sofridas por quem se encontra em situação de rua. Gostaria de propor uma outra leitura possível, sem, todavia, nenhuma pretensão à generalização. Ouvi muitos dizerem que na rua são *livres*. Tal afirmação é recorrente entre os moradores de rua e notada por diversos autores, como, de modo geral, por eles desqualificada². Seria apenas uma maneira de se conformar com uma situação que não se pode mudar. Ora, tanto a casa quanto a família são – com o trabalho – os pilares que

¹ H. Arendt, *Condition de l'homme moderne*, p. 188.

² Um exemplo: “a liberdade de que por vezes afirmam usufruir (...) não consegue mascarar que sequer se libertaram das necessidades vitais”. Escorel, op. cit., p. 234.

sustentam, em nossa sociedade, a identidade pessoal. O morador de rua “perdeu” os três. Perdeu ou libertou-se? Se a identidade é o suporte indispensável de uma certa normalidade, não se pode esquecer que há casos em que se tornou vital fugir dela. Haveria, assim, situações em que a rua propicia as condições de uma recomposição subjetiva, fora dos moldes, uma criação de novos modos de existência, como procurei mostrar com os *intermezzi* inseridos nesta tese.

O que há de comum entre essas trajetórias singulares (e singularizantes) e formas mais convencionais de conceber o habitar, que procuram instalar na rua um espaço doméstico inspirado pelo modelo da casa, é a resistência que manifesta às condições impostas à população de rua. Habitar a rua, isto é, constituir territórios temporários no espaço público, seria a forma por excelência pela qual os moradores de rua resistem ao extermínio.

Indiquei, no início deste texto, o papel do conceito de desvio de função na gênese da pesquisa. Cabe, agora, avaliar sua contribuição para a compreensão das práticas dos moradores de rua. Em primeiro lugar, foi indiscutível seu valor heurístico. ‘Desviar’ pareceu-nos como um dos principais verbos aptos a qualificar o que os moradores de rua fazem, transformando bancos em abrigos, calçada em jardim e latas em fogões. Num segundo tempo, passamos a ver no desvio de função um caso particular de uma atitude mais geral, isto é, uma forma de relação com as coisas, os espaços, que pode ser caracterizada como *tática*, segundo a definição dada por M. de Certeau. A fecundidade do conceito não deve, no entanto, esconder seus limites. O principal é a referência subjacente à norma que contém a própria idéia de desvio, pressuposto que acarreta dois tipos de problemas. O primeiro é, um pouco paradoxalmente, o reconhecimento da norma que emana dessa formulação: falar em desvio de função pressupõe a existência de uma função, que se encontra assim consolidada. Mostramos, no entanto, ao tratar da “micropolítica dos artefatos”³, como a função é uma construção social, o produto provisório de lutas e negociações. Nesse sentido, a própria ação dos moradores de rua não representa algo de uma outra ordem de realidade, mas elementos no processo de definição das funções. O segundo problema já foi assinalado na seção sobre função: ao tomar a norma por referência, deixamos de lado aquilo que mais nos interessa, a saber o que se faz a partir daquilo?

³ ver pp. 143-147.

Quando passamos a considerar a contestação das funcionalidades impostas, não mais em termos de desvio, mas como criação de novas conexões, nossa atenção desloca-se para o gênero de vida no qual elas encontram sua coerência. É nesse ponto que a bricolagem e, de modo geral, as táticas dos moradores de rua evidenciam a invenção como resistência. Talvez não haja ninguém melhor que Gabriel Tarde para ajudar-nos a entender a importância propriamente política da invenção. Lembremos que, para o sociólogo, as duas forças sociais elementares são a *invenção* e a *imitação*,⁴ e que a obediência fundamenta-se na imitação. Inventar, nesse sentido, aparece como potência de resistência, pois “só a imitação é submetida a leis propriamente ditas, enquanto a invenção escapa de toda regra, pois é ela que impõe novas leis e novas regras.”⁵ Os moradores de rua não conseguem impor novas leis por muito tempo; tudo que produzem está condenado a desaparecer rapidamente. Insiste, no entanto, nos territórios efêmeros que eles edificam a partir do lixo, a afirmação muda de uma outra cidade possível.

⁴ G. Tarde, *Les lois de l'imitation*.

⁵ M. Lazzarato, posfácio a *Monadologie et Sociologie* de G. Tarde, p. 140.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, G. *Homo sacer*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.
- AKRICH, M. The de-scription of technical objects. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. (eds.) *Shaping technology / building society*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- AKRICH, M.; LATOUR, B. A convenient vocabulary for the semiotics of human and nonhuman assemblies. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. (eds.) *Shaping technology / building society*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- APPADURAI, A (ed.) *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARENDT, H. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1983 (1958).
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (1957).
- BALLARD, J.G. *L'île de béton*. Paris: Calmann-Lévy, 1974.
- BARROS, J. "Entre programmes sociaux et invisibilité publique: la politique d'assistance aux sans-logis à São Paulo". *Espaces et Sociétés*, v. 1-2, No 116-117, 2004, pp. 125-142.
- BAUDRILLARD, J. *Le système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.
- BAUMAN, Z. *Modernity and the holocaust*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1998.
- *Globalization. The human consequences*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- BECKER, H.S. *Art worlds*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- BECKETT, S. *O inominável*. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.
- BELL, P. A. et al. *Environmental psychology*. Fort Worth: Harcourt Jovanovitch, 2001.
- BERGSON, H. *Matière et mémoire*. Paris: P.U.F: 1997 (1939).
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality*. Middlesex: Penguin books, 1972.
- BOIREL, R. *Théorie générale de l'invention*. Paris: P.U.F, 1961.

- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz 1972.
- *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.
- *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984.
- *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. *Réponses*. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, P; SAYAD, A. *Le déracinement*. Paris: Minuit, 1964.
- BRANDÃO, L.L. *A casa subjetiva*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BROGNOLI, F. F. *Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nomades urbanos*. Florianópolis, SC, 1996. Dissertação (mestrado em antropologia) UFSC.
- BURSZTYN, M (org.) *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- BURSZTYN, M; ARAÚJO, C.H. *Da utopia à exclusão. Vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, Brasília: Codeplan, 1997.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.
- "Enclaves fortificados: a nova segregação urbana". *Novos Estudos CEBRAP*, No 47, março 1997, pp. 155-176.
- CANETI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramento, Brasília: editora da UnB, 1983.
- CERNY, C.; SERIFF, S. *Recycled, re-seen: folk art from the global scrap heap*. New York: Harry N. Abrams, 1996.
- CERTEAU, M. de *L'invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990 (1980). Tradução brasileira: *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *L'invention du quotidien. 2. Habiter, cuisiner*. Paris: Gallimard, 1994. Tradução brasileira: *A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- COHEN, A.K. A general theory of subcultures. In: K. Gelder, S. Thornton (eds.) *The subcultures reader*. London: Routledge, 1997.
- CONNERTON, P. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

- CSIKSZENTMIHALYI, M; ROCHBERG-HALTON, E. *The meaning of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- COUSIN, J. *L'espace vivant*. Paris: Editions du Moniteur, 1980.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAVIS, M. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Página aberta, 1993.
- DEFORGE, Y. *Technologie et génétique de l'objet industriel*. Paris: Maloine, 1985.
- DELEUZE, G. *Différence et répétition*. Paris: P.U.F, 1968.
- Causes et raisons des îles désertes. In: *L'île déserte et autres textes*. Paris: Minuit, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
Trad. brasileira: *Mil platôs*, vol. 4. São Paulo: editora 34, 1997.
- DERRIDA, J. *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967.
- DERRIAU, M. *Géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1976.
- DEWEY, J. *Art as experience*. New York: Capricorn books, 1958 (1934).
- *Human nature and conduct*. New York: The modern library, 1950 (1922).
- DIETER, G. *Engineering design*. New York: McGraw-Hill, 1983.
- DODIER, N. *Les hommes et les machines*. Paris: Métailié, 1995.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.
- "The idea of a home: a kind of space". *Social Research*, vol. 58, No 1, 1991, pp. 287-307.
- DUBUFFET, J. *L'homme du commun à l'ouvrage*. Paris: Gallimard, 1973.
- ELLIN, N. (ed.) *Architecture of fear*. New York: Princeton Architectural Press, 1997.
- ESCOREL, S. *Vidas ao leú*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FILIOD, J.P. "Purifications et ressourcement dans l'univers domestique". *Ethnologie française*, XXVI, 1996, 2.
- FISCHER, G.N. *Espace industriel et liberté*. Paris: P.U.F, 1980.
- FLUSTY, S. Building paranoia. In: ELLIN, N. (ed.) *Architecture of fear*. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- “*Il faut défendre la société*”. *Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Gallimard – Seuil 1997
- Le sujet et le pouvoir. In: *Dits et écrits, vol. IV*. Paris: Gallimard, 1995.
- FONTANIER, P. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, 1977 (1830).
- FRANGELLA, S.M *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese (doutorado em ciências sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- GABORIAU, P., TERROLLE, D. (dir.) *Ethnologie des sans-logis*. Paris: L’Harmattan, 2003.
- GEORGE, S. *O relatório Lugano*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- GIBSON, J.J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.
- GIEDION, S. *La mécanisation au pouvoir*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1980.
- GRILLO, P.J. *Form, function & design*. New York: Dover Publications, 1975 (1960).
- GUATTARI, F. *Caosmose*. São Paulo: editora 34, 1992.
- GUILLAUME, P. *La formation des habitudes*. Paris: P.U.F, 1971 (1936).
- HABRAKEN, N. J. *The structure of the ordinary*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998.
- HAINARD, J.; KAEHR, R. (eds.) *Objets prétexte / objets manipulés*. Neuchâtel: Musée d’ethnographie, 1984.
- HALL, E. T. *La dimension cachée*. Paris: Seuil, 1971 (1966).
- HAUDRICOURT, A-G. *La technologie science humaine*. Paris: Editions de la maison des sciences de l’homme, 1987.
- HENAFF, M. *Claude Lévi-Strauss*. Paris: Belfond, 1991.
- HÉRAN, F. “La seconde nature de l’habitus”. *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVIII, pp. 385-416, juillet-septembre 1987.
- HISSARD, J.R. “Nains, casseroles et fantaisie”. *Autrement*, n°46, 1983, pp. 159-187.
- HOPKINS, E.; NACKERUD, L. “An analysis of Atlanta’s ordinance prohibiting urban camping: passage and early implementation”. *Journal of Social Distress and the Homeless*, vol. 8, No 4, 1999, pp. 269-289.

- INGOLD, T. *The appropriation of nature*. Iowa city: University of Iowa Press, 1986.
- *The perception of the environment*. London: Routledge, 2000.
- JARREAU, P. *Du bricolage: archéologie de la maison*. Paris: Centre George Pompidou, 1985.
- JUAN, S. *Sociologie des genres de vie*. Paris: P.U.F, 1991.
- KASPER, C.P. "Desviando funções". *Nada*, No 5, 2005, pp. 72-77.
- KASSOVIC, J.S. Reinventing the wheel, the tin can and the bottle cap: folk recycling in Mexico. In: CERNY, C.; SERIFF, S. *Recycled, re-seen: folk art from the global scrap heap*. New York: Harry N. Abrams, 1996.
- KAUFMANN, J.C. *Le coeur à l'ouvrage. Théorie de l'action ménagère*. Paris: Nathan, 1997.
- KAWASH, S. "The homeless body". *Public Culture*, vol. 10, n° 2, winter 1998.
- KOPYTOFF, I. The cultural biography of things: commoditization as a process. In: APPADURAI, A (ed.) *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 64-91.
- KUBLER, G. *The shape of time. Remarks on the history of things*. New Haven and London: Yale University Press, 1962.
- LAHIRE, B. (dir.) *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 2001.
- LAHIRE, B. *L'homme pluriel*. Paris: Nathan, 1998.
- LAHÉ, J.F. "L'homme à la rue". *Esprit*, No 6, Juin 1994, pp. 15-28.
- LANZARINI, C. *Survivre dans le monde sous-prolétaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- LASCAULT, G. *Ecrits timides sur le visible*. Paris: U. G. E, 1979.
- LATOUR, B. "De l'humain dans les techniques". In: Scheps (dir.) *L'empire des techniques*. Paris: Seuil, 1994.
- *La clé de Berlin*. Paris: La Découverte, 1993.
- The sociology of a few mundane artifacts. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. (eds.) *Shaping technology / building society*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- LE BRETON, D. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: P.U.F, 1990.
- LEROI-GOURHAN, A. *L'homme et la matière*. Paris: Albin Michel, 1971 (1943).

- *Milieu et technique*. Paris: Albin Michel, 1973 (1945).
- *Le geste et la parole. vol 2, La mémoire et les rythmes*. Paris: Albin Michel, 1964.
- LEVI, P. *Si c'est un homme*. Paris: Julliard, 1987.
- LEVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.
- LEVY, F.; SEGAUD, M. *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre G. Pompidou, 1983.
- LOSCHIAVO DOS SANTOS, M.C. "The vital package. Discarded products, design and homelessness in global cities: São Paulo, Los Angeles e Tóquio". *Estudos em Design*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 2, agosto 1999.
- MAGNI, C. T. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação (mestrado em antropologia social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- MANZINI, E. *Artefacts. Vers une écologie de l'environnement artificiel*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1991.
- MARQUES, A.C; BROGNOLI, F.F; MATTAR VILELA, J.L. *Andarilhos e cangaceiros*. Itajaí: Editora da Univali, 1999.
- MARTINS, A. L. L. *Livres acampamentos da miséria*. Rio de Janeiro: Obra aberta, 1993.
- MATTOS, R.M.; FERREIRA, R.F. "Quem você pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua". *Psicologia & sociedade*, 16 (2), maio/agosto 2004.
- MAUSS, M. *Sociologia et antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. *La structure du comportement*. Paris: P.U.F, 1949.
- *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MITCHAM, C. *Thinking through technology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- MITCHELL, D. "The annihilation of space by law". *Antipode*, 29:3, 1997, pp. 303-335.
- MOLES, A.; ROHMER, E. *Psychologie de l'espace*. Tournai: Casterman, 1977.
- MORRIS, D. *Manwatching*. London: Jonathan Cape, 1977.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- NORMAN, D. *The psychology of everyday things*. New York: Basic Books, 1988.

- PEREC, G. *Espèces d'espaces*. Paris: Galilée, 1974.
- PETONNET, C. "Espace, distance et dimension dans une société musulmane". *L'homme*, t. XII, avril-juin 1972, No 2, pp. 47-84.
- PETROSKI, H. *The evolution of useful things*. London: Pavilion Books Ltd., 1993.
- PIAGET, J. *Biologie et connaissance*. Paris: Gallimard, 1967.
- *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Armand Colin, 1967.
- *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*. Neuchatel: Delachaux et Niestlé, 1977.
- PINHEIRO, P.S. "Survivre dans les favelas de São Paulo". *Esprit*, No 6, Juin 1994, pp. 29-44.
- PUTNAM, T.; SWALES, V. Défaire et faire les habitudes dans le déménagement. In: WARNIER, J.P; JULIEN, M.P (eds.) *Approches de la culture matérielle*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- PYE, D. *The nature & aesthetics of design*. London: The Herbert Press, 1978.
- RABARDEL, P. *Les hommes et les technologies*. Paris: Armand Colin, 1995.
- RAPOPORT, A. *Pour une anthropologie de la maison*. Paris: Dunod, 1972.
- RATHJE, W.; MURPHY, C. *Rubbish! The archeology of garbage*. Tucson: The University of Arizona Press, 2001 (1992).
- RAVAISSON, F. *De l'habitude*. Paris: Rivages, 1997 (1838).
- RICOEUR, P. *Philosophie de la volonté. Vol. 1, Le volontaire et l'involontaire*. Paris: Aubier, 1988 (1950).
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1999.
- ROSSELIN, C. *Habiter une pièce. Une ethnographie des espaces par la culture matérielle*. Tese (doutorado em antropologia social) Université Paris V, 1998.
- "Si tu y vas un peu brusquement, tu te cognes contre l'armoire!". In: WARNIER, J.P; JULIEN, M.P (eds.) *Approches de la culture matérielle*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- RYBSZYNSKI, W. *Home. A short history of an idea*. New York: Penguin Books, 1986.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

- SCHILDKROUT, E.; PIDO, D.K. Serendipity, practicality and aesthetics: the art of recycling in personal adornment. In: CERNY, C.; SERIFF, S. *Recycled, re-seen: folk art from the global scrap heap*. New York: Harry N. Abrams, 1996.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.
- *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.
- *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Grenoble: Editions Jérôme Millon, 1995. (1964)
- SNOW, D.; ANDERSON, L. *Down on their luck. A study of homeless street people*. Berkeley: University of California Press, 1993.
Tradução brasileira: *Desafortunados*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SNOW, D.; MULCAHY, M. "Space, Politics and the Survival Strategies of the Homeless". *American Behavioral Scientist*, vol. 45, No 1, september 2001, pp. 149-169.
- SORKIN, M. (org.) *Variations on a theme park*. New-York: Hill and Wang, 1992.
- SORRE, M. *Geografia*. São Paulo: Ática, 1984.
- SPENGLER, O. *L'homme et la technique*. Paris: Gallimard, 1958.
- STOFFELS, M.G. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- TACHNER, S.P; RABINOVICH, E.P "Modos de morar na rua". *Cadernos de pesquisa do LAP*, nº26, julho-agosto 1998, FAU, Universidade de São Paulo.
- TARDE, G. *Les lois de l'imitation*. Genève: Slatkine, 1979 (1895).
- *Monadologie et sociologie*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 1999.
trad. brasileira: *Monadologia e sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- TELLES, V.S. *Direitos sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- THOMAS, H. *La production des exclus*. Paris: P.U.F, 1997.
- THOMAS D'AQUIN *Somme théologique*. Trad. R. Bernard. Paris: Editions de la revue des jeunes, 1942.
- UEXKÜLL, J.V. von *Mondes animaux et monde humain*. Paris: Denoël, 1965.
- VEXLIARD, A. *Le clochard*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998 (1957).
- VIEIRA M.A.C; BEZERRA, E.M.R; ROSA, C.M.M. (org.) *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- VIRILIO, P. *Essai sur l'insécurité du territoire*. Paris: Stock, 1976.

WARNIER, J.P. *Construire la culture matérielle*. Paris: P.U.F, 1999.

WARNIER, J.P.; JULIEN, M.P (eds.) *Approches de la culture matérielle*. Paris: L'Harmattan, 1999.

WILSON, J.Q.; KELLING, G.L. "Broken windows", *Atlantic Monthly*, march 1982.

YAZIGÍ, E. *O mundo das calçadas*. São Paulo: USP /Imprensa oficial, 2000.

Matérias de jornal

Folha de S. Paulo, "Prefeitura cerca viadutos da 23 de maio e afasta mendigos", 3 de novembro de 1984.

City News, "Mendigo já não pode dormir sossegado", 25 de novembro de 1984.

Shopping News, "Debaixo dos viadutos, lazer e cultura", 15 de novembro de 1989.

Folha de S. Paulo, "Mais 5 pessoas morrem de frio nas ruas de SP", 28 de julho de 1990.

O Estado de S. Paulo, "Miseráveis criam arquitetura da indignação", 30 de março de 1992.

Jornal da Bela Vista, "Mendigos: mais uma ameaça de cólera", 9 de maio de 1993.

Jornal da Tarde, "Prefeitura manda tirar mendigos do centro", 16 de agosto de 1994.

Folha de S. Paulo, "Cidade cria arquitetura antimendigo", 2 de setembro de 1994.

Folha de S. Paulo, "Fogo atinge 2 mendigos por mês", 23 de abril de 1997.

Folha de S. Paulo, "Excluído do transporte vira 'morador de rua' ", 27 de novembro de 2003.

Folha de S. Paulo, "O morador de rua que irritou um bairro e acabou no Pinel", 22 de maio de 2005.

Folha de S. Paulo, "Banco de dado irá monitorar áreas verdes do centro", 2 de julho de 2005.

Folha de S. Paulo, "Impune, morte de morador de rua faz um ano", 19 de agosto de 2005.

Libération, "Dans la rue, l'espérance de vie ne dépasse pas la cinquantaine", 15 de dezembro de 2005.

Os artigos anteriores a 1998 foram consultado no CD-ROM organizado por Cleisa M.M. Rosa, "Vidas de rua, destino de muitos", que reúne os artigos publicados pela imprensa paulistana sobre moradores de rua entre 1970 e 1998.